



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

***ELEMENTOS INFLAMÁVEIS: ORGANIZAÇÕES E MILITÂNCIA
ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (1945-1964) –
SEROPÉDICA, RJ.***

RAFAEL VIANA DA SILVA

Sob a orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Março de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAFAEL VIANA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no curso de Pós-Graduação em História, na área de Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/03/2014

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales. UFRRJ.
(Orientador)

Prof. Dr. Alexandre Fortes. UFRRJ.

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Samis. CPII.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, César de Alencar Barreto da Silva e Maria Cristina Viana da Silva. Suas dificuldades, força e trajetória de vida foram decisivas na minha formação, me aproximaram decisivamente de tudo o que está aqui.

Às minhas avós e sua luta cotidiana em criar seus filhos nas condições mais adversas. À minha irmã Carla e aos meus sobrinhos, Clara e Bernardo.
À Jorge Oliveira, meu segundo pai (in memoriam).

Dedico essa dissertação aos oprimidos e oprimidas do mundo. Aqueles e aquelas que ainda não perderam a capacidade de se indignar, lutar e sonhar.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio de diversas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização. Pensar em sua conclusão é pensar não apenas no período desta pesquisa, mas em períodos anteriores, que me trouxeram até aqui.

Agradeço a CAPES/CNPQ pelo apoio dado a pesquisa. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR), entre eles, destaco Alexandre Fortes, Caetana Damasceno e Vânia Moreira. Um agradecimento especial ao professor Jean Rodrigues Sales, cuja orientação atenciosa, rigorosa e dedicada fora fundamental para a conclusão deste trabalho. Aos alunos do PPHR-UFRRJ, onde tive o prazer de conviver e dividir minhas angústias e também avanços na pesquisa, com destaque para os colegas que mais me aproximei durante esse período: Adriana Ribeiro, Alex Brito, Cristiane Coimbra e Leila Pires

Aos companheiros (pesquisadores e militantes) de São Paulo pelo apoio imprescindível a essa empreitada, nas diversas vezes em que tive de viajar a procura de fontes e materiais. Em especial: Felipe Corrêa e Camila Leme, Guilherme “Verde”, Bruno “Barba”, Michel Navarro e Marcolino Jeremias. Agradeço aos membros da Biblioteca Anarquista Terra Livre (BATL) e do Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP), pela gentileza em abrirem seus acervos e documentos para esta pesquisa. Agradeço os trabalhadores do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica (STIG) e seus diretores (especialmente Nilton e Daniel) que me franquearam acesso às suas dependências e foram sempre muito gentis.

Ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) na figura de sua coordenadora, a professora Elina Gonçalves Pessanha e seu supervisor, Marcos Aurelio.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) na figura de seu coordenador Milton Lopes, o “monstro”, cujo privilégio de sua companhia instigou-me decisivamente ao trabalho de pesquisa. A todos os membros do NPMC, da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL) e do Centro de Cultura Social (CCS), com destaque para o apoio de Anne Cardoso, Renato Ramos, Pedro Henrique, Fábio Campos, Quézia Dias e Gabriel Amorim, que em diversas fases dessa pesquisa me ajudaram de alguma maneira.

Aos pesquisadores, editores, militantes do movimento popular e/ou do anarquismo: Alexandre Samis, Bezerra, Bruno Lima Rocha, Carlos Addor, Carlos Puig, Daniel Augusto “Cabelo”, Gelson do MCP, Igor Conde, Jonathan Bane, Leandro Bonecini, Leonardo Brito, Mario Remedios, Mônica Herrera, Mariana Penna, Maurílio “Birimbau”, João Henrique, Ricardo “Jacaré”, Robledo Mendes, Rogério Castro, Rafael Deminicis, Robson Achiamé, Victor “Khaled”, Wallace Moraes, Wily Schumacher e muitos outros e outras que por ventura aqui não foram citados, mas que foram essenciais na minha formação.

Aos integrantes da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) e das organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Aos companheiros e companheiras da Organização Popular (OP).

Aos militantes do Movimento de Organização de Base (MOB), professores e alunos do pré-vestibular comunitário Solidariedade. Tudo o que escrevo aqui só possui sentido graças ao trabalho dedicado e perseverante de vocês.

Aos meus pais Cesar de A. Barreto da Silva, Maria Cristina Viana da Silva e minha irmã Carla Cristina Viana da Silva. À Beatrice Chagas, com quem dividi durante todo esse período, angústias e alegrias e que teve mais paciência e solidariedade do que o necessário, durante todo o percurso.

Aos amigos e amigas Alexandre Guerra, Fernando Beserra, Leonardo Gerânio, Andrea Barros, Hercides Júnior, Taís Wojciechowski, Daniele Degering e Helena Dozzi pelo apoio e contato nas fases boas e difíceis.

E finalmente a Adélcio Copelli, anarquista convicto, testemunho vivo dessa geração militante, ficam registrados o meu respeito e admiração.

RESUMO

SILVA, Rafael Viana da. **Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964): Seropédica, RJ.** 2014. 149p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Este trabalho tem como objetivo analisar as organizações e a militância anarquista no Rio e Janeiro e em São Paulo durante o período de 1946 a 1964. Pretendemos no presente estudo analisar a cultura política anarquista do período e as diferentes práticas militantes realizadas pelo anarquismo. Servindo-nos de diferentes fontes documentais (cartas, entrevistas, jornais, folhetos e atas) e de um amplo debate historiográfico procuramos neste trabalho elucidar as transformações operadas na sua cultura política e as práticas de inserção social organizadas por seus militantes. A constituição de grupos ou organizações específicas almejou no período a formação de uma Federação Anarquista Brasileira mas a oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas estratégias no interior da classe trabalhadora. À partir de uma análise baseada na História Política e na História Social e de diferentes procedimentos metodológicos procuramos mapear o campo político anarquista e o resultado dos congressos anarquistas realizados nesses estados, assim como elucidar as diferentes práticas que os militantes anarquistas estiveram envolvidos; tais como imprensa, solidariedade aos exilados da Espanha e Portugal, relações com outras organizações, práticas sindicais e ações culturais.

Palavras-chave: Anarquismo. Classe Trabalhadora. Cultura Política. História do Anarquismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE I	17
CAPÍTULO I – “ERGAMOS NOVAMENTE”: REORGANIZAÇÃO DO ANARQUISMO NO PÓS-GUERRA	17
1.1 - A mobilização militante e o congresso anarquista internacional	17
1.2 - A preparação do Congresso Anarquista de 1948	26
CAPÍTULO II – ENTRE COMPANHEIROS	33
2.1 – O Congresso Anarquista de 1948	33
2.2 – Organizações Anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo	49
2.3 – O Congresso Anarquista de 1953	55
2.4 – Os Congressos e Encontros Anarquistas Internacionais	56
2.5 – O Congresso Anarquista de 1959	61
2.6 - O encontro anarquista de 1963	62
2.7 - Um balanço dos congressos anarquistas	63
CAPÍTULO III – SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E ANARQUISMO	65
3.1 – O debate sobre o Sindicalismo Revolucionário	65
PARTE II	79
CAPÍTULO IV – A IMPRENSA ANARQUISTA	79
4.1- Jornais, Impressos e Periódicos	79
CAPÍTULO V – RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES	96
5.1 – O Consulado anarquista	96
5.2 – A linha justa e os críticos do PCB	106
CAPÍTULO VI – PRÁTICAS MILITANTES	112
6.1 – A resistência sindical anarquista	112
6.2 – <i>Camouflages</i> Anarquistas: as ações culturais libertárias	131
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

Todas as grandes ações e todos os grandes pensamentos
têm um começo irrisório.
As grandes obras nascem na esquina
de uma rua ou no barulho de um restaurante.
Albert Camus¹

O anarquismo é um velho conhecido na área da História, em específico com os avanços obtidos no âmbito da História Social². Os estudos sobre o movimento operário esbarraram em mais de um momento com a presença das práticas políticas anarquistas em certos contextos. No Brasil, um setor específico de produção acadêmica foi conformado, no qual o movimento operário – e, por conseguinte o anarquismo – foi se constituindo enquanto um *objeto* de pesquisa e que paulatinamente ganhou a atenção de numerosos estudiosos. Desde os anos 1980³ a atenção desses estudos concentrou-se com maior ênfase na Primeira República e na cidade do Rio de Janeiro, não coincidentemente esta é a época de consolidação do chamado novo sindicalismo, marcado pela atuação de militantes no ABC paulista. Em termos cronológicos, podemos afirmar que estas pesquisas, com poucas variações, ainda permaneciam em sua maioria, restritas às primeiras décadas do século XX e foram responsáveis por constituir um campo bem delimitado⁴ que pavimentou o caminho para futuras análises.

Nos anos 90, parte da historiografia sobre o anarquismo concentra seus esforços nos períodos da década de 20 e 30, relativizando de certo modo, a tese que indicava um suposto “declínio” do anarquismo causado pela fundação do PCB em 1922 e das faltas das condições “maduras” para a efetivação de seu projeto. Questionava-se, por exemplo, uma tese corrente sobre o anarquismo enquanto um fenômeno “pré-político” ou que se restringia aos países pré-industriais. Contudo, caberia sublinhar rapidamente – sem cansar o leitor, já que essas questões historiográficas foram colocadas ao longo do texto – que as diferentes pesquisas que tiveram como objeto o anarquismo se concentraram, de maneira geral, com algumas exceções, no período conhecido como Primeira República.

Nos anos posteriores, diferentes empreitadas acadêmicas avançaram em deslocar os olhos dos pesquisadores para outros contextos históricos em que o anarquismo teve presença, tais como a atividade libertária na década de 1960 e 1970. O trabalho talvez mais emblemático deste avanço, seja o de João Henrique C. Oliveira⁵. Contudo, o *interregno* do anarquismo no período conhecido como redemocratização (1946-1964) continuou quase que

¹ CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989, p. 32.

² Apesar de concordamos com Castro, para quem o termo história social está ligado a diversas acepções, referimo-nos a um movimento mais recente, especificamente à partir da década de 1980. Neste período, de chegada das discussões da história social no Brasil, segundo Castro, três grandes áreas concentram o maior número de trabalhos e discussões, “a história social da família, a história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão”. Referimo-nos especialmente ao campo de história social do trabalho. Cf. CASTRO, Hebe. História Social In *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org). – Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 55.

³ Apesar de segundo Castro “a história social do trabalho estar “solidamente organizada como especialidade desde a década de 1960”, apontamos este momento como o mais significativo de mudança de paradigmas e afirmação de um campo que dialoga com alguns conceitos do nosso presente trabalho. CASTRO, *Ibid*, p. 58.

⁴ Em muitos casos debatendo com uma literatura sociológica e se aproximando da antropologia desde a década de 60.

⁵ Cf. OLIVEIRA, João Henrique C. Oliveira. *Do underground brotam flores do mal: contracultura e anarquismo na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação de mestrado. IFCH/UFF, 2008.

completamente desconhecido. Tal afirmação ganha maior concretude na quase inexistência de pesquisas⁶ sobre os anarquistas neste contexto, indo na contramão da sua bem documentada presença política. Como toda regra possui uma exceção, foi o militante Edgar Rodrigues que abordou esse período em seus livros. Se não fosse o trabalho dedicado e autodidata de Rodrigues, seria pouco provável que tivéssemos chegado até aqui. Infelizmente, além da obra desse pesquisador Edgar Rodrigues não encontramos nenhuma outra pesquisa sobre o estudo do anarquismo de 46 a 64 no Rio de Janeiro. Mas é possível encontrar estudos sobre o anarquismo em São Paulo⁷.

Essa falta de estudos sobre esse período, em nossa percepção, não é fruto apenas da trajetória singular do estudo do anarquismo no Brasil, mas possui relação com as tensões e limites presentes na construção desse objeto pelo próprio campo de pesquisa sobre o anarquismo. Limites que felizmente são continuamente esgarçados por subseqüentes empreitadas acadêmicas: sejam estas ancoradas nos avanços da história social que problematizou a caricatura de movimento operário totalmente “letárgico” no pós-45 ou nas pesquisas sobre o anarquismo que revigoraram o olhar sobre este fenômeno. Calculando os resultados deste movimento, podemos afirmar que esta empreitada continuamente supera o que os pesquisadores sulafricanos Michael Schmidt e Lucien Van der Walt chamam de o mito historiográfico dos cinco grandes momentos⁸ do anarquismo (*the five highlights*), que reduz o estudo de suas práticas a poucos momentos e contextos históricos, ignorando toda uma diversidade temporal e espacial com a qual o anarquismo esteve envolvido em toda sua história. Longe do anarquismo desaparecer “com os reis e imperadores a quem seus militantes tão freqüentemente tentaram assassinar”⁹, como sugere Eric Hobsbawm¹⁰, (espantado pelo ressurgimento do anarquismo na década de 60), seus militantes no Brasil prosseguiram no trabalho de articulação durante o período de 1946 a 1964, antes portanto, do período conhecido como Maio de 68. Período que é caracterizado erroneamente como um suposto “retorno” do anarquismo à cena política, ignorando que internacionalmente o fio condutor

⁶ Ainda que as pesquisas sobre o período sejam escassas, seguimos a precaução de E.P. Thompson, que nos diz que “No sentido de que uma tese (o conceito ou hipótese) é posta em relação com sua antítese (determinação objetiva atórica) e dela resulta uma síntese (conhecimento histórico), o qual se pode chamar a dialética do conhecimento histórico”. Este seria o “tribunal de apelação da história”, onde o historiador confronta permanentemente suas posições com outras pesquisas. Tentamos sempre que possível, realizar este debate. THOMPSON, E.P. “La Lógica de la Historia” In THOMPSON, Dorothy. *Edward Palmer Thompson*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p.510, tradução nossa.

⁷ Este é o caso do trabalho de Nildo Avelino (originalmente uma dissertação de mestrado) que apesar de não ter estritamente como temporalidade o período que mencionamos, estuda a atuação dos anarquistas no Centro de Cultura Social de São Paulo. Cf. AVELINO, Nildo. *Anarquistas: ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004. Outro trabalho é o de Endrica Geraldo, que se não chega a estudar todo o período relacionado, nem os dois estados nos dá relevantes informações. GERALDO, Endrica. *Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)*. Caderno AEL, n. 89, 1998.

⁸ Tradução nossa. Optamos por traduzir *five highlights* por cinco grandes momentos. Explicaremos ao longo do texto o que seria isto, articulando com nossas reflexões.

⁹ HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 90.

¹⁰ Escrevemos um artigo crítico sobre a concepção de anarquismo de Hobsbawm contida no livro *Revolucionários*. SILVA, Rafael Viana da. “Os Revolucionários Ineficazes de Eric Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo.” In Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com>> Acessado em 18/03/2013.

nunca fora totalmente “rompido”¹¹ e em alguns países, como o caso uruguaio¹² e búlgaro, os anarquistas constituíram uma força política tão relevante quanto outras correntes da esquerda.

Foi esta inquietação – hoje mesclada com reflexões historiográficas e teóricas um pouco mais amadurecidas – que marcou o ponto de partida desta pesquisa, mediante o contato com o jornal anarquista *Ação Direta*. Recém-chegada no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, onde fui bolsista de iniciação científica durante dois anos, a primeira questão que a coleção deste jornal nos trouxe era a de que o anarquismo apesar de seu descenso organizativo não desaparecera da cena política no período. Tampouco, poderíamos caracterizar esse contexto de *letárgico*, ou caracterizado por grande descontinuidade.

Tendo isso em vista, no final da graduação analisamos quais eram as estratégias políticas e práticas militantes dos anarquistas no Rio de Janeiro. Faltava, entretanto, além de tempo para realizar uma leitura mais apurada, uma sistematização mais criteriosa das fontes, dos métodos e um debate com a historiografia do período. Oportunidade que surgiu no curso das disciplinas de mestrado. Sobre esse método cabe dizer que nos amparamos em diversos autores, sem nenhum medo de ecletismo teórico, ainda que consciente dos riscos de tal empreitada. Ancoramos nosso trabalho nos termos gerais definidos pelo paradigma de História Científica, definido com grande propriedade pelo historiador Jörn Rüsen. Ao tratar a história sob o título “Científica” não se pretende, amparando-nos em Rüsen, estabelecer um modelo, medida e paradigma de conhecimento universal válido independentemente do contexto em que é obtido e tampouco monopolizar a verdade no sentido de uma validade estritamente universal no campo do conhecimento científico que se estenderia normativamente a todas outras ciências. A diferença entre a história científica e a não-científica não decorreriam, segundo Rüsen (2001), de critérios de verdade diversos, mas sim, no *modo* e na *forma* com os quais a história formula suas fundamentações. Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita, que é o que tentamos, modestamente fazer neste trabalho. Talvez por isso, o leitor possa entediar-se com a quantidade de referências citadas, problema que julgamos menor, do que afirmar vagas generalizações, sem indicar quais os caminhos percorridos. O pensamento histórico-científico distingue-se das demais formas do pensamento histórico não pelo fato de que pode pretender à verdade, mas pelo *modo* como reivindica a verdade, ou seja, por sua regulação metódica. O pensamento histórico é científico à medida que procede metodicamente (*idem*). E ele procede metodicamente à medida que suas fundamentações de suas pretensões de validade se tornam parte integrante da própria história. Portanto, seguindo esse princípio, torna-se necessário narrar a história de forma continuamente fundamentada e ir apresentando em detalhes os caminhos que chegamos a determinadas conclusões.

Em nosso presente trabalho temos como **objetivos** centrais analisar as estratégias, os modelos de organização política dos anarquistas, os debates ideológicos e, de maneira mais ampla, a sua cultura política nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo durante o período de 1946 a 1964¹³. Não entendemos a cultura política como algo estanque da realidade material dos trabalhadores, tampouco, reduzimos esta cultura, a uma instância econômica pré-

¹¹ E com movimentos atuantes, apesar de não hegemônicos, na Bulgária, França, Inglaterra, Argentina, Uruguai, Cuba, etc. Cf. SCHMIDT, Michael; WALT, Lucien Van Der. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland, Ak Press, 2009.

¹² RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2013.

¹³ Devido ao golpe militar, que contou com apoio de determinados setores civis (com papel predominante do empresariado) a conjuntura transforma-se totalmente e, deste modo, teríamos também, de dialogar com outro tipo de historiografia.

determinada. Entendemos que a relação entre a instância econômica e política não é unilateral.

Pretendemos também compreender as estratégias sindicais e a prática *militante* dos anarquistas nesses estados, tendo em vista sua posição diante das entidades de classe e outros grupos políticos. Este segundo objetivo visa responder a pergunta: quais eram as práticas militantes dos anarquistas no período?

Nossa primeira hipótese é a de que a reorganização do anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo envolve de maneira decisiva organizações especificamente anarquistas que são resultado e também agentes de transformações de sua cultura política, cultura que “se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política”¹⁴. Sendo assim, cabe retomar uma reflexão feita por Pierre Rosanvallon que aprofundou esta questão. Refletindo sobre os objetivos da história conceitual do político, chega à conclusão de que

Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. Partindo da idéia de que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos.¹⁵

Neste sentido, entendemos que há uma transformação e consolidação essencial de uma racionalidade política específica – fruto da reflexão política e consciente de seus militantes – que afeta consideravelmente as práticas dos anarquistas nesses estados. Estes fundam seus grupos no esteio de uma estratégia *organizacionista* que tem suas raízes nas décadas anteriores. A proposta organizacionista, baseando-nos em Samis (2009), era a proposta daqueles que optavam pela estratégia de formar agrupamentos ideológicos anarquistas para atuação nos sindicatos, e tentou se firmar por duas vezes. Esta proposta não era hegemônica no movimento operário e quiçá no interior do anarquismo. A primeira tentativa ocorreu em 1918 com a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, organizada por Fábio Luz, José Oiticica e outros libertários, e que fora atingida pela repressão que se seguiu a insurreição no mesmo ano e portanto, teve suas atividades encerradas. A segunda tentativa ocorreu em 1919, com a fundação do Partido Comunista. Não confundir com o Partido Comunista Brasileiro fundado em 1922, de matriz política marxista. Esse Partido Comunista de 1919, apesar do nome¹⁶ –

¹⁴ BERSTEIN, Serge. “Os Partidos” In. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 88-89.

¹⁵ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, p. 16.

¹⁶ Segundo Antoine Prost, é preciso “É que, para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos e posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fazer, e a lingüística, fazendo o historiador compreender isso, devolve-lhe a questão do sentido histórico desses atos particulares.” (PROST, Antoine in RÉMOND, 1996, p. 317). O termo comunismo era freqüentemente utilizado pelos anarquistas em seus jornais e periódicos. O termo partido também fora utilizado freqüentemente por um dos maiores expoentes do anarquismo no século XX, Errico Malatesta. A utilização dos

influência da Revolução Russa – era um agrupamento de bases de acordo e de espinha dorsal anarquista. Essas duas iniciativas entretanto, não sobreviveram a repressão política, tampouco a realidade excessivamente sindical do anarquismo naquele momento.

A tentativa de formar uma organização específica anarquista, à despeito dos diferentes contextos históricos será retomada novamente na década de 40. Sustentamos que a dificuldade de reinserção das propostas anarquistas nos sindicatos parecia contribuir sobremaneira para dificultar a sobrevivência de suas organizações específicas no Brasil, que ao longo da década de 1950 e 1960 vão desaparecendo cada vez mais da imprensa anarquista, uma vez que, para nós, a oxigenação ideológica de suas organizações políticas dependia consideravelmente do sucesso da metodologia libertária nas instâncias sociais (sindicatos e espaços populares). Se os anarquistas tinham grande presença nos sindicatos durante a Primeira República, mas não conseguiam devidamente organizar-se em uma instância política e ideológica própria, a dificuldade dos anarquistas após o fim do Estado novo se invertera caprichosamente, ainda que os pólos continuassem os mesmos: não havia grandes dúvidas em relação a fundar e consolidar uma organização específica anarquista, mas o grande problema era reinserir o anarquismo na classe.

Outra hipótese elencada e que **sofreu** modificações durante a nossa análise histórica diz respeito às práticas militantes. Durante a nossa análise fomos confrontados com um forte discurso sindicalista revolucionário, posição que **relativizava** a dissociação do anarquismo e do sindicalismo revolucionário como ideologias concorrentes, um paradigma que ainda orienta muitas pesquisas acadêmicas. Se o anarquismo é uma ideologia distinta do sindicalismo revolucionário, porque, então, o sindicalismo revolucionário é defendido pelos anarquistas em sua imprensa militante em todo o período estudado? Pois o sindicalismo revolucionário, em nossa hipótese inicial, permaneceu como **estratégia central** destes no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo algo que está mais no campo da **estratégia** do que da **ideologia**¹⁷.

Apesar dos anarquistas terem se articulado e colocado em ação diferentes estratégias de intervenção na realidade (como imprensa, ações culturais, etc.) a defesa do sindicalismo revolucionário e a intenção classista balizavam fortemente sua ação política. Ações inscritas num fio condutor de classe, que pode guardadas às analogias, ser comparada a um galho histórico que continua a crescer na “árvore da liberdade” descrita pelo historiador E.P. Thompson. Como um galho do tronco socialista, os anarquistas – a despeito das teorias que

termos não se restringia apenas ao Brasil. Era um termo em disputa. Por vezes, os anarquistas em seus veículos de imprensa da primeira república utilizavam a terminologia *comunismo anárquico* ou *anarquista*, ou *comunismo libertário*. A utilização da palavra *comunismo* não seria desprezada pelos anarquistas no período em que estudamos as estratégias anarquistas, mas não sem suas devidas distinções: “Há duas espécies de comunismo e, pois, também de comunistas. Um, estatal ou autoritário; o outro anarquista ou libertário. O primeiro é ditatorial, metafísico (ainda que se diga materialista e <<científico>>, pois mergulha as suas raízes filosóficas na abstrusa metafísica de Hegel), centralizador, dogmático, totalitário; o segundo é libertário, positivo, racional, descentralizador, federalista, exaltador da personalidade.” ALARMA. Dois Comunismos. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 20/08/1946, nº 17, p. 03.

¹⁷ Referimo-nos ao sentido “fraco” do termo ideologia. “No seu significado fraco, ideologia designa o genus, ou a species diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter geral e mistificante das crenças políticas. No significado forte, ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política.” BOBBIO, Norberto In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004, p. 585.

reduziram sua complexa atuação ao vago e insuficiente epíteto de rejeição ao Estado¹⁸ – carregavam em sua *experiência*¹⁹ um conteúdo sindical e classista que os marcava, mesmo não sendo hegemônicos dentro do movimento operário do pós-guerra.

Como contribuição, acreditamos que nosso trabalho pode modestamente ajudar a elucidar a presença anarquista no período, uma presença geralmente pouco estudada ou geralmente esquecida. Neste sentido o trabalho pode colocar mais uma peça no *mosaico* das pesquisas sobre o período e o tema. Inspira-nos neste sentido uma dimensão que fora sublinhada com bastante lucidez pela filósofa Hannah Arendt. Esta nos lembra que “A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade”²⁰. Prosseguindo em sua afirmação, a filósofa nos alerta que “Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”²¹. Ou seja, a partir da narrativa histórica, podemos contribuir humildemente em restituir parte desta pluralidade de que nos recorda Arendt e pensar o político como um poliedro que contém dimensões nunca estanques.

É impossível nesse sentido, falar desta pesquisa sem citar as demais contribuições teóricas, históricas e metodológicas, em sua maioria, feitas durante o curso das disciplinas do mestrado que nos apoiaram. Além destas, ajudarem-nos a definir as técnicas com as quais lidaríamos com nossos vestígios históricos, estas leituras foram fundamentais para articular nosso corpo de hipóteses com “um conjunto de pressuposições teóricas, que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova”²².

Como exemplo do que falamos anteriormente, cabe comentarmos que nas reuniões de orientação, uma inquietação surgia mediante o desenvolvimento da nossa pesquisa. Nosso trabalho em seu início colocava-se mais no campo da História Política do que no da História Social. Nosso temor era o de que o trabalho ficasse demasiadamente restrito a análise do discurso político dos anarquistas e pudesse pouco esclarecer suas práticas militantes do período, ignorando que “essas práticas [discursivas] são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material constituída”²³ e que, portanto, são fundamentais para a compreensão histórica.

Essa questão foi resolvida em grande medida com a adoção de uma análise discursiva (metodologia utilizada durante todo o trabalho) que integra o que o linguista Norman Fairclough chama de três planos da análise. Pois segundo este fundamento, a análise da **prática social, prática discursiva e texto** devem se interligar de maneira coerente no trabalho de pesquisa se pretende ser efetiva. Se a **prática discursiva** dos anarquistas

¹⁸ Sobre a insuficiência em caracterizar o anarquismo apenas pela etimologia da negação do Estado. Cf. SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: Anarkismo.net, 2011 e CO. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/20240>>. Acessado em 20/12/12 e CORRÊA, Felipe. “Sinônimo de Anti-estatismo.” Disponível em <<http://www.negodito.com/a-sinonimo-de-anti-estatismo/>> Acessado em 01/09/2012. O principal equívoco nesta caracterização usualmente reforçada em diversos estudos acadêmicos e históricos é negar a própria experiência dos agentes. Como por exemplo, a consciência e experiência de classe dos anos anteriores e que os forjara. Estas, em nosso trabalho parecem ser fundamentais para entender sua ação política.

¹⁹ Lembremos que a maior parte dos militantes reorganizadores do anarquismo no período de 1946 a 1964 participara da velha geração de militância anarquista e sindicalista revolucionária.

²⁰ ARENDT, Hannah. A condição humana. In: *A condição humana*. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 8.

²¹ *Ibidem*, pp. 8-9.

²² BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1998, p. 24.

²³ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 87.

(principalmente por meio de sua imprensa) caminhava no reforço de suas organizações específicas e na constituição de uma estratégia sindicalista revolucionária, cabia a análise histórica sair do campo do discurso e das práticas discursivas para compreender suas práticas sociais. Pois nas palavras de Pierre Rosanvallon, a originalidade da história conceitual do político e, portanto, sua compreensão “reside antes no seu *método* que em sua matéria.” “Interativo, pois consiste em analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros”.²⁴ O diálogo entre História Política e História Social neste sentido pode ser realizado com maior precisão, pois o discurso e determinada cultura política devem ser compreendidos por uma relação estreita com suas práticas. Pretendemos neste sentido não dissociar a análise discursiva e da cultura política da realidade material dos trabalhadores.

Se o trabalho de Fairclough sem dúvida alguma permitiu-nos no campo da análise das práticas discursivas anarquistas analisar as singularidades de sua cultura política, foi notadamente as reflexões teóricas de E.P. Thompson, que inspiraram toda a dissertação. Esta inspiração veio de duas maneiras. A primeira das próprias leituras de E.P. Thompson, do qual seu conceito de experiência pode delimitar melhor o terreno em que pisávamos, considerando as reflexões e ações de nossos agentes sem subordiná-las a caricaturas políticas ou instrumentais teóricos que reduzissem sua atuação a um quadro de sentido exógeno a sua própria experiência. Em resumo, evitamos nas palavras de E.P. Thompson, o procedimento analítico no qual “a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe a teorizar”²⁵, o que frequentemente induz os pesquisadores a equívocos que complicam a análise histórica.

A segunda veio da própria historiografia²⁶ que trabalhou com o período. Fortemente influenciada pelo trabalho de E.P. Thompson esta ajudou-nos decisivamente a compreender a ação dos agentes num quadro em que o sindicalismo, a despeito da estrutura corporativista herdada do Estado Novo, oferecia desafios, mobilizações e dilemas políticos distantes da caricatura de classe trabalhadora passiva e resignada. Fez-nos também compreender e relacionar a experiência de nossos agentes com essas singularidades históricas, inscrevendo a ação dos anarquistas num quadro de sentido próprio.

Sendo assim, a divisão de capítulos obedeceu em grande medida à experiência dos militantes que estudamos e articuladas com os objetivos propostos pelo trabalho.

A primeira parte é composta de três capítulos e pretende verificar a nossa hipótese sobre a questão da cultura política anarquista. No **primeiro capítulo** discutimos como os anarquistas se reorganizaram no período que vai do fim do Estado Novo até a realização de seu congresso nacional, fortemente inspirado pela mobilização militante que ocorria por conta do congresso anarquista internacional, a ser realizado na França. Debatemos também neste capítulo quais eram as principais preocupações de seus militantes e a preparação que os envolveu no bojo do congresso anarquista nacional de 1948.

No **segundo capítulo** nossa análise se concentra nos debates, resoluções e encaminhamentos do Congresso Anarquista de 1948 e como este fora primordial para definir as futuras estratégias militantes. Analisamos também os objetivos e especificidades das organizações anarquistas construídas no esteio deste congresso, no Rio de Janeiro e São

²⁴ ROSANVALLON, 1995, p. 17.

²⁵ THOMPSON, Edward Palmer. “As peculiaridades dos ingleses”. In: Sergio Silva e Antonio Luigi Negro (org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros textos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 270.

²⁶ À título de exemplo desta historiografia citamos os seguintes trabalhos. COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página aberta, 1995. FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

Paulo. Este segundo capítulo busca compreender como estas funcionavam e quais eram seus objetivos e composição.

No **terceiro capítulo** realizamos um debate fundamental, não apenas para os anarquistas no período, mas que tem ligação com a historiografia sobre o tema e o período, que é a relação do anarquismo nesse contexto com o sindicalismo revolucionário. Tentamos assim compreender, qual o papel do sindicalismo revolucionário na cultura política anarquista do período e suas estratégias.

Na segunda parte, composta por três capítulos, o trabalho dá prosseguimento aos objetivos de tentar compreender as práticas militantes dos anarquistas no período. Iniciamos o **quarto capítulo** analisando a imprensa anarquista. Este capítulo busca compreender o papel da imprensa anarquista, por sua estrutura de produção, distribuição e leitura. Qual era a importância dessa imprensa na formação política e na atividade de seus membros?

O **quinto capítulo** busca compreender quais foram as relações entre anarquistas e as demais organizações militantes. Analisamos, assim, a relação destes com os exilados espanhóis, já que a prática de solidariedade dos militantes aos exilados espanhóis marca sua atuação no período posterior ao final da guerra. E também buscamos compreender a relação dos anarquistas com o campo socialista crítico do PCB, partido que era a principal força de esquerda à época.

O **sexto capítulo** analisa as práticas sindicais e culturais dos anarquistas, seja na formação de grupos de oposição sindical e atuação nos sindicatos operários, seja na formação de atividades culturais. A intenção deste capítulo é tentar compreender como funcionavam essas estratégias sindicais e culturais no universo dos trabalhadores.

Por fim, cabe mencionar algo que julgamos relevante. O estudo das estratégias e organizações anarquistas é um campo promissor de pesquisas, ainda que, frequentemente seja ignorado. O próprio título da dissertação procurou ressaltar um aspecto do anarquismo que para muitos, ainda é completamente desconhecido ou por vezes, falsamente contraditório: os anarquistas formaram diversas organizações políticas ao longo da história e possuem clareza sobre seus aspectos e função. Nos termos da academia essa discussão é largamente ignorada ou pior, vista como um desvio ou algo simples demais para ser estudado a fundo. Os exemplos concretos de uma intervenção planejada e articulada dos anarquistas em instâncias políticas próprias, ao longo de contextos e planos distintos, podem questionar o senso comum e a *velha* e falsa questão: mas os anarquistas se organizam?

Para avançarmos nesse campo, precisamos desconstruir a ideia de que o anarquismo é apenas um “sinônimo” de antiestatismo e que toda a sua política se derive dessa síntese etimológica. Precisamos dirigir nosso olhar, não apenas para a negação do Estado defendida pelos libertários, mas compreender quais são as ferramentas acionadas para alcançar esse objetivo *finalista*. Olhando mais detidamente, percebemos que os anarquistas não apenas se organizavam, mas possuíam uma leitura da realidade e um programa político que visava modificá-la. É preciso em nossa compreensão, estudar o anarquismo não como um “ponto de chegada” conhecido, de onde poderíamos derivar todo um conjunto de práticas política, estratégias de identidade política dessa vaga noção etimológica (*anarquia; sem estado ou autoridade*) repetida exaustivamente nos antigos e empoeirados manuais de história política; mas sim, começar, para ser redundante, do “ponto de partida”, onde se compreende melhor a relação do anarquismo com seu contexto histórico.

Diante a presença do anarquismo nos movimentos populares contemporâneos, estudar sua trajetória histórica reveste-se de uma relevância ainda mais significativa, lembrando o compromisso da história com o que a filósofa Hannah Arendt chamava convenientemente de

vida ativa²⁷. Se a função da história não é ensinar lições ao presente, tampouco podemos ignorar a influência das questões atuais na escolha do objeto e das questões dos pesquisadores. Sendo assim, toda narrativa histórica, ainda que não queira, é política e é social.

²⁷ *Vita activa.*

PARTE I

CAPÍTULO I- “*Ergamos novamente*”: reorganização do anarquismo no pós-guerra

“Vinde a nós se sois homens de consciência e ajudai-nos a amontoar os elementos inflamáveis do próximo incêndio.”

Juventude Anarquista do Rio de Janeiro²⁸

1.1 – A mobilização militante e o congresso anarquista internacional

Se parece correto afirmar que um jornal pode substituir a atuação de um grupo político em determinada época cuja especificidade assim exija; para os anarquistas que se reagruparam em torno de *Ação Direta* em sua segunda fase²⁹, a ideia era imprimir a esta prática mais qualidade organizativa. A propaganda libertária concretizada nos periódicos anarquistas da Primeira República era insuficiente, segundo seus militantes, em produzir a envergadura propagandística para difusão das ideias anarquistas, pois estava ancorada em grande parte pelos chamados grupos de afinidade³⁰.

A conjuntura adversa impunha, segundo a leitura dos anarquistas, uma articulação mais orgânica; o que de certo modo somente seria iniciada com o congresso anarquista de 1948. A tarefa de reorganizar o movimento nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra coube em sua maioria, a militantes que foram formados politicamente nas primeiras décadas do século XX. Forjados nas intempéries da luta de classes entre operários e patrões que caracterizaram as décadas anteriores, estes militantes, mesmo clandestinamente, mantiveram contatos durante o período de guerra, em que o país vivia sob o estado de exceção, aguardando, assim, o momento propício para retornarem ao jogo político. Com o término da Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo se precipita. A pressão sobre Vargas aumenta paulatinamente; o repatriamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutara ao lado dos aliados contra os exércitos das potências do eixo se dá em plena crise do Estado Novo. Havia uma contradição nascente que punha em cheque a existência do regime político vigente no país; os pracinhas lutaram com o bloco capitalista democrático, e ajudaram a derrotar as potências do eixo, estas, constituídas em torno de regimes autoritários e fascistas, como os de Hitler e Mussolini. Como esses grupos aceitariam então, a contradição política de terem lutado externamente pela democracia, enquanto no próprio país vivia-se um regime autoritário controlado por Vargas? Enquanto isso, Getúlio tentava sobreviver politicamente aproximando-se do movimento sindical. A iniciativa de redemocratização de Getúlio em 1945 seria vista com desconfiança pela cúpula militar e pelos setores liberais conservadores. Getúlio tentava investir em seu perfil de líder de massas, dando-lhe algum fôlego político; mas isto custou o seu afastamento de setores liberais conservadores e da cúpula militar. A alta

²⁸ Juventude Anarquista do Rio de Janeiro. **A Revolta**, Rio de Janeiro, 01/06/1948, nº 01, p. 01 in RODRIGUES, 1992, p. 140.

²⁹ Falaremos mais especificamente sobre a imprensa anarquista nos capítulos posteriores.

³⁰ Falaremos mais adiante dos grupos de afinidade.

oficialidade do exército não pagou para ver até onde iria, a agenda liberalizante de Getúlio, e em 29 de outubro de 1945, o depõe, com apoio da oposição liberal.³¹

Em meio à crise do Estado Novo, os anarquistas reorganizar-se-ão. Neste sentido, mesmo com um suposto clima democrático inaugurado com o governo Dutra³² a estrutura repressiva se mantivera intacta, apesar de um pouco mais relaxada e adaptada às exigências liberalizantes e distensionistas que orientavam o novo governo. Baseando-nos em Reznik (2004) as soluções para as crises que tanto custaram preocupações aos governos anteriores seriam agora não resolvidas apenas como “uma questão de polícia”, mas também estariam incorporadas às legislações e políticas públicas promulgadas em sequência. O plano do governo era “eliminar as causas do descontentamento popular, tais como alto custo da alimentação, habitação, vestuário, remédios [...], etc., sem eliminar a necessidade dos planos preventivos de controle popular.”³³

Os anarquistas assim como outras correntes políticas, aproveitam este frágil e instável ambiente democrático e se reorganizam: fundam grupos ideológicos e elaboram jornais, intentando participar da vida política do país³⁴. Lembramos que a conjuntura do Estado Novo inibiu mobilizações políticas mais explícitas dos anarquistas no período de 1937 a 1945. O fim do Estado Novo em 1945 não determinou *mecanicamente* o fim das atividades das forças de segurança. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos (2003), enquanto existiu a DPS (Divisão de Polícia Política e Social) – à despeito das prerrogativas contidas na Constituição de 1946 – “a vigilância e repressão ao movimento organizado dos trabalhadores foi exercida”³⁵.

Consultando o acervo da DPS no Rio de Janeiro e do DOPS-SP, encontramos uma quantidade significativa de prontuários que atestam a vigilância das forças de segurança aos anarquistas de Rio de Janeiro e São Paulo.

O primeiro jornal anarquista a sair depois do Estado Novo foi *Remodelações*, nome sugestivo para um momento de reorganização dos libertários³⁶ no Rio de Janeiro e no Brasil. O jornal era coordenado pelo anarquista cearense Moacir Caminha, mas contava com a participação de outros libertários, tais como o professor José Oiticica e a militante Maria Iêda. Tinha duas folhas frente e verso, e inicialmente circulou semanalmente, até seu desaparecimento em julho de 1947³⁷, provavelmente, pela escassez de recursos para manter ambos periódicos³⁸ já que com o aparecimento de Ação Direta em 1946, fosse mais fácil aos anarquistas do Rio de Janeiro, concentrarem seus esforços em manter apenas um periódico.

³¹ LEMOS, Renato em CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio; SILVA, Raul Mendes (org). Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro, Bndes, s/d.

³² O presidente Eurico Dutra (1946-1951), ao contrário da relativa autonomia da política externa empreendida por Vargas, manteve-se altamente alinhado ao bloco democrático e estadunidense, prenunciando os contornos da chamada “Guerra Fria”, que teriam consequências internacionais nas relações dos anarquistas com outras correntes políticas.

³³ Planos preventivos, que incluíam a vigilância permanente de grupos que poderiam ser potencialmente desestabilizadores da ordem vigente. REZNIK, 2004, p. 45.

³⁴ O fim da década de 40 é emblemático da iniciativa dos militantes em retomarem sua imprensa. Temos no Rio de Janeiro o lançamento de *Remodelações* em 1945, *Ação Direta* em 1946 e o *Archote*, em 1947. Em São Paulo, o (re)lançamento de *A Plebe* em 1947. A reabertura do Centro de Cultura Social em 1945, em São Paulo também está inserida neste contexto. Os últimos anos da década de 40 são os anos mais “pujantes” da imprensa libertária.

³⁵ MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Marcelo Badaró Mattos [et alii]. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 83..

³⁶ Utilizaremos eventualmente no presente texto o termo *libertários* como sinônimo de anarquistas. Ainda que entendamos que tais termos possuam significados distintos, os anarquistas do período utilizam este termo regularmente como um sinônimo de anarquista. Optamos por utilizar as categorias “nativas” sempre em *itálico* e determinados conceitos empregados por nós, em **negrito**. O **negrito** também será utilizado quando ressaltarmos determinada palavra ou chamar atenção para algum aspecto de nosso trabalho.

³⁷ *Remodelações* voltará a ser publicado em 1958.

Seu primeiro número foi lançado em 10 de outubro de 1945, portanto, emblematicamente, alguns dias antes do desfecho da crise que terminou com a deposição de Getúlio. A tarefa dos anarquistas no Rio de Janeiro parecia clara no novo contexto político nacional: reorganizarem-se.

Companheiros! Há mais de 15 anos, o fascismo imperante no Brasil prendeu, deportou, expulsou dos sindicatos a todos nós, os libertários, proibiu-nos qualquer reunião e toda publicidade, tirou nos os meios de nos entendermos, propagar ideais, falar. Não nos pode entretanto, impedir de pensar, confiar e viver o ideal libertário. A queda da ditadura facultou-nos, agora, volvermos à ação. Esses quinze anos foram de rude experiência, mas estamos certos de que o nosso ressurgimento vai ser excepcionalmente grandioso. O fascismo maltratou tanto os homens, que eles agora não de, por força, procurar novo rumo na organização social.

[...]

Companheiros! Para ressurgirmos, havemos de reagrupar-nos. Importa urgentemente, reaparecermos nos sindicatos, nas fábricas, nos campos, nos centros de estudos, nos nossos periódicos, nos nossos congressos, preparando com mais vigor, duas obras pujantes outrora e sufocadas pelo fascismo: a Federação Operária Brasileira e a Federação Libertária Brasileira.

Pedimos, pois, a todos os companheiros libertários do Brasil que se reagrupem, formem seus centros, reentrem nos sindicatos, fundem semanários, ou difundam os que já existem, publiquem folhetos ou enviem auxílios para os publicarmos, mandem endereços de companheiros ou simpatizantes, quer das cidades, quer do interior, refaçam os grupos cênicos, musicais, os de estudo, os piqueniques, as excursões de propaganda; enfim, preparem-se para a futura convocação dos congressos regionais de libertários.

Pela comissão reorganizadora.³⁹

Um ponto importante a ressaltar neste comunicado. Duas tarefas colocadas pelos anarquistas do Rio de Janeiro: retomar o que o historiador Alexandre Samis chama de **vetor social**⁴⁰ (sindicatos) e a formação de um **organismo específico anarquista** de amplitude nacional, chamado temporariamente de Federação Libertária Brasileira, que se distinguiria de seu organismo econômico sindical. Este tipo de modelo organizativo, do ponto de vista histórico do anarquismo, grande devedor da proposta de Mikhail Bakunin, não era uma proposta isolada dos anarquistas “nacionais”. Sobre isto, afirmavam – em consonância⁴¹ com

³⁸ Fato que pode ser comprovado pelos recorrentes pedidos de apoio à imprensa libertária em ambos os periódicos citados.

³⁹ OITICICA, José. Aos Libertários do Brasil. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 08/11/1945, nº 05, p. 02.

⁴⁰ Para o historiador Alexandre Samis: “Foi, sem sombra de dúvidas, o sindicalismo revolucionário, responsável pelo primeiro vetor social conseguido pelos anarquistas nos grandes centros brasileiros. Como queria Malatesta, os anarquistas deveriam entrar em todos os campos que suscitassem as contradições do capitalismo e lá buscar que funcionassem da forma “mais libertária possível”. No meio sindical a orientação não era diferente. Entretanto, a confusão entre a proposta ideológica de revolução e os meios para atingi-la, comprometeu em diversos momentos a prática anarquista. Em muitas oportunidades, os libertários, deixaram-se levar pela enxurrada reivindicatória, observando menos os pressupostos doutrinários. Os grupos de propaganda, por questões de urgência, acabaram por não conseguir levar a efeito a sedimentação ideológica das premissas libertárias. Dessa forma, por uma excessiva ênfase no “economicismo”, já denunciada por muitos anarquistas, típica do sindicalismo, as bases afastavam-se da proposta ideológica que as animara até o início dos anos 20.” O **vetor social** para este pesquisador seria portanto, este espaço de inserção dos anarquistas. SAMIS, Alexandre. “Sindicalismo e Anarquismo no Brasil: (1903-1934).” In Instituto de Teoria e História Anarquista. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/>> Acessado em 15/01/13.

⁴¹ É em certa medida por esta troca, que as regras políticas são negociadas e definidas. As “regras” políticas a que estão subordinados, portanto, são definidas pela ação dos agentes do próprio campo ideológico, “dotado de leis próprias” e que, “Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas, Se jamais

o compasso organizativo do anarquismo mundial – o seu modelo de luta. Quando dizemos “consonância”, estamos referindo-nos ao diálogo da militância anarquista “nacional” com os anarquistas de outros países.

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 1946 celebrou-se em Dijon o segundo congresso da F.A.F.

Tomou-se o seguinte acordo que firma a perfeita unidade de vistas e ação com a C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho). Temos assim uma organização anárquica inteiramente semelhante à da Espanha e que deve servir de modelo a todos os movimentos de luta: uma sindical de **ação direta** e, ao lado, uma **federação anarquista** orientadora da luta de classes.⁴²

Em São Paulo, os ventos “democráticos” em afinidade com a vontade organizativa dos militantes anarquistas paulistas, pareciam indicar o retorno destes à cena política. A articulação dos anarquistas jamais cessou. A relação entre os militantes de São Paulo e Rio de Janeiro permaneceu viva, mesmo diante às dificuldades de mobilização colocadas pelo Estado Novo. No primeiro número do jornal *A Plebe*, o editorial “Voltando à luta” marcava o tom de retorno político dos anarquistas, que simbolicamente lançavam seu periódico no dia dos trabalhadores⁴³ de 1947. Os militantes, pelo seu veículo de comunicação, realizam um breve histórico de sua presença no país e sublinham seu retorno político. A poesia escrita por Gigi Damiani e publicada no jornal, no mesmo número, parece traçar os contornos do estado de ânimo ⁴⁴ anarquista em São Paulo.

Velhos, mas duros de morrer, voltamos
como partimos. – Não mudamos nada –
diremos aos que vimos pela estrada.
E ajuntaremos: Meu irmão, cá estamos junto
a ti e para o bom trabalho;
nossa fé temperada pelo malho
do exílio duro, descansar desdenha.
O mundo escravo despertou agora
depois de fundo sono, e, à nova aurora,
o interrompido afã recomeçamos.

O velho amigo, abaixando a fronte
responderá que o furacão sem brida
por vinte anos rugiu na Europa mesta,
que toda a nossa obra foi perdida
e de quanto fizemos nada resta.

Replicaremos: – Não temer, passada
é para nós a trágica jornada,
a tirania cega já não reina.

escapa às imposições do marcocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, pp. 20-21.

⁴² Federação Anarquista Francesa. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 04.

⁴³ **A Plebe**, São Paulo, 01 de Maio de 1947, nº 01.

⁴⁴ Pelo menos é o que os próprios militantes afirmam. Segundo estes, “Publicamos em outra página deste número uma poesia de Gigi Damiani, nosso velho companheiro de redação que, como muitos outros militantes da causa da Liberdade, foi arrancado do convívio e atirado à enxurrada das deportações pelo tufão da tirania. Não poderíamos encontrar mais expressiva imagem para caracterizar o momento presente deste renascer do anarquismo. Cf. Voltando à Luta. **A Plebe**, São Paulo, 01 de Maio de 1947, nº 01, p. 01.

Tudo tombou? Ergamos novamente.
Vê o caipira: a terra devastada,
queimado o milharal, morta a semente,
que importa? Assim que o furacão amaina,
êle volta depressa para a faina.
Ajunta as pedras sôltas⁴⁵, como se elas fossem de ouro e,
tomando-as uma a uma, põe-se a reconstruir tôda a tápera.
Afôfa a terra com as mãos, apruma
as cercas, cava o poço, destorroa
o chão vidrado, planta, trata, espera.
Recompõe a tarimba, os filhos cria,
sabendo embora, que outra guerra, um dia,
uma noite, há-de vir para levá-los...

Não desesperes, não demonstres ira.
Nós passaremos todos, mas o povo
renasce. Faze, pois como o caipira
sábio, que sabe começar de novo.

Companheiros! Enxadas sôbres os ombros,
voltemos, que aí vem a primavera.
Nossa missão é remover escombros,
é destocar, é arar, é semear,
que a mocidade nosso exemplo espera!

*

Durante o furacão, a bicharada
dispersa-se: o termita no cupim,
a saúva no olheiro. Cêssa a lida.
Mas quando o sol ressurgue e a luz dourada
bate na terra, volta a bicharada;
por entre os mortos recomeça A Vida.

A Vida não deserta, não descura
sua obra de eterna construção,
seja nos picos de perene alvura,
ou entre as coisas ínfimas do chão.

Plantações e consciências abrem flôres
para quem as cultiva com trabalho,
não há parto que não conheça dôres;
não há treva que não fuja de espanto
ao sol, nem gota trêmula de orvalho
que não seja, também gota de pranto...

Tudo é luta; nada se perde, nada;
o êrro na experiência se compraz.

Refaçamos a terra devastada;
Olhando só pra frente, não prá traz.

— A cruz da servidão seja partida —
diga-se a quem ela curvou a espinha;
e a quem a vã espera em si amarra
uma vontade, diga-se: Ergue-te e caminha...

⁴⁵ Um militante que também utiliza essa alegoria é Edgar Leuenroth. Segundo Jaime Cuberos, logo depois da queda do Getúlio, Leuenroth lhe disse: “Nós vamos começar a reunir as pedrinhas que sobraram e reconstruir o edifício libertário novamente.” LEUENROTH, Edgar apud Cuberos, Jaime In JEREMIAS, s/d, p. 145.

Mas não se diga nunca: A estrada é incerta
a quem de moço ardores já não sente.
Ferido, o veterano vai prá frente,
tomba no campo, morre. E não deserta!⁴⁶

É impossível analisar esta alegoria sem relacioná-la com os debates, anseios e dilemas dos anarquistas no período. As referências à geração anterior de “veteranos” ou “velhos”; demonstra que esses anseios estão inscritos numa trajetória militante que, como vimos, pode ser alargada até as primeiras décadas da militância anarquista no Brasil. Esses dilemas não correspondem apenas aos labirintos políticos e sindicais inaugurados pelas modificações na conjuntura nacional e da realidade internacional, mas possuem estreita conexão com uma temporalidade própria⁴⁷ da militância anarquista que atravessa as décadas. Estes, portanto, possuem seus próprios ritmos e discussões internas que não obedecem necessariamente, a temporalidade de outros campos. Significa dizer, que não “resolver” questões internas anteriormente mal discutidas, seria incorrer em problemas para a concepção e estratégia desses militantes num período que exigia uma atuação adequada aos seus limites e possibilidades. Ou seja, como inscrito no poema, para esses militantes, era preciso aguardar a *Primavera* trabalhando, “removendo escombros, semeando e arando”⁴⁸ e nas palavras dos anarquistas de São Paulo nos meses subseqüentes ao período de articulação militante⁴⁹ era necessário que “os elementos libertários desse país ainda não organizados se constituam em grupos, para depois, serem reunidos nas federações regionais, como base para a constituição da organização geral libertária do Brasil.”⁵⁰

Reorganizar o anarquismo no Brasil sem um debate profundo, seria reproduzir velhos equívocos que poderiam ser fatais para o futuro do movimento. Some-se a isto que, em 1946, os anarquistas do Rio de Janeiro e de outros estados, recebem em 15 de abril⁵¹, da França, que como vimos anteriormente, era neste momento o “berço” do debate sobre a organização anarquista, um questionário para a realização de um congresso anarquista internacional⁵². Nesse contexto de reorganização, a “resposta” a este questionário fora compreendida pelos anarquistas como algo subordinado a um entendimento comum, e não a opinião isolada de

⁴⁶ Cf. A Volta. Tradução de Valerio Salvio. **A Plebe**, São Paulo, 01 de Maio de 1947, nº 01, p. 02.

⁴⁷ Segundo Lucília Neves, “Cada tempo tem seu substrato e cada substrato temporal inclui em si singularidade e multiplicidade”. (NEVES, 1995 p. 1 In DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 35) “O substrato da marca de um tempo é definido pelas ações humanas e pelos valores e imaginário que conformam esse tempo. Portanto, ao buscar e identificar, analisar e interpretar os valores e as ações humanas de outro tempo, o historiador e demais profissionais que elegem a História como área de conhecimento empreendem um movimento através do qual, como já assinalado, se relacionam, a diferentes temporalidades.” (DELGADO, 2006, p. 35).

⁴⁸ As alegorias com o semeador são muito recorrentes na imprensa anarquista. Não podemos subestimar o poder dessas alegorias. A revolução como um fenômeno apocalíptico e que portanto, subtrairia a sociedade de seus males sociais é um aspecto marcante na obra de Mikhail Bakunin. Essas alegorias possuem o poder de mobilizar a militância pelo recurso metafórico e poético, cujo fundo em comum, são palavras-chaves de seu vocabulário político. Vocabulário que retoma aspectos não apenas da ideologia anarquista mas do conjunto da classe para se nutrir. A metáfora do semeador/agricultor ou do pedreiro que reconstrói o que outrora foi destruído é recorrente na linguagem política anarquista. Podemos compreender estas alegorias, guardadas às devidas proporções, como uma espécie de *mitopraxis* de que nos fala o antropólogo Marshall Salins. Se na prática e ideologia anarquista convivem elementos racionais, há também elementos de outra natureza que estruturam seu discurso. Sobre o conceito de *mitopraxis*. Cf. SALINS, Marshall. A Antropologia da História In *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 60-105.

⁴⁹ Que em nossa visão é mais agudo entre os anos de 1945 e 1947, anteriores ao Congresso Anarquista de 1948, onde os debates políticos são encaminhados de maneira mais explícita.

⁵⁰ Pela Organização dos Anarquistas. **A Plebe**, São Paulo, 15 de Junho de 1947, nº 02, p. 03.

⁵¹ Cf. RODRIGUES, 1993, p. 32.

⁵² Cf. Congresso Anarquista Internacional. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 02 de Fevereiro de 1946, nº 02, p. 03.

alguns militantes, o que fazia com que aumentasse a necessidade de uma instância de debate, própria do movimento. Segundo Edgar Rodrigues⁵³, o congresso da FORA (Federação Operária Regional Argentina) – entidade de classe impulsionada decisivamente pelos anarquistas argentinos – realizado em fevereiro e maio de 48 apressou “o nascimento da União Anarquista do Rio de Janeiro e a realização clandestina do Congresso Anarquista Brasileiro em fins de 1948”⁵⁴. A União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ) nasceu após uma assembléia que reuniu o movimento anarquista do Rio de Janeiro. Essa assembléia foi proposta por militantes da Juventude Anarquista do Rio (JARJ) de Janeiro, que portanto, é anterior a formação da UARJ⁵⁵. Concordamos que as relações internacionais dos anarquistas são fundamentais⁵⁶ para afinar laços orgânicos e motivar a realização de seu congresso nacional, mas sem uma **cultura política**⁵⁷ própria para “albergar” essa proposta em território nacional é pouco provável que esse congresso tivesse realmente acontecido. A cultura política pode ser compreendida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou tradição políticas”⁵⁸. Ela

se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. [...]”⁵⁹

Esse sistema não é estanque, estático, pois se alimenta constantemente com novos ou velhos documentos, vocabulários de palavras e perspectivas políticas selecionadas em diálogo com as demais tradições da esquerda.

Esta “pré-disposição” de formar uma organização política é como sublinhamos, fruto de uma **cultura política** específica, oriunda em grande medida de questões internas dos anarquistas brasileiros. De fato harmonizava-se com o ritmo político do anarquismo internacional, mas possuía sua raiz nas décadas anteriores. Segundo Berstein

⁵³ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 138.

⁵⁴ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 138.

⁵⁵ Cf. RODRIGUES, 1992, pp. 162-163.

⁵⁶ É o que indica um documento da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, datada de Junho de 1948. “Tendo chegado às mãos da Juventude Anarquista uma circular da comissão reorganizadora da ACAT, cuja cópia traduzida lhe remetemos, resolveu a JÁ, em sua reunião do dia 12 do corrente mês, enviar ao maior número possível de companheiros do Distrito Federal e Estado do Rio uma cópia para que os mesmos tenham conhecimento do seu conteúdo, assim como a São Paulo, Rio Grande, Paraná, etc., e também convocar a uma reunião todos os companheiros que queiram participar da mesma; a fim de considerar o chamado da comissão reorganizadora da ACAT, ouvir a opinião de todos os companheiros e, se possível, chegar a um acordo a fim de rompermos o marasmo no qual caímos. Crê a Juventude Anarquista na ineludível e imprescindível necessidade de que os companheiros anarquistas do Rio de Janeiro tomem uma atitude franca, clara e firme frente a todos os acontecimentos que envolvem a humanidade. Cremos ser necessária a formação de grupos que possam dar vida a uma federação local e na realização de um congresso regional do Brasil, que poderia ser realizado na segunda quinzena de dezembro, para tomarmos as resoluções que concordem com nosso passado revolucionário e com nossa presente responsabilidade de anarquistas.” Juventude Anarquista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Junho de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 222.

⁵⁷ Na verdade podemos facilmente falar de *culturas políticas*. Pois “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados.” SIRINELLI apud BERSTEIN In: RIOUX, 1998, p. 354.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 350.

⁵⁹ BERSTEIN, Serge. “Os Partidos” In. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 88-89.

Para que nasça um partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura⁶⁰ bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo.⁶¹

Ainda que o termo “partido” não seja frequentemente utilizado pelos *libertários*, vemos como coerente, do ponto de vista teórico, considerar suas organizações específicas, no que tange ao modelo de atuação, como “partidos ‘de origem’ externa (ao Parlamento)”. “Emanando de grupos de pressão, sindicatos, ‘sociedades de pensamento’, igrejas, associações de ex-combatentes, etc.”⁶². Ou seja, uma “reunião de homens em torno de um objetivo em comum”⁶³ e “Aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o *lugar onde se opera a mediação política*.”⁶⁴.

Aqui cabe uma rápida digressão histórica, o termo partido não é um termo desconhecido ou que nunca tenha sido usado pelos anarquistas. Este termo aparece recorrentemente nas obras do militante italiano Errico Malatesta, muito lido pelos militantes nacionais. “Se por partido entendemos o conjunto dos indivíduos que têm um objetivo em comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que se entendam, unam suas forças, compartilhem o trabalho e tomem todas as medidas adequadas para desempenhar esta tarefa.” Malatesta também dirá que entende “por partido anarquista o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer.”⁶⁵

Essa também parece ser a opinião dos anarquistas nacionais, ainda que prefiram não utilizar esse termo, num contexto em que estava carregado de significados próximos do campo marxista. Numa carta enviada pelo grupo “Os Ácratas” de Porto Alegre ao periódico *Ação Direta* – escrita pelos anarquistas José Ramon e Orlando Martins –, podemos ter uma ideia das expectativas dos anarquistas brasileiros em torno da realização de seu próprio congresso e da possível fundação de uma organização específica de porte nacional. A noção de que a formação de uma organização nacional viabilizaria o desenvolvimento das ações políticas anarquistas era compartilhada com militantes de diferentes cidades⁶⁶.

⁶⁰ Uma dessas crises, no presente caso, foi a crise do sindicalismo revolucionário. Cujas reflexões estão presentes na imprensa do período.

⁶¹ BERSTEIN, Serge. “Os Partidos” In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁶² BERSTEIN In: RÉMOND, 1997, p.65.

⁶³ *Ibidem*, p. 72.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 60. Berstein nos alerta que “é evidente que não se pode considerar o homem como sendo originariamente um animal político; sozinho, ou em sociedade, ele sente necessidade e aspirações que lhe concernem diretamente, a ele mesmo ou à sua família, e que se situam no nível estrito da existência cotidiana”. [...] A realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas, e não existe passarela natural entre as duas” BERSTEIN In: RÉMOND, 1997, p. 60. Guardadas às devidas proporções a precaução de Berstein em converter todos os problemas em problemas políticos está próxima a crítica do sociólogo Pierre Bourdieu, que problematizando os limites de se considerar qualquer opinião como uma opinião política, demonstra argumentativamente que existem modos de produção de opinião distintos e que não envolvem necessariamente uma axiomática política. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 392.

⁶⁵ MALATESTA, Errico. “A Organização II” *L’Agitazione*, 1897. In: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008, pp. 105-106.

⁶⁶ Segundo estes militantes “O movimento anarquista do Brasil se acha débil por culpa dos próprios anarquistas que ainda não constituíram seu organismo específico, ou seja, a **Federação Anarquista Brasileira**, que reuna (sic) os esforços dos anarquistas deste país para assentar um programa na fase atual da nossa luta pela emancipação econômica do povo. Estamos divididos, esparsos, sem comunicações desorientados por falta desse organismo de convergência. RAMÓN, José; MARTINS, Orlando. *Aos Anarquistas do Brasil. Ação Direta*, Rio

Para estes, a articulação internacional do anarquismo incentivava-os a darem o empuxo suficiente ao anarquismo em território nacional⁶⁷. Avaliando qual seria o primeiro passo para amadurecer a organicidade dos anarquistas em território nacional, os militantes anarquistas de Porto Alegre, apontam um veículo fundamental para aglutinação do anarquismo brasileiro – o periódico *Ação Direta* – e indicam as possibilidades de realização do congresso em solo nacional. Em linhas gerais, os militantes de Porto Alegre defendem a “organização dos grupos em federações estaduais e, ao mesmo tempo, estudemos os meios de realizar um Congresso Nacional anarquista, para, logo após, criarmos a Federação Anarquista Brasileira.”⁶⁸

A dinâmica de articulação do congresso internacional era simples e obedecia ao federalismo político dos libertários: os grupos deveriam responder um questionário enviado pela Comissão de Relações Internacionais Anarquistas⁶⁹ que, por conseguinte, conformaria a partir das opiniões dos grupos locais, as linhas gerais do congresso internacional.

O congresso anarquista internacional evidencia a reorganização do anarquismo mundial. Das páginas de *Ação Direta*, especificamente no que se refere aos informes da Comissão de Relações da Internacional Anarquista (CRIA), é possível perceber esta mobilização organizativa que se desenvolve nos anos seguintes. Contabilizamos mais de 18 grupos anarquistas⁷⁰ espalhados ao redor do globo, cujas atividades eram divulgadas nos

de Janeiro, 10 de Outubro de 1946, nº 22. *Ação Anárquica*, p. 03.

⁶⁷ “Nós, anarquistas do Brasil, sabemos através da imprensa libertária, vinda do exterior, que os companheiros de França, Itália e Espanha se preparam para celebrar um Congresso anarquista internacional. Desse Congresso nascerá a Federação Anarquista Internacional. Os organizadores do Congresso pedem-nos sugestões e essas deveriam ser enviadas por uma Federação Anarquista criada no Brasil. Ora, nós aqui somos apenas agrupamentos isoladas que nem correspondência regular entre si mantêm. Urge, camaradas, que os anarquistas do Brasil organizem a Federação Anarquista Brasileira, para, se possível, comparecer nesse carácter no Congresso Internacional. [...] E aqui estamos camaradas! É necessária a ação! É necessário organizar para o bom combate, as energias individuais! Em organizações de indivíduos livres, mas conscientes! Consciências livres, mas responsáveis pelos compromissos! A França nos serve de exemplo.” *Idem*.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 04.

⁶⁹ Uma comissão recém-fundada (em território francês) para coordenar a troca de informação entre os militantes anarquistas internacionalmente. Segue o questionário completo. “Congresso Anarquista Internacional 1. Estais de acordo com a realização de um congresso Internacional Anarquista? a) se estais de acordo, quereis fazer alguma sugestão sobre possibilidades de realização, data, lugar, assim como pontos essenciais que dariam princípio ao estabelecimento de uma ordem do dia? [...] 2. Estareis de acordo com a criação de uma Federação Anarquista Internacional que agrupe as várias tendências e matizes em vigor no âmbito do anarquismo militante? [...] b) Parece-vos conveniente que a esse assistam os não partidários do anarquismo organizado, isto, é, os individualistas? c) Se não estais de acordo, querei explicar as causas e motivos disso, embora supondo que admitireis a celebração do congresso e não admitais a necessidade de constituir a F.A. Internacional? [...] Se aceitais, podereis responder aos pontos que vos expomos a seguir? 1. em que forma se acha organizado o movimento anarquista em vosso país. 2. Nosso movimento é legal ou clandestino? 3. Que características gerais ou particulares oferece? 4. Contais com um plano próprio de organização, de orientação ideológica, de realizações imediatas na ordem econômica ou cultural? ou de estudo na ordem econômica ou na cultural ou ideológico? No caso de tê-lo, quereis dar-no-los a conhecer? 5. Existe movimento operário afim a nossos princípios latinos?” Congresso Anarquista Internacional. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1946, nº 09, p. 04.

⁷⁰ ITÁLIA: Federação Anarquista de Carrara, Federação Anarquista de Piemonte, Federação Anarquista Italiana, Federação Anarquista Lacial, Federação Anarquista Lombarda, Federação Anarquista de Terni, ESPANHA/PORTUGAL: Federação Anarquista Ibérica (Espanha/Portugal), MÉXICO: Federação Anarquista Mexicana, CUBA: Associação Libertária em Cuba, PERU: Federação Anarquista Peruana, ARGENTINA: Federação Anarquista Argentina, INGLATERRA: Federação Anarquista Britânica, FRANÇA: Federação Internacional das Juventudes Libertárias em França, CORÉIA: Federação Anarquista da Coréia (esta contava segundo seus integrantes com mais de 3000 militantes em 1949), JAPÃO: Federação Anarquista Japonesa. Ainda podemos citar o Movimento Libertário da África do Norte, provavelmente formado por anarquistas espanhóis exilados por conta da Revolução Espanhola.

relatórios da comissão de relações internacionais anarquistas, geralmente publicadas no periódico *Ação Direta*. Dialogando com o trabalho do pesquisador sul-africano, Michael Schmidt, a presença dessas organizações anarquistas internacionais e de militantes brasileiros não deve nos surpreender. Segundo Schmidt a historiografia sobre o anarquismo foi “distorcida” pelo mito dos cinco “grandes momentos”⁷¹. Esse mito restringiu a periodização das análises históricas. Segundo Schmidt, esses cinco grandes momentos seriam os mártires de Haymarket (Chicago) em 1887; a Confederação Geral do Trabalho e a Carta de Amiens, em 1906; a Revolta de Kronstadt de 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e a Revolta Francesa de 1968. Segundo Schmidt essa versão “anêmica” da história do anarquismo sofre de uma confusão sobre a noção do que o anarquismo é, supervalorizando o conteúdo “anarquista” de Kronstadt e dos revoltos parisienses, onde a sua influência fora marginal. Essa versão também ignora outras revoluções com a maior influência dos anarquistas, que foi a de Morelos e na Baixa Califórnia no México em 1910-1920, a da Manchúria (1929-1931), a do trabalho dos anarquistas nos sindicatos em Cuba (1952-1959), assim como não menciona suas experiências comunais, na Espanha (1873-1874) e na Macedônia (1903). Acrescentaríamos diante as reflexões de Schmidt, que o mito dos “cinco grandes momentos” obscureceu a presença dos anarquistas no pós-guerra no Brasil e em outros países do continente sulamericano. Fato que pode ser elucidado mediante estudos locais sobre a história do anarquismo neste período.

Por isso, o pesquisador sul-africano propõe uma periodização mais “generosa”, intitulada de teoria das cinco ondas⁷², que não pretende ser uma “lei de ferro” do progresso e da reação, mas um guia histórico aberto a adaptações⁷³. A vantagem de “adotarmos” este guia é ter uma visão global⁷⁴ do anarquismo, ainda que, na nossa pesquisa, tal periodização precise ser relativizada, mas não abandonada.

Neste sentido, a articulação entre os militantes do Rio de Janeiro e São Paulo, no período posterior ao final da Segunda Grande Guerra – chamada por Schmidt de “terceira onda do anarquismo (1924-1949)” – é fundamental para garantir seu Congresso. Longe de ser apenas uma exceção regional, a organização dos anarquistas nesse contexto está conectada a uma rede militante, que mesmo com seus limites, pode ser chamada facilmente de internacional.

1.2 – A preparação do Congresso Anarquista de 1948

Na preparação para o congresso de 1948, os anarquistas trocarão correspondências com militantes de outros estados. A iniciativa do congresso seria precedida por um encontro, chamado pelos anarquistas de “convênio”. Numa carta enviada no dia 26 de Novembro de 1948, alguns dias antes do encontro:

⁷¹ SCHMIDT, 2013, p. 14.

⁷² Five Waves Theory.

⁷³ SCHMIDT, *Ibid*, p.16, tradução nossa.

⁷⁴ Segundo esse guia. A primeira onda é a de 1868-1894, pouco conhecida, e a segunda onda, de 1895-1923, bem mais estudada, que cobre as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia. [...] A terceira onda, de 1924-1949, igualmente famosa, que abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o “período glorioso” do anarquismo. [...] A quarta onda, de 1950-1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana em 1952-1959 e, novamente, com a Nova Esquerda de 1968. [...] A quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações “horizontalistas” contrapondo-se ao antigo e velho “comunismo” marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo, por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas. (Schmidt, 2012a, p. 43-44 apud Corrêa, 2012, p. 216.)

Conforme dissemos em nossa primeira carta relativa ao convênio em preparação, de ha muito que se patenteia a necessidade de um encontro dos militantes anarquistas do Brasil, para trocarrem impressões, estudarem os nossos problemas e assentarem medidas a serem postas em pratica. É o que se pretende fazer com o convênio a realizar-se na segunda quinzena de Dezembro. Não será propriamente um congresso, mas um encontro preparatório para que dentro do mais breve espaço de tempo possível possamos reunir-nos em um grande congresso que seja espelho do nosso movimento crescido e intensificado. Êste primeiro encontro precisa da participação de todos. Por isso contamos com a valiosa cooperação do companheiro, que procurará estimular todos os companheiros de suas relações a lhe darem tambem o seu apoio.⁷⁵

Tal movimentação não passará despercebida pelas forças de segurança. A correspondência apreendida pelo DOPS traz a assinatura de Pedro Catallo, anarquista paulista e um velho conhecido das forças de segurança. A vigilância policial sobre os anarquistas de São Paulo – conforme a data dos prontuários e relatórios policiais indica – foi bem ativa⁷⁶ durante o ano de 1948.

As atividades descritas pelo relatório policial são uma “conferência do professor CANDIDO OLIVEIRA” e “presidida pelo anarquista” Lucas Gabriel, “vendedor⁷⁷ de quadros de adorno e molduras de enfeite”⁷⁸ na sede dos empregados de Comércio e uma conferência no Centro de Cultura Social de São Paulo, com a participação de 100 pessoas.

A lista de militantes “mapeados” pelo agente policial e encabeçada por Catallo é extensa⁷⁹. Além do nome, o relatório inclui sempre que possível, o endereço, profissão⁸⁰ ou

⁷⁵ União Anarquista. In Folha 09, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

⁷⁶ A propaganda anarquista deste ano também.

⁷⁷ Uma reflexão que nos parece interessante realizar sobre isto, diz respeito a relação entre o ofício deste anarquista e sua posição no Centro de Cultura Social de São Paulo. Num artigo intitulado “Sapateiros Politizados” Eric Hobsbawm e Joan W. Scott procuram compreender os motivos pelos quais, os pesquisadores se deparam com um contingente expressivo de sapateiros envolvidos com a cultura política radical da classe operária e assumindo posições de destaque no interior desta cultura. Seguindo as pistas inauguradas por Hobsbawm e Scott, ainda que seja uma hipótese, podemos encontrar algumas similitudes entre o ofício do sapateiro e do vendedor de quadros Lucca Gabriel. Ambos os ofícios lidam diretamente com a “clientela”. Ambas as atividades exigem pouco capital e possuem “independência com relação a seus protetores, clientes abastados e empregadores”. São atividades que permitem “expressar suas opiniões sem correr o risco de perder seu emprego ou seus fregueses -se fosse realmente bom, nem mesmo seus clientes respeitáveis”. Acrescentaríamos que por provavelmente ter um ponto fixo de vendas, Lucca Gabriel conseguia ter contato com inúmeros “simpatizantes” do anarquismo HOBBSAWM, Eric J. e SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados” In Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 10-11). Acrescentaríamos mais uma reflexão sobre a posição de Lucca Gabriel como secretário geral do Centro de Cultura Social, que diz respeito às competências específicas exigidas por esta função, competências que não são poucas. Segundo os estatutos do Centro de Cultura Social, o secretário geral: “Representa o Centro de Cultura Social perante terceiros, da início às assembléias gerais, orienta as reuniões da Comissão Administrativa, assina a correspondência, os papéis administrativos e os documentos para o levantamento de dinheiro em depósito.” Centro de Cultura Social. Estatutos, 1945, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo. A competência para ocupar esse posto não era apenas uma competência técnica ou apenas política. Amparando-nos nas reflexões de Bourdieu, podemos pensar que “A competência ‘técnica’ depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convidado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição.” BOURDIEU, 2007, pp 382-383.

⁷⁸ Observação em torno dos anarquistas de São Paulo (Conferências, Palestras, etc.), 14/04/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

⁷⁹ 113 nomes citados. Provavelmente nem todos eram anarquistas, mas simplesmente simpatizantes ou dentro da “esfera” de influência dos anarquistas organizados no Centro de Cultura Social de São Paulo. *Idem*.

⁸⁰ Como “Paulo Martins (padeiro)”.

ocupação⁸¹ dos militantes. Um documento em anexo no mesmo relatório, com nome, número de matrícula e valor doado no mês, nos permite imaginar que as intensas atividades e as relações estabelecidas no Centro de Cultura Social de São Paulo sustentavam as aspirações de seus militantes, num possível retorno do anarquismo aos sindicatos, mesmo com a conjuntura adversa e a hegemonia do PCB em suas antigas bases. A participação dos anarquistas brasileiros num congresso anarquista internacional era “lastreada” por um trabalho modesto de retorno organizado à classe; e no caso específico do Centro de Cultura Social de São Paulo, a construção de um novo espaço de inserção.

A carta-convite do congresso anarquista nacional, datada de 26 de novembro de 1948, seria apreendida por agentes de segurança. A correspondência fora enviada de São Paulo a Recife, ao anarquista Wenceslau Ferreira, por Pedro Catallo. O policial responsável por realizar um relatório interno, escreve que “O grupo anarquista que milita no Paiz, levará a efeito no dia 17 uma reunião em S. Paulo, que terá o caráter de Congresso.”⁸²

Os anarquistas brasileiros não ficarão fora do “circuito” organizativo do anarquismo internacional. Em maio, enviam a credencial do delegado de seus grupos anarquistas, Joseph Tibogue, à Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA), responsável por organizar o congresso internacional dos anarquistas. No mesmo mês enviam a resposta ao questionário enviado pela CRIA.

A análise das respostas⁸³ deste questionário revela os contornos da cultura política anarquista neste momento. Primeiramente fica evidente a negação desses militantes, pela participação da tendência compreendida como *anti-organizadora*⁸⁴ neste congresso mundial. Neste momento de reorganização do anarquismo, a cultura política anarquista intimamente ligada a questão de classe, parecia não dar espaço para aqueles que propusessem algo que não passasse pelos agrupamentos específicos anarquistas. Sublinhamos que o *núcleo* “reorganizador” do anarquismo em Rio de Janeiro e São Paulo são de militantes que defendiam a formação de organizações específicas. Tais como José Oiticica, Edgar Leuenroth, Pedro Catallo, Lucca Gabriel, etc. Mesmo assim, retomando as reflexões teóricas de Berstein, que aponta a maneira “difusa” na qual uma cultura política se impõe⁸⁵, lembramos que a cultura política anarquista desse período não pode ser caracterizada como completamente *uniforme*. Ainda que nos momentos precedidos pelo congresso – esta fosse

⁸¹ “Edgar Leuenroth (diretor de “A Plebe”).”

⁸² Sector Trabalhista. Informação. In Folha 23, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

⁸³ “1º - Estais de acordo que o Congresso anarquista se realize em junho ou julho de 1949? – Resposta: Sim! 2º - Estais de acordo que o Congresso se realize em Paris? – Resposta: Sim! 3º - Estais de acordo que o Congresso seja aberto a todas as correntes e tendências libertárias? – Resposta: Com exclusão das correntes colaboracionistas e anti-organizadora. 4º - Estais de acordo que o Congresso seja soberano quanto ao estabelecimento dos critérios de aceitação e não de delegações? Resposta: Sim, com exceção do conteúdo do ponto 3º. 5º - Que processo ou regras de discussão propondes para o bom desenvolvimento dos trabalhos? Resposta: O mesmo adotado na conferência de maio de 1948. 6º - Estais de acordo que a ordem do dia seja proposta pela Federação Anarquista Ibérica (FAI) no exílio? Resposta: Sim! 7º - Que modificações propondes para a ordem do dia? Resposta: Nenhuma! 8º - De um modo geral que sugestões propondes para o próximo Congresso? Resposta: Nenhuma! 9º - Pensais enviar um delegado direto? Resposta: Sim! Irá o Camarada Josef Tibogue como nosso delegado. 10º - Vosso delegado poderá apresentar sugestões sobre um ou mais pontos da ordem do dia? Resposta: Nenhuma!” Questionário da CRIA apud RODRIGUES, 1992, p. 33.

⁸⁴ Referimo-nos a tendência (minoritária) no anarquismo brasileiro e internacional que geralmente rejeitava a formação de organizações específicas e eram geralmente céticos da organização sindical. Talvez o maior polemista e crítico desta tendência internacionalmente tenha sido o anarquista italiano Errico Malatesta. Em solo nacional podemos destacar a figura de José Oiticica. Esta tendência foi tratada equivocadamente por parte da historiografia sobre o anarquismo como uma tendência hegemônica.

⁸⁵ BERSTEIN, Serge In RÉMOND, 1996, p. 88.

ensionada em direção a proposta dos anarquistas *organizadores*⁸⁶; linhas de tensão evidentemente existiam.

A tendência *organizacionista* ou *organizadora*, hegemônica no interior do anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo – quiçá no Brasil, tencionava a cultura política anarquista para limites mais próximos ao seu centro de significados. Essa trajetória centrípeta fazia arrastar, por exemplo, autores completamente distantes das propostas organizacionistas – como Max Stirner⁸⁷ –, para o centro de significados que eram construídos no interior do movimento anarquista no período. Max Stirner fora um filósofo alemão que apesar de nunca ter se proclamado anarquista e se, visto rigorosamente, não pode ser considerado do ponto de vista histórico como um anarquista, fora considerados por muitos pesquisadores como um teórico anarquista⁸⁸. De fato não nego que Stirner fora lido avidamente nos círculos anarquistas⁸⁹, mas no Brasil a influência individualista fora diminuta⁹⁰. No texto “O Sternerismo”, o militante Germinal, ressalta que

Para o individualista, há tantas associações quantas necessidades. [...] Outro exemplo: trabalho na associação de pedreiros e ajudo a construir uma fábrica. Temos uma associação de pedreiros, ou melhor um sindicato. Consequentemente, a Anarquia é uma federação de inúmeras associações e sindicatos e suas relações mútuas formam a base da harmonia, da liberdade, do bem estar de cada um. [...] Jamais pode o indivíduo ser totalmente livre: nem na Anarquia! Acham vocês que limpo o esgoto ou cavo na mina a meu bel prazer? Nem na solidão sou livre. [...] Só a individualidade realiza a liberdade. Só ela é criadora de tudo, até da Anarquia. Esse é, em poucas linhas, o individualismo de Stirner. Por aí se vê quanto um stirneano se preocupa com a reconstrução.⁹¹

A análise de um individualista, o extremo oposto dos anarquistas que propunham grupos específicos e organizações anarquistas, permite elucidar o quanto além de minoritária, essa posição sofria a interferência de um centro de significados de uma cultura política anarquista que propunha a organização e a atuação sindical. A estratégia individualista “sucumbia” ou era subordinada no período referido a estratégia de massas.

O que estava em jogo, era o significado político do anarquismo: uma categoria chave para os militantes num momento de reorganização e que deveria ser consensuada.

O questionário enviado aos militantes também pedia uma posição em relação à condenação da participação da tendência “colaboracionista” – tema que voltará a ser assunto do Congresso. Esta posição dos anarquistas nacionais está ligada aos acontecimentos do anarquismo na Europa – não propriamente, sendo uma questão interna do movimento no Brasil.

O chamado ao congresso anarquista nacional seria facilitado pela publicação de três importantes agentes de articulação: os jornais *Remodelações*, *Ação Direta* e *A Plebe*, este último publicado em São Paulo. Apesar de não noticiarem o congresso pelos referidos jornais, muito provavelmente pelos motivos de segurança anteriormente elencados, os periódicos serviam de ponte de contato entre antigos e novos militantes.

⁸⁶ Este termo será acionado no interior do Congresso Anarquista de 1948 pelos militantes.

⁸⁷ Segundo Edgar Rodrigues, Germinal era o pseudônimo do anarquista alemão Franz Levejolann. Um anarquista “individualista” da escola de Stirner e que fugira da Alemanha para o Brasil sob a pressão do nazismo na Alemanha. (Cf. RODRIGUES, 1995, pp. 102-105)

⁸⁸ Tal posição além de anacrônica (o anarquismo surge na segunda metade do século XIX, Stirner) baseia-se na problemática e errônea posição que considera enquanto anarquista, basicamente os pensadores que *negam* o Estado.

⁸⁹ Cf. SCHMIDT, WALT, 2009.

⁹⁰ Cf. SAMIS, 2008.

⁹¹ GERMINAL. O Sternerismo. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1946, nº 22, p. 01.

No final de 1948, os anarquistas brasileiros já tinha enviado informes e circulares para diversos estados⁹² onde havia presença militante; vê-se, que ainda há certa predominância dos anarquistas nos territórios do sudeste e do sul do Brasil, onde a tradição libertária havia se enraizado no século XX com maior relevância. Baseado nas informações circuladas e nos grupos e militantes que constituíam a União Anarquista do Rio de Janeiro⁹³ (UARJ) e a União Anarquista de São Paulo (UASP) elaboraram o temário do Congresso Anarquista de 1948. Antes do debate, portanto, houve discussão das propostas e dos temas a serem discutidos no congresso, nas reuniões das referidas organizações.

A Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, que integrava a UARJ, se reuniu para discutir os possíveis temas do congresso. Propôs como pontos de ordem **interna**, ou seja, que diziam respeito ao movimento anarquista brasileiro: 1) a formação de uma federação de grupos e individualidades anarquistas da região brasileira, 2) a intensificação da propaganda por meio de jornais – *Ação Direta e A Plebe* –, manifestos, edições de livros, folhetos, organização de Centros Culturais, 3) um estudo da situação sindical do país e que medidas a adotar para neutralizar a influência política e estatal dentro dos sindicatos, 4) campanha anticlerical, 5) propaganda do anarquismo entre os camponeses⁹⁴. Com relação às questões externas propunham: 1-b) Considerar o chamado da ACAT e Congresso Continental para princípios de 1949, 2-b) Congresso Mundial de Paris e relações orgânicas com a AIT e 3-b) Solidariedade Anarquista. As sugestões feitas pelos militantes do Rio de Janeiro coincidiram⁹⁵ em muitos pontos com as sugestões dos anarquistas de São Paulo, e muitos destes pontos foram efetivamente incluídos na pauta do congresso sem nenhuma grande polêmica. As circulares enviadas por militantes de todo o país, serviram para anteciparem possíveis consensos entre os anarquistas brasileiros.

A União Anarquista do Rio de Janeiro também fez sua reunião geral, pondo-se em acordo em relação a determinados pontos que foram debatidos por militantes de outros estados. Concordeu na formação de uma federação de grupos e individualidades de envergadura nacional e com a inclusão de um secretariado de relações nacionais e internacionais, propondo a sigla FARB (Federação Anarquista Regional Brasileira) para não haver confusão com a FAB (Força Aérea Brasileira). Apontaram pela intensificação da propaganda por meios dos jornais *Ação Direta e A Plebe* que circulavam no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente e afirmaram a necessidade de todos os militantes da possível FARB ingressar nos sindicatos de suas respectivas profissões, procurando “intervir na vida orgânica dos sindicatos”⁹⁶.

Em relação à proposição encaminhada na reunião organizada pela Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, da formação de uma campanha anticlerical e se possível, reativação do jornal anticlerical *A Lanterna*, um único dissenso. Os membros da UARJ, em reunião seguinte, opuseram-se à campanha anticlerical, por considerarem “desperdício de energia”⁹⁷. A combativa atividade anticlerical, um fator constitutivo da tradição política libertária, parecia aos anarquistas naquele momento, um gasto de energia, cuja envergadura, o

⁹² As circulares foram enviadas para Rio de Janeiro - RJ, Santos - SP, Campinas – SP, Presidente Prudente – SP, Caxambu – MG, Poços de Caldas – MG, Uberlândia – MG, Cedro – CE, Crato – CE, Guiratinga – MT, Curitiba – PR, Palmeira – PR, Recife – PE, Porto Alegre – RS, Bagé – RS, Dom Pedrito – RS, Est. Erebango – RS, Pelotas – RS, Rio Grande – RS, Videira – SC. Cf. RODRIGUES, 1992, p. 155.

⁹³ A UARJ fora formada após uma assembléia que reuniu grande parte do movimento anarquista do Rio de Janeiro. Cf. RODRIGUES, 1992, p. 157.

⁹⁴ *Ibid*, p. 154.

⁹⁵ *Ibid*, p. 156.

⁹⁶ *Ibid*, p. 157.

⁹⁷ *Ibid*, p. 158.

movimento não podia suportar. Chegou-se à conclusão que os anarquistas não se engajariam neste sentido.

Interessante comentar, que além dos antigos militantes, a participação de jovens atraídos pelo anarquismo neste momento deve ser considerada como relevante, constituindo deste modo uma “geração”⁹⁸. A fundação da União da Juventude Libertária Brasileira em 27 de julho de 1946⁹⁹ e a criação da Juventude Spartacus do Rio de Janeiro em 03 de abril de 1947¹⁰⁰, atesta que no novo contexto os anarquistas procuravam atrair outros setores que não operários; o que de certa maneira obtinha algum sucesso na conjuntura dos grupos específicos em formação. Muito provável que a criação de uma Juventude Libertária nacional encontre eco por um lado na inspiração da Federação Internacional das Juventudes Libertárias e França,¹⁰¹ mas também surgia da necessidade de “revigorar” o anarquismo, a única garantia de continuidade do trabalho militante.

Sobre a posição dos militantes de São Paulo sobre o temário do Congresso, antes de sua realização, infelizmente há pouca documentação disponível. É muito provável que os anarquistas de São Paulo – especificamente os da capital – também tenham se encontrado em reuniões prévias para emitir sua opinião sobre o congresso. Anarquistas de outras localidades enviaram suas ponderações sobre o congresso. Os militantes de Campinas avaliam que “embora não tenham conseguido a formação de um grupo de atividades anarquistas¹⁰², acham que traria como resultado a coordenação de nossas forças a fim de intensificar nossa propaganda e aproximação. Participarão pessoalmente”¹⁰³. Militantes de Presidente Prudente e Bagé mencionam condições de saúde¹⁰⁴ que dificultam sua presença no encontro. Já Curitiba confirma que enviarão “elementos para participar”¹⁰⁵. Em algumas cidades cujo convite fora enviado, o contato era feito por militantes de certo modo “isolados” de seus iguais, mas que foram convidados à participação. Este é o caso de Bagé, onde o “companheiro que recebeu a circular informa” que “não existe na localidade indício de movimento libertário, o qual desapareceu por completo desde o período reacionário do governo bernadescos¹⁰⁶, e não se notando nenhum sintoma de reerguimento”¹⁰⁷. Apesar da motivação dos anarquistas – principalmente os das capitais dos estados do sul e do sudeste – a realidade nas cidades do interior matizava as possibilidades de retorno dos anarquistas a cena política. Em algumas localidades o anarquismo encontrava-se completamente desarticulado.

A opinião do “companheiro” de Bagé põe em destaque uma visão contrastante com o otimismo explícito contido nas páginas dos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro e São Paulo e que merece uma reflexão mais pormenorizada. Para nós, este **indício**¹⁰⁸ é fundamental para diferenciarmos as intenções proclamadas pelo congresso e as oportunidades

⁹⁸ Seguindo Berstein (1997, p. 72), a “noção de geração que se adota aqui é menos a dos demógrafos (nesse caso seria preciso falar em ‘cortes’) que a dos sociólogos, o que quer dizer que uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes”, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”.

⁹⁹ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 81

¹⁰⁰ JUVENTUDE SPARTACUS DO RIO DE JANEIRO. Juventude Spartacus do Rio de Janeiro: Princípios e Finalidades. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 01 de Maio de 1947, nº 34, p. 04.

¹⁰¹ PERRA, Cristobal. Uma declaração da Federação Internacional das Juventudes Libertárias em França. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 15 de Março de 1947, nº 32, p. 04.

¹⁰² A formação de grupos específicos anarquistas, ao que tudo indica estava na ordem do dia.

¹⁰³ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 154.

¹⁰⁴ Por esses indícios, podemos avaliar de que se tratava de militantes mais velhos, que no entanto empolgavam-se com a proposta de realização do Congresso.

¹⁰⁵ RODRIGUES, 1992, p. 154.

¹⁰⁶ O militante refere-se ao estado de sítio inaugurado pela presidência de Artur Bernardes.

¹⁰⁷ *Idem*.

de sua concretização, tensão que encontra ressonância do ponto de vista historiográfico na relação sempre complexa entre a agência humana, as estruturas e possibilidades de transformação social¹⁰⁹. A dissonância da posição de um militante do interior com o otimismo dos que residiam na capital, nos chamou atenção durante a análise das fontes. Este militante explica que em sua cidade “desconhece a existência de militante e mesmo simpatizante para tomar alguma iniciativa”¹¹⁰. Pondo em relevo o contraste entre sua experiência e a dos anarquistas que residiam nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo é da opinião que “a insegurança da liberdade evita que elementos tenham iniciativa e que não há no momento companheiros dispostos para a atividade”¹¹¹. Indo mais longe, em sua ponderação, acredita que “não será um congresso pelas suas resoluções que se realizará a milhares de quilômetros que resolverá tão angustioso problema.”¹¹² Revelando os limites do Congresso acredita que “o movimento se concentra todo em São Paulo e Rio e esporádicos companheiros isolados”¹¹³. Este também é o caso da circular respondida por um militante de Videira¹¹⁴, que afirma estar “recentemente no local” e “não conta com outros elementos”¹¹⁵. Esses indícios podem nos ajudar a pensar sobre os limites do Congresso Anarquista de 1948 e o alcance de suas resoluções às cidades do interior e fora do eixo Rio-São Paulo. Apesar das altas expectativas sobre os objetivos de realizar um Congresso “Nacional”, havia limites (que podemos chamar de *estruturais*) aos seus fins que eram percebidos mais nitidamente pelos militantes que estavam afastados dos grandes centros urbanos. Sua experiência cotidiana parecia fundamentar que apesar dos esforços preconizados pelos anarquistas em construir uma entidade política nacional, as diferentes realidades impunham maneiras distintas de encarar as possibilidades de sucesso político no rastro do futuro congresso. Um desses limites era a própria composição econômica do anarquismo. Neste momento, faltava uma presença massiva em setores estratégicos da classe trabalhadora ou que em menor grau, tivessem uma repercussão maior no conjunto da classe. A dispersão em diversas categorias profissionais também seria um impedimento para conseguir promover uma reorganização política que alimentasse o anarquismo de quadros militantes.

¹⁰⁸ Neste sentido avaliamos com base no método indiciário de Carlo Ginzburg, que é possível mesmo assim, à despeito da exiguidade desses vestígios reconstituir determinada atuação de nossos agentes. Para Ginzburg “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (...) “Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 177-178

¹⁰⁹ Uma contribuição neste sentido fora dada por E.P. Thompson. Segundo Henrique Espada Lima “No perfil proposto por Grendi em 1981, ele tentava iluminar a nova atenção italiana ao trabalho de Thompson. Esta era, segundo seu julgamento, ligada a razões tanto políticas quanto históricas: seu apelo contra o reducionismo na análise histórica, sua ênfase sobre a cultura, a moralidade, a experiência, eram caminhos para ‘reconquistar sistematicamente o protagonismo do indivíduo e do grupo, a *human agency* como ele chamava”. LIMA, Henrique Espada. “E. P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social.” In *Revista Esboços*, v. 11, nº 12, 2004. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/437/9899>>. Acessado em 01/12/12.

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ *Idem*.

¹¹⁴ A cidade de Videira, localizada no estado de Santa Catarina tornou-se oficialmente um município em 1944. Antes desse período, recebeu um contingente considerável de imigrantes italianos e alemães. É provável que houvesse alguma movimentação política anterior ao período citado. NETO, Artur Brandalise. *História de Videira*. Disponível em <<http://www.formatto.com.br/historia/>> Acessado em 04/12/2012.

¹¹⁵ *Idem*.

CAPÍTULO II – Entre companheiros

“Não importa que aqui sejamos poucos na organização anarquista, pois a história nos diz que todos os movimentos de renovação social, tôdas as lutas pela liberdade, surgiram sob o impulso heróico das minorias conscientes.

Urge, pois, que jovens e velhos trabalhem sem descanso na propaganda do nosso ideal, levando a todas as partes a voz generosa do anarquismo. Dessa forma, contribuiremos para que aumentem mais e mais essas minorias, até formarem a fôrça irresistível que, destruindo o regime capitalista, instaure no mundo o sonho querido dos velhos precursores: "A Sociedade de Produtores Livres".”
Manoel Perez¹¹⁶

2.1 – O Congresso Anarquista de 1948

O congresso foi realizado do dia 17 ao dia 19 de dezembro de 1948, a data coincidia com as férias escolares, o que facilitava a participação de muitos militantes¹¹⁷ que eram professores ou alunos.

Destaca-se neste sentido, o jovem estudante e militante Ideal Peres, que à época da fundação da União da Juventude Anarquista Brasileira, tinha 23 anos, e assumiria o secretariado da Comissão de Relações Anarquistas, após o congresso de 1948. Ideal, cujo nome de batismo expressava sua “origem”, era filho do militante anarquista Juan Perez Bouças, chamado também de “João” Perez, ou apenas Peres¹¹⁸. Essas duas gerações¹¹⁹ se encontrariam em São Paulo para o congresso, cuja facilidade de acesso determinou o local do encontro. O congresso ocorreu no espaço “Nossa Chácara”¹²⁰, um sítio, cujo terreno original pertenceu ao advogado e anarquista, Benjamin Mota. O terreno que fora passado a Edgar Leuenroth, fora cedido posteriormente por este, para utilização em comum dos anarquistas entre 1939 e 1942. Durante o período da ditadura de Vargas, estes o utilizaram para realizar suas reuniões clandestinamente e sobreviver aos difíceis tempos do Estado Novo getulista. O sítio permitiu manter vivo um espaço de sociabilidade e a manutenção dos laços sociais¹²¹ entre os militantes, fator fundamental para a rápida reorganização do anarquismo no período da chamada abertura democrática.

¹¹⁶ PEREZ, Manoel. *Jovens e Velhos. Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho e Julho de 1951, n° 74, p. 04.

¹¹⁷ Segundo consta na ata do congresso. Cf. RODRIGUES, 1992, p. 152-169.

¹¹⁸ Sapateiro, Juan fugira da Espanha e chegara ao Brasil. Em São Paulo participou diretamente da chamada “Batalha da Sé” contra os integralistas. Uma batalha campal que reuniu comunistas e anarquistas e que interrompeu a marcha integralista de 1934. Sobre a participação deste militante, Cf. MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro, Philobiblion, 1984.

¹¹⁹ Usando o termo geração no sentido mais temporal e menos sociológico.

¹²⁰ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 145-149.

¹²¹ Segundo o depoimento de Jaime Cubero: sobre a constante repressão aos anarquistas no período do Estado Novo e da reorganização do movimento, este nos diz: “O Edgard [Leuenroth] passou muito por isso, sofreu várias vezes repressão, prisões e processos. Nós fazíamos mesmo assim as atividades clandestinas na Chácara.” CUBERO, Jaime In JEREMIAS, s/d, p. 145.

Após os debates realizados nas diferentes localidades, os pontos principais do congresso estavam devidamente conformados. O temário foi constituído a partir das seguintes discussões: Bases do Anarquismo, Método de Ação, Critério de Militância, Participação na Vida Pública, Relações com outros elementos, Colaboracionismo, A Revolução Russa, A Ditadura do Proletariado.

A grande novidade do congresso, apesar deste permitir a participação de militantes que não estavam propriamente em algum grupo específico¹²², fora a expressiva presença de organizações específicas anarquistas. As seguintes organizações integraram o evento: União Anarquista do Rio de Janeiro, União Anarquista de São Paulo, Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, Editorial Germinal do Rio de Janeiro, Grupo Anarquista Esperantista do Rio de Janeiro, Grupo Archote de Niterói, Agrupação Imprensa e Propaganda de São Paulo e *A Plebe* de São Paulo. O congresso era constituído de “agremiações” e “individualidades”. A discussão seria coordenada por uma mesa que fora constituída por um “secretário coordenador” um de “expediente” e um de “atas”. Para evitar “divagações de qualquer espécie” e “para que se possa resolver todos os assuntos rápida e satisfatoriamente, ter-se-á de dar uma orientação prática à discussão.¹²³”

No Congresso, “falarão em primeiro lugar, mediante inscrição, os apresentantes de trabalho”, ou seja, aqueles que propuseram alterações ou inclusões na ordem do dia. “Os representantes falarão em nome de suas agrupações, quando expuserem resoluções das mesmas e, em seu nome, quando expuserem resoluções próprias”¹²⁴. Este ponto, aparentemente sem relevância, traduz algo fulcral para nossa análise – cuja complexidade fora sentida no desenrolar da análise de nossas fontes¹²⁵, em particular com a ata do Congresso: a importância das organizações anarquistas neste congresso se traduzia no sentido dado pelos atos de fala¹²⁶ de diferentes sujeitos sob *posições* distintas. O discurso de um militante falando por si próprio e um falando por sua organização nesse contexto possuem pesos políticos¹²⁷ diferentes sob uma cultura política anarquista tensionada em direção a um projeto de **organização** que ressalta o federalismo, elemento político central para o anarquismo. Os delegados deste congresso, portanto, podem ser entendidos como verdadeiros porta-vozes,

¹²² Como indica a ata do congresso que referenda que: “O congresso será constituído de representações: 1) de agremiações: 2) de individualidades.” (Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 158.)

¹²³ Fizemos questão de inserir esse trecho da ata para exemplificar uma determinada cultura política com suas tensões internas. Segundo Adélcio Copelli as reuniões eram muito “desviadas”. Isso levou um ex-militante do PCB, de nome Petral, a se desiludir com as reuniões na casa de Oiticica. Segundo Copelli “ele tava muito desiludido também, de muita coisa viu? Por que nas reuniões com o Oiticica, na casa do Oiticica, ela [a reunião] era muito desviada. É o que acontece muito nessas reuniões. É aquela coisa da individualidade, cada um né... Isso aí é uma praga quando é uma reunião...” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011. Essa desilusão de Petral não pode ser vista apenas como o confronto de um *ethos* específico de um ex-militante do PCB com uma cultura política própria, mas também com limites desta cultura política, esgarçada entre uma proposta organizacionista e contornos avessos a organicidade, flertando com o individualismo “anarquista”.

¹²⁴ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 158.

¹²⁵ Principalmente sobre a maneira adequada de lidar com uma opinião “*individual*” contida na ata do congresso anarquista de 1948. Seria essa opinião fruto de uma opinião meramente individual ou em contrapartida é constitutiva de certa cultura política?

¹²⁶ Segundo Fairclough: “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” FAIRCLOUGH, 2008, p. 91. A relação entre discurso e cultura política aqui merece ser evidenciada como íntima. Se o discurso é tensionado pela cultura política naquele contexto, a cultura política também é tensionada pelo discurso.

¹²⁷ Segundo Pierre Bourdieu a delegação é uma espécie de “tecnologia social” que “confere ao mandatário a *procuração* que lhe assegura a *plena potentia agendi*, o grupo representado encontra-se constituído como tal: capaz de agir e falar “como um só homem”, ele escapa à impotência ligada à atomização serial”. BOURDIEU, Pierre In CANÊDO, Leticia Bicalho (org), 2005, p. 29.

mas que de modo distinto de simples *representantes* fundam sua “autoridade” e lugar de fala no “fato de que quem a fala se autoriza através do grupo que o autoriza a falar em seu nome.”

¹²⁸ Quando um porta voz fala “é um grupo que fala por intermédio dele, e que existe como grupo através desta voz e de quem a porta.”¹²⁹ Este modo de produção da opinião está conectado a uma determinada cultura política que atravessa as gerações no interior dos círculos anarquistas e está ligada de maneira mais ampla a uma experiência de classe anterior. Não era portanto, a quantidade dos anarquistas que fundamentava a necessidade do federalismo e da delegação, mas sim, uma prática política, que pretendia no presente, já apontar o futuro da proposta anarquista.

Após as apresentações dos representantes¹³⁰ e das individualidades presentes, mantém-se a mesa inicial da sessão preparatória (composta por Edgar Leuenroth, Pedro Catallo e Lucca Gabriel) e Edgar faz a leitura da orientação dos trabalhos. Expõe também a organização das sessões e a explicação necessária da dinâmica do congresso¹³¹. O congresso foi feito em três sessões. A primeira sessão é aberta por Edgar Leuenroth, este fala dos “organizadores¹³² de São Paulo” e “salienta os motivos que levaram os anarquistas a se reunirem em Congresso”. A ata escrita por Lucca Gabriel relata que “Souza Garcia, fala como membro dos organizadores no Rio” e “salienta a coincidência da idéia do Congresso ter surgido quase ao mesmo tempo entre os anarquistas do Rio e de São Paulo”¹³³. A *coincidência* apontada por Souza Garcia pode ser interpretada como fruto de uma relação e cultura política comum entre os anarquistas do Rio e São Paulo, que fora construída durante muitos anos.

¹²⁸ *Ibid*, p. 30.

¹²⁹ Bourdieu atenta para o “modo de produção e de expressão das opiniões, mas desta vez coletivo”. Segundo este autor este modo de produção é típico de “instituições especialmente organizadas para produzir e expressar as reivindicações, as aspirações ou os protestos coletivos”, tais como “associações, sindicatos ou partidos”. *Idem*.

¹³⁰ Participam como representantes da UARJ, Raul Vital e Luiz Ney. De Curitiba (Paraná), Alberto Zambisca; de Campinas, Atilio Pessagno e Ideal Peres como representante da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro. Antônio Padilha e Antônio Rosal representando o Grupo Imprensa e Propaganda (de São Paulo); Roberto das Neves como representante da Editora Germinal; Edgar Leuenroth como representante do jornal A Plebe, Vital Botino pelo Grupo Archote de Niterói (Rio de Janeiro); Manuel Fernandez de Porto Alegre, Colmenaro de Bagé, Bichof de Pelotas, Manuel Bastos de Santos e Manuel Perez, do Rio de Janeiro.

¹³¹ RODRIGUES, 1992, p. 159.

¹³² O adjetivo *organizadores* dado aos anarquistas naquele momento parece indicar um anarquismo que se propõe não somente a **organizar-se** especificamente em grupos ideológicos, mas carrega consigo, uma cultura política correlata (e toda sua intenção) que traz outros elementos que serão devidamente estudados e elencados no presente capítulo. O adjetivo marca também uma **posição** política no interior do anarquismo. É preciso lembrar da “natureza constitutiva do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p.81), o discurso “constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais” (*Idem*). Esta tese relativiza a ideia dos sujeitos como seres pré-sociais onde “as pessoas entram na prática e na interação social com identidades sociais que são pré-formadas, as quais afetam sua prática, mas não são afetadas por ela” (*Ibid*, pp. 69-70). A visão constitutiva do discurso questiona a pouca atenção dada pelas pesquisas a formação da identidade pelas práticas discursivas, quando o inverso, a ideia de que a identidade social afeta o uso da linguagem é geralmente admitido. Esta questionamento traz um importante elemento de análise ao historiador, o fato de que é preciso identificar o grau de influência da constituição dos discursos nos sujeitos sociais sem ignorar que as mudanças nos discursos podem envolver mudanças sociais mais amplas. No caso estudado, mudanças conjunturais e mudanças do campo político anarquista. É importante no presente caso, não perder de vista a função identitária dos discursos, que são os “modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas” (*Ibid*, p. 92), em nosso caso, o acréscimo de um adjetivo “organizador” implica no fortalecimento e construção de uma identidade política específica. É importante não perder de vista a relação entre os discursos e as relações sociais mais amplas, para não incorrerem no que Fairclough chama de “erros de ênfase indevida” (*Idem*), onde o discurso ou é “mero reflexo de uma realidade social mais profunda” ou é “representado idealizadamente como fonte do social” (*Idem*). Neste caso podemos supor que o discurso **organizador é fruto de uma cultura política própria**, mas ele próprio, ajuda a constituir esta cultura, no âmbito das organizações específicas anarquistas que estamos estudando.

¹³³ RODRIGUES, 1992, p.160.

Após um relato conjuntural, sobre as organizações anarquistas¹³⁴ de diferentes localidades abriu-se a segunda sessão do Congresso. A sessão fora aberta com a leitura de saudações enviadas aos congressistas; destaca-se a trazida por Manuel Landoburo e Fernando Navarro, que trouxeram a representação da “Solidariedade Internacional Antifascista”, entidade conhecida como SIA. A solidariedade a militantes perseguidos de outros países não se restringirá, como veremos adiante, apenas ao campo do discurso, pois o contato com a militância internacional será uma constante nos anos posteriores ao congresso. Segue-se a pauta do dia, onde o primeiro tema intitula-se *Bases do Anarquismo*, incluído segundo Leuenroth pela “necessidade de manter íntegros os nossos princípios”¹³⁵. Transcorrem pequenas divergências no que se refere ao texto final. Um alvitre que julgamos relevante fora o realizado por Pedro Navarro, que se dirigindo ao congresso “é de opinião que a redação apresentada por Edgard não abarca a humanidade, mas sim uma classe”, retomando polêmicas que estavam presentes nos círculos anarquistas de outros países¹³⁶. Após debate, Pedro Navarro “propõe que as três redações sejam fundidas numa só que complete de forma eficiente a declaração de princípios deste congresso”¹³⁷.

Como o documento que baseamos nossa análise não nos permite inferir qual a definição exata de anarquismo que fora consagrada pelo congresso decidimos recorrer a outros documentos para tentar “preencher” algumas lacunas. Sendo assim, a análise de um texto intitulado *Porque somos anarquistas* e reproduzido no jornal *A Plebe* de fevereiro de 1949 pode nos dar algumas pistas interessantes sobre quais seriam as *Bases do Anarquismo*. Segundo o jornal:

Somos anarquistas:

- a) porque denunciemos como causa primordial da miséria e sofrimento humano a ‘propriedade particular’, isto é, a propriedade individual da terra, dos meios de extração, produção, circulação e consumo das riquezas;
- b) porque denunciemos a moeda, de qualquer natureza, como instrumento secular da realização dessa propriedade particular;
- c) porque denunciemos o Estado, de qualquer feição, imperio, republica, democracia, ditaduras, como órgão político e policial desse mesmo regime de propriedade particular;
- d) porque denunciemos esse mesmo Estado como cultivador do sentimento antihumano de pátria, por meio do qual organiza exercitos, esquadras e bombardeios, deflagrando guerras catastróficas;
- e) porque denunciemos o regime capitalista vigente como essencialmente contrário à igualdade de condições sociais, igualdade que permita o desenvolvimento espontaneo das capacidades de cada individuo;
- f) porque denunciemos as igrejas organizadas hierarquica e capitalistamente como órgãos colaboradores do Estado, a êle estreitamente presas para explorar a maior parte dos homens e mulheres;
- g) porque propomos uma organização social onde tudo seja coletivamente de todos os que trabalham, com direção comum, sem autoridade opressoras, onde a distribuição dos produtos (sic), seja feita segundo as necessidades individuais, tendo todos os individuos direito a alimentação, instrução, trabalho, lar e diversões;
- h) Porque vemos em tal organização o único meio de extinguir o egoismo e realizar o altruismo integral, sem odios, sem fronteiras, sem guerras, sem conflitos

¹³⁴ Falaremos das organizações anarquistas e de suas práticas no capítulo seguinte.

¹³⁵ Cf. RODRIGUES, 1992, p. 163.

¹³⁶ *Idem*. Principalmente se o anarquismo era um ideal classista ou humano. Essa polêmica é central nos debates, pois dela depreende-se toda uma estratégia de ação.

¹³⁷ Ou seja, que à despeito das polêmicas, a declaração de princípios acabou sintetizada num documento final que abarcou as posições contraditórias, principalmente a se o anarquismo era um ideal classista ou humano.

econômicos, sem crimes, sem prostituição, feliz pela ciência, pelo auxílio mutuo, pela arte, pela beleza real da vida.¹³⁸

Sobre este documento extraído do jornal *A Plebe*, cabe lembrar que fora publicado como resultado dos debates do congresso e que não simboliza apenas a posição de um único militante, grupo ou organização, mas guarda em linhas gerais a concepção de anarquismo sistematizada por seus militantes.

Podemos extrair algumas questões deste artigo, articulando-o com os debates historiográficos contemporâneos. Os oito pontos sistematizados por nosso militante podem ser descritos da seguinte forma: a) crítica a propriedade privada (chamada pelo militante, de propriedade “particular”) e a apropriação do sistema de produção, distribuição e consumo da riqueza por poucos indivíduos; b) crítica a moeda, c) caracterização do Estado como um instrumento à serviço da dominação econômica; d) crítica ao patriotismo e ao nacionalismo, condenação das guerras; e) crítica ao regime capitalista como incapaz de permitir a igualdade social; f) crítica ao clero e as instituições religiosas como instrumentos de dominação; g) defesa de uma sociedade organizada pelos produtores, defesa do comunismo no âmbito da distribuição das riquezas; h) defesa de um determinado método que conduz a objetivos finalistas, a organização dos produtores implicando numa sociedade livre. Como vimos, o anarquismo para seus militantes não pode ser compreendido apenas como uma ideologia de negação do Estado¹³⁹, mas supõe muitos outros elementos que não podem ser desprezados pela análise histórica, sob risco de cometer graves reducionismos.

Após a discussão deste ponto, uma comissão fora nomeada para a redação do documento e seguiu-se a *Método de Ação*. Edgar lê o trabalho apresentado¹⁴⁰ pela União Anarquista de São Paulo. As opiniões foram favoráveis a este, mas “Navarro é da opinião que se lhe agregue a luta de classe”¹⁴¹. Lucas refuta a opinião de Navarro, “esclarecendo que a AÇÃO DIRETA ajusta-se de maneira completa aos problemas humanos, enquanto que a luta de classes permanece num ângulo restrito”¹⁴². Navarro após esta intervenção¹⁴³ concorda com

¹³⁸ Porque somos anarquistas. *A Plebe*, São Paulo, 20/02/1949, nº 21, p. 01.

¹³⁹ Por isso, vemos coerência na da pesquisa histórica feita pelo pesquisador Michael Schimdt. Este afirma que o termo anarquismo “poderia ser utilizado para uma forma particular racional e revolucionária de socialismo libertário que emerge na segunda metade do século XIX”. SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 71, tradução nossa. O anarquismo se levantou contra a “hierarquia social e econômica, assim como a iniquidade – e especificamente, o capitalismo, o latifúndio e o Estado – e em favor de uma luta de classes internacional e uma revolução de baixo para cima realizada por trabalhadores e camponeses auto-organizados com o objetivo de criar uma ordem social sem Estado, socialista e autogerida”. *Idem*.

¹⁴⁰ Infelizmente não encontramos esse documento no nosso inventário de fontes.

¹⁴¹ RODRIGUES, 1992, p. 163.

¹⁴² *Idem*. Tal posição de Corrêa choca-se e em nossa compreensão, com os argumentos da pesquisadora Edilene Toledo, que afirma que “para a teoria sindicalista revolucionária convergiam idéias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base de sua doutrina”. TOLEDO apud CORRÊA, 2011, p. 63. Há outro problema de interpretação nesta análise, que é conceber o anarquismo como algo *distinto* do socialismo. O anarquismo segundo Schmidt, deve ser compreendido como a “ala libertária do socialismo” SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 14, tradução nossa. Não faz sentido compreendê-lo como alguma coisa distinta da tradição socialista. Isto é feito, normalmente quando se utilizam parâmetros inadequados para tratar este objeto, tais como o denominador comum de *negação do estado*. Este denominador, costumeiramente utilizado como um parâmetro de delimitação da ideologia anarquista ignora outros elementos de sua tradição constituídos historicamente pela atuação de seus militantes. Portanto, não é um critério seguro para compreendermos o anarquismo. Por isso, preferimos a posição que compreende que o termo anarquismo “poderia ser utilizado para uma forma particular racional e revolucionária de socialismo libertário que emerge na segunda metade do século XIX”. SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 71, tradução nossa.

¹⁴³ Navarro, que ora defende no ponto anterior o anarquismo como solução da humanidade e posteriormente enfatiza-lhe o aspecto classista quando propõe que entre o termo no ponto de ação “luta de classes”. Neste

Lucas e o debate tem fim. O fato de alguns anarquistas preferirem o conceito de libertação humana do que libertação de classe, está ligado à crítica anarquista à dominação¹⁴⁴. Apesar de seus militantes denunciarem a exploração de classe, os anarquistas não reduziram suas críticas apenas a esta questão econômica. Segundo Corrêa (2011, p. 104) os anarquistas formularam uma “crítica da dominação/exploração econômica, dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado [...]”.

Deste modo buscaram incorporar a crítica a exploração de classe a outros elementos que constituíam segundo seus militantes outras formas de tirania. Ainda amparando-nos nas nossas fontes e em Corrêa, acreditamos que sua reflexão se aplica perfeitamente ao debate do congresso anarquista de 1948, quando este diz que

se a luta de classes, como conceito, é refutado por parte dos anarquistas, o fato é que as desigualdades da sociedade capitalista e estatista não são, assim como o fato de que há exploradores e explorados, opressores e oprimidos e que as contradições nesse caso são inegáveis. Assim, o que há, por parte desses anarquistas, é uma rejeição da forma (do termo usado), mas não do conteúdo (das desigualdades da sociedade e suas contradições)¹⁴⁵.

Na terceira sessão o tema inicial foi o *Critério de Militância*, cujas informações factuais são escassas. Há apenas uma sugestão de alteração por parte do militante José Oiticica que sugere que se “firme uma posição contra qualquer partido político, chefes, etc.”

¹⁴⁶ Passa-se ao segundo tema da sessão, que diz respeito a *Relações com Outros Elementos*. A ata também nesse ponto não é esclarecedora, mas se adotássemos o procedimento de pesquisa inverso – ou seja, indo das práticas dos anarquistas às deliberações tomadas no congresso – podemos supor que essa questão dizia respeito a relação dos anarquistas com outras correntes políticas. A relação freqüente com outros grupos de esquerda, críticos ao PCB, durante os anos subseqüentes, pode indicar que o Congresso Anarquista de 1948 manifestou-se favorável a alianças táticas com setores da esquerda mais próxima de seus princípios. No ponto sobre a corrente *Colaboracionista*, os anarquistas decidem condenar o que chamam de “colaboracionismo, agregando ainda que essa resolução, no exterior, irá repercutir de maneira confortadora aos companheiros que defendem veementemente os processos clássicos de atuação anarquista”¹⁴⁷. Apesar da fala de Oiticica, afirmar que “em vários países a tendência ao colaboracionismo está evoluindo”¹⁴⁸, o fenômeno colaboracionista, que provavelmente referia-se a participação nada usual de organizações anarquistas¹⁴⁹ em eleições nunca teve o vulto dado por este, no referido congresso. Porém, a percepção de Oiticica sobre este fenômeno – incomum nas fileiras anarquistas – estava afinada com a experiência dos setores *sintetistas* e *plataformistas* que recusavam a participação eleitoral por parte de um setor minoritário de anarquistas franceses de que falamos no capítulo anterior. A moção, escrita e

sentido, os anarquistas brasileiros não viam contradição (como no caso dos anarquistas sintetistas na França) entre ambas as posições.

¹⁴⁴ CORRÊA, 2012, p. 115.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ RODRIGUES, 1992, p. 163.

¹⁴⁷ RODRIGUES, 1992, p. 164.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ Parte dos setores plataformistas aglutinados na Federação Comunista Libertária, da França optam pela atuação eleitoral, o que praticamente consolidou a visão do setor *sintetista* ainda presente na F.C.L de que o plataformismo era um “desvio” bolchevique no interior do anarquismo. Decepcionados com a opção eleitoral, vários grupos abandonam a F.C.L, inclusive grupos plataformistas que não compactuavam com a opção eleitoral. O colaboracionismo tornou-se um pálido “fantasma” no interior dos grupos anarquistas da França. A F.C.L. surgiu de um “racha” no interior da Federação Anarquista Francesa. SCHMIDT, WALT, 2009, p. 259.

aprovada no congresso fora publicada no jornal *A Plebe*, logo após e define que “O movimento colaboracionista é um quebra desse método de ação, pois aceita entrar em combinações diretivas com elementos políticos e estatais”¹⁵⁰.

Outro tema relevante fora o da *Revolução Russa*. Segundo a União Anarquista de São Paulo, a Revolução Russa “foi vanguardiada pelos anarquistas, e que no Brasil os anarquistas é que formaram ambiente simpático à Revolução, o que se fez antes de surgir o movimento comunista bolchevique”¹⁵¹. Este ponto desdobrou-se no ponto *Ditadura do Proletariado* onde a UASP e Manuel (da SAI) acrescentam que “A ditadura do proletariado é uma mentira convencional. Não tem fundamento racional, é imposição ditatorial da maioria sobre a minoria, a lógica o demonstra”¹⁵².

No tema *Organização Anarquista* a ata possui poucas informações relevantes. A falta de dissensos na ata permite supor – conjuntamente com outros elementos – que as posições sobre este ponto estavam devidamente encaminhadas sob o “espírito” organizativo manifestado no congresso. Podemos recorrer a outros documentos para tentar compreender os debates organizativos encaminhados neste, já que segundo a própria ata, as posições da UARJ foram lidas no mesmo e debatidas. Essa reunião preparatória realizada pela União Anarquista do Rio de Janeiro elucida algumas posições tomadas.

A UARJ está de acordo com a formação de uma Federação cuja base seja: nas localidades onde haja a possibilidade de organizar grupos que se organizem, devendo os membros federar-se entre si, formando as Uniões locais, e estas, as comarcais; nas localidades em que não haja tal possibilidade, organizar-se-ão os companheiros como individualidades, devendo, entretanto, agregar-se à União cuja comarca pertença; ficando assim estabelecido: Do Indivíduo ao grupo, do grupo à união a comarca, e desta à Federação. Ao Congresso cabe nomear um Conselho de Relações, determinar a localidade em que deve o mesmo funcionar e de quantos membros será composto. A função deste Conselho é relacionar-se com todo o movimento da região brasileira e com o movimento anarquista internacional. A fim de evitar confusão com as iniciais das Forças Aéreas Brasileiras, a União propõe que, organizada uma Federação, tenha esta a seguinte denominação: Federação Anarquista Regional Brasileira (FARB).¹⁵³

Para efetivar tais intenções, na opinião de muitos anarquistas, não bastava apenas a formação dos antigos grupos de afinidade ou círculos anarquistas que vicejaram durante a Primeira República com certa difusão. Aliás, esta *forma* de organização seria alvo de duras críticas por alguns anarquistas brasileiros. Num artigo não-assinado, intitulado “Urge a Organização Libertária”, publicado no periódico *Remodelações*, provavelmente escrito pelo anarquista Moacir Caminha ou pela libertária Maria Iêda (ou ambos), alguns elementos são importantes para pensarmos o momento organizativo dos anarquistas brasileiros. Grande parte dos elementos de crítica interna publicados neste artigo, foram elencados de um artigo intitulado “*El anarquismo em el movimiento obrero*” escrito por A. Santillán e E. Lopez Arango, publicado respectivamente no jornal “La Protesta”, de Buenos Aires, cuja correspondência com os periódicos nacionais era frequente. A inserção de trechos deste artigo

¹⁵⁰ “o nosso movimento reprova unanimemente a tendencia colaboracionista e empenha sua inteira solidariedade aos anarquistas que lutam contra êsse desvirtuamento dos métodos anarquistas de ação, e tanto mais firme é essa solidariedade quanto não consta no Brasil a existencia de nenhuma tendencia colaboracionista.” Repelindo o Colaboracionismo. **A Plebe**, São Paulo, 20/02/1949, nº 21, p. 03.

¹⁵¹ RODRIGUES, 1992, p. 164.

¹⁵² *Idem*. A moção completa pode ser encontrada no jornal *A Plebe*, posterior a data do congresso. **A Plebe**, São Paulo, 20/02/1949, nº 21, p. 02

¹⁵³ União Anarquista do Rio de Janeiro In 4^o – Resoluções da União Anarquista do Rio de Janeiro sobre o próximo Congresso Brasileiro a realizar-se em São Paulo apud RODRIGUES, 1992, p. 156.

não deve ser encarada como simples reprodução de um texto anarquista vindo do “exterior”¹⁵⁴, mas também como parte das inquietações vividas pelos anarquistas brasileiros no período. Lembremos que havia uma relação política entre os anarquistas argentinos aglutinados na FORA e os militantes brasileiros.

O denominativo teórico-anarquismo – não concretiza hoje um propósito revolucionário suficientemente claro e definido. É necessário estabelecer uma base de atuação e de beligerância frente às demais tendências revolucionárias, concretizar em um programa de luta as aspirações do proletariado e diferenciar praticamente nosso movimento das tendências reformistas e autoritárias que concretizam, tanto em seu aspecto classista como em seus expoentes democráticos a idéia de Estado.¹⁵⁵

Há alguns pontos que nos chamam atenção. O primeiro, o de que o anarquismo precisaria definir melhor os seus objetivos revolucionários. Esta angústia dos libertários, traduzida no excerto de um artigo do jornal *La Protesta* não é uma angústia solitária, como vimos, nos precedentes debates organizativos do anarquismo internacionalmente.

Parecia aos libertários no período, que parte do esvaziamento da proposta anarquista, parecia estar imputada a falta de clareza de como seria organizada a sociedade futura.

A publicação integral do opúsculo *Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* de José Oiticica e a *República Comunista Libertária do Brasil* expressam esta inquietação. Longos textos, onde a organização da sociedade futura está devidamente sistematizada. Estes são publicados sintomaticamente ao longo dos periódicos “*Ação Direta*” e “*Remodelações*”, nas décadas de 40 e 50, definindo os contornos de uma sociedade sem classes, seus adversários e as possibilidades do socialismo libertário.

O texto de Oiticica inclusive, se tornaria um livro, publicado posteriormente pela editora *Germinal*. O texto de Oiticica, além dos tópicos gerais sobre a organização geral da sociedade pelos anarquistas, incluía um capítulo específico sobre a experiência da *makhnovischina*¹⁵⁶ na Rússia. Suas linhas foram traçadas originalmente em 1921, no contexto do anarquismo e do sindicalismo revolucionário na Primeira República, mas parecia aos libertários do período posterior a Segunda Guerra, que no momento em questão, era preciso refinar com mais detalhamento as elucubrações organizativas e teóricas; neste sentido a importância deste tipo de artigo era maior. Parecia mais propositivo a estes esquematizar concepções minimamente sistematizadas sobre seu projeto de sociedade futura, do que reproduzir fórmulas muito vagas e imprecisas, que poderiam reforçar a representação de que o projeto anarquista era excessivamente “utópico”.

Some-se a isto, o fato de que o discurso comunista (marxista) revela cada vez mais um predomínio do aspecto técnico no programa de suas organizações, que delimitava, do ponto de vista do discurso, o futuro socialista, pela vanguarda comunista¹⁵⁷.

¹⁵⁴ Segundo Norman Fairclough, cuja inspiração para o conceito de intertextualidade é retirado de Mikhail Bakhtin, todos os textos são “inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 134.). A intertextualidade manifesta é o procedimento em que no texto “se recorre explicitamente a outros textos específicos” (*Ibid*, p. 114). Toda prática discursiva supõe uma relação intertextual.

¹⁵⁵ SANTILLÁN, A; ARANGO, E. Lopez. Urge a Organização Libertária. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p.01.

¹⁵⁶ A experiência da *makhnovischina* será publicada respectivamente nos números 29, 30, 31, 32, 33 e 34 do jornal *Ação Direta*.

¹⁵⁷ Por um lado, os objetivos do proletariado podem e devem ser determinados pela teoria; a emancipação do proletariado será obra dos técnicos da revolução, aplicando corretamente suas teorias às circunstâncias dadas. Por outro lado, o que essa teoria permite que os teóricos aprendam são unicamente elementos ‘objetivos’ da evolução da sociedade; e o próprio socialismo aparece cada vez mais privado de todo seu conteúdo humano, como uma simples transformação ‘objetiva’ e externa: no essencial, aparece como uma modificação de certos

Do ponto de vista da **organização específica anarquista**, algumas mudanças são relevantes e precisam ser mencionadas. Em relação aos grupos de afinidade, reproduzindo o excerto de A. Santillán e E. Lopez Arango em *Remodelações*, os anarquistas aglutinados neste jornal concordam que

Os grupos de afinidade dos anarquistas tiveram sua razão de ser em seu tempo (quando desapareceu a velha Internacional, na época das formidáveis perseguições) como sistema de organização de militantes, mas sua cristalização, permanência, marca uma linha divisória entre nossas idéias e a fonte madre de onde elas surgiram.¹⁵⁸

Opinando em relação ao conteúdo do artigo, os anarquistas em *Remodelações* afirmam:

Aí estão conceitos de lutadores que já advogavam uma modificação nos velhos processos de propaganda dos “grupos de afinidades”, isolados das massas proletárias, inorgânicos, sem coordenação de ação, impotentes para enfrentar adversários poderosamente organizados como o “Partido Comunista”.¹⁵⁹

E prosseguindo na crítica aos grupos de afinidade, o jornal reproduz mais excertos do artigo

Nos grupos de afinidade – que na maior parte leva em si o germe da decomposição e da impotência – surge um perigoso particularismo anarquista que pode prejudicar o que significa o anarquismo como movimento social revolucionário.¹⁶⁰

Concluindo a partir das reflexões realizadas que “o movimento libertário necessita é de ação de massas, como sempre foi feito na Argentina e na Espanha”. “O ‘grupo de afinidades’, como se vê, é uma cousa do passado, perdeu sua razão de ser”.¹⁶¹

dispositivos econômicos, da qual o resto deveria resultar, por acréscimo, num futuro indeterminado. Preocupar-se exclusivamente com a distribuição do produto social, com o estatuto da propriedade ou da organização geral da economia (a ‘nacionalização’ e o ‘planejamento’ torna-se então inevitável; e o fato de que o socialismo deva significar, antes de mais nada, uma inversão radical nas relações entre os homens, tanto na produção quanto na política, é completamente ocultado. E se o socialismo é uma verdade científica à qual têm acesso os especialistas através de sua elaboração teórica, disso se segue que a função do partido revolucionário seria a de importar o socialismo no proletariado. Esse, com efeito, não poderia chegar ao socialismo a partir de sua própria experiência; no máximo, poderia reconhecer no partido que encarna essa verdade o representante dos interesses gerais da humanidade – e apoiá-lo. CASTORIADIS, 1985, p. 163-164.

¹⁵⁸ SANTILLÁN, A; ARANGO, E. Lopez. Urge a Organização Libertária. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p.01.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ SANTILLÁN, A; ARANGO, E. Lopez. Urge a Organização Libertária. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p.01.

¹⁶¹ “E tem razão os camaradas. Muitos desses grupos transformaram-se, isolados como vivem, em verdadeiro culto religioso, uma “igrejinha” com o seu bonzo, o teórico mais narcizista, que os “crentes”, os “grupistas”, adoram, ouvem-no enlevados deixando de pensar por si, pois que o bonzo pensa por eles.” [...] Nada melhor para segregar um movimento ideológico do contato do povo que a formação de “igrejinhas” de “iniciados”, de discípulos de um “bonzo”. [...] O “grupo de afinidades”, como se vê, é uma cousa do passado, perdeu a sua razão de ser. É uma “geladeira” de energias. O que o movimento libertário necessita é de ação de massas, como sempre foi feito na Argentina e na Espanha, é a luta decidida contra as forças organizadas da burguesia, contra (sic) o “Partido Comunista”. E para essa luta precisa o movimento libertário de organização eficiente, livremente e coesa, mas também fortemente coesa. Organização de ação disciplinada. Disciplina consciente, mas disciplina responsável. Só assim podemos cumprir a nossa missão. E essa missão é demasiada grandiosa para nos determos diante de individualidades.” **Remodelações**, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p.01.

Se a crítica de *Remodelações* aos grupos de afinidade é profundamente cética de suas possibilidades de sucesso, não podemos dizer que esta opinião fora uníssona¹⁶². O congresso anarquista de 1948¹⁶³ de fato inspirava-se sob o projeto *organizacionista*, mas em suas resoluções, aceitava que

Na situação atual, apresenta-se a perspectiva seguinte: constituição de grupos de afinidades ou de outras modalidades, onde seja possível, federando-se entre si, e onde não seja possível a constituição de grupos, todos os militantes reunirem-se em conjunto em uniões locais, que estimularão a constituição dos grupos. Reunindo todas essas organizações, formar-se-á a federação regional brasileira.¹⁶⁴

Ou seja, de que o grupo de afinidade era apenas um “estágio” da organização específica para um projeto de âmbito nacional. Que estes grupos tinham seu valor diante diferentes conjunturas, tais como a percebida pelos militantes do interior do país.

Lembremos também, que a velha geração militante que participa do congresso anarquista de 1948 é influenciada pelas práticas e costumes libertários das décadas anteriores: heterogeneidade que se manifesta no interior dos próprios jornais que participam. A participação de outros grupos, tais como a Editora *Germinal*, de Roberto das Neves no congresso anarquista, indicava destarte, que nem todos os anarquistas do Rio de Janeiro se aglutinaram em uma organização específica. O próprio Roberto das Neves, um anarquista português, exilado em solo brasileiro, contribuía com *Ação Direta*, mas não estava organicamente ligado a algum grupo específico. Parece mais correto afirmar, que a tendência predominante do anarquismo brasileiro naquele momento, difundida por um setor, concordava com as ponderações e reservas compartilhadas pelo movimento anarquista naquele período, sobre o problema de agrupar a todo preço, todas as tendências do anarquismo num único grupo específico, mas na **prática**, havia uma articulação mais ampla, fruto da conjuntura específica que aglutinava diversos anarquistas. As posições dos militantes de São Paulo e Rio de Janeiro apontaram para a concordância em torno do tema da organização específica, já que segundo a fala dos presentes “as duas opiniões se complementam”¹⁶⁵. Vamos apenas refinar o que os anarquistas no período definiam como organização anarquista. Segundo a resolução do Congresso, a organização anarquista tem “por finalidade dar maior amplitude aos seus esforços”. Sobre sua estrutura, os anarquistas definem que esta tem por “unidade organica o grupo – de natureza varia: de afinidades, de bairros ou suburbios, de associações ou sindicatos, estudantinos, juvenis e femininos, de locais de trabalho, etc”¹⁶⁶. Ou seja, a organização anarquista pensada por seus militantes incluía diferentes formas associativas, mas sua orientação visava à constituição de uma federação de grupos,

baseando-se na autonomia do individuo no grupo, deste nas federações locais e de zonas destas na federação regional brasileira – objetivando uma ação fundamentada em acordos amplamente examinados e livremente aceitos¹⁶⁷

A finalidade dessa organização

¹⁶² Só conseguimos perceber na pesquisa, as diferentes interpretações sobre a utilidade dos grupos de afinidade quando nos deparamos com o número 21 do jornal *A Plebe*.

¹⁶³ Esta matéria publicada no jornal *A Plebe* de número 21 é produto do congresso de 1948, por isto recorremos a est jornal.

¹⁶⁴ A Organização Anarquista. **A Plebe**, São Paulo, 20/02/1949, nº 21, p. 04.

¹⁶⁵ Falaram Souza, Neves, Roque e Manuel. Cf. 2) Ata da Segunda Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 164.

¹⁶⁶ A Organização Anarquista, **A Plebe**, São Paulo, 20/02/1949, nº 21, p. 04.

¹⁶⁷ *Idem*.

é coordenar os esforços individuais e coletivos no sentido de dar mais força e coesão no desenvolvimento da obra do anarquismo, estimulando, apoiando, e promovendo (sic) as iniciativas que objetivem defender e divulgar o ideal anarquista e sustentar a ação do movimento em todas as suas modalidades.¹⁶⁸

De maneira geral, a percepção, era a de que os anarquistas precisavam organizar-se de maneira mais eficiente para intervir adequadamente como força política. O Congresso Anarquista de 1948, marca a formação de uma cultura política em direção a um projeto de amadurecimento da organização interna do anarquismo. Sendo assim, podemos compreender os resultados do debate do congresso como uma opinião¹⁶⁹ baseada num modo de produção da resposta ligado a

um sistema de princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis do controle lógico e da apreensão reflexiva, em suma, uma espécie de axiomática política – na linguagem corrente, uma “linha” ou um “programa” – que permite engendrar ou prever, de forma exclusiva, a infinidade dos julgamentos e atos políticos inscritos no algoritmo;¹⁷⁰

Por outro lado, o projeto da organização específica anarquista convive com práticas anteriores. Práticas que são incorporadas

portanto, aquém do discurso ‘político’, ou seja, a partir de esquemas de pensamento e ação objetivamente sistemáticos, adquiridos por simples familiarização, fora de qualquer inculcação explícita, e acionados segundo o modo pré-reflexivo.¹⁷¹

O próximo ponto discutido fora o de *Organização Operária*. Aprofundaremos devidamente esta discussão. Cabe dizer, que os anarquistas deliberaram por prosseguir no trabalho dentro dos sindicatos, retomando elementos mais gerais do sindicalismo revolucionário. A quarta sessão foi aberta com o tema *Organização Internacional*. Esse tema possui relação estreita com a intenção de formar uma organização nacional. Os anarquistas presentes na sessão discorrem sobre a necessidade de formar uma *Internacional Anarquista*. Edgar falando pela União Anarquista de São Paulo reforça a necessidade de criação de um organismo internacional, citando como fundamento dessa proposta, “as várias federações já existentes”¹⁷², [...] na “Itália, França, Espanha, Suécia, Suíça, Áustria, Holanda, Inglaterra, Escócia e Japão”¹⁷³. A consolidação de uma cultura política específica obedecia deste modo, transformações internas do campo político anarquista e a questão propriamente conjuntural.

¹⁶⁸ *Idem.*

¹⁶⁹ Bourdieu nos fala de diferentes modos de produção de uma opinião. Ou seja, não podemos aceitar acriticamente que toda opinião está reduzida a uma determinada cultura política. Uma determinada questão, segundo Bourdieu, “pode ser produzida segundo três modos de produção bastante diferentes. O princípio de produção da resposta pode ser o *ethos* de classe, fórmula geradora não constituída como tal que permite engendrar, sobre todos os problemas da existência corrente, respostas objetivamente coerentes entre si e compatíveis com os postulados práticos de uma relação prática com o mundo; ele pode ser, também, um *‘partido político sistemático’*” BOURDIEU, 2007, p. 392. É deste último modo de produção que nos referimos no presente caso.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 392.

¹⁷¹ *Idem.*

¹⁷² Ata da Quarta Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 165. Esta ata foi escrita por Pedro Catallo.

¹⁷³ *Idem.*

Apesar do aparte de Manuel, ponderando que “não seria oportuna a criação desse organismo internacional, mas [deve-se] trabalhar no sentido de criá-lo”¹⁷⁴, Oiticica reforça a opinião promovida por Edgar e manifesta-se “partidário da fundação da Internacional Anarquista”¹⁷⁵. Os encaminhamentos gerais são de que os anarquistas brasileiros devem mandar representantes ao congresso anarquista mundial e continuar a manter correspondência direta como “meio de segura informação e de contínuas relações”¹⁷⁶. Na quinta e última sessão, iniciada logo pela manhã, as atas das sessões anteriores foram lidas e abertas para alterações. Uma redação contra o *colaboracionismo* anarquista, redigida por Oiticica é lida pelos presentes e aprovada em consenso. A ordem do dia desta sessão fora principalmente a “criação dum organismo de auxílio e solidariedade”¹⁷⁷. Manuel Landoburo que possuíam a representação da SIA (Solidariedade Internacional Antifascista) esclarece que a “SIA se incorporaria, em todo caso, à nova entidade que surja do congresso”¹⁷⁸. Dá também esclarecimentos em relação ao demonstrativo de auxílio prestado como delegado dessa entidade internacional. Foi encaminhada a criação de uma organização de solidariedade cujo nome seria SOLIDARIEDADE SOCIAL.

A presença de um “companheiro de idioma castelhano”¹⁷⁹ – protegido pelo anonimato no documento analisado – nessa sessão do congresso permite-nos supor que já no final da década de 40 a relação de solidariedade discutida no congresso extrapolava os jornais anarquistas¹⁸⁰. A publicação de artigos sobre a Revolução Espanhola e notícias sobre a guerra de guerrilhas que se desenrolava entre os militantes da CNT espanhola e o regime *franquista* eram noticiadas com frequência. Podemos dizer que esses textos forneciam elementos significativos de uma cultura e identidade política própria – que reforçava elementos simbólicos relevantes para os anarquistas naquele momento. Longe de ser apenas uma identidade política, dissociada de seu contexto, a situação dos trabalhadores em diferentes países no pós-guerra, era marcado pela sombra de governos autoritários que permitiam a intensificação da exploração da mão de obra e tentavam pacificar a luta de classes. Conjuntamente com a presença de alguns militantes exilados no Rio de Janeiro e São Paulo – muitos por conta da Guerra Civil na Espanha –, esses elementos podiam despertar o interesse no aprofundamento de questões fulcrais a memória coletiva¹⁸¹ dos anarquistas. Esse movimento em torno da memória da Revolução Espanhola¹⁸² ou Guerra Civil Espanhola

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ *Idem.*

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 166.

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ *Idem.*

¹⁸⁰ Construimos uma série sobre a presença da questão espanhola nos jornais anarquistas até 1948. Chamamos de questão espanhola, os artigos referentes a Revolução Espanhola de 1936-1939 inserida pelos anarquistas de Rio e São Paulo em seus jornais e notícias sobre a perseguição franquista e os exilados espanhóis. Por essa série, podemos observar a presença marcante da questão espanhola nesses jornais.

¹⁸¹ Como destaca Pollak, “A *priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n, 10, 1992, p. 201.

¹⁸² A Espanha, país a ter uma revolução social hegemônica pelos anarquistas, pode ser compreendida como um lugar de memória, no sentido dado por Pollak. Segundo este: “Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens nas colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento.” POLLAK, 1992, p. 202.

revelou-se na entrevista que realizamos profundamente significativo¹⁸³ para a entrada de um jovem militante nos círculos políticos dos anarquistas naquele momento. Percebe-se a ligação nevrálgica entre a cultura política, identidade¹⁸⁴ e memória, pois “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”¹⁸⁵. A cultura política conforma uma determinada memória e uma determinada memória, passa a ser uma das condições de “entrada” para este mundo político, que obviamente possui outros elementos que o definem.

A questão anticlerical, por exemplo, é um destes. O debate em torno da reativação do jornal *A Lanterna*, fora um dos pontos de dissenso. A União Anarquista do Rio de Janeiro e a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro manifestam-se contrárias a criação de um jornal anticlerical, enquanto Edgar Leuenroth falando pela União Anarquista de São Paulo – pelo que nossa análise documental¹⁸⁶ indica – defende pela UASP a formação de um jornal específico para lidar com esta questão. Após as discussões, se decide não reativar nenhum jornal anticlerical. Tal intenção consagrada no congresso poderia supor erroneamente a transformação da cultura política anarquista em direção a “suavização” de sua clássica posição anticlerical¹⁸⁷. Esse não parece ser o caso – nem se analisarmos os jornais anarquistas publicados no período – tampouco se ampliarmos nossa lente histórica para os processos cotidianos na qual os anarquistas estavam envolvidos onde o anticlericalismo aparece de maneira explícita. Durante a entrevista feita com Adélcio Copelli, que apoiara o jornal *Ação Direta* comentávamos sobre uma matéria deste jornal¹⁸⁸ que estampava uma fotografia de padres em cima de uma cruz que era carregada por dezenas de participantes de uma procissão.

¹⁸³ Pelo menos é o que indica o militante Adélcio Copelli; quando perguntado sobre a presença de anarquistas de outros países no Rio de Janeiro, referiu-se a um “português ou espanhol chamado Gonçalves, que esteve na Espanha. Que lutou lá na Espanha.” Segundo este, “foi uma decepção minha, eu queria ouvi-lo, mas a conversa era sempre desviada” Assim que eu comecei. Não me lembro bem. Não é uma coisa assim precisa. Eu sei que de repente eu já estava enfronhado na confecção de *Ação Direta*.” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

¹⁸⁴ Segundo Pollak: “podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” POLLAK, 1992, p. 204. A presença de exilados espanhóis contribuiu sobremaneira para a constituição deste sentimento, de uma determinada memória e uma identidade política específica.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 201.

¹⁸⁶ Pois, segundo consta na ata, “Neves apoia as palavras de Edgard, e propõe uma comissão que estude as possibilidades de tirar um jornal de combate ao clero”. Ata da Quinta Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 166. Esta ata também foi escrita por Pedro Catalo. À despeito da falta de um jornal específico anticlerical, o anticlericalismo permanecerá vivo nos jornais do Rio e São Paulo. Esses elementos ainda compõe uma cultura política anarquista fortemente anticlerical. Na entrevista realizada com Adélcio Copelli, esse conteúdo anticlerical é fortemente sublinhado pelo entrevistado. Em alguns momentos, o mesmo chega a falar sobre questões anticlericais, mesmo com perguntas não necessariamente vinculadas ao tema.

¹⁸⁷ Sobre a relação dos anarquistas com o anticlericalismo, Cf. VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000. Segundo Valladares, apesar dos anarquistas serem anticlericais, nas instâncias sindicais tinham a preocupação de garantir a neutralidade religiosa. A reação ao chamado sindicalismo católico, presente com mais intensidade a partir da década de 10, entretanto, motivou os anarquistas e muitos sindicalistas revolucionários a atuarem contra as posições da Igreja Católica. Aprovando moções contrárias a religião e o clero. VALLADARES, 2000, pp. 52-60.

¹⁸⁸ A fotografia em questão fora publicada em *Ação Direta* 109. Cf. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Agosto de 1956, nº 109, p.01. Numa charge, publicada em outro jornal, um integrante do clero aparece como um polvo que segura com seus tentáculos, a assistência social, o quartel, o lar, a escola, a fábrica e a política, dando a entender que o clero estendia sua influência por todas as partes. Cf. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Janeiro e Fevereiro de 1958, nº 124, p.01

A legenda colocada embaixo da foto ridicularizava¹⁸⁹ claramente o clero. Segundo Copelli, que estudava numa entidade protestante, a Associação Cristã de Moços:

A ACM era de origem, de orientação protestante. Ela não era específica, ela aceitava, tinha católicos também, essa coisa toda... eu me lembrei porque você falou na manchete da Ação Direta, daqueles padres em cima de um tablado e o povo carregando. Eu me lembro que naquela época existia uma reação da Igreja Católica de pensadores católicos que na falta de outra palavra, se diz progressistas, um deles era o Alceu Amoroso Lima. Ele criou um círculo lá, católico, para estudar as questões sociais, círculo Dom Vital. Eles convidaram, um pessoal até comunista e até anarquista. Eu não sei se foi o professor Serafim Porto. Eu não sei. Eu sei que... Não sei qual deles é que me disse que ia lá na reunião lá desse círculo católico... Alguém lá se referindo aos anarquistas, disse assim: como é que pode haver uma união pra combater a ditadura [risos] se os anarquistas colocam isso... e mostraram essa matéria dos padres em cima daquele tablado...¹⁹⁰

Outra questão discutida no congresso fora a dos jornais *A Plebe* e *Ação Direta*. Além do debate sobre as dificuldades financeiras – dificuldades estas amplamente divulgadas nesses periódicos –, o congresso apontou¹⁹¹ para uma articulação entre as duas publicações na “feitura dos jornais”.

Outro tema discutido fora a questão da *Propaganda*, elemento estratégico na formação da cultura e identidade política anarquista que pode – se considerado retrospectivamente – como parte de sua tradição. Edgar reiterou as iniciativas como “Centro de Cultura, Colônias de Recreio, Grupos Teatrais, Excursões, Conferências, Livros, Folhetos, etc.”¹⁹². Essas iniciativas estão intimamente ligadas às iniciativas de formação de uma cultura *libertária* que está encravada na cultura política anarquista. Se segundo Francisco Foot Hardman¹⁹³ o elemento cultural fora um elemento estratégico acionado pelos anarquistas na constituição de classe no início do século e de sua atuação política, pode-se dizer igualmente que mesmo com a redução da amplitude do projeto cultural libertário na classe, tal cultura subsiste pelos militantes afiliados ao anarquismo no período. Subsiste nesse contexto enquanto uma intenção de retorno organizado a classe que precisa acionar elementos simbólicos e culturais para sua

¹⁸⁹ Segue a transcrição da legenda: “A estampa mostra uma multidão a carregar em Pires do Rio, Estado de Goiás, sobre uma cruz de mais de mil quilos e doze metros de comprimento, dois representantes do Vaticano, que não se pejam do papel torpe e ridículo que estão a representar.” *Idem*.

¹⁹⁰ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

¹⁹¹ Ainda que neste ponto a análise da ata revela um possível consenso em torno da articulação de lançamento dos jornais, o que implicaria uma coordenação entre a militância paulista e fluminense, há algumas discordâncias. Souza, “reitera a necessidade de saírem os dois, sendo um no dia 1^o e outro no dia 15 de cada mês.” Respondendo a ponderação de Souza, Amor Salgueiro diz que “deve haver autonomia e independência na feitura dos jornais”, o que na prática, se traduziria em não “combinar” uma data de lançamento. Edgar Leuenroth contesta a intervenção do militante, dizendo que “há necessidade de um acordo porque os dois jornais se destinam aos mesmos leitores, devendo-se evitar repetições de matérias”. Souza reitera o apontamento de Edgar, sublinhando que “os encarregados da feitura do jornal devem comunicar-se para que saibam o dia em que cada um deles sairá, a fim de não coincidirem os seus aparecimentos nos mesmos dias”. Esses pequenos *detalhes* revelam diferentes interpretações sobre o conceito de *autonomia*, um conceito chave para os anarquistas no período. Enquanto a maioria dos militantes nesta sessão enfatiza a coordenação e articulação dos jornais, o termo autonomia fora utilizado indicando “independência” no sentido de que não era preciso uma data específica para seu lançamento. Este detalhe aparentemente irrelevante; demonstra concepções que se levadas ao extremo podem ser vistas como profundamente distintas no interior da cultura política anarquista.

¹⁹² Ata da Sexta Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 167. Esta ata foi escrita por Ney e Ideal – Secretários de Atas.

¹⁹³ Cf. HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

efetivação¹⁹⁴ e que, portanto, assume um papel de não substituir a atuação sindical, mas de permitir a sua entrada no mundo operário. A partir disto, Roque “lembra dois folhetos que deviam ser reeditados: *Doze Provas da Inexistência de Deus* e *Sindicalismo*.” Roberto das Neves “acrescenta que é propósito da Editora Germinal editar proximamente: *Manifesto Antinacionalista* e as *Doze Provas da Inexistência de Deus*”¹⁹⁵. Após esta discussão propõe-se formar duas comissões de trabalho, uma para cuidar dos relatórios dos trabalhos do Congresso e outra para cuidar das relações. Fora sugerida a criação de uma comissão permanente, a *Comissão de Relações Anarquistas* que teria como objetivo estabelecer uma relação política internacional permanente.

No final do congresso fora lido um manifesto do IV Congresso Nacional da Federação Anarquista da França e deliberou-se para que o congresso faça publicidade de suas resoluções aos companheiros do interior e do exterior por carta e “manifesto mimeografado”¹⁹⁶.

Após o encerramento desta sessão, Edgar Leuenroth salienta o “êxito do encontro” e o “trabalho construtivo sem demagogia”. Ressaltando que o congresso foi uma “escola de capacitação para os jovens e satisfação para os velhos militantes”. Após a fala de Oiticica, Ney e Neves, o congresso fora encerrado sob o canto da Internacional “por todos os congressistas”¹⁹⁷. Permitindo-nos um exercício de imaginação histórica, podemos supor que o final do congresso tenha emocionado muitos militantes presentes, diante uma conjuntura muito distinta das décadas anteriores e que enchia de esperanças a continuidade do trabalho político dos anarquistas no referido período.

Logo após o fim do congresso, a Comissão de Relação Anarquista (CRA), ansiosa por dar continuidade aos trabalhos do congresso, publica um informativo que faz um balanço das discussões. Este documento fora apreendido pelo Departamento Federal de Segurança Pública¹⁹⁸ que vigiou os anarquistas. É preciso alertar que este é um documento interno, ou seja, não fora publicado na imprensa anarquista do período. O secretário da CRA era Ideal Peres, a CRA lança um informativo chamado *Tribuna Livre*. O objetivo do informativo era de manter os militantes informados sobre o desenvolvimento do anarquismo e estimulá-los a manifestarem suas opiniões sobre diversos problemas sem polemizar abertamente nos jornais que os anarquistas dispunham.¹⁹⁹ O texto é escrito em primeira pessoa e não está assinado.

¹⁹⁴ Desse ponto de vista, os anarquistas ainda que compreendam a importância das questões econômicas para a formação de sua corrente radical no interior da classe, jamais tenham reduzido sua atividade política às balizas do *homo economicus*.

¹⁹⁵ Ata da Sexta Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 167. Esta ata foi escrita por Ney e Ideal – Secretários de Atas.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ *Idem*.

¹⁹⁸ Cabe aqui uma explicação para evitar confusões. O Departamento Federal de Segurança Pública fora criado em 1944, com a edição do Decreto-Lei n. 6.378, de 28 de março de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal teve a denominação alterada para Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O acervo do DFSP inclui documentos anteriores à 1933 e acumulou os fundos da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública e da Quarta Delegacia Auxiliar, órgãos que o antecederam em sua função. Seus objetivos eram prevenir e coibir crimes contra a segurança política e social. A DFSP tem subordinada a si, a a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que fora criada em 28 de março de 1944. Esta passa por algumas modificações estruturais, que em 1946 se refletem na seguinte organização: a) Delegacia de Segurança Social, b) Delegacia de Segurança Política, c) Serviço de Investigações, d) Serviço de Informações, e) Cartório. O serviço de investigações que realizou o relatório sobre a União Anarquista do Rio de Janeiro e que pelo visto, eventualmente “vigiou” os anarquistas no período, dividia-se em cinco setores: Fiscalização Trabalhista, Ordem Pública, Investigações, Serviços Especiais, Vigilância e Controle. (APERJ, 1994, p. 09).

¹⁹⁹ Eis a citação completa “Sendo a Comissão de Relações Anarquista, um organismo criado por nosso Congresso, para relacionar todos os anarquistas da região Brasileira, crê que a melhor forma de relacionar os camaradas é publicar um Boletim onde sejam registradas todas as informações recebidas (sic), afim de que os companheiros tenham uma idéia completa do panorama anarquista desta região. Há também, como afirmamos a

Uma das críticas disparadas diz respeito ao compromisso com as tarefas assumidas no congresso.²⁰⁰

Apesar de aparentemente pretender a *Tribuna Livre* ser uma “conversa”²⁰¹ com os companheiros, o teor do texto é na verdade uma “cobrança” dos acordos assumidos e aponta para a necessidade de cumprir as deliberações do congresso, pois “se não formos consequentes com as resoluções estabelecidas, seria inútil a realização de Congressos, ou de nos organizarmos” (Idem). O fato do texto, ter sido escrito individualmente e cobrar o cumprimento de resoluções estabelecidas aponta para uma tensão na cultura política anarquista deste período que diz respeito a uma questão-chave do movimento em diversas partes do mundo²⁰²: a disciplina e unidade estratégica. Segundo o texto publicado em *Tribuna Livre*, é indispensável para cumprir as deliberações de suas organizações: responsabilidade orgânica, coesão e agilidade.²⁰³ Responsabilidade orgânica²⁰⁴ para esses militantes seria o “cumprimento dos acordos livremente estabelecidos”, coesão, a “articulação espontânea de todas as nossas forças para que nosso movimento seja a expressão fiel da vontade soberana de cada um dos integrantes” e agilidade, por fim, seria a capacidade dos anarquistas em se integrarem as lutas populares, pois “não é possível criarmos um movimento de opinião entre o povo, afastando-nos dele, encerrando-nos em uma torre de marfim”. “Se queremos que o

princípio, a necessidade de trocarmos impressões sobre varios problemas, e não o podemos fazer através das colunas de Ação Direta e A Plebe, por serem estes jornais, órgãos de propaganda, e seria contraproducente polemizarmos em sua colunas.” Comissão de Relação Anarquista. Boletim Informativo. Rio de Janeiro, Março de 1949, Ano 1. In Folha 06, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

²⁰⁰ Creou o congresso a Comissão de Relações Anarquista (CRA) resolveu também sobre a necessidade de nos organizarmos em grupos, que por sua vez devem de procurar dar vida as Uniões e estas formarem as comarcas que relacionando-se entre si, formam uma Federação, naturalmente que em nossa organização o Individuo é a base, com absoluta liberdade; assim como os grupos são livres dentro da Uniões e estas com relação as comarcas, formando desta arte uma autentica organização ANARQUISTA cujo objetivo é o de propagar nossas idéias, preparamos para as futuras lutas e manter a continuidade de nosso movimento. Creio entretanto, que deemos (sic) os camaradas pensar seriamente sobre as responsabilidades livremente contraídas, julgo necessario que para cumprir nossa organização com a finalidade ser indispensavel imprimir, ha mesma tres cousas que reputo fundamentais. Primeira: responsabilidade organica. Segunda: coesão; Terceira: agilidade.” *Tribuna Livre*: conversando com os companheiros. s/d. In Folha 17-18, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

²⁰¹ Fairclough, amparando-se em Pierre Bourdieu, Brown e Levinson, desenvolve algumas reflexões sobre os usos da polidez nos discursos. Bourdieu nos diz que as concessões da polidez são “sempre concessões políticas” (Bourdieu apud FAIRCLOUGH, 2001, pp. 203-204.). Podemos compreender a pretensão da *Tribuna Livre* ser uma “conversa” como o que Fairclough chama de polidez positiva, que atenua certas tensões políticas, já que evidentemente, as questões colocadas pelo militante são centrais para os projetos políticos dos anarquistas no período.

²⁰² Referimo-nos a discussão consagrada no debate entre a Plataforma e a Síntese que colocaram essa pauta em variados países e de que falamos anteriormente.

²⁰³ *Tribuna Livre*: conversando com os companheiros. s/d. In Folha 17-18, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro. A discussão organizativa proposta pelo debate iniciado pelo militante em *Tribuna Livre* – próxima às reflexões dos exilados russos em Paris – eram mais um dos caminhos que estavam postos para o projeto *organizacionista* e sua estratégia de massas, que em nossa compreensão podia caminhar para balizas próximas a um ou outro paradigma organizativo (síntese ou plataforma) que definiam os contornos ideológicos do anarquismo no período.

²⁰⁴ Um exemplo dessa responsabilidade orgânica (ou de como os anarquistas lidavam com a eventual falta desta) nos foi dado pela entrevista de Jaime Cubero. Sobre Oiticica, Cubero diz que “ele era um dos mais combativos! Muito sério, muito coerente, de uma bondade fantástica... Mas era um sujeito que não perdoava um deslize. Se você levava para casa um trabalho do movimento, preparar um artigo, fazer qualquer tarefa e não cumpria ele te dava uma chamada tremenda. Ele dizia: ‘Se você não pode, não aceita’. Ele não perdoava o sujeito chegar atrasado na reunião, a não ser que tivesse uma razão forte. Eu aprendi muito com ele, essa coerência ética.” CUBERO, Jaime in JEREMIAS (org), s/d, p. 159.

proletariado venha até nós, é necessário antes irmos onde ele alenta-lo em suas lutas contra a exploração, semear idéias entre eles e procurar organiza-los”²⁰⁵.

No final do texto de *Tribuna Livre*, retomando aportes malatestianos, o autor convenientemente distingue organização de autoridade; tal comentário era mais um reforço da ideia da organização específica anarquista²⁰⁶. Mesmo que seja possível analisar os contornos “homogêneos” de uma determinada cultura política é importante ressaltar que estas tensões, apontadas pelos militantes em *Tribuna Livre*, são fruto em grande medida de interpretações distintas de seus militantes sobre o papel da organização específica anarquista. Se não houvesse dissonâncias na incorporação do discurso e da prática política pelos militantes anarquistas das propostas *organizacionistas* conscientemente definidas no Congresso de 48, um militante não precisaria cobrar²⁰⁷ as resoluções estabelecidas num congresso. Apesar de próximo do modelo de organização da *síntese* anarquista, não podemos dizer que esta era uma opção totalmente consciente e planejada. Como consta nesta *Tribuna Livre*, o salto qualitativo na organicidade dos anarquistas, passava exatamente por elementos, que à despeito do provável desconhecimento dos militantes à época, foram debatidos com exaustão pela *Plataforma*.

A cobrança existiu de fato, pois a incorporação de uma cultura política, de uma linha, de um programa – amparando-nos em Berstein – não é de fato imediata, mas pode ser medido na escala da geração. Não é possível portanto, modificar uma cultura política de uma só vez.

Independente dos problemas, o congresso possibilitou a melhor articulação dos militantes anarquistas em suas organizações. Sua linha política determinou ainda que com grandes dificuldades conjunturais, um caminho a seguir e permitiu que os militantes tivessem uma orientação com contornos mais delineados. Tal horizonte dependia em grande medida da capacidade interna das organizações anarquistas em sobreviverem à realidade e conseguirem enraizar suas propostas políticas.

2.2 - Organizações anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo

Acreditamos que é necessário analisar com maior profundidade a presença e constituição das organizações anarquistas fundadas sob os mecanismos do congresso anarquista de 1948. Esta reflexão pretende refinar um questionamento que atravessou todo a nossa²⁰⁸ pesquisa, que é avaliar a dimensão da presença política dos anarquistas e elucidar suas práticas. Para nós, esta presença se coaduna com os questionamentos internos realizados pelos anarquistas e que possuem estreita ligação com sua cultura política. Na nossa compreensão, o desejo de formar organizações específicas – um projeto *organizacionista* que remonta ao período militante anterior – como uma estratégia de intervenção política está intimamente ligado ao sucesso de uma cultura política e sua reprodução. Uma coisa é a consagração de um determinado projeto político num congresso anarquista, outra, bem diferente, são as possibilidades de sua efetivação, tanto no âmbito externo do movimento (conjuntura política e social) quanto de suas condições internas (determinada cultura política interiorizada e compreendida pela maioria de seus membros). Nesse sentido, achamos que é crível dividir a formação das organizações anarquistas nesse período em dois momentos.

²⁰⁵ *Idem*.

²⁰⁶ O sociólogo Pierre Bourdieu atentamente nos chama atenção, ao fato de que “o mesmo *habitus* pode conduzir a esposar opiniões fenomenalmente diferentes, ao passo que *habitus* diferentes podem se exprimir por meio de opiniões superficialmente [...] semelhantes” BOURDIEU, 2007, p. 395.

²⁰⁷ Se tivéssemos nos restringido apenas aos documentos públicos dos anarquistas do período, não teríamos notado essas dissonâncias.

²⁰⁸ Reflexões realizadas principalmente nas reuniões de orientação.

Num primeiro momento, incentivado pelo congresso de 1948 os anarquistas formarão organizações e grupos diversos, dentro do eixo Rio-São Paulo e no Rio Grande do Sul com uma perspectiva de empuxo nacional. O segundo momento pode ser descrito como um período mais modesto para essas organizações, dando lugar a iniciativas voltadas mais ao campo da propaganda.

Nesse primeiro momento, no Rio de Janeiro, a organização anarquista mais relevante era a *União Anarquista do Rio de Janeiro*. Entidade reduzida – se comparada às grandes forças políticas daquele período – mas atuante, cujo modelo de organização supunha um projeto político consagrado no congresso de 1948. A UARJ contava com cerca de 30²⁰⁹ membros efetivos; fazia parte da mesma, uma organização juvenil, a *Juventude Anarquista do Rio de Janeiro*. Em duas atas – infelizmente não publicadas integralmente pelo pesquisador e militante Edgar Rodrigues – referentes ao *Grupo Juventude nº 1* e *Grupo Juventude nº 2*, (provavelmente, sinônimos para a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro), nos é possível ter uma ideia de suas atividades e estrutura. Consta que este grupo realizou 17 reuniões no ano de 1949²¹⁰, além de um plenário da Juventude, realizado em 11 de junho no escritório do anarquista Roberto das Neves, o grupo realizou “a expedição de pacotes do jornal *Ação Direta*, formação de uma biblioteca, doação de livros, contribuições para a União Anarquista²¹¹, realização de piqueniques de conagração ideológico²¹² e promoção de palestras e distribuição de imprensa²¹³. O grupo também publicou o jornal *A Revolta* que em 1949 estava em seu quarto número e neste número assinou um manifesto referente ao Primeiro de Maio com a União Anarquista do Rio de Janeiro. O nascimento da *Juventude Anarquista do Rio de Janeiro* ocorreu antes do congresso anarquista de 48. Definiram um plano básico de atuação numa reunião realizada em 1º de junho de 1946, objetivando realizar “propaganda, mormente nas academias e colégios de ambos os sexos irão aumentando os seus quadros e promovendo a educação de todos para a verdadeira **ação anárquica**.”²¹⁴ A JARJ entrara em contato com as Juventudes Libertárias da França e se insere no contexto de formação de organizações políticas próprias para a juventude, tais como a Juventude do Partido Comunista. Um exemplo dessas aproximações entre jovens e antigos militantes, pode ser exemplificado pela história pessoal de Adélcio Copelli, um dos jovens que participara da confecção do jornal *Ação Direta*, no Rio de Janeiro. Este, comentando sobre seu primeiro

²⁰⁹ A expressão exata e que consta na ata é a de “Trinta e poucos membros” como referido na ata do congresso anarquista de 1948.

²¹⁰ Segundo Edgar Rodrigues, constam em suas páginas os nomes de “Aerólito, Tibogue, Carmen, Aurora, Ideal, Walter, Nelson, Afonso, Souza, Daniel, Marino, Gonçalves e Guilherme.” RODRIGUES, Edgar. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993, p. 35.

²¹¹ Apesar do termo União Anarquista aparecer normalmente associado ou ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, este também aparece de maneira isolada, tanto nos relatos dos militantes quanto nos prontuários policiais, provavelmente, referindo-se aos anarquistas do Rio e de São Paulo sem nenhuma distinção. Entende-se assim, que por mais que as organizações atuassem em territórios e estados diferentes, eram vistas por muitos de seus membros (e também pelas forças policiais) como uma só organização.

²¹² Essas atividades lúdicas eram realizadas no início do século não apenas pelos anarquistas, mas pelos sindicatos influenciados por estes. Segundo Francisco Foot-Hardman, que estudou os contornos da vida operária e cultura anarquista no início do século XX, “Não se trata, pela “política cultural” anarquista, de incorporar os elementos lúdicos do espetáculo como um fim em si mesmo, como livre e incontrolável expansão do êxtase popular e da espontaneidade coletiva. Voltamos as teses apontadas [...]: a “alegria estuante” deve aliar-se à utilidade da “propaganda fecunda”, enquanto *meio eficaz e subordinado*.” HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 80, grifos do autor.

²¹³ Segundo Edgar Rodrigues, em maio, este grupo expediu 7.258 jornais. Como vimos anteriormente, apesar do projeto dos anarquistas apontar para a formação de uma organização anarquista com maior unidade orgânica – servindo-nos do termo utilizado pelo militante anônimo que escrevera em *Tribuna Livre* -, práticas anteriores convivem com as atuais. Referimo-nos a ideia do grupo anarquista como um grupo de propaganda.

²¹⁴ Juventude Anarquista Brasileira, *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 08/06/1946, nº 04, p. 04, grifo do autor.

contato com o anarquismo, afirmou: “Olha foi com o professor Serafim Porto na Associação Cristã de Moços, ele era professor de português e dava aulas no curso do artigo 9.”²¹⁵ Aliás, em diversos momentos da entrevista²¹⁶, a Associação Cristã de Moços – local de trabalho de Serafim Porto – retorna como um lugar privilegiado de contato de nosso entrevistado com o anarquismo. O carinho²¹⁷ e com que nosso entrevistado relata as conversas que tinha com o “Serafim”²¹⁸ indicam que a relação em sala de aula e no *Mundo do Trabalho*²¹⁹ com este militante fora fundamental a “adesão”²²⁰ e convencimento a ideologia anarquista e integração aos círculos anarquistas.

Outro grupo criado na esteira do Congresso Anarquista de 48 fora o grupo *Ação Libertária*. Há contradições em relação a sua data de fundação²²¹, mas o grupo contava com a presença dos anarquistas, Afonso, Ideal e Leão, este grupo “sem pôr de lado a parte teórica, o grupo dedicar-se-á preferentemente, a trabalhos de ordem prática”²²², tais como a contribuição ao jornal *Ação Direta*. Segundo Edgar Rodrigues, uma das suas atividades foi “pichar muros, fixar cartazes, distribuir imprensa e participar – como observadores – de manifestações públicas”²²³ e a venda de “cadernos das questões sociais”²²⁴. O grupo também realizou um curso de “capacitação ideológica”, para principiantes. O que demonstra a necessidade de agregar novos militantes, mas também tornar homogêneo o uso de determinados conceitos e a compreensão “doutrinária” do anarquismo. O grupo agregou

²¹⁵ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011. No tratamento desta entrevista tivemos o cuidado em compreender as peculiaridades da **memória**. Pollak nos alertara para o fato de que “a *memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Além disso, Pollak nos alerta sobre o trabalho de enquadramento da memória. Esta “*é um fenômeno construído*.” e “As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. POLLAK, 1992, pp. 203-204. Não devemos obviamente, achar que os depoimentos orais se distinguem exasperadamente dos documentos escritos. Pollak comenta que “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral.” POLLAK, 1992, p. 207.

²¹⁶ Para realizar a transcrição, baseamo-nos em algumas precauções dadas por Pierre Bourdieu. Este aponta que “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever: como a passagem do escrito para o oral que o teatro faz, a passagem do oral ao escrito impõem, com a mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade.” Ainda assim, seguimos a metodologia proposta por Bourdieu na transcrição, por isso “nunca se substituiu uma palavra por outra, nem se transformou a ordem das perguntas, ou o desenrolar da entrevista e todos os cortes foram assinalados”. BOURDIEU, Pierre. “Compreender” In *Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 710

²¹⁷ Segundo Howard Becker, “a história de vida pode ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados, sobre os quais pressupostos não verificados também são feitos com frequência.” BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 108.

²¹⁸ Despido do tratamento formal. “O professor Serafim, sempre a gente chamava de Serafim.”

²¹⁹ Nosso entrevistado não apenas estudava na Associação Cristã de Moços como também trabalhava na secretaria. Terminado seu curso, nosso entrevistado formou-se em geografia na Universidade Federal Fluminense. Inclusive, seu depoimento tem o predomínio do que Pollak chama de estilo cronológico, que está associado a “um grau mínimo de escolarização” e que está “relacionado com a presença de uma socialização política”. POLLAK, 1992, p. 213.

²²⁰ Segundo Becker: “Sociólogos gostam de falar de ‘processos em curso’ e coisas parecidas, mas seus métodos geralmente os impedem de ver os processos sobre as quais falam tão desembaraçadamente”. BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 108.

²²¹ Edgar Rodrigues reproduzindo uma ata, afirma que o grupo fora fundado no dia sete de abril de 1952. Ata do Grupo Ação Libertária In RODRIGUES, Edgar, 1993, pp. 80-81. Mas o jornal *A Plebe* em seu primeiro número, já noticia as atividades deste grupo em 1947. O Movimento Libertária no Rio (sic). **A Plebe**, São Paulo, 01/01/1947, nº 01, p. 07.

²²² Ata do Grupo Ação Libertária In RODRIGUES, Edgar, 1993, pp. 80-81.

²²³ RODRIGUES, *Ibid.*

²²⁴ *Idem.*

outros militantes durante a sua existência e segundo consta filiou-se já na data de sua criação a UARJ²²⁵. Apesar de modesto, o grupo teve longevidade. Em 1959, na véspera do primeiro de maio, “realizou o Grupo Ação Libertária farta distribuição pelas ruas centrais do Distrito Federal do número de ‘Ação Direta’ dedicado aquela data reivindicadora”²²⁶.

Ainda no estado do Rio de Janeiro, o grupo libertário *O Archote* era fundado em 05 de abril de 1947, cuja sede, era a cidade de Niterói. Sua finalidade era “congregar jovens de ambos os sexos que aceitem os princípios da igualdade humana”²²⁷ e “despertar o interesse pelos estudos sociais”²²⁸. Além disso, se orientava por “três naturezas”, “intelectuais, artísticas e recreativas”²²⁹. O grupo reunia “duas espécies de membros”, “efetivos e simpatizantes”. Além disso, “viverá da colaboração dos membros Efetivos”²³⁰. Tinha como objetivo

um mundo sem senhores e escravos, sem exploradores e explorados, sem grandezas e misérias, isto é, uma sociedade humana e justa onde os grupos dos indivíduos se constituam livremente, por afinidades, aspirações e interesses, realizando uma vida social perfeita dentro dos princípios da solidariedade humana.²³¹

Suas características assemelham-se mais aos grupos de afinidade ainda que é importante frisar a nova estrutura interna do período, que permite integrar variados graus de compromisso militante. Já a UARJ²³² era formada, portanto, de grupos e individualidades, possuía um secretariado de seis membros e uma comissão de imprensa de cinco. O trabalho de secretaria não se restringia apenas à propaganda – como à maneira dos grupos de afinidade anarquistas – mas visava dar uma estrutura mínima interna ao agrupamento anarquista, além da mera propaganda teórica. Apesar de ser constituída por iniciativa dos anarquistas “nacionais”, a UARJ não deixara de receber contribuições de militantes estrangeiros.

A *União Anarquista de São Paulo* também se constituíra na esteira do congresso de 1948. Nos prontuários policiais, a UASP e a UARJ são tratadas, como se fossem uma única organização. O trânsito de militantes entre esses estados atesta que essa relação freqüentemente, fazia com que observadores externos confundissem as fronteiras dessas organizações. O contingente militante dos anarquistas em São Paulo²³³ era maior do que o do Rio de Janeiro; soma-se a isto, o fato de que na capital paulista, seus militantes contavam com

²²⁵ E decidiu contribuir com 50% de suas cotizações mensais a UARJ.

²²⁶ Atividade do Grupo Ação Libertária. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Junho de 1959, nº 135, p. 02.

²²⁷ Grupo "O ARCHOTE". **O Archote**, Niterói, Abril, 1947, p. 03.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ Grupo "O ARCHOTE". **O Archote**, Niterói, Abril, 1947, p. 03.

²³¹ *Idem*.

²³² Ainda que não vinculado explicitamente a UARJ, parece coerente supor que por razões de segurança, esta entidade não seja mencionada frequentemente no periódico. Mas outro motivo me parece tão relevante quanto o que foi anteriormente elencado. Junto com uma cultura política tensionada em direção ao projeto organizacionista convivem práticas políticas anteriores e nem sempre consoantes com as intenções “organicistas” do congresso. Na entrevista realizada com A.C., perguntado sobre a presença das organizações anarquistas, o militante diz que não tomou conhecimento. As organizações anarquistas também não aparecem com freqüência nos anos posteriores ao congresso. O que indica conjuntamente com a entrevista realizada, que é preciso relativizar o **sucesso** do projeto **organizacionista**. Nos anos 60, o periódico libertário se diz porta-voz do *movimento* anarquista. Este refluxo da organicidade pretendida em 1948 indica que apesar das iniciativas no sentido de construir uma organização que pudesse sobreviver ao tempo, os anarquistas no final da década de 50, tiveram seus horizontes constrangidos pela realidade.

²³³ Tomamos como referência o depoimento de Edgar Rodrigues, que afirma que em São Paulo, “o movimento contava com maior número de militantes” (RODRIGUES, 1993, p. 79) e na quantidade de prontuários produzidos pela força policial no período em questão (que é maior em São Paulo).

um espaço próprio, o Centro de Cultura Social, com atividades regulares, o que no Rio de Janeiro só vai acontecer com a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica em 1958. A *União Anarquista de São Paulo* fora constituída muito provavelmente no início de 1947²³⁴. Tem por finalidade

associar os esforços das agrupações e dos militantes anarquistas para a atividade de conjunto em prol do desenvolvimento do movimento libertário brasileiro e das modalidades táticas contidas em linhas gerais no manifesto-programa.²³⁵

Parte de seu manifesto-programa, publicado no primeiro jornal de *A Plebe* fora aproveitado para as discussões encaminhadas no congresso de 1948. A UASP organizava-se segundo uma assembleia mensal, “com a reunião de associados de todos os grupos para deliberações de interesse geral do movimento anarquista”²³⁶

Outro grupo, fundado num momento cujo estado de ânimo²³⁷ é bem distinto dos anos seguintes ao congresso anarquista de 1948 é o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), formalizado em 1958. Este tinha como objetivos: “divulgar a doutrina anarquista”, incentivar a divulgação do jornal AÇÃO DIRETA”, “facilitar sua administração”, “manter relações (...) com todos os organismos libertários existentes no Brasil e no exterior”, “editar livros de propaganda”, “promover palestras” e angariar “recursos financeiros”²³⁸. Da *Aliança Libertária* de São Paulo, mencionada no encontro anarquista de 1962, temos poucas informações. O que podemos dizer é que esses dois grupos constituíam-se como remanescentes de um projeto de organização anarquista nacional e que de acordo com a realidade dos fatos, viam seus objetivos serem reduzidos de amplitude.

A constituição de grupos ou organizações específicas almejou como indicamos a formação de uma Federação Anarquista Brasileira. Esta era, segundo o projeto organizacionista, uma necessidade para não cometer os mesmos erros do “excesso” de sindicalismo²³⁹ dos militantes que “descuidaram-se” em não construir organizações específicas para atuar dentro do movimento operário. Do ponto de vista do modelo interno de organização seria reducionismo classificar *strictu-sensu* a atuação dos anarquistas do Rio de

²³⁴ Como indica o trecho da matéria de 1^o de maio de 1947: “Constituiu-se há meses, a União Anarquista de S. Paulo”. União Anarquista de São Paulo. *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, p. 07.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ *Idem*.

²³⁷ Segundo Edgar Rodrigues a atuação de um suposto agente infiltrado provocou a cisão da União Anarquista do Rio de Janeiro em dois grupos: o GAJO e o Ação Libertária. Independente desta informação, podemos afirmar que a morte de Oiticica provocara um vazio difícil de preencher e as dúvidas sobre a gestão do periódico Ação Direta se multiplicam. É interessante comentar que a suposta “crise” fora debatida numa reunião entre militantes do Rio e de São Paulo, que apontaram de resolver os problemas internos numa reunião geral em 1959. Cf. Rodrigues, 1993, pp. 163-164.

²³⁸ Pela Organização Libertária. Grupo Anarquista José Oiticica. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1958, nº 127, p. 04.

²³⁹ Refiro-me a uma frase do anarquista José Oiticica, cuja reflexão sobre este tema inicia-se ainda na década de 20. Segundo este: “O congresso de Berlim tratando da organização anárquica para a luta contra a burguesia, prescreve o federalismo dos grupos autônomos, processo grato aos libertários de todos os tempos, mas de balde procuro nas resoluções desse congresso um meio de tornar esse federalismo eficiente de arregimentar as federações de tal modo que possam levar a combate decisivo as massas trabalhadoras. Como dar unidade e união às federações? Como conseguir um corpo de militantes verdadeiramente de vanguarda, à prova de fogo e bon guias? Exemplo dessa falta encontram-na nós aqui. O segundo Congresso Operário proclamou o federalismo, mas não soubemos efetivar as federações anárquicas fora dos sindicatos.” OITICICA, José in *A Pátria*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1923 *Apud* SAMIS in ADDOR, 2008, p. 37.)

Janeiro e São Paulo como cópia fidedigna dos modelos de associação consagrados na *síntese*²⁴⁰ ou na *plataforma*²⁴¹ anarquista.

De maneira mais ampla, mesmo não sendo adotada conscientemente, podemos afirmar que o modelo organizativo das organizações anarquistas em solo nacional aproximava-se – se avaliamos suas práticas de organização – em linhas gerais, da *síntese* anarquista. Por outro lado é interessante notar a assimilação – mesmo que não integralmente – de determinadas críticas *plataformistas*²⁴² que chegavam pelos contatos internacionais dos anarquistas brasileiros. Em nenhum momento houve, entretanto, uma adoção “consciente” desses dois modelos políticos, mas o que predominava de fato, era uma **prática política** mais próxima do modelo sintetista. Cabe sublinhar também que esta polêmica organizativa (Plataforma x Síntese) não chegou com os seus complexos contornos aos anarquistas brasileiros, que nunca se posicionaram abertamente sobre o tema²⁴³. As polêmicas e dissidências em torno desses dois parâmetros organizativos restringiam-se aos círculos anarquistas de determinados países da Europa e não atingiram os militantes nacionais.

A concordância geral era a necessidade de uma organização específica anarquista que atuasse no universo dos trabalhadores. Estavam longe portanto, da imagem dos grupos anarquistas de propaganda e preservação da cultura, que caracterizaram a memória sobre o anarquismo nas décadas de 40 e 50. Essa necessidade, sentida por setores do anarquismo internacionalmente, crescia no Brasil em grande medida, pela experiência dos militantes em solo nacional, não obedecendo necessariamente, o compasso do anarquismo europeu.

De qualquer maneira, o projeto da organização específica vinha acompanhado de um debate sobre as estratégias militantes. A oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas estratégias no interior da classe trabalhadora. Não é a toa que a dificuldade em manter as organizações anarquistas acompanhe *pari passu* a dificuldade de inserção militante e que ao longo desse período a Federação Anarquista Nacional não tenha saído do papel dando lugar, no âmbito prático a grupos mais modestos.

²⁴⁰ A síntese anarquista fora um documento construído por anarquistas exilados na França críticos das reflexões de outro grupo de anarquistas, o Dielo Trouda, que escreveram a *Plataforma*. O modelo da síntese e da plataforma orientou a forma das organizações anarquistas no pós-guerra e foi marcado por inúmeras e encarniçadas polêmicas internas, principalmente em países da Europa. No Brasil esta polêmica ao que parece, não teve grande expressão. A síntese anarquista defendia a formação de organizações específicas anarquistas que reunissem todas as tendências do anarquismo.

²⁴¹ Já a plataforma recusava a presença de individualistas na organização. E preconizava a unidade teórica, estratégica e ideológica como um pressuposto básico da ação política. Este documento fora redigido pelo grupo anarquista Dielo Trouda, composto por exilados russos em solo francês.

²⁴² O artigo citado é de autoria do G.A.A.R. Uma organização anarquista de tendência plataformista e que surgira após um “racha” no interior da Federação Anarquista Francesa. Os anarquistas brasileiros mantêm contato com o G.A.A.R. Eis a citação completa: “**1. Pensamos e dizemos que, para libertários, o fato de macaquear os partidos políticos, foi profundo erro, e trataremos de dizer porque nos próximos números destes cadernos. 2. Pensamos e dizemos que AÇÃO não é, por força ATIVISMO** (os militantes podem ser muito ativos nisto ou naquilo e ser seu esforço, ineficiente e improdutivo para a ação real, hoje necessária). **3. Pensamos e dizemos que é falso querer agrupar, a todo preço, tôdas as tendências do anarquismo** (os anarquistas de côres suaves são peso morto para a ação revolucionária, o anarquismo eficiente ou é vermelho ou não é anarquismo). **4. Pensamos e dizemos, enfim, e isto, para todos os libertários, inclusive nós mesmos, é claro, que é tempo, para os anarquistas, de se descartarem do paternalismo benevolente, ou, às vezes despótico dos LÍDERES de toda casta.**” Os militantes brasileiros concluem o artigo, afirmando positivamente “pela aceitação dos princípios expostos pelos companheiros franceses do G.A.A.R?”. Anarquismo Cem por Cento, **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Janeiro e Fevereiro de 1947, nº 114, p. 03, grifos do autor.

²⁴³ Em nossa entrevista, A.C chegou a afirmar que desconhecia tal debate no período. Cruzando sua entrevista com a análise de todo o material é possível que a Plataforma e a Síntese tenham ficado em grande medida relegadas a um segundo plano.

Em carta enviada pelo militante Ideal Peres podemos ver a situação dos círculos militantes no final desse período. Julgamos que apesar de fora do nosso escopo de análise (1965), a carta é fundamental para compreender os dilemas dos anarquistas naquele momento, em relação a sua possibilidade de se organizarem especificamente. Ideal divide a participação militante em três níveis. Segundo ele há os militantes, que “seriam aqueles conscientes dos ideais libertários e com uma atividade prática orientada para um objetivo determinado”, simpatizantes, “conhecedor dos princípios libertários, porém sem atividade” como também o frequentador das atividades anarquistas, com um grau de compromisso ainda menor que os dois perfis anteriores. Segundo Ideal “o trabalho efetuado, no Rio, até o presente momento conduziu apenas a formação de um bom número de simpatizantes e frequentadores das atividades recreativas e culturais, o que evidentemente é insuficiente”²⁴⁴. Catallo respondera a correspondência de Ideal, apontando que em São Paulo havia problemas muito semelhantes. Segundo ele “Não temos um elemento sequer com capacidade de proselitismo. [...] Meu caro Ideal, é preciso pensar e acelerar a fabricação de novos elementos que venham substituir áqueles que a impiedosa parca nos vem sistematicamente roubando.”²⁴⁵

Tais problemas elencados por Ideal Peres e Pedro Catallo são certos para compreendermos a dificuldade, apesar dos grandes esforços militantes, em criar uma cultura política que conseguisse gerar o número de militantes, ou seja, anarquistas comprometidos com determinadas tarefas práticas. Tal avaliação deste militante é fruto de uma reflexão sistemática e de uma cultura política construída durante todo esse período. Como solução para o problema, Ideal Peres propõe a Catallo, que se melhore a propaganda coletiva, a propaganda individual e que os anarquistas aperfeiçoem uma atividade prática, “que possa empogar (sic) a juventude e fazê-la sentir a necessidade de atuar”. Mesmo acertando precisamente as condições de reprodução de uma cultura política, a nova conjuntura, inaugurada com o golpe civil-militar de 1964, exigia cautela aos anarquistas²⁴⁶. A reflexão de Ideal Peres e Catallo não tiveram tempo para amadurecer e corrigir o rumo interno do anarquismo. O projeto de uma organização específica anarquista nacional não apenas pela realidade interna do anarquismo, mas também pela delicada conjuntura, seria novamente adiada. Tal fato, provocaria um estrago sem proporções nas possibilidades de construção e manutenção de uma organização política anarquista nos dois estados.

2.3 – O Congresso Anarquista de 1953

Cinco anos após o primeiro encontro anarquista, que reuniu militantes de diferentes estados do país, os libertários voltariam a se encontrar, desta vez no Rio de Janeiro. A distância entre os dois encontros (de apenas cinco anos) permitia avaliar os problemas e soluções dados pelos anarquistas na conjuntura política em que se inseriam.

Os integrantes da União Anarquista do Rio de Janeiro foram os responsáveis por articular o encontro, que ficara marcado para os dias 09, 10 e 11 de janeiro de 1953. Uma circular enviada para diferentes militantes da capital e do interior (de vários estados) apresentava a “necessidade de ativarmos mais nossa ação” e “tudo o mais que se refira a medidas práticas para imprimir maior impulso ao nosso movimento”²⁴⁷. Apesar da iniciativa de dar organicidade à ação militante – principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo – as dificuldades inerentes a tal tarefa apresentavam-se de modo intermitente. Em reunião da *União Anarquista do Rio de Janeiro*, a anarquista Mirthes “relata que esteve em São Paulo e

²⁴⁴ Ideal Peres. Carta, 10/06/1965, Rio de Janeiro, [para] Pedro Catallo, São Paulo. 2 páginas, p. 01.

²⁴⁵ Pedro Catallo. Carta, 11/06/1965, São Paulo, [para] Ideal Peres, Rio de Janeiro. 1 páginas, p. 01.

²⁴⁶ Após o golpe, os anarquistas se referiam sempre como “família”.

²⁴⁷ Circular In: Rodrigues, 1993, p. 85.

que o movimento naquela cidade está desarticulado”²⁴⁸. Não é correto afirmar que os anarquistas paulistas se desarticularam totalmente – prova disto é a continuidade de sua ação sindical – mas de fato, o fim da circulação do jornal *A Plebe*, alguns anos antes desse encontro, permite inferir, que a articulação militante era seriamente prejudicada. Ainda mais numa conjuntura de fluxos e refluxos políticos para os anarquistas e suas estratégias de inserção.

A reunião da UARJ que precedeu o encontro tratou não apenas da participação dos militantes que iriam ao pleno, mas também de questões conjunturais, tal como a greve dos tecelões e a articulação com anarquistas do exterior.

O congresso anarquista de 1953 foi realizado na Urca, Rio de Janeiro²⁴⁹ e contou com os seguintes pontos: a) organização, b) campanhas a desenvolver, c) propaganda, d) medidas imediatas, e) diversas, f) comissões e g) ordem do dia. O congresso contou em sua primeira sessão, com a presença de 34 militantes do Rio de Janeiro, São Paulo e de outros estados do Brasil. Comparando essa presença com a quantidade e dispersão dos anarquistas no território nacional, podemos afirmar que o grau de organicidade era baixo e que em comparação ao congresso de cinco anos anteriores, o estado de ânimo também. No início do debate foi deliberado que as resoluções do encontro valeriam para o Rio de Janeiro e São Paulo. Destacou-se como ponto positivo a articulação internacional da imprensa anarquista e a relação com os “companheiros da Rio Light” e no “sindicato dos carris”²⁵⁰. A reunião também apontou as atividades da UARJ e de formação e debates internos, encabeçada por Ideal Peres.

Os informes de São Paulo ressaltam as atividades do Centro de Cultura Social, da Nossa Chácara e seu grupo de teatro. Sublinha num informe, a participação de um grupo de anarquistas no sindicato dos sapateiros²⁵¹.

Por fim, delibera-se a revisão de cargos ocupados na UARJ e a mudança na Comissão de Relações. Assim como é apontada a necessidade de “maior difusão das idéias” com a questão do aperfeiçoamento da propaganda. Deliberou-se continuar com a publicação de *Ação Direta*, de maneira rotativa e não foi apontado o reaparecimento do jornal *A Plebe*. O encontro também contou com a proposta de formação dentro da UARJ de um grupo intitulado *Apoio Mútuo* (proposto pelo militante Faria), que deveria constituir uma iniciativa cooperativista que atraísse aderentes entre os operários.

Apesar das lacunas das atas do encontro, podemos afirmar que os anos entre os dois congressos foram de avaliação das atividades dos anarquistas e que as dificuldades organizativas e de renovação interna do anarquismo eram grandes. Destarte esses problemas, os anarquistas jamais tiraram os olhos do universo dos trabalhadores, tentando sucessivamente ações de inserção que permitissem enraizar o anarquismo na classe trabalhadora. Iniciativa que está inserida de maneira mais ampla, num desejo político latino-americano, de uma doutrina que esteve imbricada – desde a constituição de sua tradição – com a experiência sindical e dos trabalhadores de maneira geral.

2.4 – Os Congressos e Encontros Anarquistas Internacionais

Em 1927, o grupo anarquista *Dielo Trouda* baseado em Paris divulgou um chamado para um encontro, cujo objetivo era ambicioso: construir uma Federação Anarquista internacional. O *Dielo Trouda* era formado em sua maioria por anarquistas russos exilados

²⁴⁸ Ata de Reunião da UARJ, 03/12/1953 In. Rodrigues, 1993, p. 86.

²⁴⁹ Segundo Edgar Rodrigues, num salão contíguo a residência de José Oiticica.

²⁵⁰ *Ibid*, p. 88.

²⁵¹ Outro problema para o anarquismo dizia respeito às categorias de inserção, muitas, num processo gradual de desaparecimento.

por força da perseguição política bolchevique e cujos argumentos centrais, se relacionavam com a reflexão sobre os desdobramentos revolucionários na Rússia e na Ucrânia. A principal tese política²⁵² do *Dielo Trouda* provocou calorosas discussões no interior do movimento anarquista, mas independente das discordâncias, um ponto da discussão era consensual: a necessidade sentida por militantes de distintos países em manter uma articulação internacional mais sólida e duradoura. A reunião organizada pelo *Dielo Trouda* em 1927 não fora o primeiro *meeting* internacional anarquista realizado na Europa, mas, no contexto em que se insere, ganha destaque como uma importante iniciativa de articular organicamente os anarquistas. Além da participação dos exilados russos, o encontro contou com a presença de chineses, franceses, italianos e poloneses, cujos debates foram interrompidos com a prisão²⁵³ de todos os presentes. A tentativa do *Dielo Trouda* de unificar todos os anarquistas numa organização internacional não foi adiante e o legado organizativo e teórico da *plataforma* redigida pelo Dielo Trouda não seria bem digerido pela maior parte da militância anarquista nas décadas seguintes, salvo, algumas exceções²⁵⁴.

Duas décadas adiante, a iniciativa de formar uma Federação Anarquista Internacional ressurgia nos informes trocados pela imprensa anarquista internacional. Em 1948 os informes que chegavam da França eram bem recebidos no Brasil. Apesar da iniciativa partir do mesmo território que abrigara os russos em seu exílio, é oportuno lembrar, que o modelo organizativo que o animava, não era totalmente inspirado na Plataforma. A contribuição de realizar um congresso anarquista internacional, a despeito das rugas provocadas pelo debate da plataforma e da síntese era inegável. A polêmica servira para recolocar o projeto da organização política anarquista em evidência no interior do anarquismo ainda que houvesse profundas discordâncias sobre que modelo adotar. O compasso do debate não era propriamente se os anarquistas deviam se organizar especificamente ou não, mas sim, qual o modelo adotado e as estratégias aplicáveis no contexto imediato do fim da Segunda Grande Guerra.

No que diz respeito à América Latina o contato entre os anarquistas nunca cessou e as oportunidades de articulação entre os diversos “mundos” do anarquismo e do trabalho nunca deixaram de existir. Antes mesmo da participação dos militantes brasileiros no congresso internacional, estes estiveram presentes em atividades promovidas pelos anarquistas argentinos. A principal delas fora o congresso realizado pela Federación Obrera Regional Argentina nos dias 28, 29 de fevereiro e 01 de março de 1948. A FORA era aderida a ACAT e a AIT, sendo uma central sindical cuja história é marcada pela grande influência anarquista, a ponto de em um de seus congressos a FORA ter adotado o comunismo libertário como um objetivo. É possível classificá-la como uma central sindical *finalista*.

No processo de reorganização da FORA os anarquistas tiveram um papel importante. Sua organização específica era a *Federación Anarco Comunista Argentina*, fundada em 1935.

Se comparada a realidade brasileira, o congresso da FORA ocorre com um peso maior de organizações sindicais e de entidades de classe. As delegações aderidas ao congresso representavam um espectro amplo de categorias e pode-se dizer que a inserção social dos

²⁵² Referimo-nos a Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários. Documento que causou uma polêmica organizativa no interior dos círculos anarquistas. Principalmente na Europa. Nossa opinião é de que este documento até hoje é muito mal estudado e compreendido. As caricaturas políticas, geralmente associadas apenas a primeira carta de Errico Malatesta (cujos leitores convenientemente ignoram as demais respostas e concordâncias com elementos da Plataforma, dadas pelo anarquista italiano), obstaculizam a compreensão histórica desse documento.

²⁵³ Cf. Schmidt, Walt, 2008, p. 258.

²⁵⁴ Na Bulgária por exemplo a plataforma organizacional foi bem recebida. O impacto desta, foi a estruturação de uma organização muito bem estruturada. É preciso obviamente lembrar do contexto Búlgaro, de disputa com o Partido Comunista e com organizações fascistas.

anarquistas argentinos era maior do que a de seus congêneres brasileiros. Isso explicaria em grande medida a participação mais intensa dos anarquistas argentinos nas décadas posteriores, que ficaram marcadas pelo acirramento da disputa dos setores políticos dominantes e os trabalhadores.

A única organização internacional presente fora a União Anarquista de São Paulo (e a Plebe), mas diversas saudações ao congresso foram enviadas; pela Federação Anarquista Britânica, CNT da França, Federação Anarquista Francesa, União Anarquista Francesa, Aliança Comunista Libertária do Centro de Portugal, Federação Anarquista Italiana, Associação Internacional dos Trabalhadores, Tierra Y Libertad do México, Agrupação Anarquista de Lima (Peru), entre outros. Entre os pontos discutidos, um que chama atenção, pela possível relação entre os militantes argentinos e brasileiros é a reorganização de uma entidade sindical de influência libertária americana.

Apontou-se também reatar relações com a AIT e no que diz respeito às estratégias de aprofundamento da inserção da FORA no mundo sindical a moção apresentada defende a realização de uma “intensa e extensa propaganda afim de conquistar a rua”, a constituição de “sindicatos de ofícios vários, bases das futuras organizações foristas” e um “chamado para que todos os grêmios autônomos identificados com nossa Organização Regional” adiram-se a FORA. A estratégia de criação de sindicatos de ofícios vários, ao que tudo indica também foi experimentada pelos anarquistas brasileiros.

A relação entre anarquistas brasileiros e argentinos não ficou restrita a este congresso *forista*. Em 1957 os anarquistas brasileiros participaram da 1ª Conferência Anarquista Americana. O encontro foi realizado em Montevideu, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril. Participaram diretamente da conferência anarquistas do Brasil (Centro de Cultura Social, Agrupamento Anarquista de Porto Alegre, Agrupamento Anarquista e Nossa Chácara de São Paulo²⁵⁵), Uruguai (Federação Anarquista Uruguaia), Argentina (Federação Libertária Argentina, núcleo do jornal “La Protesta”, “La Obra”, “Libre Palavra”, grupos de La Plata e Córdoba), Chile (Federação Anarquista Internacional Chilena) e Cuba (Associação Libertária Cubana). Enviaram temários e propostas para debate organizações e militantes anarquistas da Bolívia, Estados Unidos da América (Liga Libertária dos EUA, representada por delegados de Cuba), Haiti, México (Federação Anarquista Mexicana), Santo Domingo, Panamá (Agrupamento Anarquista Panamenho) e Peru (Federação Anarquista do Peru). A articulação política de diversas organizações do continente americano foi viabilizada pela ação da Comissão Continental de Relações Anarquistas (CCRA) e com certo protagonismo da Federação Anarquista Uruguaia, fundada no ano anterior.

As discussões da conferência tiveram vários temas: 1) Estudo da realidade americana, situação do político, econômico e social em cada país; 2) Problemas da América Latina; 3) Problemas mundiais; 4) Relações e coordenação do movimento anarquista; 5) realizações anarquistas e 6) Declarações. Não pretendemos nos estender sobre todas as resoluções tomadas neste encontro, mas julgamos frisar algumas que julgamos fundamentais para compreender a atuação dos anarquistas – incluindo os brasileiros – no período.

Primeiramente, do ponto de vista teórico as organizações e militantes presentes rechaçam “toda afirmação derivada de atitudes dogmáticas, de lugares comuns e de esquemas simplistas da rica, diversa e complexa realidade humana”²⁵⁶. Rejeitando tanto o materialismo que “pretende que o devir histórico está determinado por causas materiais alheias a vontade

²⁵⁵ Vê-se que a ideia de União Anarquista e da Federação Anarquista de porte nacional preconizada no congresso de 1948 não se completa totalmente. A década de 50 é uma década de certo descenso organizativo para o anarquismo do Rio e de São Paulo, com fluxos e refluxos.

²⁵⁶ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, p. 7, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**

humana” e o “chamado espiritualismo, que cinicamente procura esquecer a base material da aventura humana, utilizando esse esquecimento como justificativa da opressão e da miséria”.

Os anarquistas presentes reafirmam o socialismo libertário como produto das aspirações e preferências do ser humano²⁵⁷. A conferência analisa que a América Latina está marcada por dois tipos de ditaduras. Um tipo é a calcada sobre a forma de quartelada, que “responde em parte a vontade de poder das castas militares e dos políticos criollos” sendo fundamentalmente uma ferramenta dos capitalistas terratenientes e em maior grau, do imperialismo norte-americano²⁵⁸. O segundo tipo são as primeiras tendências em direção a uma ditadura totalitária. Esta se caracterizaria por um “elevado grau de concentração e desenvolvimento estatal e de controle sobre todas ou quase todas as manifestações da vida econômica, política, social e cultural”²⁵⁹. Tomam assim a iniciativa de “resistência e criação” para “colaborar na afirmação por antecedência, de condições sociais que tornem difíceis ou impossíveis a implantação de uma ditadura”²⁶⁰. Denunciam tanto o *imperialismo estatal-capitalista* quanto o *imperialismo bolchevique*, realizando também uma crítica ao “nacionalismo fomentado por oligarquias governantes”²⁶¹. A crítica aos dois imperialismos também é estendida para “as grandes centrais [sindicais] internacionais”, a CIOSL (ORIT) e a FSM (CTAL). Criticam o militarismo e o clericalismo, vendo no primeiro, ainda que tenha uma formação popular, se converte num perigo a “vida social dos povos americanos”²⁶². Taticamente apontam para “desmascarar a igreja ante os crentes verdadeiros, sem tratar de atacar suas convicções”²⁶³. O importante é “que reajam ante as injustiças e que lutem pela liberdade”²⁶⁴.

Em relação à coordenação política americana, os anarquistas reunidos na conferência apontam a necessidade de “realizar estudos sobre a realidade americana” e “receber sugestões sobre a seleção de temas e encomendar as organizações estudos similares”²⁶⁵. Sobre a articulação da imprensa e material militante, prosseguem recomendando o “intercâmbio regular de material de publicação”, a publicação de “uma seção ou página destinada a informações e assuntos de um país próximo”²⁶⁶. Sugerem o intercâmbio regular de militantes entre os grupos existentes em diferentes países e que a CCRA seja alimentada financeiramente pelas organizações e se constitua com representações diretas ou indiretas dos diversos núcleos ou movimentos. No âmbito internacional apontam para a necessidade de fortalecer a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA).

Em relação ao congresso internacional anarquista recomendam que as conclusões referentes ao congresso tenham o caráter de recomendações e que a CCRA se comunique com a CRIA para viabilizar o intercâmbio de material e o clima do congresso²⁶⁷. O objetivo geral defendido pela conferência é a concretização de “vínculos orgânicos federalistas entre os movimentos anarquistas no plano continental e mundial”²⁶⁸.

²⁵⁷ *Ibid*, pp. 8-9, tradução nossa.

²⁵⁸ Uma questão pouco abordada na historiografia é a contribuição dos anarquistas para a questão do anti-imperialismo.

²⁵⁹ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, pp. 10-11, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**

²⁶⁰ *Ibid*, p. 11.

²⁶¹ *Ibid*, p.13.

²⁶² Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, p. 16, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**.

²⁶³ *Ibid*, p. 21.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ *Ibid*, p. 24.

²⁶⁶ *Idem*.

²⁶⁷ *Ibid*, pp 27-28.

²⁶⁸ *Ibid*, p. 28.

A conferência também recomenda a “participação ativa dos anarquistas no movimento operário, considerando como meio eficaz e necessário para dar-lhe base e caráter popular a nosso movimento sem que isso signifique subestimar outros campos”²⁶⁹. A conferência defende a “atuação decidida nos sindicatos e entre os trabalhadores, onde estão e como são, para que – sem compromissos com o reformismo – os anarquistas com sua prédica e sua conduta enfrentem a desorientação atual e desenvolvam um espírito libertário”²⁷⁰. Apesar de defender a atuação nos meios sindicais, a conferência, talvez para não desalinhar todas as realidades e consensuar as opiniões recomenda

que, sem descuidar de sua atividade anarquista no seio das organizações operárias, culturais, etc. dedique especial interesse a criação de comunidades que na vida presente são uma demonstração prática da possibilidade do trabalho livre e de convivência fraternal.²⁷¹

O encontro saúda a resistência da Federação Anarquista Ibérica (FAI) e das Juventudes Libertárias Espanholas pela luta heróica contra o franquismo e a luta anarquistas que resiste ao totalitarismo comunista, em países como Hungria, Bulgária e a própria Rússia²⁷². A conferência também repudia a legislação repressiva implantada em diferentes países; saúda os sucessos dos militantes revolucionários em Cuba; saúda os estudantes e trabalhadores no Chile e repudia a reunião do Tratado de Defesa do Atlântico Sul, definido como uma “intenção militarista e imperial”²⁷³.

A Conferência Anarquista Americana foi um encontro importante para os anarquistas desse continente. Revelou que estes possuíam ferramentas de análise da realidade em que viviam, assim como concebiam estratégias e táticas para difundir suas propostas políticas entre os trabalhadores. A conferência neste momento, também realçou que a principal estratégia anarquista no continente era a atuação nas entidades dos trabalhadores e nos sindicatos, portanto, uma estratégia de massas e sindicalista revolucionária. Reafirmou o componente anti-imperialista do anarquismo nesse contexto e sua perspectiva de coordenar a atuação política em nível continental. As resoluções desse encontro também podem nos ajudar, junto com outros elementos contidos neste trabalho a rever as afirmações usuais sobre o anarquismo, tais como, a que os anarquistas não possuem um projeto definido de política e poder, de que não há nenhuma relação entre o anarquismo e o anti-imperialismo etc.

Um ano após esse encontro americano realizou-se na Inglaterra o Quarto Congresso Internacional Anarquista²⁷⁴. Participaram desse encontro, delegados anarquistas da Itália, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica, Chile, Espanha e Bulgária. Essas duas últimas delegações foram compostas de militantes exilados. A reunião dos anarquistas na Conferência Americana permitiu que estes participassem deste encontro, com uma fisionomia política e continental mais bem definida. Estes fizeram se representar pelo Comitê Internacional da América Latina (CIAL). As delegações que não puderam enviar representantes (Brasil, Peru, México, Palestina) enviaram adesão ao congresso através de saudações²⁷⁵. Devido os diferentes graus de organicidade política, tal congresso possuía muito mais o caráter de

²⁶⁹ *Ibid*, p. 29.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ Conferência Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, pp. 29-30, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**.

²⁷² *Ibid*, p. 30.

²⁷³ *Ibid*, pp. 31-34.

²⁷⁴ O primeiro foi realizado em Amsterdam (1907), o segundo em Berlim (1922), o terceiro em Paris (1949) e o quarto, no dia 25 de julho a 10 de agosto de 1958, em Londres. Rodrigues, 1993, p. 183.

²⁷⁵ *Idem*.

indicação de linhas gerais de atuação do que propriamente de uma estratégia bem definida e cumprida à risca por todos.

2.5 - O congresso anarquista de 1959

Dois anos após a realização da Conferência Anarquista Americana e menos de 1 ano após o Congresso Internacional Anarquista, realizado em Londres, os anarquistas brasileiros organizariam um novo encontro, em São Paulo. A freqüente reunião dos anarquistas em conferências e congressos nacionais – ainda que a predominância militante fosse do Rio de Janeiro e São Paulo – pode ser compreendida como uma necessidade sentida por estes, em consolidar a instância política anarquista. Os congressos serviam também como um termômetro do alcance das práticas políticas dos libertários.

Apesar dos problemas internos, em específico a divisão da União Anarquista do Rio de Janeiro em dois grupos distintos, a reunião transcorreu calmamente. Segundo Leuenroth, as iniciativas práticas dos anarquistas foram debatidas, entre elas os Centros de Cultura (O CCS e o CEPJO), os Grupos Teatrais, “Nossa Chácara” e a publicação da imprensa anarquista e de livros libertários. Esta conferência também chamou atenção para iniciativas referentes às organizações comunitárias²⁷⁶. Os anarquistas nesse momento pareciam pressentir, devido às inúmeras tentativas sindicais realizadas desde 1948 – e que são analisadas em nossos próximos capítulos – que era necessário abrir novos terrenos para a luta. Os anarquistas trabalharam na criação de um novo **vetor social**. A conferência foi organizada de maneira semelhante ao congresso de 1948, incluindo grupos e individualidades. A comissão organizadora ficou a cargo do Rio de Janeiro e São Paulo.

Devido a problemas anteriores, debateu-se a gestão de *Ação Direta* e a adoção de medidas para conseguir ampliar sua divulgação e recursos para sua manutenção. Apontou-se a necessidade de edições de títulos libertários e o fortalecimento da propaganda nos meios sindicais, estudantis e intelectuais.

Partindo das iniciativas culturais que já eram realizadas, o congresso apontou para a iniciativa de criar centros de cultura e grupos teatrais em todo país e no ponto *Organizações comunitárias* “estudar a possibilidade de iniciativas de cooperativismo, colônias” e outras experiências afins²⁷⁷.

No que diz respeito à organização política anarquista, a dificuldade em consolidar esse projeto era evidente. Neste sentido a conferência apontou para a “necessidade de desenvolver a organização libertária, com a constituição de novos grupos, que poderão ser de afinidades, de bairros ou cidades”²⁷⁸. Podemos dizer que onze anos após o primeiro congresso anarquista, as pretensões de articulação política eram muito mais modestas do que as preconizadas naquele primeiro encontro. É neste momento também (de 59 em diante) e não nos anteriores, que os anarquistas jogarão mais peso nas atividades culturais, sentindo que eram nestas atividades – e não no plano sindical – que os melhores resultados afluíam. Em relação às bases doutrinárias e táticas do anarquismo, os participantes deste congresso assumiam “as deliberações da Conferência Americana de Montevideu e do Congresso Internacional de Londres”²⁷⁹.

²⁷⁶ O anarquista Moacir Caminha reorganiza o periódico *Remodelações* em 1957. Nesta nova fase, rompe com o anarquismo. Mas surpreendentemente não adere a nenhum tipo de corrente política rival, mas se afirma *comunalista*. Uma das estratégias comunistas é justamente a atuação comunitária e de bairro.

²⁷⁷ RODRIGUES, 1993, p. 187.

²⁷⁸ *Idem.*

²⁷⁹ *Idem.*

2.6 - O encontro anarquista de 1963

Mais modesto que os anteriores, do ponto de vista do estado de ânimo e cumprimento dos objetivos definidos na década anterior, o encontro anarquista de 1963 reuniu militantes de diversos estados brasileiros. Compareceram a este encontro, anarquistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe e também exilados espanhóis da CNT²⁸⁰. Estiveram no encontro mais de 100 integrantes, entre familiares, militantes e convidados especiais²⁸¹. Apesar do número de participantes é evidente que o grau de organicidade deste encontro é bem menor²⁸² do que os anos anteriores. As maiores delegações eram as do Rio de Janeiro (40 militantes) e São Paulo, mas participaram do encontro, anarquistas de Pindorama, Niterói, Porto Alegre, Bagé, Sergipe e Brasília²⁸³. Nesse contexto os anarquistas propunham debater assuntos relevantes e definir posições sobre variados temas. A organização do encontro coube ao eixo Rio-São Paulo que além de albergar a iniciativa (São Paulo) tratou de articular a presença de militantes de outros estados (Rio de Janeiro) por correspondência. Os temas de debate deste encontro foram: Centro de Cultura Social de São Paulo; Centro de Estudos Professor José Oiticica; Cooperativa Editora Mundo Livre; O Libertário; Movimento Sindical e finalmente, Assuntos Vários e Conferências. O encontro também contou com pausas para atividades recreativas e uma confraternização.

No primeiro dia do evento a sessão inaugural tratou de avaliar a situação “do movimento anarquista no Brasil” no intuito de ter uma visão panorâmica das práticas e das perspectivas de atuação. Debateu-se também neste dia, a situação do jornal *O Libertário*, que naquele momento era o único periódico anarquista ainda em circulação. Fora proposto nesse sentido, ampliar a divulgação deste jornal.

No que diz respeito às práticas militantes o congresso discutiu longamente sobre o movimento sindical, depois de uma demorada troca de impressões. Fora proposto por outro lado, a criação de uma comunidade agrícola, nos moldes do *kibutz*, utilizando para isso o espaço de *Nossa Chácara*, um antigo “patrimônio” do anarquismo no país. Uma estratégia encaminhada pelo encontro anterior e que fora retomada era a da criação de Centros de Cultura em todo o país. Tal definição já indica, somada a outros elementos analisados nos próximos capítulos, que a dificuldade de atividade sindical inaugurada principalmente no início dos anos 60 fez com que os anarquistas buscassem alternativas concretas de criação e consolidação de um novo vetor social. Tal medida indica que os anarquistas avaliavam que a ação sindical naquele momento, não produzira os frutos esperados e que a mobilização de energia na abertura e consolidação de um novo vetor social era o mais adequado a se fazer. Para reforçar tal argumento, cabe lembrar que a permanência do anarquismo naquele momento era apoiada por esses espaços culturais (CEPJO e CCS).

O encontro apontou a necessidade de melhorar a articulação militante. Para isto, propunham a formação de comitês de correspondência, como os que já existiam em São Paulo e Rio de Janeiro, com a finalidade de “reforçar a organização de grupos, alimentar as relações militantes, desenvolver a difusão da propaganda por meio de jornais e livros” e ativar o intercâmbio de informações sobre atividades libertárias²⁸⁴. Fora proposto novamente a “criação de um organismo capaz de congrega todos os anarquistas do Brasil”²⁸⁵.

²⁸⁰ Falaremos mais adiante da relação entre esses exilados e os anarquistas brasileiros.

²⁸¹ RODRIGUES, 1993b, p. 49.

²⁸² Referimo-nos ao desejo anterior dos anarquistas de constituir uma federação anarquista nacional, indicado pela menor projeção das organizações anarquistas neste encontro.

²⁸³ *Ibid*, p. 51.

²⁸⁴ *Ibid*, p. 51.

²⁸⁵ *Ibid*, p. 52.

Além desses temas outros assuntos foram debatidos; entre estes um “pronunciamento em favor da revolução cubana e de repulsa à ditadura que a deturpou”²⁸⁶. Nesse pronunciamento resumidamente, os anarquistas brasileiros, reafirmando seu compromisso anti-imperialista, afirmariam seu apoio “as lutas pela sua libertação do domínio colonial”, ressaltando que “estão com a revolução do povo cubano”²⁸⁷. Por outro lado defendem um “regime de liberdade e bem-estar para todos” em Cuba. E rejeitam o “novo regime ditatorial estabelecido em Cuba, com o cerceamento de toda a liberdade, sacrificando o povo que deveria libertar”²⁸⁸. Ressaltam que “a ditadura bolchevique dominante em Cuba” é “desvirtuadora das finalidades socialistas da revolução”. Da mesma forma “denunciam a ação reacionária dos capitalistas que querem restabelecer seu regime de privilégios, e proclamam que continuam a defender a revolução cubana com sua finalidade libertadora”²⁸⁹.

O encontro terminou com um debate sobre a editora Mundo Livre, dirigida pelo anarquista português residente no Rio de Janeiro, Roberto das Neves. A editora tinha sido fundada anos antes e contava com 48 cotistas, que apoiariam as publicações de materiais anarquistas.

2.7 - Um balanço dos congressos anarquistas

A realização dos congressos e encontros anarquistas pode ser avaliada de diferentes maneiras. Se por um lado, cada encontro está inserido em temporalidades conjunturais específicas, há, entretanto, uma permanência, uma continuidade de certos elementos que podem ser observados numa perspectiva mais ampla. Pelo seu registro, podemos compreender as estratégias, práticas e principalmente, a cultura política dos anarquistas naquele período.

Sobre as estratégias militantes, como vimos anteriormente, a opção pela atuação sindical fora uma constante, sendo apoiada, ou nos anos finais deste período, deslocada pelas contingências conjunturais, para ações culturais que aglutinassem trabalhadores.

Há também de se destacar outra questão que é a frequência de realização desses encontros, algo muito distinto do contexto anterior do anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo. Foram 4 encontros nacionais realizados nesse período, sem contar a participação dos militantes em 1 encontro americano, 1 internacional e 2 congressos sul-americanos (FORA e FACA). Essa continuidade pode ser compreendida como uma tentativa permanente de formar um campo político próprio, um campo *organizacionista* que na Primeira República, perdeu terreno para uma atuação anarquista, excessivamente sindical. Baseando-nos em Schmidt e Walt (2008), o dualismo organizacional seria a ideia de que uma organização política anarquista atuaria com base num programa em comum, dentro das entidades de classe. Esta posição segundo os pesquisadores fora defendida em diferentes lugares e contextos históricos distintos e apesar de não poder ser generalizada como a majoritária entre os anarquistas, encontra-se presente numa variedade de contextos temporais e espaciais.

No caso brasileiro, o projeto de formar organizações específicas anarquistas, historicamente não foi um projeto hegemônico no interior do anarquismo da Primeira República. Se a maior parte dos militantes destacados que sobreviveram ao período do pós-guerra, coadunavam com esse projeto, havia a necessidade de se criar dentro dessa cultura política, uma racionalidade política própria (de diferença entre a função dos dois níveis), compartilhada entre os anarquistas para completar tal tarefa. O que nem sempre foi fácil.

²⁸⁶ *Apud* RODRIGUES, 1993b, p. 49

²⁸⁷ A Revolução Cubana *Apud* RODRIGUES, 1993b, p. 53

²⁸⁸ *Idem.*

²⁸⁹ *Idem.*

No período presente, há, no interior do campo político anarquista – em nível internacional – um “consenso” em torno da tarefa de formar organizações anarquistas²⁹⁰. Em nosso trabalho de conclusão de curso de graduação, por exemplo, listamos 24 organizações internacionais espalhadas pelos cinco continentes e que aderiram à proposta da Comissão de Relações Anarquistas (CRA). Há, portanto, no interior do anarquismo brasileiro – com ênfase na atuação de Rio de Janeiro e São Paulo – grandes esforços em se construir organizações anarquistas que pudessem fortalecer e orientar a atuação militante que estão em sintonia com uma orientação mundial. Independente das dificuldades encontradas por seus militantes foi essa iniciativa, de encontro entre seus “iguais”, em subsequentes congressos nacionais, que permitiu ao anarquismo manter sua fisionomia política e ideológica.

Os congressos permitiram traçar linhas políticas e formas de ação para os militantes que o integraram, garantindo assim, agir de maneira mais coordenada e reforçando uma instância política em comum.

²⁹⁰ As divergências se davam no modelo dessa organização.

CAPÍTULO III - Sindicalismo Revolucionário e Anarquismo

E terminaremos com importante esclarecimento.
Nenhuma intenção temos de pregar
a formação de **sindicatos anarquistas**. (...)
A formação dos sindicatos antireformistas e antiestatais
por pequenos que sejam, é obra urgente
e deve começar já, embora contra
a vontade dos todopoderosos.
José Oiticica²⁹¹

3.1 – O debate sobre o Sindicalismo Revolucionário

Uma discussão central para os anarquistas, não apenas no Congresso de 1948 – que consagrou um conjunto de intenções políticas para sua efetivação – mas também na sua imprensa militante, era a questão do sindicalismo e a defesa do sindicalismo revolucionário. A complexa relação entre anarquistas e o sindicalismo, ainda hoje, orienta e é alvo de debates na historiografia sobre o anarquismo e o movimento operário.

Vale lembrar, que o estudo do anarquismo se iniciou justamente com o interesse dos pesquisadores sobre as práticas sindicais da Primeira República – onde a presença anarquista era marcante e, portanto, ajudou a constituir o próprio sindicalismo. Os trabalhos dos últimos 10 anos ainda se orientam por paradigmas distintos no que diz respeito à relação do anarquismo e o sindicalismo revolucionário, principalmente no período da primeira república. Enquanto o trabalho de Edilene Toledo²⁹² busca demonstrar que o sindicalismo revolucionário é uma **ideologia** distinta do anarquismo, enxergando em ambos, projetos nem sempre conciliáveis ou francamente opostos, outras pesquisas²⁹³ caminham no sentido inverso, reafirmando o vínculo, explícito ou não, entre os dois elementos. Neste sentido podemos dizer que a complexa relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário norteia diversas posturas historiográficas e que sublinhamos, não é simples de ser compreendida. As pesquisas que trabalharam no sentido de refinar a relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, enxergando no primeiro, uma estratégia fortalecida pelos anarquistas, mas praticada efetivamente como uma tarefa de classe também se destacam nesse conjunto historiográfico. Este é o caso do trabalho de Tiago Bernardon de Oliveira²⁹⁴, de Felipe Corrêa²⁹⁵ e Alexandre Samis²⁹⁶. Preservadas as diferenças historiográficas, ambos os paradigmas historiográficos, guardam em comum, o fato de não trabalharem com o conceito de **anarco-sindicalismo** como um “modelo” explicativo, possível de ser aplicado segundo alguns autores apenas a algumas situações específicas, como o caso espanhol.

²⁹¹ José Oiticica. Ainda a Pluralidade sindical. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Dezembro de 1953, nº 90, p. 04. Movimento Sindical.

²⁹² TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

²⁹³ Como a obra de BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as Razões do Declínio (1920-1935)*. São Paulo, PUC-SP, 2007.

²⁹⁴ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Orientador: Marcelo Badaró Mattos. Niterói: UFF / ICHF / Departamento de História, 2009. Tese de Doutorado.

²⁹⁵ CORRÊA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis In Ideologia e Estratégia: Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular*. São Paulo: Faisca, 2011.

²⁹⁶ SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre, 2009.

Ainda assim, a análise das fontes e as hipóteses elencadas por nós na presente pesquisa, imprimiram a necessidade de nos posicionar frente a estes paradigmas e modestamente, contribuir com o debate historiográfico sobre este ponto. Permitir-nos-emos neste sentido, a uma rápida digressão historiográfica.

É importante ressaltar que alguns estudos orientaram-se no que tange às questões conceituais a utilização do conceito de **anarco-sindicalismo** para definir – nem sempre adequadamente – a complexa relação travada entre os anarquistas e os sindicatos na Primeira República. Este foi o caso de toda uma tradição de pesquisa, que caracterizava as práticas sindicais da Primeira República, que possuíam determinante influência anarquista, como anarco-sindicalistas. Neste sentido, Edilene Toledo nos alerta que “o anarco-sindicalismo, termo que na verdade, só seria usado muito mais tarde, tinha uma concepção diferente do *sindicalismo revolucionário*”²⁹⁷. Para a pesquisadora, “parte do equívoco de associar todo o movimento operário da Primeira República ao anarquismo foi a tendência de incorporar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, com nome de anarco sindicalismo”²⁹⁸. Felipe Corrêa, outro pesquisador que se debruçou entre outros estudos, sobre o uso do termo anarco-sindicalismo, nos alerta que “realmente houve, e ainda há uma confusão em relação às diferenças e similaridades entre o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário”. Segundo este,

não são poucas as abordagens que utilizaram e ainda utilizam, o termo anarco-sindicalismo, referindo-se às experiências de sindicalismo revolucionário, e o termo anarco-sindicalistas referindo-se aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos.²⁹⁹

Neste sentido, vemos como coerente, **não tratar o anarquismo e o sindicalismo revolucionário como um único fenômeno**. Até aí não divergimos das posições dos autores citados. Vemos nas próprias análises dos anarquistas, claramente esta diferenciação. Mesmo quando os anarquistas do período usam (raramente, diga-se de passagem) o termo anarco-sindicalismo para se referirem as suas atividades sindicais, deixam claro a diferenciação entre o nível político/ideológico (da organização anarquista) do nível social/sindical (do sindicato). Numa carta enviada por um anarquista de Porto Alegre ao jornal *Ação Direta* lê-se:

Minha viagem ao interior do Estado não se prende tanto a organização sindical como à formação de grupos anarquistas, pois serão essas organizações que darão vida ao movimento sindical revolucionário quando as circunstâncias o permitirem. Não quer isso dizer, camarada, que sejamos individualistas. Os que formamos a agrupação *Os Acratas* somos anarco-sindicalistas, mas entendemos que a casa há de começar pelos alicerces e não pelo telhado.³⁰⁰

Outra coisa que parece-nos relevante é dizer que a tarefa da organização anarquista para esses militantes, mesmo quando usam o termo anarco-sindicalismo não era transformar o sindicato num sindicato anarquista (como o anarco-sindicalismo espanhol), mas o sindicato deveria seguir a estratégia do sindicalismo revolucionário.

O que está em questão para nós (e ao que parece também aos militantes do período e a historiografia especializada) é definir adequadamente **qual seria a relação entre as duas**

²⁹⁷ TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de idéias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Campinas, SP: 2002. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 28.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ CORRÊA, 2011, p. 81.

³⁰⁰ Notícias Anárquicas. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 31/08/1946, nº 18, p. 04, grifos do autor.

coisas no período de nossa análise. Acreditamos, com base em nosso estudo no período, que o fato de que sindicalismo revolucionário e o anarquismo sejam distintos não implica necessariamente a ideia de que sejam *concorrentes*³⁰¹, mas que cumpriam segundo a racionalidade política³⁰² dos militantes naquele momento, papéis diferentes. Para isso, teremos de debater sem dúvida alguma com uma historiografia que tratou do período anterior, relacionando-a com nossa análise histórica e de nossas fontes.

Pois um questionamento surgido durante a análise de fontes era a de que: se o anarquismo e o sindicalismo revolucionário são ideologias distintas ou francamente opostas, porque os anarquistas do período defenderam durante todo o período estudado, as propostas do sindicalismo revolucionário? Lembremos que excluindo os setores juvenis, egressos daquele contexto, a composição militante do anarquismo desse período tem suas origens em hostes sindicais da Primeira República.

Antes mesmo da realização do congresso anarquista de 1948, os militantes, por sua imprensa específica, desenvolviam reflexões sobre as causas do refluxo do anarquismo no período anterior. Esta reflexão não é uma reflexão “isolada”, pois o contato permanente dos anarquistas brasileiros com organizações e militantes de diversos países contribui para definir posições acerca deste tema. Tampouco, os anarquistas estão isolados das questões políticas de seu tempo, afinal, desde o surgimento de sua imprensa e nos anos anteriores do congresso, o

³⁰¹ Apropriando-nos de uma metáfora científica (e obviamente, um conceito) de Pierre Bourdieu, acreditamos que a melhor forma de entender a relação entre o anarquismo e sindicalismo revolucionário é a partir da noção de campo. Se alguns estudos que tem como objeto o sindicalismo revolucionário e o anarquismo durante a Primeira República, amalgamaram esses dois elementos equivocadamente como se fossem uma coisa (anarco-sindicalismo) só, não vemos como correto, acreditar que ambos eram totalmente concorrentes. Segundo Bourdieu “é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 21. Do mesmo modo, não podemos entender o sindicalismo revolucionário como um sindicalismo “escravo” às imposições do anarquismo (ou como um mesmo campo: anarco-sindicalismo, ignorando as fronteiras e as relações entre as duas coisas) e tampouco, compreendê-lo como uma entidade completamente apartada desta ideologia (e de seus ideólogos). Se é complicado, tendo em vista as reflexões de Pierre Bourdieu, compreender a ciência dentro dessas oposições, precisamos ter em vista, que a relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo é uma relação mediada por uma lógica construídas em relação entre esses dois campos. Prosseguindo em nossa reflexão, Bourdieu nos diz que “O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retratado. Inversamente a heteronomia de um campo manifesta-se essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente.” *Ibidem*, p. 22. A relação entre o sindicalismo revolucionário e anarquismo obedece este permanente fluxo, entre uma relação ora mais autônoma, ora mais heterônoma. Como exemplo, a crise do sindicalismo revolucionário no Brasil que incidiu no interior do próprio anarquismo e também foi responsável por sua crise. Ainda assim, a despeito dessa relação mais heterônoma entre os dois campos neste período, o anarquismo “sobreviveu”, enquanto a estratégia sindicalista revolucionária não. Sua condição de sobrevivência foi justamente a formação mais bem definida das “fronteiras” de seu campo político sob a racionalidade e cultura política *organizacionista*.

³⁰² Pois o “objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação [e] encaram seu futuro. Partindo da ideia que estas representações, não são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995. p. 08. Ou seja, a necessidade de uma organização específica anarquista surge do debate permanente dos anarquistas em seus círculos militantes, reforçando assim uma determinada forma de racionalidade e cultura política. Mas que racionalidade política estamos nos referindo? Referimo-nos a uma racionalidade que compreende a separação entre o que é especificamente anarquista do que é especificamente sindical, entendendo o nível político como *complementar* ao nível social. Alguns autores, com base num estudo de longo prazo sobre o anarquismo, como vimos, caracterizam esse comportamento político de **dualismo organizacional**.

sindicalismo marcava presença na conjuntura nacional³⁰³, fazendo com que as diferentes forças políticas tivessem a oportunidade de opinar sobre o tema.

O texto que julgamos mais relevante, a sair logo após o fim do Estado Novo e que trata sobre a relação do anarquismo e o sindicalismo é o escrito por José Oiticica. Num longo artigo, intitulado *Atuação anarquistas nos sindicatos*, Oiticica discorre em nome de outros militantes, sobre a posição dos anarquistas sobre esse tema. O texto fora motivado pela recepção do jornal *Solidaridad*, de Montevideu, órgão da *Federación Obrera Regional Uruguay*, entidade que contava com ampla militância anarquista. Apesar de longos, achamos necessário colocar alguns trechos dessa matéria. Segundo Oiticica

Solidaridad, de Montevideu, órgão da *Federación Obrera Regional Uruguay*, defendendo a atuação dos anarquistas nos sindicatos como poderoso meio de propaganda e preparação revolucionária, escreve: << Repetidas vezes temos sustentado que não devemos atribuir todo o mal causado à (sic) idéias e aos movimentos obreiros nela inspirados, unicamente a reação dos Estados. Esse mal, pode-se apurar, provém ainda de não preocupação dos anarquistas ou *libertarios* com as questões obreriras e a agremiação do proletariado, dadas principalmente suas preferências aos grupos e organização especificamente anárquica. Atualmente, há países onde o mal prossegue em estado latente, não por causa das situações repressivas, senão por falta de atividades no terreno gremial e o nenhum interesse por criar um movimento obreiro anarquista>. Depois, referindo-se à situação mexicana continua: << Pelo exposto longe de nos negar que os companheiros mexicanos, que preferem a atuação nos grupos e ateneus, e se dedicam à consolidação de um movimento especificadamente anárquico, realizem labor emninentemente anarquista e trabalham afanosamente pela Revolução Social. Longe de nós tal propósito. O que pretendemos é sugerir que se no México e demais países americanos chegasse a preponderar o objetivo imediato de criar um movimento obreiro de finalidade anarquista, se faria obra revolucionária mais vasta e profunda e lográriamos contar com muito mais possibilidades para que o anarquismo possua um poderosos movimento obreiro realmente afim e apto a opor-se, resolutamente, a todas as forças autoritárias de cima e de baixo'.³⁰⁴

Oiticica reafirma a importância do artigo dizendo:

A essas palavras, com que estamos, os do Brasil, de perfeito acordo, faz *Tierra Y Libertad*, do México, o seguinte comentário que *Ação Direta* acha indispensável para conhecimento dos militantes brasileiros: "Estamos identificados com a necessidade da intervenção dos anarquistas no movimento operário, pelos mesmos motivos expostos pelo companheiros de *Solidaridad*. E como se referem a nós no precedente escrito, cumpre científicá-los que existe,, aqui no México, nenhuma Central Obreira afim. Todas elas são refúgio de vivedores e tipos que do liderismo fizeram profissão.³⁰⁵

Apesar de não ter continuado a matéria nos jornais seguintes podemos recorrer a extensos artigos que tratam da questão sindical pelos anarquistas, em quase toda sua totalidade, o sindicato e o sindicalismo são compreendidos como “o melhor sistema de defesa das classes trabalhadoras, porque torna possível uma organização ampla e um planejamento racional dos seus meios de ação”³⁰⁶. Em outro artigo, publicado no mesmo ano, pelo

³⁰³ Segundo Mattos, em 1945 e 1946 há uma fase ascensional das jornadas operárias que serão tratadas pelo governo Dutra basicamente por instrumentos repressivos. Cf. MATOS, 2009, pp. 85-866.

³⁰⁴ OITICICA, José. *Atuação anarquista nos sindicatos*. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 07/05/1946, nº 04. Movimento Anarquista, p. 03, grifos do autor.

³⁰⁵ *Idem*.

³⁰⁶ SILVA, P. Ferreira da. *A Força Sindical*. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 10/10/1946, nº 22, p. 01.

anarquista Marcos Alcón, um anarquista espanhol exilado no México que envia uma colaboração para *Ação Direta*, afirma que

Nossa experiência no movimento obreiro nos fez incorrer no mesmo erro cometido pela imensa maioria dos companheiros e organizações que se dizem afins e identificadas com nossos postulados de libertação integral. [...] E' que convertemos os meios em fins.

Nós, anarquistas, quando vamos ao sindicato, fazemo-lo com o decidido propósito de ter na organização operária apenas o meio mais adequado de irmos à realização de nossos postulados de Justiça Social. Sucede, porém, que a intenção e propósito que nos induziu à atuação sindical fraqueia, causando enorme prejuízo à marcha ascendente do nosso ideal.³⁰⁷

A despeito dos limites que reconhecia no sindicalismo, Alcón, amparado por *Ação Direta*, reforçava a necessidade da presença dos anarquistas nos sindicatos para que estes limites fossem transpostos, mas com uma condição inicial:

Ao contrário, hoje mais que nunca, temos a firme crença de que é dever nosso continuar influenciando e determinando as decisões dos trabalhadores organizados nos sindicatos. Porém, importa que nós mesmos continuemos sem esquecer, por um momento, que a missão dos anarquistas consiste, primordialmente, em forjar consciência entre os homens, desde que, somente com vontade e consciência anarquista, é possível ir à transformação total das instituições político-econômico-sociais que nos impedem de ser livres. [...]

Em definitiva, vamos ao Sindicato, sem desmerecer um momento nossa personalidade e consistência anarquista.³⁰⁸

Tais ponderações realizadas no jornal do Rio se afinam com as posições dos militantes de São Paulo. Desde o lançamento do jornal *A Plebe*, os anarquistas paulistas afirmavam que era preciso “um trabalho intenso de orientação do povo e, principalmente, do proletariado”³⁰⁹. Em resumo, não há em nenhum momento, **a negação do sindicalismo como forma de luta**. Nos jornais seguintes, os anarquistas definiam o sindicato nos termos do **sindicalismo revolucionário**, como

o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o Estado, sendo também um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois traz em constante exercício o seu sentimento de solidariedade, mantendo vivo o seu espírito de combatividade e dotando-o de uma concepção de conjunto da obra renovadora do sindicalismo, está destinado a ser, amanhã, a base essencial da reconstrução econômica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertárias em oposição a toda tendência centralista e autoritária.³¹⁰

E o militante José Ramón de Porto Alegre, entrelaçando conceitos-chaves³¹¹ defendidos pelos anarquistas na época acreditava que

³⁰⁷ ALCÓN, Marcos. Atuação Anarquista nos Sindicatos. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 14/07/1946, nº 13. Movimento Anarquista, p. 02.

³⁰⁸ *Idem*.

³⁰⁹ Pela Organização dos anarquistas. *A Plebe*, São Paulo, 15/06/1947, nº 02, p. 03.

³¹⁰ LEUENROTH, Edgar. A Organização Sindical de Ação Direta. *A Plebe*, São Paulo, 15/07/1947, nº 04, p. 03.

³¹¹ Tais como: Sindicalismo de resistência, sindicalismo livre, sindicalismo revolucionário e sindicalismo de ação direta.

Temos outros meios mais eficientes, outras táticas mais proficuas e que sempre nos deram melhor resultado. E' a *Ação Direta* do trabalhador contra o capital e quem o sustenta. Organizemo-nos em sindicatos livres de resistência ao capital e formemos uma forte organização revolucionária nacional, que faça prevalecer os direitos que nos assistem como seres humanos. Não percamos tempo, trabalhadores! Organizemos nossos quadros sindicais dentro do princípio do sindicalismo revolucionário.³¹²

Independente dos termos usados, que variam na imprensa anarquista do período ³¹³ (sindicalismo libertário, sindicalismo revolucionário, sindicalismo livre ou de resistência, etc.) – já que o que nos interessa é saber seu “conteúdo” – ressalta-se a importância dos sindicatos e do sindicalismo para os anarquistas durante todo este período, que vai fundamentalmente de 1946 a 1964. E além da defesa do sindicalismo pelos anarquistas, como espaço fundamental para a atuação dos *libertários*, outros elementos estratégicos do sindicalismo revolucionário protagonizado pelas entidades de classe do período anterior também eram incorporados. Além de não negarem a atuação sindical, definiam princípios e estratégias específicas que eram ancoradas na tradição do sindicalismo revolucionário.

Devido a sua importância, durante o congresso anarquista de 1948 a discussão sobre a organização operária ganhou um tom próprio. O delegado da União Anarquista do Rio de Janeiro posiciona-se em nome da UARJ sobre o tema.

Ney lê a informação da UARJ salientando a necessidade de os militantes anarquistas ingressarem nos sindicatos de suas respectivas profissões, procurando intervir na vida orgânica dos mesmos, formando grupos de defesa ou resistência sindical.³¹⁴

A União Anarquista de São Paulo representada pela delegação de Edgar Leuenroth também segue a mesma perspectiva. Segundo o relator: “Edgar lê o informe da UASP, e souza dis (sic) que acrescenta que as duas opiniões (Rio-São Paulo) se completam, devendo fundir-se numa só.”³¹⁵

O debate sofre a intervenção de Pedro Catallo, que “informa seus esforços e atividades, em São Paulo, no Sindicato dos Sapateiros, declarando que não é muito difícil imprimir o cunho que possuía o movimento anarquista nos sindicatos.”³¹⁶ Segundo Catallo, “Ainda hoje encontram os anarquistas quem os apóie”³¹⁷. Apesar de considerar que “no Brasil já houve organização exuberante no campo sindical, e se hoje não há, se deve apenas porque a burguesia se aplicou ao sindicato transformando-o em salões de auxílio e assistência amparada pela legislação sindical”, Edgar Leuenroth afirma que o “que se pode fazer hoje depende da persistência. É obra penosa. Como fazê-lo?”³¹⁸. Responde afirmando que é necessário

Agir dentro dos sindicatos, distribuindo nossos jornais etc. e, quando houver maior número, formar grupos de resistência sindical, com o intuito apenas de coordenar os interesses dos trabalhadores.³¹⁹

³¹² RAMÓN, José. Alerta Trabalhador! *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 10/09/1946, nº 19, p. 04.

³¹³ Apesar dos termos variarem, o uso do termo sindicalismo revolucionário é predominante.

³¹⁴ Cf. 3) Ata da Terceira Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 164.

³¹⁵ Cf. 2) Ata da Terceira Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 164.

³¹⁶ *Idem.*

³¹⁷ *Idem.*

³¹⁸ *Idem.*

³¹⁹ LEUENROTH, Edgar. 2) Ata da Terceira Sessão In RODRIGUES, 1992, p. 165.

O debate é encaminhado e os anarquistas resolvem criar grupos de oposição sindicais. Os anarquistas do Rio chamavam estes grupos de *Grupos Sindicais de Ação Direta* e os de São Paulo, de *Grupo de Resistência Sindical*. Os militantes do Rio de Janeiro apontavam que para facilitar o trabalho no meio sindical “é preciso que os companheiros militantes compreendam não ser necessário, para a formação de um grupo de defesa ou resistência sindical, que todos os seus integrantes sejam anarquistas”, deste modo, concluíam que basta “apenas a identificação nas normas reivindicativas de ação direta ‘e federalismo no sentido orgânico’³²⁰”.

Tal conclusão esbarra com questões historiográficas e metodológicas que merecem nossa atenção. Primeiro, é preciso ressaltar, como anteriormente visto, que esta geração de anarquistas do pós-guerra é composta de anarquistas que acreditam no projeto *organizacionista* de fundar organizações específicas com o objetivo de atuarem no espaço de “massas”. Este projeto está incluído no que os pesquisadores Schmidt e van der Walt, que realizaram uma pesquisa de mais de 10 anos sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário – e tendo em vista uma análise que privilegiou a longa duração no tratamento desse objeto – chamam de **estratégia de massas**. Para esses pesquisadores a principal divisão no interior do anarquismo foi orientada fundamentalmente em torno de duas **estratégias**: a de massas e a insurrecionalista.

A primeira estratégia foi hegemônica na história do anarquismo, desde a Primeira Internacional; ela fundamenta-se na concepção de que “apenas movimentos de massas podem criar uma mudança revolucionária na sociedade, e que tais movimentos são tipicamente construídos ao longo das lutas em torno de questões imediatas e reformas”.³²¹ Sobre a luta em torno dessas questões imediatas, os anarquistas do período se posicionavam afirmando que:

Essas são as reivindicações mais gerais do proletariado, que, como as demais ligadas às necessidades particulares de cada ramo, somente pela ação direta dos próprios trabalhadores poderão ser conseguidas.³²²

Uma das tarefas dos sindicatos reside na luta pela melhoria econômica do proletariado. E isso podem-no fazer de muitas maneiras, sem esperar pelo milagre dos <<favores>> estatais, mesmo através de supostas influências de qualquer partido.³²³

Concluindo assim que

A luta para a reivindicação dessas melhorias não deverám entretando desviar o proletariado da luta para a sua completa emancipação do domínio do capitalismo, que mantém o regime de exploração do homem pelo homem.³²⁴

É preciso melhorar as condições de vida do trabalhador, para que ele vá entrando na posse dos bens sociais que nascem do seu próprio esforço. Não queriam os anarquistas desprezar qualquer oportunidade de o fazer, baseados na pureza de um

³²⁰ UARJ. Resoluções da União Anarquista do Rio de Janeiro sobre o próximo Congresso Brasileiro, a realizar-se em São Paulo In RODRIGUES, 1992, p. 156.

³²¹ SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 20, tradução nossa.

³²² As Reivindicações do Proletariado. **A Plebe**, São Paulo, 02/07/1947, nº 02, p. 04.

³²³ SILVA, P. Ferreira da. Um Ponto de Apoio. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 01.

³²⁴ As Reivindicações do Proletariado. **A Plebe**, São Paulo, 02/07/1947, nº 02, p. 04.

ideal que só pode satisfazer-se com a perfeição, com a sociedade livre integralmente estabelecida.³²⁵

Por outras palavras, podemos afirmar que os anarquistas neste período, não rejeitavam as conquistas imediatas como obstáculos a “emancipação do domínio do capitalismo”³²⁶.

A questão fundamental não era que os anarquistas caracterizassem as conquistas imediatas como “reformistas”; o que imprimia um limite ao sindicalismo na visão dos anarquistas era a de que estas conquistas³²⁷ “desviassem a completa emancipação do homem pelo homem”, ou seja, que constituíssem um fim em si mesmo e não fossem alcançadas pelo método da ação direta³²⁸.

Esta estratégia de massas recorreu largamente a um fundo ideológico que propunha a intervenção no nível de massas, buscando fazer dos sindicatos seu **vetor social**³²⁹.

O investimento dos anarquistas nessa estratégia de massas chegou, em alguns momentos, a confundir o anarquismo com o sindicalismo. Tal discussão, já clássica, foi abordada em parte dos debates realizados no Congresso de Amsterdã, em 1907 particularmente nos argumentos dos anarquistas Errico Malatesta e Pierre Monatte em sua discussão sobre as diferenças entre os fins e os meios do anarquismo. Monatte defendia que os fins do sindicalismo eram os mesmos do anarquismo e Malatesta argumentava que o sindicalismo só poderia ser o meio, mas não o fim. Em alguns países, os anarquistas orientaram-se primordialmente para a constituição e a participação de sindicatos revolucionários, ignorando a formação de organizações específicas anarquistas; em outros países, a **estratégia de massas** articulou-se com grupos/organizações específicos/as anarquistas, que atuavam de maneira mais ou menos organizada dentro das entidades de classe, realizando não apenas a “propaganda”, mas fazendo um trabalho organizativo em seu seio. E em outros lugares, o anarquismo ignorou a formação de organizações específicas e levou o programa anarquista conscientemente para dentro do sindicato (anarco-sindicalismo).

Para justificarem e “municiparem” suas intervenções políticas, os aderentes dessa estratégia de massas utilizaram largamente os autores anarquistas que defendiam a atuação

³²⁵ SILVA, P. Ferreira da. Um Ponto de Apoio. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 01.

³²⁶ As Reivindicações do Proletariado. **A Plebe**, São Paulo, 02/07/1947, nº 02, p. 04.

³²⁷ Tal postura é francamente baseada nos escritos de Errico Malatesta, que não condenava propriamente o sindicalismo, mas apontava os limites econômicos desta agremiação quando não coadunada com um trabalho revolucionário em seu interior.

³²⁸ Tal assertiva contribui para relativizar a afirmação da historiadora Edilene Toledo. Segundo Toledo, “As organizações inspiradas no *sindicalismo revolucionário* procuravam obter vantagens a curto prazo, no quadro do sistema existente (o que era contestado por muitos anarquistas).” TOLEDO, 2002, p. 36. Em nossa análise chegamos a conclusões completamente distintas. Os anarquistas apoiavam as vantagens de curto prazo, estimulando (no campo do discurso e em menor grau na ação), que estas fossem alcançadas mediante métodos da **ação direta**. Tal afirmação de Edilene Toledo, só poderia ser aplicada, a rigor, apenas aos anarquistas insurrecionalistas e anti-organizacionistas. O grande problema é que essa corrente jamais foi majoritária internacionalmente.

³²⁹ Essa diferença de “sintonia fina” na estratégia de massas anarquista ocasionou problemas nas próprias análises históricas, que costumam ter dificuldades em observar nela as práticas políticas anarquistas, chegando ao extremo de dissociar uma coisa da outra. O “excesso” de sindicalismo dos anarquistas em determinados contextos fez com que alguns estudos dissociassem o sindicalismo revolucionário (estratégia anarquista para os sindicatos, mas operacionalizada pelo conjunto da classe organizada) do anarquismo, ou chegassem ao limite de considerarem o sindicalismo revolucionário uma amálgama de socialismo e sindicalismo, tese esta que não se sustenta em nossa compreensão por diversos fatores. Sobre a influência anarquista no sindicalismo revolucionário, Cf. SAMIS, 2008. Para uma crítica da generalizada dissociação do anarquismo e sindicalismo revolucionário, Cf. CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

nos movimentos da classe trabalhadora (Bakunin, Kropotkin, Malatesta, etc.), que sempre reiteraram em seus escritos “o caráter socialista do anarquismo” e sua atuação nas entidades de *massa*. A segunda estratégia, a insurrecionalista, “reivindica que reformas são ilusões, que os movimentos como sindicatos são baluartes dispostos ou inconscientes da ordem existente, e que organizações formais são autoritárias”.³³⁰ Esta estratégia, historicamente minoritária no movimento anarquista, reduziu-se às atuações em pequenos círculos e de grupos anarquistas que propunham a “propaganda pelo fato”, com o uso de bombas e atentados, limitando-se, praticamente, ao contexto do final do século XIX³³¹ na Europa. No Brasil ela nunca foi hegemônica.

Ambas as estratégias advogam o uso da violência nos processos revolucionários; entretanto, o que as difere é o momento, a forma e a organização desta violência, num contexto de transformação radical da sociedade. Segundo Schmidt:

O que distingue o anarquismo insurrecionalista do anarquismo de massas não é necessariamente a violência como tal, mas seu lugar em sua estratégia: para o anarquismo insurrecionalista, a propaganda pelo fato, levada a cabo por anarquistas conscientes, é vista como meio de gerar um movimento de massas; para maior parte do anarquismo de massas, a violência opera como um meio de autodefesa de um movimento de massas já *existente*.³³²

A aplicação dessas estratégias pode ser analisada histórica e teoricamente numa perspectiva de longo prazo, verificando suas continuidades e permanências.³³³ Em nosso caso, voltando aos anarquistas fluminenses e paulistas, há uma evidente permanência no anarquismo do período, da defesa das premissas do sindicalismo revolucionário. Ainda assim é possível perceber algumas ponderações que reduziram o “entusiasmo sindicalista” dos anarquistas no congresso de 1948.

Como exemplo disto, em meio a uma das sessões, Catallo e Perdigão divergem em relação ao grau de participação dos anarquistas nos sindicatos. Este último escreverá um texto após o congresso anarquista, expondo os motivos de sua discordância em relação à atuação sindical. Explica que o objetivo do seu texto, intitulado, *Os Anarquistas e a Organização Operária*, é esclarecer sua posição, já que “não dispunha de tempo no congresso para provocar uma polêmica”³³⁴ e que seria “falta de ética retirar-me no meio da polêmica”³³⁵. Outro motivo que revela a hesitação de Perdigão, em não ter manifestado publicamente seu descontentamento com a questão sindical, fora justamente que “vendo a reação que minhas primeiras palavras provocaram na assistência, resolvi desistir de falar”³³⁶.

Podemos deste modo, concluir que as palavras de Perdigão condenando a relação demasiado **estreita** entre sindicalismo e anarquismo era uma grande afronta a militantes praticamente convencidos da indissociável relação do anarquismo e os sindicatos. Forjados nas lutas sindicais das décadas passadas, estes militantes não pensavam em abandonar o

³³⁰ SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, p. 20, tradução nossa.

³³¹ A estratégia insurrecionalista convivera com a estratégia de massas neste período, mas jamais foi hegemônica dentro do anarquismo como dito anteriormente.

³³² SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland; Edinburgh; Baltimore: AK Press, 2013, p. 26, tradução nossa.

³³³ Uma iniciativa neste sentido foi realizada por Felipe Corrêa. Cf. CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, 2012.

³³⁴ João Perdigão Gutiérrez in *Os Anarquistas e a Organização Operária*, apud RODRIGUES, 1992.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ *Idem*.

sindicalismo e as premissas do sindicalismo revolucionário; não só pela experiência política do passado que formou o anarquismo no Brasil de que estes militantes fizeram parte, mas também por compreenderem que o palco da antinomia capital-trabalho e da luta de classes se dava justamente no conflito entre patrões e empregados. A intervenção de Perdigão mostrava que a posição da maioria dos militantes presentes no Congresso Anarquista de 1948 em relação ao gasto de energias na participação anarquista nos sindicatos dificilmente seria relativizada; mas sua contribuição visava mais problematizar o que considerava como *limites* do sindicalismo, do que propriamente negar a sua importância.

Perdigão afirmaria que o anarquismo não é “essencialmente trabalhista”, ou seja, de que o anarquismo, por suas palavras, “não é classista, mas é humano”³³⁷. O anarquismo segundo este militante, não é

somente um ideal econômico; abraça, em sua ampla concepção, a política, a moral, a ciência, a educação; quer resolver um problema humano e não somente um problema operário.³³⁸

Perdigão, talvez sem saber, retomava uma polêmica que como vimos no capítulo precedente, não se limitou aos anarquistas brasileiros. A discussão genealógica do anarquismo; se este era um ideal classista ou humano³³⁹, esteve presente nas polêmicas entre os partidários da *Plataforma* e aqueles que defendiam a *Síntese* anarquista: era uma polêmica teórica relevante no anarquismo internacional. A discussão genealógica servia mais para reafirmar determinadas estratégias políticas do presente por seus militantes, dando mais legitimidade para o grupo propositor, do que propriamente introduziam um debate histórico sistemático sobre a consolidação do anarquismo.

Por outro lado, as palavras de Perdigão, definem com precisão algumas questões caras a historiografia sobre o tema. A primeira delas é a diferença entre sindicalismo revolucionário e anarquismo e a **qual é a relação entre as duas coisas**. Perdigão define o sindicalismo enquanto um movimento *classista*, ou seja, que reúne em seu seio, “todo e qualquer operário, tenha o credo ou cor política que tiver”³⁴⁰.

E segundo ele, já o anarquismo “é uma doutrina humana. Em qualquer parte onde verifique-se uma coação à liberdade ou seja praticada uma injustiça, ali o anarquismo está sendo ofendido, e os anarquistas são chamados a intervir”³⁴¹.

O fato de não desejar reduzir o anarquismo somente “a um ideal econômico” não significa que Perdigão **rejeitasse** a atuação sindical; citando Malatesta e Fabri ressalta que

Eles, com o fim de realizarem a revolução, transigiam em todos os meios de luta e, com todos nós, tinham grande confiança na ação revolucionária da classe obreira; eis porque sempre aconselhavam a atuar nos centros operários, fossem sindicalistas ou não, mas alertando sempre sobre os perigos do sindicalismo³⁴²

³³⁷ João Perdigão Gutiérrez in *Os Anarquistas e a Organização Operária*, apud RODRIGUES, 1992, pp. 224-225.

³³⁸ *Idem*, grifos nossos.

³³⁹ Uma das polêmicas entre o modelo da *Síntese* e o da *Plataforma* se dava no sentido de saber se o anarquismo é um *ideal classista ou humano*. Enquanto os partidários da *síntese* defenderão que o anarquismo é um ideal humano, ou seja, que é extensivo não apenas aos movimentos organizados dos trabalhadores. Os anarquistas da *plataforma* defenderão o anarquismo como um ideal classista, que surge no contexto da formação da classe trabalhadora. Estas definições também implicam estratégias distintas de atuação.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ João Perdigão Gutiérrez in *Os Anarquistas e a Organização Operária*, apud RODRIGUES, 1992, p. 223.

³⁴² *Ibidem*, p. 224.

Ou seja, de que os anarquistas segundo Perdigão deveriam entender que o anarquismo é mais amplo que o sindicalismo e que seus militantes não poderiam se levar pelo “excesso de sindicalismo” que os acometera nas décadas passadas, e que conduziu o anarquismo, segundo sua percepção, a um esvaziamento ideológico.

Segundo Perdigão

Outra coisa que nossa atuação nos sindicatos notou foi a facilidade com que os ideólogos deixam-se envolver pelo trabalhismo, ao extremo de eles serem os mais acérrimos contraditores dos militantes que procuram o sindicato para expôr doutrina.³⁴³

Até aí, Perdigão Gutiérrez revela uma preocupação muito recorrente nos anarquistas após o Estado Novo, nesta fase que é a de que o

O chamado sindicalismo revolucionário tem finalidades revolucionárias, enquanto for empurrado pelos anarquistas, mas, mesmo com essa finalidade, os anarquistas deveriam atuar de fora para dentro, como ideólogos, mas sempre como ideólogos.³⁴⁴

Ao apontar os limites do sindicalismo, Perdigão não nega, todavia, a sua importância e ao ressaltar as diferenças entre sindicalismo e anarquismo, o militante **não os vê como elementos ou “ideologias” concorrentes**. Neste sentido, nos parece coerente afirmar – debatendo e nos posicionando em relação à historiografia sobre o tema – que os anarquistas do período, mesmo os mais “céticos” das possibilidades do sindicalismo entendiam o sindicalismo revolucionário não como uma ideologia distinta (concorrente) do anarquismo, mas como uma **estratégia** mais ampla e que sem a participação dos anarquistas não teria em suas ponderações, o sucesso esperado.

Para este, a solução para “este estado de coisas” está ligada a uma questão central que os anarquistas não podem abandonar. Segundo Perdigão:

No meu entender, os anarquistas deveriam, nos lugares onde isso for possível, organizar-se em grupos, procurando organizar a Federação, em cuja sede pode-se falar abertamente em anarquismo, pois é uma organização específica, e atuar nas sociedades operárias, sempre como anarquistas, sem comprometerem-se com as mesmas.³⁴⁵

Mesmo com as polêmicas posteriores que foram levantadas por Perdigão, o congresso anarquista de 1948 apontou para a consolidação de uma estratégia sindical que pode ser balizada nos moldes do **sindicalismo revolucionário**, buscando retomar o **vetor social** perdido aos comunistas e ministerialistas. Mesmo os militantes mais cautelosos com o vulto excessivo dado a ação sindical (como Perdigão) não negavam a importância da atuação anarquista nos sindicatos e tampouco, ignoravam o que alguns pesquisadores chamam de **objetivos finalistas** de sua doutrina.

As posições de Perdigão, as mais cautelosas e críticas dos limites do sindicalismo, portanto, coadunavam-se com a compreensão dos militantes anarquistas sobre a relação entre as duas coisas. Se o sindicalismo revolucionário não é anarquismo, os anarquistas do período não o viam como uma ideologia concorrente, mas como sua **estratégia sindical**. Neste sentido o jornal *Ação Direta* cria uma coluna específica para o sindicalismo revolucionário,

³⁴³ *Ibidem*, p. 223.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 225.

chamada “*Por um sindicato revolucionário*”. Nesta coluna durante muitos números, os anarquistas defenderão basicamente as premissas do sindicalismo revolucionário. Coluna que ocupará um espaço relevante dentro da imprensa anarquista. A novidade em relação ao período anterior era de que como vimos, os anarquistas achariam fundamental, formar e articular organizações específicas que pudessem potencializar a ação ideológica.

Este fenômeno, inclusive não se restringira a cidade do Rio de Janeiro. Mesmo em São Paulo, cujo histórico de grupos anarquistas anti-organizacionistas era maior do que a do Rio de Janeiro, os anarquistas defenderam em suas colunas, o sindicalismo revolucionário, chamado pelos militantes de sindicalismo de ação direta³⁴⁶. Esbarramos na imprensa anarquista com muitos artigos em defesa dessa estratégia sindical, sindicalista revolucionária, mas há uma imagem que “resume” a defesa do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas.



/ A Plebe, São Paulo, 15/12/1947, nº 11

A imagem fora adaptada pelos anarquistas paulistas, o que fundamenta um pouco mais a nossa assertiva, sobre o que exatamente esses militantes entendiam como função do sindicalismo, do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. Um grupo de operários segura uma alavanca (um instrumento de trabalho). A alavanca (representando a estratégia sindicalista revolucionária) é o meio que potencializa mediante a coordenação e união de

³⁴⁶ Tal fato não deve nos surpreender. Segundo Edilene Toledo, a base do sindicalismo revolucionário é justamente a ação direta. Perguntamo-nos: se o léxico político dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários é muito semelhante, seria essa uma coincidência fortuita, ou ao contrário, uma certa identidade de intenções?

forças a possibilidade de derrubar o pilar do capitalismo. Neste sentido, o sindicalismo revolucionário é visto apenas como um “instrumento” para atingir determinado fim. Um detalhe chama atenção na figura. A alavanca utiliza como apoio a pedra da anarquia, que se não é responsável direta pela transformação da sociedade, (simbolizada pela derrubada do pilar), multiplica a força social de seus agentes, colocando-os no **ângulo correto de ação**. Os agentes da transformação não são apenas os anarquistas, mas os trabalhadores, chamados pelos militantes anarquistas de *proletariado*. Guardadas as analogias aqui feitas, tal imagem casa perfeitamente com as palavras pronunciadas pelo anarquista P. Ferreira da Silva em *Ação Direta*, artigo que fora publicado apenas um mês depois desta figura ter sido colocada no jornal *A Plebe*. Para ele

Procurar um ponto de apoio para deslocar qualquer obstáculo não é só imitar Arquimedes que disse << dai-me um ponto de apoio e eu removerei o mundo>>. É também sinal de inteligência em qualquer operário, para qualquer operário a quem não seja desconhecido o poder de uma alavanca. Necessário se torna contudo considerar que a alavanca, o ponto de apoio e o obstáculo devem ser independentes entre si, para que a fôrça da primeira, multiplicada pelo segundo, possa fazer se sentir no terceiro. Por outras palavras, o ponto de apoio tem de ser inteiramente estranho à pedra que se quer remover porque, se estiver prêso a ela, nada se conseguirá.³⁴⁷

Prosseguindo afirma que por este motivo:

Eis porque o parlamentarismo é inútil, estéril, ilusório. O povo elege seus representantes que são a alavanca. Esta usa como ponto de apoio o parlamento para remover os obstáculos que se opõem à felicidade do povo. Mas acontece que esses obstáculos estão no rochedo capitalista, do qual o parlamentarismo é simples ornamento. E assim, toda a fôrça que se fizer sôbre a alavanca morre no ponto de apoio, preso ao próprio rochedo.³⁴⁸

Concluindo deste modo que:

A outra alavanca de que dispõe o proletariado são os seus próprios **sindicatos** dos quais o ponto de apoio tem de ser a ação direta, um meio independente, como independentes devem ser essas associações de trabalhadores livres. Lutando dentro dos sindicatos, todos poderão atingir os males que é preciso destruir e fazê-lo sem o risco de perder energias, como quem puxa com as mãos um cabo que os seus próprios pés estão retendo.³⁴⁹

E dessa forma, tendo desenvolvido sua posição sobre a relação entre anarquismo e sindicalismo, conclui que a melhora das condições de vida do trabalhador, longe de afastarem este do anarquismo podem servir para dar a “consciência do que vale e arredar do caminho muitas pedras que o impedem de caminhar”.³⁵⁰ Essa posição do anarquista P. Ferreira da Silva, que à propósito é uma posição generalizada dentro do anarquismo neste período evidencia que os anarquistas não rejeitavam as reformas como um caminho revolucionário.

Esta simples alegoria, textualizada pelos artigos e a imagem publicada nos jornais anarquista do período resume a posição de seus militantes sobre a relação do sindicalismo e

³⁴⁷ SILVA, P. Ferreira da. Um Ponto de Apoio. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 01.

³⁴⁸ *Idem*.

³⁴⁹ *Idem*, grifos nossos.

³⁵⁰ *Idem*.

anarquismo. Enquanto o sindicalismo é um dos *meios* para se atingir determinados fins, atuam os anarquistas, difundindo seu método de **ação direta** nas entidades de classe.

Sobre este método de ação *sindicalista revolucionário*, os anarquistas do Rio de Janeiro definiram a *ação direta* como sua base, reafirmando os princípios de não-participação parlamentar e de ação política sem intermediários. O conceito de *ação direta* segundo estes anarquistas poderia ser definido como “a ‘relação direta’ entre os sindicatos e os patrões, sem interferência do Estado³⁵¹”. Referiam-se assim, a intermediação realiza pelo Ministério do Trabalho, que retirava dos sindicatos, segundo estes anarquistas, a primazia e a autonomia da classe. Entendiam que este método de ação consagrado no congresso anarquista de 1948 também possuía um caráter pedagógico e reforçava sua consciência de classe³⁵², “afirma a capacidade do trabalhador, dá-lhe noção do seu estado de classe oprimida e deserdada, exalta a sua mentalidade e imprime no seu espírito desejos de conquistas integrais e definitivas”³⁵³.

Nas resoluções do congresso anarquista de 1948, os militantes mencionavam não ser necessário que esses grupos sindicais de oposição, aglutinassem apenas anarquistas. O que apontavam era de que o vínculo entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário provinha de uma tradição de classe – mas também ideológica – que fincava raízes nas décadas anteriores.

Tal como a alegoria do ponto de Arquimedes utilizada por P. Ferreira da Silva, supunha-se, que com seus grupos específicos constituídos, e com estratégias de atuação mais definidas; em tese os anarquistas poderiam influir com mais força nas lutas sociais dos trabalhadores. Mas como nos lembra Berstein, “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso” (Berstein, In: Rémond, 1997, p. 61). Deste modo, “uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso” (Idem). É o que tentaremos responder no próximo capítulo, quando analisaremos as práticas sociais dos anarquistas no período e em que medida estes, conseguiram ser bem sucedidos em fazer avançar seu projeto político.

³⁵¹ Quetzal. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 08/08/1947, n° 39, p. 03, Por um Sindicalismo Revolucionário.

³⁵² Cf. THOMPSON, 1997.

³⁵³ Quetzal. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 08/08/1947, n° 39, p. 03, Por um Sindicalismo Revolucionário.

PARTE II

CAPÍTULO IV – A Imprensa Anarquista

4.1 – Jornais, Impressos e Periódicos

De outra feita, um guarda quiz proibir
que um companheiro pregasse “Ação Direta” em uma parede.
O camarada, disse que só o faria se êle o prendesse.
Por fim, ante sua insistência, exigiu que o próprio guarda o prendesse.
O homem hesitou. O companheiro renovou o desafio de ser preso,
até que o outro desanimou e foi-se embora.
Raul Vital³⁵⁴

No fascinante estudo de E.P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa³⁵⁵, este historiador destaca um elemento fundamental para a formação da classe naquele contexto e que nos merece atenção.

Pois na primeira metade do século 19, quando a educação formal de grande parte do povo se resumia a ler, escrever e contar, não foi absolutamente um período de atrofia intelectual. As vilas, e até as aldeias, ressoavam com a energia dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares de alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas, escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo.³⁵⁶

Ainda nos marcos do século XIX, Thompson sublinha que os trabalhadores formaram “um clube de tecelões, a 1 pên por mês, com a finalidade de comprar periódicos e jornais radicais. Os Clubes Hampden e as Uniões Políticas empenhavam-se largamente em montar ‘Sociedades de Leitura’”³⁵⁷. Segundo este historiador, “a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade”³⁵⁸. Este marco fora fundamental para constituir nas décadas seguintes, uma consciência de classe “mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas.”³⁵⁹

No que diz respeito ao caso brasileiro e não perdendo de vista os perigos em aproximar objetos de diferentes temporalidades, os aportes thompsonianos nos servem de parâmetros muito interessantes para refletirmos sobre a continuidade da imprensa anarquista no período de nossos estudos. Tal imprensa inscreve-se – tendo em vista a experiência de classe³⁶⁰ que está conectada – a um projeto que é sem dúvida alguma anterior, constituinte da

³⁵⁴ Raul Vital. Propaganda. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1959, nº 136, p. 02. Reflexões de um Anarquista.

³⁵⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁵⁶ THOMPSON, 1987, pp. 303-304.

³⁵⁷ *Ibid*, p. 311.

³⁵⁸ *Ibid*, p. 304.

³⁵⁹ *Idem*.

³⁶⁰ Experiência que traz a formação de uma cultura específica, cultura esta, que não pode ser vista de maneira uniforme, pois é uma “combinação internacional de tradições culturais européias diversas, trazidas com os imigrantes, com a experiência (menos significativa nessa fase, mas sem dúvida presente) advinda do trabalho camponês, do passado escravista e do pequeno setor artesanal das cidades.” HARDMAN, Francisco Foot. *Nem*

formação da classe trabalhadora no início do século XX. Ainda neste contexto da Primeira República, os anarquistas procuraram intervir na formação da consciência da classe no período, produzindo jornais, teatro e outros elementos que serviam como fomentos pedagógicos das lutas sindicais. Essas práticas discursivas³⁶¹ operavam no sentido de reforçar um determinado vínculo identitário, que era “disputado” durante a Primeira República por diferentes forças políticas e sociais, inclusive pelos patrões e donos dos grandes jornais de circulação. Os **meios de comunicação do movimento operário**³⁶², apropriando-nos do termo de Maria Nazareth Ferreira³⁶³ foram decisivos para a propaganda do setor ideológico claramente vinculado ao anarquismo e ao projeto do sindicalismo revolucionário. É preciso ressaltar que há distinções entre o que é imprensa anarquista e o que é imprensa operária. Entendemos também, que dos anos 1970 até meados dos anos 1990 em geral a historiografia tratou essas duas imprensas como uma só. Mas perceberemos, que mesmo intimamente ligadas, estas possuem práticas discursivas diferentes, suas próprias linguagens e representações³⁶⁴. A imprensa anarquista, portanto está conectada intimamente a determinados círculos, grupos ou organizações anarquistas, revelando suas estratégias, e, portanto, possui especificidades e características marcadamente ideológicas. Já a imprensa operária, necessariamente é mais ampla do que a imprensa anarquista, e comporta questões ligadas às entidades de classe e as demandas dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional.

Muitos dos militantes que participam da geração que decide reorganizar o anarquismo imediatamente no pós-guerra, foram formados sob essa cultura militante e operária, que atravessou decisivamente sua experiência e trajetória. José Oiticica, Edgar Leuenroth, Moacir Caminha, entre outros, formaram-se no contexto do sindicalismo revolucionário e do anarquismo nas três primeiras décadas do século XX em Rio de Janeiro e São Paulo. Os periódicos editados pelos trabalhadores – seja a imprensa explicitamente vinculada ao anarquismo ou os jornais que estavam ligados às entidades de classe na Primeira República – eram fundamentais para constituir uma cultura política que podemos chamar de *radical* e necessariamente afinada com a experiência do mundo do trabalho.

Perguntado sobre como foi seu primeiro contato com o anarquismo, A.C, militante que participava ativamente do jornal anarquista *Ação Direta*, fez-nos uma interessante digressão sobre sua experiência de vida³⁶⁵ que julgara essencial para sua “conversão” ideológica, e que

Pátria, nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 68.

³⁶¹ Servimo-nos do conceito de Norman Fairclough, segundo Fairclough, uma prática discursiva: é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade [...] mas também contribui para transformá-la. FAIRCLOUGH, 2001 Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 92.

³⁶² Seguimos as precauções de Eric Hobsbawm em diferenciar o que seria a classe operária ou trabalhadora num sentido mais amplo do movimento operário. Se sobre a primeira, “não ter sido constituída nem de militantes, nem mesmo de trabalhadores organizados”, o historiador inglês nos alerta que “o mundo e a cultura das classes trabalhadoras é incompreensível sem o movimento operário, que por longos períodos foi seu núcleo”. HOBBSAWM, Eric J. “A formação da cultura da classe operária britânica” In *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 254.

³⁶³ FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 87.

³⁶⁴ RODRIGUES In: ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 174.

³⁶⁵ Apesar de certas precauções metodológicas, podemos pensar como nosso entrevistado se insere dentro de uma cultura política do período. Julgamos relevante a apreciação de suas experiências na formação de uma consciência política que caminha na direção do anarquismo. Sendo assim, encaramos o relato de nosso entrevistado a partir da ótica da história oral, ou seja, “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas e consensuais”. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 15-16. A História oral é “um procedimento, um meio, um caminho para

nos leva rapidamente, também num exercício de digressão histórica a década de 30 e início da década de 40. Nascido em 1928, Adélcio Copelli é filho de operários que trabalhavam numa fábrica de tecido no estado do Rio de Janeiro. Segundo este, seu pai “consertava sapatos nas horas vagas, por que além de ser operário ele era sapateiro³⁶⁶ também e isso permitia ele ter uma renda maior.” Adélcio, conheceu “todo o processo de formação do tecido e conheci outros.” A vida em comum com outros operários lhe marcou muito, assim como a convivência dentro de sua casa³⁶⁷. Nos arredores da fábrica de tecido *Aliança*, no bairro de Laranjeiras, Adélcio Copelli nos diz que viu o “relacionamento entre os operários, [pois] havia uma união”, “Era um ambiente bom, o relacionamento desses operários. Eu via a solidariedade que havia entre eles, entendeu?”.

E nós meninos também tínhamos a união, qualquer casa que nós fôssemos, dois ou três colegas na casa de outro, sempre a família do outro, oferecia café, bolo, coisas assim. O que eu quero dizer é o seguinte, eu vi a solidariedade que existia entre os operários e isso me marcou muito. A partir daí eu comecei a ver mais as leituras concernentes a esses assuntos sociais.³⁶⁸

Nosso entrevistado também recorda que sua entrada no anarquismo fora precedida de um elemento anterior, segundo este uma “bagagem cultural, obtida com a descoberta do mundo dos livros, dos sebos”³⁶⁹. Seu trânsito pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhava, permitiu que este circulasse a procura de livros nos horários vagos.

É, com 14 anos... Eu comecei a apanhar livros, eu nem comprava, eu lia, entendeu, ali mesmo. E aos poucos cada um foi conversando mais e mais e criou amizade com esses livreiros. Tanto que às vezes eu comprava livro, uma vez ou outra. Naquela diversidade de assuntos que tem no sebo, isso me fez que cada vez procurasse mais, procurasse mais... Chegou às minhas mãos esses livros de temas sociais, conforme nós falamos ainda há pouco, livros do Emile Zola, o Victor Hugo e até um brasileiro que conta também sobre o nordeste, o José Lins do Rego, essa coisa...³⁷⁰

Numa trajetória muito semelhante temos o exemplo do anarquista Jaime Cubero, membro desta “geração” do anarquismo no pós-guerra. Cubero nascera em 1927, 1 ano antes

produção do conhecimento histórico”. *Idem*. “Uma característica fundamental da metodologia qualitativa é sua singularidade e a não-combatibilidade com generalizações. A história oral inscreve-se entre os diferentes procedimentos do método qualitativo, principalmente nas áreas de conhecimento histórico, antropológico, sociológico. Situa-se no terreno da contra-generalização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas” *Ibidem*, p. 18.

³⁶⁶ Segundo Eric Hobsbaw e Joan Scott, os sapateiros “tinham, no século XIX, uma reputação de radicalismo”. HOBBSAWM, Eric J. e SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados” In *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.150. O historiador prossegue dizendo que “enquanto intelectuais-operários e ideólogos, os sapateiros eram excepcionais” *Ibid*, p. 152. E ressalta a tendência encontrada nos sapateiros para a leitura radical, afirmando que “Os sapateiros, ao trabalharem em conjunto em oficinas maiores, estavam entre os ofícios [...] que desenvolveram a instituição do ‘leitor’ – um deles, em rodízio, lia jornais ou livros, em voz alta, ou um velho soldado era contratado para ler, ou o garoto mais jovem, que tinha a obrigação de ir buscar o jornal, o lia” *Ibid*, p. 161.

³⁶⁷ Apesar de dizer que seu pai, um italiano, não se interessava por política, Copelli diz que ele “falava de Mussolini” e “Isso despertou em mim, conhecer as coisas.” Além disso, ressalta que depois que seu pai fora transferido para uma fábrica em Niterói “ele trazia sempre o jornal dobrado” e “eu desdobrava o jornal, 8, 10 anos, até riam de mim, de me interessar por esses assuntos”. “Eu acompanhei toda a guerra”.

³⁶⁸ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ *Idem*.

de Copelli. Aos 11 anos começou a trabalhar numa fábrica de brinquedos e posteriormente, foi levado pelos tios a trabalhar numa fábrica de calçados Segundo depoimento, quando completou 12 anos, ficou doente e fez uma cirurgia que o impossibilitou de continuar o trabalho. Aos domingos “jogava bola com uma família que morava nos fundos do nosso quintal”³⁷¹.

O menino que brincava comigo hoje é meu cunhado e o pai dele era anarquista, trouxe muitos livros da Espanha³⁷². Ele começou a me visitar e começamos a conversar.. [...]

Quando eu tinha 15 anos nós resolvemos (eu e meu cunhado) estudar anarquismo juntos, a fazer leituras comentadas. O irmão dele também era sapateiro e trabalhava na banquinha de sapateiro. Eu saía da fábrica e ia o mais rápido possível para casa, jantava e ia para casa dele. Tinha um quartinho onde ele trabalhava, no fundo do quintal, e ali nós ficávamos lendo. Lia um pouco cada um comentando a leitura.³⁷³

Por caminhos diferentes, ambos os militantes, formaram uma cultura autodidata, no caso de Cubero já vinculada explicitamente ao anarquismo. Cultura que extrapola o período de pujança do anarquismo na Primeira República e se inscreve num momento de crise política nos espaços de inserção social dos anarquistas. Esta cultura autodidata é parte de uma cultura política específica conservada e transmitida pelos anarquistas e inclusive estimulada por seus jornais. Segundo Cubero, “no começo do século todos os militantes do movimento faziam sua pequena biblioteca em casa, tinham seus livros, colecionavam seus jornais, revistas”³⁷⁴. O dinamismo da imprensa anarquista no Brasil, se tomada numa visão em longo prazo, acompanha a dimensão de sua presença nas lutas sociais, recortada por empastelamentos, dificuldades financeiras e sucessos na sua produção e distribuição.

No período do Estado Novo, segundo Rodrigo Rosa, ainda que o eixo principal da atuação do DEOPS tenha se deslocado a partir de 1935 – com seu olhar voltando-se contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o PCB, “os documentos apontam uma permanência da repressão”³⁷⁵ aos anarquistas e sua imprensa, durante a década de 30 e até mesmo meados da década de 40³⁷⁶, fato que indica, que mesmo impedidos de *produzir* seus jornais durante o Estado Novo, sua cultura autodidata impelia-os como um ímã a “buscar” sua imprensa específica, mesmo no exterior.

Com o fim do Estado Novo, os anarquistas reorganizarão rapidamente sua imprensa, cujos objetivos estavam intimamente ligados às suas estratégias políticas para o período. Por isto, antes mesmo de reunirem-se em congresso, os anarquistas em 1945 retomam sua imprensa específica, que serve assim de um elemento dinamizador de sua articulação. O primeiro periódico a circular neste período fora o jornal *Remodelações*, editado pelo

³⁷¹ Jaime Cubero In JEREMIAS (org), s/d.

³⁷² Esbarramos tanto nos prontuários analisados, quanto nos relatos dados pelos militantes, com a presença de anarquistas espanhóis no Rio de Janeiro e São Paulo.

³⁷³ Jaime Cubero In JEREMIAS, s/d, p 111.

³⁷⁴ *Idem*.

³⁷⁵ SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, SP: [s.n], 2005, p. 44.

³⁷⁶ Consultando a tabela construída pelo historiador Rodrigo Rosa da Silva, percebemos que a repressão ao anarquismo e sua imprensa, extrapola a década de 30. Tanto no recebimento de jornais estrangeiros, quanto na circulação de jornais anarquistas nacionais. É interessante notar nesta tabela, que os jornais apreendidos na década de 40 em diante são esmagadoramente jornais estrangeiros, e que portanto, eram recebidos pelos anarquistas. Evidencia também, certa dificuldade na produção da imprensa anarquista durante a repressão e vigilância do Estado Novo. Cf. “Tabela de jornais anarquistas apreendidos pelo DEOPS (1924-1945) In SILVA, 2005, p. 66.

anarquista cearense Moacir Caminha. Título curioso e que destoa – não sem polêmica³⁷⁷ – dos demais jornais produzidos no início do pós-guerra, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Seus nomes nos dão uma dimensão deste “fio condutor” que unia gerações militantes e tempos históricos distintos de que falávamos anteriormente. O jornal *Ação Direta* editado no Rio de Janeiro e que circulava de 1946 a 1959 era uma homenagem ao homônimo, que fora publicado durante o final da década de 20 e no decorrer da década de 30, até a repressão advinda do Estado Novo. Outro periódico que toma de empréstimo, o título da pujante imprensa anarquista do início do século, será o jornal *O Archote*³⁷⁸. Teve curta duração (apenas o ano de 1947) e fora publicado pelo grupo anarquista de mesmo nome, sediado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. E por fim, na cidade do Rio de Janeiro, circula o jornal *A Revolta*, produzido e editado pela Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, homenageando o jornal de mesmo título que circulou na década de 10, na cidade de Santos-Sp³⁷⁹. O jornal *A Plebe* editado em São Paulo, publicado durante o início do século, “retornava” numa **nova fase**, a partir de maio de 1947. Aliás, mesmo produzido num contexto muito distinto do ambiente da Primeira República, os anarquistas que trabalharam em *A Plebe*, em sua **nova fase** viam-na sempre, como um prolongamento de *A Plebe* que circulava nas décadas anteriores e de maneira geral, a imprensa anarquista desse período retomava os nomes dos periódicos anteriores (com exceção de *Remodelações*). Com o fim da publicação de *A Plebe*, no início dos anos 60, surgia o periódico *O Libertário*, uma referência direta ao seu homônimo, que circulava no início do século XX. Tais referências a uma cultura política e de certo modo, também de classe, anterior ao período em questão, não devem nos surpreender. A referência ao passado e essa relação com o tempo, na visão do pesquisador Edgar De Decca é fundamental a ação anarquista, pois a “memória não é cristalizada como fato acabado no passado, mas torna-se, memória viva, como consciência no sujeito que revitaliza esse passado através de suas ações”³⁸⁰.

Essa imprensa apesar de ter sido produzida no período referido de nossos estudos, retoma e inclui constantemente “elementos disponíveis do seu passado”³⁸¹, não apenas abastecendo e sendo abastecida por uma cultura autodidata, mas no modo mais amplo, de uma cultura política, que atravessa o tempo.

Esses elementos não podem ser considerados como elementos “arcaicos”, pois o arcaico pode ser entendido como “aquilo que é **totalmente** reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou mesmo ocasionalmente, a ser “revivido “de maneira consciente”³⁸². Ao contrário, a presença de práticas militantes das décadas anteriores – tais como a produção de uma imprensa anarquista – deve ser compreendida como algo que “ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”³⁸³. Elemento efetivo que visa interferir na conjuntura política

³⁷⁷ Falaremos mais adiante das polêmicas entre *Remodelações* e os outros jornais anarquistas.

³⁷⁸ Sobre o nome deste periódico o militante Raul Vital explica sua adoção: O título foi de difícil escolha. Anotei uma série deles e, após demorados confrontos, optei pelo “O Archote”, pela sua significação simbólica: um braço sustentando um facho de fogo. Raul Vital. Reflexões de um Anarquista **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Março de 1959, nº 133, p. 02. O desenho do Archote foi feito por Ideal Peres.

³⁷⁹ Uma reprodução do jornal *A Revolta* produzido em Santos pode ser obtida Cf. VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária / Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 22 (Outubro 2012). São Paulo: o Programa, 2012 – semestral, p. 11.

³⁸⁰ DECCA, Edgar de. *Apud* AZEVEDO, 2002, p. 45.

³⁸¹ WILLIAMS, 1979, p. 125.

³⁸² WILLIAMS, 1979, p. 125.

³⁸³ Numa dimensão que pode ser caracterizada como “residual”. Não confundir com o termo “arcaico”. Residual, pois “certas experiências, valores que não podem se expressar, ou verificar substancialmente em termos da **cultura dominante**, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior.” *Ibidem*, grifos nossos. Com isso não queremos afirmar

do presente. Tal prática, não passará despercebida pelos seus adversários. Segundo matéria de *Remodelações* este retorno aos significados e valores do passado, concretizados na circulação do primeiro jornal anarquista após o fim do Estado Novo, significava para alguns de seus adversários que:

Volta-se aos tempos antigos com o reaparecimento da propaganda libertária e antipolítica. Oxalá que esta não venha perturbar, de novo, as massas operárias e causar, novamente, perturbações da vida econômica da Nação.³⁸⁴

Já para os anarquistas de *Remodelações*, respondendo o trecho da matéria reproduzida em seu próprio jornal contestam:

Sim, ‘volta ao antigo’, se volta ao antigo quer dizer volta à honradez, ao idealismo, à integridade das idéias, Çs (sic) [as] condutas límpidas, e às intenções retas. Sim, ‘volta ao antigo’, se por esta expressão se entende guerra aos ambiciosos, aos maus pastores eternos, aos gozadores egoístas e aos malandrins, que depois de desprezarem as idéias com as suas vidas sujas, pretendem sujá-las, convertendo-as em bandeiras enrugada, para atrás desta, arrastar as massas para marcá-las, como aos membros de um rebanho, contá-las e metê-las no palco ignóbil da política!³⁸⁵

A imprensa nesse sentido obedece não apenas a cultura política dos anarquistas – que retoma os elementos de uma “tradição” libertária – mas está ligada a uma intenção de rearticulação militante e num sentido mais amplo, de interferir nos debates vigentes³⁸⁶. É importante não perder esta dimensão da imprensa militante. Esta não é um *fim em si mesmo*, mas está ligada a um desejo de incidir em questões políticas e de classe mais amplas³⁸⁷. É impossível compreender a imprensa anarquista sem relacioná-la com as questões e debates que ocorriam no universo da classe trabalhadora. Num primeiro momento, essa imprensa atuava no sentido de articular os anarquistas “dispersos” e num segundo, incidir nas entidades de classe. Parece-nos claro, este desejo *organizador* na própria intenção manifestada pela redação dos jornais.

que a imprensa anarquista seja uma instituição de uma formação social já “superada”. Afirmamos apenas, que esta não é hegemônica no presente contexto nos termos da cultura dominante, seja no que diz respeito a cultura dominante dos sindicatos e da classe trabalhadora, seja num modo mais amplo, numa determinada formação social. Segundo Williams, “Na subsequente omissão de uma determinada fase de uma cultura dominante há então um retorno aos significados e valores criados nas sociedades e nas situações reais do passado, e que ainda parecem ter significação, porque representam áreas de experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante **negligencia**, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer”. *Ibid*, pp. 126-127, grifos nossos.

³⁸⁴ Volta ao Antigo. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 01/12/1945, nº 08, p. 04.

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ Segundo Norman Fairclough é preciso compreender qualquer prática discursiva a partir de três pilares: prática social, prática discursiva (produção, distribuição, consumo) e texto. FAIRCLOUGH, 2001, p. 101. A concepção tridimensional do discurso é uma “tentativa de reunir três dimensões analíticas”. No plano da prática discursiva anarquista do período, a importância dos jornais, na produção, consumo e distribuição é fundamental para a constituição de uma articulação militante. No que diz respeito às práticas sociais, os anarquistas desejam interferir nos debates vigentes. Em 1945, o grande debate é a Constituinte, na qual os anarquistas articuladores de *Remodelações* publicam uma série de artigos.

³⁸⁷ Segundo o jornal *A Plebe*, “Os libertários interveem sempre e ativamente nos debates e questões públicas em que os direitos populares são postos em jogo, estudando-os, discutindo-os e agindo por todos os meios, dando o exemplo da atividade e do espírito da iniciativa, influenciando, mesmo na solução das questões de caráter imediato, nas consciências populares para despertar o seu interesse pelo problema da transformação social.” O Anarquismo no momento presente: manifesto-programa. *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, pp. 04-05.

Diariamente, das 9 às 17 horas, há uma pessoa na redação de ‘REMODELAÇÕES’ para atender os camaradas que nos procurarem. Nas segundas-feiras, das 9 às 11 horas, a nossa diretora está na redação para atender os camaradas que precisarem algum entendimento à respeito do movimento libertário.³⁸⁸

Ação Direta que começa a circular alguns meses depois do aparecimento de *Remodelações* é editado no segundo andar da Rua Buenos Aires, 147-A³⁸⁹, centro do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, o escritório da Buenos Aires seria um ponto de encontro permanente dos anarquistas no Rio de Janeiro, não apenas para confecção, organização e distribuição do jornal, mas servindo também, de um pólo de atração de velhos e novos militantes³⁹⁰.

Já em São Paulo, o primeiro jornal anarquista a circular após o Estado Novo na capital fora o periódico *A Plebe*. Apesar de não ter uma sala própria para a redação, a edição deste jornal, em 1947 já estava instalada “provisoriamente, na rua José Bonifácio, 387, 1.o andar, sala 10, onde todas as noites, a partir das 20 horas, haverá uma pessoa encarregada de atender quem precise tratar de assuntos referentes ao jornal”³⁹¹. Ainda assim, independentemente da redação do jornal, os anarquistas de São Paulo contavam com as atividades do Centro de Cultura Social de São Paulo, cujas conferências eram realizadas aos sábados³⁹² e que tinha sido reaberto desde a queda de Getúlio³⁹³.

Esses espaços de imprensa foram fundamentais para reorganização militante. Em sua **produção**³⁹⁴, envolviam a mobilização de jovens e velhos anarquistas. Segundo A.C.³⁹⁵.

A folha de jornal era colocada num tablado assim, a gente colocava no clichê e as tiras do linotipo. Muitas vezes eu mesmo ajeitei aquilo. Às vezes tinha um espaço em branco, aí eu pegava um livro anarquista ou inventava frases e colocava para preencher aqueles buracos. Chama até de buraco mesmo. O Oiticica até me falou pra fazer isso. Porque tinha que compor, porque a oficina do Jornal do Brasil não estava a dispor, tinha tempo né...

[...]

Então o meu trabalho foi esse, ajudar a confecção, a esse ponto de preencher, escrevia alguma coisa, eu me lembro muito bem que eu servi o exército, escrevi com o pseudônimo de Desertor, eu me lembro que numa ocasião eu fiz isso. Levava conforme eu falei antes, os artigos mais importantes levava ao Oiticica pra ele dar uma olhadinha.³⁹⁶

³⁸⁸ AVISO. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 08/12/1945, nº 09, p. 02.

³⁸⁹ Administração. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 20/04/1946, nº 02, p. 04.

³⁹⁰ Como fora o caso do nosso entrevistado. Segundo ele “Depois eu fui trabalhar num banco. Aí eu conheci também um companheiro que se chamava Petral. Que também já tinha sido do Partido Comunista. É uma evolução. Ele era mineiro, o banco que eu trabalhei era mineiro também. Banco Crédito Real de Minas Gerais. Então esse Petral, já ajudava na confecção do *Ação Direta*. Então ele me chamou pra ajudar e eu passei a ajudar.” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

³⁹¹ A Redação de *A Plebe*. *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, p. 05.

³⁹² E no presente ano, um curso de esperanto, realizado nas quartas-feiras. De qualquer modo, os anarquistas de São Paulo conseguiram constituir rapidamente espaços de referência para o movimento. Cf. Centro de Cultura Social. *A Plebe*, São Paulo, 02/06/1947, nº 02, p. 04.

³⁹³ Segundo Jaime Cuberos, “Cai Getúlio Vargas e no mesmo mês o Centro reabre, no dia 2 de junho de 1945. CUBEROS In JEREMIAS, s/d, p. 112.

³⁹⁴ Estamos seguindo a metodologia proposta por Norman Fairclough de entender uma prática discursiva a partir de sua produção, distribuição e consumo. Iniciaremos pelo processo de produção. FAIRCLOUGH, 2001, p. 101.

³⁹⁵ Infelizmente não nos foi possível ter informações nos documentos utilizados sobre a produção dos jornais em São Paulo.

³⁹⁶ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

Outro militante que também participara da confecção do jornal *Ação Direta*, fora Edgar Rodrigues, pseudônimo do anarquista Antônio Francisco Correia. Fugido da ditadura salazarista, Edgar, nascido em Portugal, logo se envolveu na produção do jornal. Segundo este, quando chegou ao Rio de Janeiro

Fui muito bem recebido e convidado pelo Manuel Perez a ir à reunião do grupo que publicava *Ação Direta*. E lá fui com o Perez e o Diamantino. As reuniões eram na Urca, então residência do José Oiticica, um anarquista, um homem sábio. Não precisei de “credenciais”, os companheiros aceitaram-me e passei a integrar o grupo que sustentava com artigos, contribuições mensais e pouco depois com o Petral (sic)³⁹⁷ Lopes, fazíamos o espelho do jornal então composto e impresso pelo sistema de linotipo.³⁹⁸

O grupo que se reunia em torno da produção do jornal agrupava velhos e novos militantes, ainda que os mais experientes ficassem responsáveis – na figura do chamado diretor ou diretor-geral³⁹⁹ – da coordenação editorial⁴⁰⁰ dos periódicos. Este militante possuía grandes responsabilidades⁴⁰¹. No caso do Rio de Janeiro, segundo A.C.

Muitas vezes, o Oiticica fazia uma revisão. Mas muitas vezes ele tava ocupado, então, artigos menos importantes, eu ou esse Petral, nós líamos... Mas nessa ação, eu tinha um contato maior do que esse Petral, por que eu trabalhava ao lado, no jornal do Brasil, na avenida Rio Branco.⁴⁰²

O esquema de contribuição financeira a imprensa anarquista da época seguia o antigo costume de *subscrições* presente na imprensa operária e anarquista do período anterior. Ou seja, os militantes eram diretamente responsáveis pela saúde financeira do jornal e deste modo, tinham seus nomes publicados numa coluna. Era comum o uso de pseudônimos, não por uma peculiaridade ou um “hábito” cultural, mas porque, ainda naquele contexto, supostamente democrático, afirmar-se publicamente como anarquista, poderia trazer problemas com a polícia⁴⁰³. Tanto em *Ação Direta*, quanto no jornal *A Plebe*, pode-se ver o balancete dos meses de subscrição, que constava o que fora arrecadado e gasto com a

³⁹⁷ Petral Lopes.

³⁹⁸ RODRIGUES, Edgar In JEREMIAS, Marcolino (org.), s/d, p. 90.

³⁹⁹ Em *A Plebe*, o diretor seria Edgar Leuenroth, que ficaria nesse posto até o fim da publicação deste jornal. Em *Ação Direta* o responsável seria José Oiticica. Oiticica era um catedrático de língua portuguesa e professor de português e literatura no colégio Pedro II. Com a morte de Oiticica em 1957, assume esta função Sonia Oiticica.

⁴⁰⁰ A competência para ocupar esse posto não era apenas uma competência técnica ou apenas política. Amparando-nos nas reflexões de Bourdieu, podemos pensar que “A competência ‘técnica’ depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatariamente fundamentado e convidado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição.” BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, pp 382-383.

⁴⁰¹ Não apenas revisar e coordenar editorialmente os jornais, mas segundo A.C., de algum modo dar um apoio financeiro substancial para sua manutenção. Quando perguntado se existia dificuldade financeira para vender o jornal, nosso entrevistado nos relata que, “Eu observava isso sim, eu tive muito contato com o Oiticica lá no escritório e muitas vezes o Oiticica dava a maior parte. Eu me lembro disso...” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

⁴⁰² *Idem*.

⁴⁰³ Em carta respondida por Ideal Peres, o anarquista Rafael Fernandes pedia para que seu nome não fosse divulgado na lista de contribuição para o jornal *Ação Direta*. Ideal Peres. Carta endereçada a Rafael Fernandes. 25 de Outubro de 1958. **APMJ**.

confeção destes. Em *Ação Direta*, a maior parte dos apoios vinha dos leitores e anarquistas do próprio estado do Rio de Janeiro, mas os apoios também vinham em menor grau de outros estados, tais como o Rio Grande do Sul, Campinas-SP e até mesmo de municípios do interior, como Getúlio Vargas, Araçatuba, etc. *A Plebe* registra o maior número de apoios oriundos do próprio estado de São Paulo, mas não era raro, o jornal receber subscrições de cidades mais distantes do sudeste, tais como Alagôa Nova, Pelotas, Paraíba e até mesmo doações realizadas por militantes de fora do país, como uma doação vinda dos Estados Unidos⁴⁰⁴. O movimento inverso também ocorria, os jornais serviam de uma plataforma de solidariedade para periódicos⁴⁰⁵ estrangeiros.

A partir da análise do balancete disponível em dois jornais (*Ação Direta* e *A Plebe*) escolhidos pela sua longevidade e representatividade no período citado, podemos concluir que a base de sustentação da imprensa anarquista⁴⁰⁶ – tendo em vista dois jornais⁴⁰⁷ de maior importância em ambos os estados – provinha das duas capitais desses estados.

Em termos financeiros, a participação no jornal era basicamente sustentada pelos militantes da capital⁴⁰⁸. No Rio de Janeiro a situação era muito semelhante. Com base nos balancetes divulgados em *Ação Direta* podemos perceber que assim como *A Plebe*, oitenta por cento do suporte financeiro de *Ação Direta* provinha do próprio estado. Em menor grau, há também o apoio de militantes de outros estados do país, principalmente, do Rio Grande do Sul, cidade onde segundo as reflexões realizadas no capítulo anterior, havia uma organicidade mínima entre os anarquistas (Grupo Anarquista “*Os Ácratas*”).

Cruzando os dados da manutenção financeira do jornal com a presença política das organizações anarquistas em São Paulo e no Rio de Janeiro⁴⁰⁹, podemos supor que a capacidade militante e organizativa dos anarquistas paulistas conseqüentemente era o que permitia manter o jornal em pleno funcionamento. Nos locais onde os anarquistas estavam mais organizados conseguiam, portanto, afluir maiores recursos financeiros, ainda que seja possível considerar as diferenças de rendas entre os militantes como um fator que influa neste aspecto. Não era a “propaganda pela propaganda” que garantia o sucesso da disseminação política anarquista, mas diríamos que, conjugada a uma organização política estável e um trabalho regular no universo dos trabalhadores, a propaganda tivesse um alcance muito mais efetivo e dela se alimentasse.

Do mesmo modo, a imprensa servia de contato permanente com organizações e grupos anarquistas de fora do estado, e em alguns momentos, virava até uma plataforma para promover campanhas de solidariedade⁴¹⁰ e que impunham ações concretas. A solidariedade de maneira geral viabilizava a existência de ambos os jornais, tanto *Ação Direta*, quanto *A*

⁴⁰⁴ Havia contato permanente da imprensa anarquista nacional com o periódico anarquista *Cultura Proletária*, feito em Nova York. No inventário de fontes, deparamo-nos com várias edições de *Cultura Proletária* apreendidos pelos agentes policiais. Há também, fartas notícias de recebimento e venda deste jornal em solo nacional.

⁴⁰⁵ São recorrentes o envio de dinheiro para outros países, principalmente aos exilados espanhóis.

⁴⁰⁶ Tendo em vista que no presente subcapítulo, nosso universo geral é a imprensa anarquista nessas duas cidades, e nosso universo, são os jornais anarquistas do período. O universo de análise segundo Pires é o universo “sobre o qual o pesquisador trabalha, ou o que ele tem ao seu alcance” (PIRES In POUPART et al, 2008, p. 166, grifos do autor).

⁴⁰⁷ A amostra designa “exclusivamente o resultado de um procedimento visando extrair uma parte de um todo bem determinado” (*Ibidem*, p. 154). Também há diferentes “critérios ou princípios de amostragem” (*Ibidem*, p. 155) que podem ser utilizados. Em nosso caso, utilizamos uma “amostragem por caso único” (*Ibidem*, p. 158), examinando o balancete de um mês de contribuições voluntárias publicado no exemplar do periódico *A Plebe*, o jornal de número 24. A amostra varia, portanto, segundo a concepção de universo geral e de análise definidos pelo pesquisador, *Ibidem*, p. 174, grifos nossos.

⁴⁰⁸ 80% dos recursos de militantes do Estado de São Paulo.

⁴⁰⁹ Descritas qualitativamente no capítulo anterior, organizações anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Plebe. Esta solidariedade não poderia se concretizar sem uma organicidade mínima que garantisse a oxigenação dos vínculos entre os militantes anarquistas. Sem a articulação política⁴¹¹ textualizada em sua imprensa é pouco provável que o “espírito de sacrifício e da boa vontade dos contribuintes que sentem a necessidade da divulgação dos princípios libertários”⁴¹² pudesse ter chances de se efetivar. Essas subscrições eram importantes elementos da imprensa anarquista. Um caso paradigmático de quebra deste “costume”, que mexe com elementos de uma cultura política instituída, fora o de *Remodelações*. Logo em seu cabeçalho, o jornal editado por Moacir Caminha e Maria Iêda, sublinha que

DAR UM 1 CRUZEIRO POR UM EXEMPLAR DE REMODELAÇÕES, SIGNIFICA AUXILIÁ-LA. REMODELAÇÕES É UM JORNAL DE PROLETÁRIOS. NÃO TEM CAPITAL. NÃO CONTA COM VERBAS SECRETAS... NÃO RECEBE SUBVENÇÕES DA “BURGUESIA PROGRESSISTA”... DAÍ REMODELAÇÕES PRECISAR DO AUXÍLIO DOS QUE O LÊEM, DESSE CRUZEIRO POR EXEMPLAR.⁴¹³

Apesar de deixar claro que seu jornal e o auxílio dado a este estão conectados a um projeto político ancorado no socialismo libertário⁴¹⁴ a utilização de anúncios de turfe e outros anúncios pagos⁴¹⁵, rompia com uma prática usual entre os anarquistas, ou seja, do apoio financeiro baseado apenas na mobilização de seus leitores. As polêmicas deste modo pareciam inevitáveis. No oitavo número de *Remodelações*, seu editor, sob o título “Explicação Necessária” desenvolve em alguns parágrafos, não apenas argumentos sobre as finalidades do jornal, mas também justificando o uso de anúncios pagos.

Segundo este,

REMODELAÇÕES não seria um órgão comunista libertário, mas sim de orientação comunista libertária, com programa que satisfizesse às condições atuais da sociedade brasileira, cujo proletariado em sua maioria, está com a mentalidade atrofiada pela propaganda fascizante de uma ditadura mistificadora e sem escrúpulo.

Tínhamos que enfrentar também, um partido que se diz “do proletariado e do povo”, o “comunismo” de Prestes, bem organizado, audacioso, sem nenhuma ética de ação.

De outro lado, o movimento libertário disperso, com método de ação antiquado, tendo perdido inúmeros companheiros que se bandearam para os “comunistas” de Prestes, porque lá dizem eles, vêm ação, e entre nós só inatividade.

O período evolutivo atual é de ação trepidante, é de ação veloz como o pensamento, é do avião, do rádio, da bomba atômica. Nós, os libertários, não podemos agir como agíamos há quarenta anos atrás. Já se foi o tempo da espingarda

⁴¹⁰ Especialmente nos primeiros anos de *Ação Direta*, onde uma campanha em apoio aos exilados espanhóis e os perseguidos pelo franquismo foi realizada por meio deste jornal. Assim como, uma campanha de apoio aos anarquistas búlgaros. Não é sem razão, que o linguista Norman Fairclough, considere as práticas discursivas como uma forma de “prática social”. FAIRCLOUGH, 2001, p. 91.

⁴¹¹ Em alguns casos, a própria União Anarquista, como era chamada de maneira mais ampla, as organizações do Rio e São Paulo, respectivamente, a União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ) e a União Anarquista de São Paulo (UASP) decidiam o destino aos recursos. Ou eram compreendidas pelos seus leitores, como as que deveriam decidir sobre isto. De Santa Catarina, um contribuinte explicita que a quantia doada para a imprensa anarquista ficaria “a critério da União Anarquista”. Cf. Importâncias Recebidas para Terceiros. **A Plebe**, São Paulo, 21/02/1948, nº 13, p. 03.

⁴¹² **A Plebe**. **A Plebe**, São Paulo, 24/09/1949, nº 24, p. 02.

⁴¹³ **Remodelações**, Rio de Janeiro, 18/10/1945, nº 02, p. 01.

⁴¹⁴ Sinônimo utilizado pelos anarquistas para designar o anarquismo.

⁴¹⁵ Como marcas de cigarro, divulgação de determinados serviços, etc. Mas o principal anúncio pago é o das corridas de Turfe.

de pederneira para os exércitos, e da fragata de vela para a marinha de guerra. E para nós, também são ineficientes os piqueniques de propaganda, os grupos de afinidades...

A propaganda anticlerical que se fazia, foi só em benefício das sociedades espíritas, dos cultos protestantes. [...]

Movimento social inorgânico é improdutivo. É perder energias inutilmente.⁴¹⁶

Em relação ao nome, que rompe com outra prática anteriormente elencada da cultura política anarquista:

Quanto ao nome, “REMODELAÇÕES”, significa remodelar a sociedade, de acordo com as nossas doutrinas, de acordo com os ensinamentos das ciências sociais. Exprime pois, alguma coisa... E não é comum, e sôa forte... É um nome como outro qualquer. Não tem importância de maior. Já está conhecido. Deixemo-lo em paz.⁴¹⁷

Sobre o uso de anúncios pagos para viabilizar a impressão do jornal, defende-se argumentando que

a diretora de “REMODELAÇÕES” precisa de dinheiro para mantê-lo. De muito dinheiro. As tipografias, hoje, cobram caro e o papel é caríssimo. E a tiragem do nosso semanário deve ser de 10.000 exemplares para ser remetido para todo o Brasil. Há necessidade de muito dinheiro e o anúncio ajuda muito... É um mal necessário. Faz mais mal ao ideal, todavia, cruzar os braços, em vergonhosa inatividade, quando um inimigo perigoso como o “Partido Comunista” está se impondo aos operários. Deixemos, pois, de cuidar, de “coisas” de somenos.

E travemos a férrea batalha pelo ideal! Que venham para a liça os “comandos” libertários! Evoquemos a sombra gloriosa de Bakunin, o gênio da destruição! E auxiliemos a iniciativa grandiosa de Maria Iêda, a Louise Michel do Brasil.⁴¹⁸

É bom ressaltar, que a publicação de anúncios de turfe, considerado como um jogo de azar chocava-se com o que Jardel Cavalcanti chama de *moral anarquista*, moral que é delineada pelo historiador Boris Fausto como aquela em que “encerram um código moral que se estende a uma ampla área de relações sociais, não redutíveis ao campo político” e “ela procura regular toda uma conduta, seja no plano da vida afetiva, seja nas formas de evasão do cotidiano”⁴¹⁹. Uma questão importante para a conduta dos anarquistas – pelo menos para a geração constituída na Primeira República – e ao que parece também para os anarquistas do período estudado era abster-se de determinados *vícios*⁴²⁰, tais como, os jogos de azar e apresentar uma imagem de respeitabilidade dentro do universo dos trabalhadores.

⁴¹⁶ Moacir Caminha. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 01/12/1945, nº 08.

⁴¹⁷ *Idem*.

⁴¹⁸ *Idem*.

⁴¹⁹ FAUSTO apud CAVALCANTI, 1997, p.29. É preciso relativizar algumas conclusões de Jardel Cavalcanti. Este considera o discurso moral dos anarquistas como de “caráter retrógado” e define o comportamento dos anarquistas, de maneira geral como “moralista e puritano” CAVALCANTI, 1997, p.83. Discordamos do autor, principalmente, em sua crítica as conclusões de Ângela de Castro Gomes. Esta afirma, em nosso entendimento muito acertadamente, que a preocupação moralizadora dos anarquistas tinha como razão construir uma contra-imagem à imagem criada pela classe dominante. FAUSTO, Bóris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, DIFEL, 1983.

⁴²⁰ Entre eles, o alcoolismo, a prostituição, o carnaval, etc.

Moacir Caminha, justificando a presença dos anúncios de turfe em *Remodelações*, explica que “turfe não é jogo, que nêle não há jogo de azar” e que a “aposta em corridas de cavalos é um esporte e não jôgo de azar”⁴²¹. “É verdade que há exploração e roubo nos prados, mas de que não se aproveita o burguês para ganhar facilmente dinheiro?”⁴²². De modo irônico, Moacir Caminha alfineta seus críticos⁴²³, afirmando que o “anúncio ajuda muito a um periódico”. “Léro-léro não adianta; a ação sim”⁴²⁴.

De fato, tal procedimento de *Remodelações* deve ter gerado polêmicas relevantes no interior da militância anarquista⁴²⁵. Em nossa compreensão, para compreendermos as divergências em torno desse aparente e “pequeno” problema é necessário entender as questões internas e externas postas aos anarquistas. Primeiro, o elemento conjuntural, que trazia a necessidade no interior das organizações e grupos anarquistas de revigorar sua ideologia diante uma nova conjuntura. Tal “angústia” política traduzia-se em diferentes formas⁴²⁶ de adaptar sua ideologia, o que em alguns casos, chocava-se com um código de *conduta* anterior, que punha certos limites a determinada “renovação”. No jornal *Remodelações* por exemplo **não há o uso da** palavra anarquismo. O termo utilizado é *comunismo libertário*. Quando o

⁴²¹ Moacir Caminha. *Remodelações*, Rio de Janeiro, 01/12/1945, nº 08, p. 04.

⁴²² *Idem*.

⁴²³ No jornal *A Plebe*, podemos ler “A PLEBE” tem como unica fonte de renda as contribuições de todos aqueles que querem que o jornal possa aparecer regularmente todos os dias 1 e 15 de cada mês, conforme ficou combinado com os companheiros de ‘Ação Direta’. A confecção do jornal fica agora caríssima e não contamos com a renda da publicidade paga nem de subvenções, que, já dissemos, não devemos, não podemos, nem queremos aceitar.” É mais do que evidente o elemento intertextual deste artigo. A referência implícita ao jornal *Remodelações* parece incontornável. A ênfase nas últimas palavras, implica na defesa de um modo específico de se fazer um jornal anarquista que não pode ser compreendido se dissociarmos a produção da imprensa anarquista de uma cultura política e prática militante com suas regras específicas. A publicação de <<A plebe>>. *A Plebe*, São Paulo, 03/07/1947, nº 03, p. 01.

⁴²⁴ *Idem*. A ironia era uma característica marcante deste anarquista cearense.

⁴²⁵ Não é a toa que o jornal *Ação Direta* informará: “Nosso periódico não é comercial, não aceita anúncios: não é político, nem publica, a tanto por, linha, notícias ou reclamos; em suma não temos matéria paga.” Atenção. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Agosto de 1951, nº 75, p. 01.

⁴²⁶ A utilização do termo comunismo libertário neste jornal até então, não “escapava” da linguagem normativa (SKINNER, 1998) anarquista. Este termo fora formulado e difundido pelo anarquista russo Piotr Kropotkin. Kropotkin foi um dos teóricos anarquistas mais lidos no Brasil. O termo passou a designar um sinônimo de anarquista e diferenciava o comunismo de origem marxista, do comunismo libertário. O termo portanto não era estranho aos anarquistas do Brasil, ainda que tensões em torno destes possam ser identificadas em solo nacional. A principal tensão talvez seja a causada pela Revolução Russa. Em 1917, a Revolução Russa inspira militantes ao longo de todo mundo. Após a Revolução Russa, o termo comunismo vira um termo em disputa e fica cada vez mais associado aos partidos de orientação marxista. A categoria comunismo *libertário* possuía dois sentidos em seu sentido original, o de identificar os anarquistas como aqueles que desejavam realizar uma transformação radical que permitia em seu processo conciliar a igualdade econômica com a liberdade política, e também indicava, seu objetivo *finalista*, o de estabelecer uma sociedade sem classes sociais. Foi no congresso de Saragoça entretanto, realizado na Espanha pela Confederação Nacional do Trabalho – entidade anarcosindicalista que reunia 1,5 milhão de afiliados –, que o termo passou a designar um propósito mais claro e viável. A coletivização do campo, a expropriação das fábricas, e por fim, a implantação do comunismo libertário integralmente, era o objetivo finalista dos anarquistas para a Revolução Social. CASA, Juan Gómez Apud CLASTRES, “Organização Anarquista: a história da FAI”, 1986. Disponível em <http://jlimarocha.sites.uol.com.br/textos/espanha_lenda_esquerda.htm>. Acessado em 10/08/2012. Durante a discussão da constituinte de 1945, o periódico *Remodelações* promove um ante-projeto da *República Comunista Libertária do Brasil*. Este projeto é publicado nos números do jornal *Remodelações*. Outro documento relevante, que visava constituir uma alternativa para que o anarquismo incidisse em seu tempo, foi o *Programa Comunista Libertário*, também publicado no jornal. Moacir Caminha e os anarquistas organizados em *Remodelações* visavam adaptar o anarquismo às condições específicas de seu tempo, mas isto se choca com uma cultura política anterior, pois devemos nos lembrar que as categorias não são instrumentos “livremente” apropriáveis pelos atores históricos (HESPANHA, 1984, p. 21). Ou seja, “nem tudo se pode invocar. E, mais do que isso, invocar certas razões pode ter conseqüências indesejadas e indesejáveis” *Idem*.

jornal se refere a organizações anarquistas de outros países, utiliza o mesmo sinônimo para classificá-las. O semanário, apesar de feito por anarquistas, pouco utilizava o denominativo anarquismo, seja em suas matérias, seja no subtítulo do jornal, preferindo intitular-se, como um semanário de orientação *comunista libertária*.

A questão era: como renovar o anarquismo sem pôr em cheque seus princípios ideológicos? Esta era uma questão central de reorganização colocada ao momento de debate ideológico e reflexão sobre a intervenção dos anarquistas na sociedade.

A despeito das distintas formas de arrecadar dinheiro para sua imprensa militante, os problemas financeiros⁴²⁷ na produção dos jornais eram recorrentes, tanto no Rio de Janeiro⁴²⁸ quanto em São Paulo⁴²⁹. Mesmo assim, a distribuição dos jornais anarquistas era realizada freqüentemente. Não apenas nas capitais onde havia um nível de organização e articulação mais permanente, mas também enviado por correio para outras regiões. No Rio de Janeiro, *Ação Direta* era entregue em alguns lugares-chaves para a proposta ideológica dos anarquistas. Sua tiragem variou de acordo com as circunstâncias, mas em média, imprimia-se 3.000⁴³⁰ exemplares, sendo que 1.800 destes eram enviados para bancas de jornais, localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro e 1.200 exemplares eram enviados para o interior do estado e ao exterior do país.

A distribuição no Rio de Janeiro era concentrada especificamente no centro da capital, local de grande afluência de trabalhadores. Contabilizamos na análise deste periódico, pelo menos 15 locais diferentes de venda do jornal⁴³¹. O jornal *Ação Direta* era distribuído aos jornaleiros do centro da cidade, que eram responsáveis por vendê-lo. Um deles chama atenção. É uma banca de jornal em frente à *Light*⁴³². A divulgação neste local se dava pela necessidade desses militantes em divulgar a *doutrina* anarquista para os trabalhadores desta empresa e se inseria numa estratégia de retomar a influência nas entidades de classe. Como vimos anteriormente, pelos informes do congresso anarquista de 1953, havia um grupo anarquista atuando no interior desta categoria⁴³³. Outros pontos de venda do jornal, como o ponto de bondes da Lapa e o ponto de lotação de Copacabana mostram que havia o interesse de divulgar *Ação Direta* para o maior número de trabalhadores. É importante reafirmar que esta imprensa militante está intimamente ligada a uma questão de classe. Ela não apenas surge

⁴²⁷ Não é a toa que muitos jornais “desaparecerão” rapidamente. Os mais longevos, como *Ação Direta* e *A Plebe* manter-se-ão sob permanente necessidade financeira.

⁴²⁸ Segundo consta em *Ação Direta*, pois este “custa 80 [centavos], com 40 por cento ao distribuidor”. “De modo que o DEFICIT, em cada exemplar, é de 50 centavos.” Reforço para *Ação Direta*. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 16/06/1946, nº 09, p. 03. Os pedidos de ajuda financeira eram praticamente uma coluna fixa do jornal, que reforça que “**Ação Direta**, semanário anarquista, vive exclusivamente das contribuições assumidas voluntariamente por seus simpatizantes. A Administração pede encarecidamente aos contribuintes já existentes, como aos novos, que fixem sua quota mensal e procurem nem variá-la, nem deixar de enviá-la até o dia 5 de cada mês. A não observância dessas duas condições pode perturbar o andamento de **Ação Direta**. Administração. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 20/02/1946, nº 02, p. 04.

⁴²⁹ São recorrentes os pedidos de apoio em *A Plebe*.

⁴³⁰ Em outra fonte, a impressão de periódicos fora dimensionada em 7.000 exemplares. União Anarquista do RJ. In Folha 16-17, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

⁴³¹ Esses locais são mencionados freqüentemente em *Ação Direta*. O jornal era vendido na E.F.C.B; em frente a Light; na Rua Marechal Floriano, esquina da conceição; na Visconde de Inhaúma, esquina da Rio Branco; na Avenida Rio Branco, esquina da sete de setembro; na galeria Cruzeiro, esquina da Bittencourt da Silva; na Avenida Rio Branco, esquina da Bittencourt da Silva; no ponto de bondes da Lapa; na Uruguaiana, esquina da Alfândega; no Largo de São Francisco, esquina com a rua Andradas e na Praça Tiradentes, esquina com a Sete de Setembro. Cf. AÇÃO DIRETA. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Novembro de 1955, nº 103, p. 03.

⁴³² O que nos trouxe uma reflexão dentro do presente trabalho; se havia intenção dos anarquistas num retorno organizado a classe, iniciativa definida no Congresso Anarquista de 1948, qual foi o grau de inserção dos anarquistas nas entidades?

⁴³³ Cf. Ata de Reunião da UARJ, 03/12/1953 In. Rodrigues, 1993, pp. 93-94

como expressão de um setor da classe trabalhadora de um determinado momento histórico, mas destina-se – mesmo quando este setor perde sua hegemonia em suas instituições – principalmente aos trabalhadores. Segundo Maria Iêda, que dirigira o jornal *Remodelações* o “nosso semanário, – digo nosso porque de fato é meu, é vosso, é de todos que abrigam no coração o ideal de emancipação humana, e é, principalmente, do povo que trabalha e que sofre”⁴³⁴. Ou nas palavras do anarquista paulista Edgar Leuenroth, “É aos trabalhadores que se destinam estas desprezíveis (sic) linhas”⁴³⁵.

Neste sentido, em São Paulo, além dos jornais anarquistas “nacionais”, os militantes vendiam também periódicos estrangeiros. A agência Aliança, localizada na Rua D. José de Barros, 245, próxima do Largo Paissandú, vendia os jornais “Umanità Nova” (Itália), “L’Adunata del Refrattari”, “Cultura Proletária” (ambos de Nova York) e “Tierra Y Libertad”, do México⁴³⁶. No que diz respeito a recepção dos jornais é correto afirmar que as colunas da imprensa anarquista do período ecoaram a voz de militantes muitas vezes espalhados e desarticulados com as organizações da capital⁴³⁷. A produção, distribuição e consumo textual dos jornais envolviam uma complexa articulação, que era responsável por manter viva esta imprensa e garantir seu funcionamento, conjugando a organicidade política dos anarquistas com uma rede de leitores, distribuidores e assinantes⁴³⁸. Em muitos casos, os leitores que não concordassem com determinadas posições eram convidados a expor sua visão sobre determinado tema nas colunas dos jornais⁴³⁹, ainda que a seleção das matérias principais

⁴³⁴ IÊDA, Maria. CAMARADAS: *Remodelações*, Rio de Janeiro, 18/10/1945, nº 02, p. 03.

⁴³⁵ LEUENROTH, Edgar. A ação danosa dos líderes de fabricação em série. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 01/06/1946, nº 07, p. 03. Segundo Fairclough “Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou positiva) a eles se recorre.” FAIRCLOUGH, 2001, p. 109. Esta reflexão nos parece fundamental para evidenciar a relação entre duas dimensões na imprensa anarquista do período. A primeira, diz respeito as “estruturas sociais efetivamente interiorizadas” de que nos fala Fairclough, e que aponta, para “práticas e uma luta social passada”, que para nós é justamente a **experiência** de classe que estes militantes foram formados na Primeira República e também no presente contexto. Diríamos que o primeiro elemento fortemente presente na imprensa anarquista é este elemento classista. A segunda reflexão trata do cruzamento dessa experiência de classe com uma determinada cultura política anarquista (organizacionista) que irá determinar os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como a eles se recorre. Vemos nessa dimensão, um cruzamento entre duas instâncias fundamentais para a constituição da imprensa e do próprio anarquismo no período: cultura política e experiência de classe.

⁴³⁶ Cf. Jornais libertários do estrangeiro. *A Plebe*, São Paulo, 21/02/1948, nº 13, p. 04.

⁴³⁷ A criação da coluna “Buscando esclarecimentos” no jornal *A Plebe*, neste sentido tinha como objetivo manter neste periódico uma coluna permanente de diálogo entre o jornal e seus leitores. Os leitores enviariam perguntas aos jornal, que por sua vez procuraria responder as dúvidas ou buscar pessoas que pudessem respondê-las. Sobre a criação desta coluna, Cf. Buscando esclarecimentos: pergunte ou responda. *A Plebe*, São Paulo, 13/11/1948, nº 19, p. 02.

⁴³⁸ Segundo o artigo que consta em *Ação Direta* podemos ver este suporte material a imprensa anarquista. “Portanto, apelamos a todo assinante para que renove sua assinautra (sic) sem mais tardar; aos militantes para que enviem suas contribuições com maior regularidade; aos pacoteiros para que aumentem o pedido de exemplares; aos companheiros que efetuam a distribuição nas bancas para que se aumente o número delas; aos que recebem gratuitamente nosso periódico para que colaborem financeiramente e a todos para que nos indiquem novos endereços de pessoas interessadas em nossas idéias e consigam novos assinantes.” Cf. Melhoramentos em *Ação Direta*. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, junho de 1959, nº 135, p. 03.

⁴³⁹ No jornal *A Plebe* esses debates ficaram restritos a coluna Tribuna de Debates. Que dizia: “Se não concordar com o que na ‘A PLEBE’ for dito – aqui poderá expor a sua discordancia.” Nesta Tribuna, por exemplo, o anarquista Peloriano Maia, da Juventude Spartacus, do Rio, envia um texto discordando de um artigo dos números anteriores. Livros para a nossa propaganda. *A Plebe*, São Paulo, 24/03/1948, nº 13, p. 01. *A Plebe*, São

do jornal era definida pelo grupo editor responsável e em alguns casos, pudesse sofrer um comentário crítico do periódico.

Essa imprensa internacional anarquista circulara também no estado do Rio de Janeiro. Segundo Adélcio Copelli, a sala do anarquista e editor de livros Roberto das Neves era um lugar propício para ter acesso a esta e receber as notícias de outras partes do mundo sobre o anarquismo.

Porque o Neves tinha o escritório dele. Na sala dele ele recebia jornais anarquistas de toda a parte. E ele tinha na prateleira, tudo arrumado, e eu mesmo pegava o jornal pra ler, o Adunata del Refratari pra ler, pegava o Solidaridad Obrera, o Terra e Liberdade, e ia lendo assim.⁴⁴⁰

Em pleno período “democrático”, receber um jornal anarquista podia virar um motivo de vigilância da polícia política, isso pelo menos, no final da década de 40 e início da década de 50. O prontuário policial, datado de 23 de maio de 1950 (durante o governo Dutra) ressaltava que “elementos anarquistas, [...] vem recebendo material de outros países”⁴⁴¹. O nome dos envolvidos e seu endereço foram anexados ao prontuário policial e frequentemente esses teriam de se explicar⁴⁴².

Associada a produção e leitura de sua imprensa específica, registram-se também iniciativas na edição de livros de *propaganda*, na qual o editor Roberto das Neves, residente no Rio de Janeiro, tem grande destaque. Roberto das Neves fundara a Editora *Germinal* nos anos 40. Esta editora foi responsável por inúmeros títulos libertários (não propriamente anarquistas) e obras anarquistas⁴⁴³ e em 25 de janeiro de 1951 teve de lidar com um incêndio, que destruiu o andar do edifício⁴⁴⁴ onde estava instalada, comprometendo diversas edições.

No estado de São Paulo, a iniciativa editorial com a influência dos anarquistas fora a das *Edições Sagitário*⁴⁴⁵. Esta era dirigida por Mário Ferreira dos Santos. Em 1948, os anarquistas de *A Plebe* registram⁴⁴⁶ a edição do livro *Anarquismo ao alcance de todos* de José Oiticica, *As idéias absolutistas do socialismo*, de Rudolf Rocker⁴⁴⁷, que é um folheto de crítica ao comunismo marxista e *Sermões da Montanha* de Tomaz da Fonseca. Esses livros foram distribuídos em livrarias do estado do Rio de Janeiro e São Paulo, mas havia o interesse de difundi-los para outras regiões do país. A circulação de folhetos estrangeiros entre os anarquistas nacionais era bastante comum. Na nossa análise, os anarquistas visavam por meio

Paulo, 24/03/1948, nº 13. Tribuna Livre, Conversando sobre Idéias e Definindo atitudes, p. 02.

⁴⁴⁰ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

⁴⁴¹ Cf. Investigações procedidas sobre a “Associação Libertadora das Operárias em Casa de Família”. A mesma foi idealizada pelo anarquista Nicanor de Barros, que fracassou completamente em sua organização. 23/05/1950. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo, p. 03.

⁴⁴² Esse foi o caso de Alfredo Carnevale, que recebia o jornal *A Plebe* e segundo a agência policial vinha recebendo o jornal sem sua “acquiescência”. *Idem*.

⁴⁴³ Entre eles. “Assim cantava um cidadão do Mundo” – Roberto das Neves, “Sermão da Montanha”, “Águas Passadas”, “Águas Novas”, “Afonso Henrique e a Fundação da Nacionalidade Portuguesa”, “A Filha de Labão” – Tomaz da Fonseca; “A Doutrina Anarquista Ao Alcance de Todos” – José Oiticica; “Creio na Humanidade” – P. Ferreira da Silva, “O Papa Negro” – Ernesto Mezzabotta; “Nos subterrâneos do Estado-Novo” – Heron P. Pinto; “O Evangelho da Hora” – Paul Berthelot; “História e significado do Primeiro de Maio” – Serafim Porto; “Teses da Existência e da Inexistência de Deus” – Charles Duclos.

⁴⁴⁴ Cf. NEVES, Roberto das. *Assim cantava um cidadão do mundo: poemas que levaram o autor treze vezes aos cárceres do santo ofício de Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Germina, 1952, p. 06..

⁴⁴⁵ Edições Sagitário. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 20/02/1947, nº 31.

⁴⁴⁶ Livros para a nossa propaganda. **A Plebe**, São Paulo, 24/03/1948, nº 13, p. 01.

⁴⁴⁷ Rudolf Rocker fora um anarquista alemão, com grande prestígio no anarquismo do pós-guerra. Entre suas obras, está o livro *Nacionalismo e Cultura*.

dessas edições, criar um ambiente intelectual favorável ao anarquismo. Não se limitavam a editar livros estritamente anarquistas, permitiam a edição de obras consideradas “libertárias” e incluíam eventualmente, no caso de Neves, autores não necessariamente anarquistas, mas que eram considerados enquanto *libertários*.

Se os anos de 1945 a 1950 são os mais pujantes de produção de jornais, de 1950 em diante; apenas *Ação Direta* continua a circular. O jornal *A Plebe* encerrará suas atividades precocemente por dificuldades financeiras e o congresso anarquista de 1953 optará por manter apenas um jornal em circulação. Com o fim de *Ação Direta* em 1959, há um breve hiato na imprensa anarquista do período; esta será restabelecida com a publicação do jornal *O Libertário*, em outubro de 1960. Este jornal é publicado na capital paulista e seguia a mesma estrutura dos periódicos anteriores com algumas variações. Seu diretor era Pedro Catallo, um incansável militante paulista, o jornal afirmava-se como “porta voz do movimento anarquista brasileiro”⁴⁴⁸, o que de fato encontrava eco na realidade, frente ao fim das publicações anteriores e da perda da organicidade planejada em 1948. Sua edição fora motivada pela “necessidade imperiosa de manter sempre vivas as relações entre os militantes libertários”⁴⁴⁹. *O Libertário* fora publicado de 1960 a 1964, teve 28 números, sendo que sua última edição⁴⁵⁰ de fevereiro e março de 1964 nem chegou a circular, frente ao golpe militar (com apoio de certos setores civis, principalmente o empresariado) que trouxe complicações a militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Não há dúvida que a circulação da imprensa anarquista no período (1945-1964) contribuiu decisivamente para construir as identidades políticas e sociais entre militantes e simpatizantes do anarquismo, tenha fortalecido determinadas relações sociais e por fim, reforçado sua identidade ideológica⁴⁵¹ frente às tentativas de enraizamento de sua proposta política na classe. Faltava-lhes este ingrediente **explosivo**, que era conjugar o sucesso de uma imprensa militante com a construção de um **vetor social** nas respectivas entidades de classe. Seria incorreto afirmar que não houve a mobilização de energias em direção a esta iniciativa, mas é sensato dizer que os obstáculos desta empreitada estiveram postos na ordem do dia. A força da “primeira onda” da imprensa anarquista brasileira no pós-guerra (1945-1958) acompanhou de fato sua tentativa de mobilização política e enraizamento social. Com seu relativo insucesso, a *propaganda ideológica* restringiu-se a iniciativas culturais⁴⁵² ainda que seja importante ressaltar que este “efeito colateral” **não era uma intenção inicial** de seus militantes.

⁴⁴⁸ **O Libertário**, São Paulo, Novembro de 1960, nº 02, p. 03.

⁴⁴⁹ *Idem*.

⁴⁵⁰ Que corresponde ao número 27 e 28. Isto porque os anarquistas resolveram publicar dois números numa mesma edição.

⁴⁵¹ O que Norman Fairclough chama de os três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: “O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.” FAIRCLOUGH, 2001, p. 91.

⁴⁵² Damos como elementos indicativos do “fim” desta empreitada, o fim do Movimento de Orientação Sindical em 1958 e a mudança no foco das iniciativas de “expansão do movimento anarquista” tiradas na Conferência Nacional anarquista em 1959, que segundo Edgar Leuenroth: “Passando em revista o que se estava executando, assentam-se medidas para dar ao movimento maior amplitude. Entre essas iniciativas, figuram os Centros de Cultura e os Grupos Teatrais, ‘Nossa Chácara’, a publicação do jornal do movimento do Brasil e a difusão dos livros e das publicações libertárias de outros países.” LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Achiamé/CCS-SP, s/d, pp. 123-124. Parece sensato supor, que com pouca capacidade militante, os anarquistas a partir de 1959, resolvessem desta maneira, optar por manter espaços “mínimos” de propaganda.

Como veremos adiante, as práticas anarquistas do período, não se restringiam apenas ao campo da imprensa ou da cultura, sua atuação política era recortada por práticas sociais mais amplas e por vezes, internacionalistas. A manifestação de uma imprensa específica vinha acompanhada do desejo de enraizar o anarquismo novamente na classe. Se a militância anarquista dependia do sucesso de sua propaganda, a viabilidade de uma imprensa específica dependia de uma articulação militante que conseguisse dar sentido ao anarquismo, junto ao universo dos trabalhadores. Resta saber em que medida este projeto fora bem sucedido dentro das intenções planejadas por seus militantes.

CAPÍTULO V – Relações com outras organizações

5.1 – O Consulado Anarquista

A forte presença de informes de organizações e grupos de outros países na imprensa anarquista brasileira do período trouxe-nos questionamentos sobre suas práticas de intervenção na realidade. Este questionamento é fruto em grande medida de uma determinada postura teórica assumida durante todo este trabalho, de que uma **prática discursiva** não pode ser compreendida sem “referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado”⁴⁵³ e que devemos ter cuidado para não incorrer nos “erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso”⁴⁵⁴. Evitamos neste sentido, fazer uma análise apenas dos discursos políticos anarquistas, mas compreender a materialidade de suas ações, dentro do contexto político e econômico do universo dos trabalhadores. Ambiente este, que por vezes trazia questões classista que eram internacionais.

Podemos afirmar também, que essa reflexão se fortalece com a análise das fontes, que demonstram que a presença estrangeira não se restringia a imprensa⁴⁵⁵ mas havia de fato, anarquistas estrangeiros residindo no país, fruto de uma conjuntura política e social⁴⁵⁶ do pós-guerra.

Quando confrontamos diferentes fontes tais como os inventários do DEOP’S, a imprensa anarquista do período e depoimentos de militantes políticos fornecidos por meio da História Oral, – baseando-nos numa metáfora científica utilizada pelo sociólogo Howard Becker⁴⁵⁷ – foi possível definir os contornos de um *azulejo* do mosaico de nossa pesquisa em direção a elucidação das práticas militantes do período.

Realçamos, num primeiro momento de análise de fontes, a forte presença da Revolução Espanhola em *Ação Direta*⁴⁵⁸. Convencionamos nos procedimentos de análise

⁴⁵³ Na primeira o discurso é um mero reflexo da realidade social, na segunda, o discurso constitui totalmente a realidade social. FAIRCLOUGH, 2001, p. 99.

⁴⁵⁴ FAIRCLOUGH, 2001, p. 92.

⁴⁵⁵ O contato permanente dos anarquistas de Rio e São Paulo com militantes espanhóis não restringia-se apenas a imprensa como veremos. O jornal *Solidaridad Obrera* era vendido nas bancas de jornais onde vendia-se também o periódico *Ação Direta* e *A Plebe*. Para conferir esta informação, Cf. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Abril de 1957, nº 116, p. 03.

⁴⁵⁶ É bom ressaltar que o fluxo imigratório de trabalhadores europeus não se compara a onda imigratória das primeiras décadas do século XX. As especificidades deste afluxo também são distintas. Segundo Sayad (1998, p. 72), As condições objetivas da emigração são produzidas por relações de força entre países, a sociedade e a economia. Neste caso, a emigração constitui-se como um produto de relações de força internas (guerra civil espanhola) que produziu a emigração. SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristiana Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

⁴⁵⁷ A metáfora de Becker é utilizada para a História de Vida, mas acreditamos que é possível utilizá-la também no sentido dado por nossa argumentação. Segundo Becker, “a imagem do mosaico é útil para pensarmos sobre este tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo”. BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 104.

⁴⁵⁸ Segundo Nelson Méndez após a Guerra Civil na Espanha, há um intenso movimento de solidariedade anarquista na América Latina aos espanhóis. Apesar de afirmar em linhas gerais as tendências deste movimento é preciso elucidar com maior profundidade os “processos” internos que vão o conformando. Cf. MÉNDEZ, 2012, p. 11

construídos por nossa pesquisa, chamar esta presença de *questão espanhola*⁴⁵⁹, já que as matérias não se restringiam apenas a *Revolução Espanhola*, mas traziam informes qualificados, matérias de análise sobre o *franquismo*, etc. Os próprios anarquistas fazem um balanço desta iniciativa em sua imprensa, afirmando que desde o primeiro número de *Ação Direta* esforçavam-se para mostrar a situação do povo espanhol sob o regime franquista. Foram além e criticaram também o *salazarismo*, instalado em Portugal.⁴⁶⁰ É importante afirmar que o pós-guerra legou governos autoritários em diversos países onde os anarquistas eram atuantes. O caso da Espanha e de Portugal era emblemático, pois nesses países, duras ditaduras foram implementadas, com prejuízo sério para a organização dos trabalhadores.

Foram os prontuários do DEOPS-SP, entretanto, que mostraram decisivamente que a atividade de solidariedade dos anarquistas brasileiros aos exilados espanhóis (principalmente), não se restringiu apenas ao campo da propaganda, de ações culturais ou da imprensa. O anarquismo não fora apenas tinta de jornal, mas envolvia ações de intervenção na realidade que extrapolavam seu próprio universo político.

No Congresso Anarquista de 1948, a rede de solidariedade aos anarquistas de outros países fora chamada pelos militantes “nacionais” de *Solidariedade Social*. Porém, alguns meses antes de qualquer decisão “oficial” do congresso, a atividade desta rede, já era realizada, em nome da SIA (Solidariedade Internacional Anarquista), indicando haver um grupo resolutivo em organizar uma rede de solidariedade. Os anarquistas de São Paulo noticiavam em *A Plebe* que “Divulgou-se há dias uma notícia referente a cinco fugitivos do inferno franquista que ainda domina a Espanha, notícia que, pelo seu conteúdo, causa assombro e revolta.”⁴⁶¹ Segundo estes; esses militantes “embarcaram clandestinamente a bordo de um navio português, conseguindo assim fugir á ação repressiva da polícia política de Franco, talvez á morte”⁴⁶². Rapidamente, os militantes organizados na SIA, “uma organização destinada á prática da solidariedade a perseguidos políticos”⁴⁶³ conjuntamente com “Elementos livres da colonia espanhola” “agiram no sentido de ser conseguido seu desembarque em terras brasileiras”⁴⁶⁴. Mesmo com o esforço dos militantes paulistas os espanhóis foram trasladados para um navio de bandeira espanhola, o que deve ter certamente frustrado uma das muitas tentativas de receber e albergar os perseguidos pelo regime franquista. Os anarquistas ressaltam em *A Plebe* que não indagaram “quem são os cinco clandestinos nem a que correntes politicas estão filiados”, mas mobilizaram-se, pois vêem no “ato desta autoridade a prática de uma infamia, porque desrespeita e atenta contra o direito de asilo e achincalha um sentimento de solidariedade humana”⁴⁶⁵. Tendo em vista os depoimentos do militante anarquista Edgar Rodrigues outras ações foram empreendidas, nem

⁴⁵⁹ Definimos como *questão espanhola*, notícias publicadas na imprensa anarquistas do período sobre a Revolução Espanhola, os exilados da Guerra Civil e as notícias relativas ao franquismo. Com isto em mente, construímos uma *série* para avaliar a presença da questão espanhola na imprensa. Como não desejávamos restringir nossa análise às práticas discursivas o acesso aos prontuários do DEOPS-SP revelou uma articulação pujante dos anarquistas brasileiros com os anarquistas espanhóis. Tal prática, tornou-se um subcapítulo de nossa dissertação. A análise das entrevistas dos nossos militantes, também revelou que a forte presença da *questão espanhola* inscrustava-se também na memória dos militantes do período.

⁴⁶⁰ “Desde que saiu o primeiro número da AÇÃO DIRETA temos envidado todos os esforços para mostrar ao operariado brasileiro a trágica realidade da Espanha franquista, onde um punhado de aventureiros, apoiados incondicionalmente pelo clero católico, vem mantendo o heróico povo espanhol num verdadeiro campo de concentração, onde a fome e a ausência total de liberdade só encontram similaridade nos campos de extermínio da Rússia Soviética.” Situação na Espanha. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Julho e Agosto de 1952, nº 81, p. 01.

⁴⁶¹ Uma Infamia! *A Plebe*, São Paulo, 15/09/1947, nº 08, p. 01.

⁴⁶² Uma Infamia! *A Plebe*, São Paulo, 15/09/1947, nº 08, p. 01.

⁴⁶³ *Idem*.

⁴⁶⁴ *Idem*.

⁴⁶⁵ *Idem*.

sempre com sucesso. Em 1959 o CEPJO se mobilizou para salvar o anarquista espanhol José Comin Pardillos. José Comin tinha chegado clandestinamente num navio chamado “Cabo San Roque”, em 17 de maio de 1959. Segundo Edgar, o jornal Última Hora⁴⁶⁶ noticiou essas atividades e indicou que o “Prof. Serafim Porto, catedrático do Pedro II e presidente do ‘Centro de Estudos Professor José Oiticica’ impetrou pedido de ‘Habeas Corpus’ em favor do estudante anarquista”⁴⁶⁷. Ainda com base nos depoimentos de Edgar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também se envolveu no caso, mas o estudante foi devolvido a Polícia Marítima e retornou ao território espanhol.

Os anarquistas estiveram como constatamos, envolvidos intimamente com o apoio a luta contra o franquismo e o salazarismo em território nacional. No dia 12 de março de 1959, o auditório da UNE recebeu o capitão português exilado no Brasil, Fernando Queiroga. Queiroga era um conhecido oficial anti-salazarista e pronunciou uma palestra com ampla participação de brasileiros e portugueses, entre eles, os militantes anarquistas do CEPJO. O livro de Queiroga, Portugal oprimido fora publicado pela Editora Germinal⁴⁶⁸, gerida pelo anarquista português Roberto das Neves.

Outra ação de solidariedade que merece ser mencionada foi a que envolveu 24 indivíduos a bordo do navio português Santa Maria. Na madrugada do dia 23 de janeiro de 1961, militantes do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) organizaram uma ação para tomar o controle deste navio, que resultou na morte de um membro da tripulação e dois feridos. A ação tinha como objetivo realizar um “ato político de oposição aos fascismos ibéricos (Salazar em Portugal e Franco em Espanha)”⁴⁶⁹ e foi organizada na cidade de Caracas, Venezuela⁴⁷⁰. Perseguidos pela ação conjunta pela Marinha e as Forças Aéreas de vários países, acabaram se entregando às autoridades do governo brasileiro no dia 02 de fevereiro, alguns dias após a posse de Jânio Quadros. A questão foi amplamente noticiada pela mídia e segundo depoimento de Edgar Rodrigues alguns membros do DRIL ficaram albergados na “Nossa Chácara”⁴⁷¹ por alguns meses e outros permaneceram por mais tempo⁴⁷².

Apesar de algumas dessas ações de solidariedade, terem sido divulgadas publicamente em seus jornais, a polícia ao que parece, esbarrara com esta questão não pela imprensa anarquista propriamente, mas seguindo as preocupações de vigiar quaisquer atividades políticas que interferissem minimamente com a ordem política e social. Lembremos que a “polícia política montada na ditadura do Estado Novo continuou mantendo vigilância constante sobre organizações e militantes sindicais”⁴⁷³, acompanhando um retorno de mobilização sindical inaugurado ainda em 1945. Longe da cristalização da imagem democrática que o período pode falsamente imputar, com a tomada de posse do governo de Dutra, em 1947 “a polícia política carioca produziu 56 mil fichas de suspeitos de comunismo, efetuou 3 mil prisões e 15 mil ‘visitas’ de investigadores a sindicatos”⁴⁷⁴. Fora um período sem dúvida alguma difícil para os trabalhadores organizados nas entidades de classe e grupos políticos.

⁴⁶⁶ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 26/05/1959.

⁴⁶⁷ RODRIGUES, 1993b, p. 268.

⁴⁶⁸ **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro 13/05/1959, nº 11.142, p. 02.

⁴⁶⁹ PINTO, 2012, p. 206.

⁴⁷⁰ A operação foi chamada de Operação Dulcinéia.

⁴⁷¹ RODRIGUES, 1993b, p. 52.

⁴⁷² Segundo Edgar, muitos foram convidados a participarem do encontro anarquista de 1963, mas a maioria recusou.

⁴⁷³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil. 1ª ed.* São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 82.

⁴⁷⁴ PEREIRA apud MATTOS, 2009, p. 83.

O que talvez seja uma novidade é o fato da polícia também ter vigiado os anarquistas. Temerosa por quaisquer ações consideradas “subversivas”, a agência policial os investigara principalmente em São Paulo durante todo o ano de 1948. No ano anterior, os agentes policiais acompanharam as atividades dos anarquistas, principalmente pelo Centro de Cultura Social. Apesar disso, não há menção mais detalhada durante o ano de 1947, sobre a relação dos anarquistas com “estrangeiros” ou exilados espanhóis. Os prontuários deste ano possuem como objetivo **detalhar** as atividades dos anarquistas, em nossa compreensão, uma primeira iniciativa de compreender de maneira geral como se estruturavam estes militantes na capital.

Em 1948, a polícia já relatava nas primeiras investigações do ano que a “frequenciado (sic) Centro de Cultura Social é, na sua maior parte, constituída de espanhóis anarquistas. Alguns são clandestinos.”⁴⁷⁵ As atividades de investigação desdobraram-se para o acompanhamento de determinados militantes. Um espanhol que chegara a capital e mantinha contato permanente com o serviço reservado da polícia, passara “informações sobre uma reunião de anarquistas em São Paulo”⁴⁷⁶. Provavelmente o agente policial pode juntar as variadas “peças” que dispunha para conectar as atividades do Centro de Cultura Social de São Paulo com a recepção sistemática aos exilados espanhóis. A frequência de espanhóis não se limitava às atividades do CCS-SP. Segundo Edgar Rodrigues, em 1951 tomara conhecimento da casa do anarquista espanhol Manuel Perez, um velho casarão na Rua dos Inválidos, no Rio de Janeiro. Ao chegar nesse espaço, Edgar comenta que teve “a sensação de ter entrado numa daquelas antigas ‘repúblicas’ (moradias coletivas), tal era o número de pessoas misturando idiomas, português, castelhano e francês”⁴⁷⁷. Ainda segundo depoimento de Edgar Rodrigues, “Pude então saber que os presentes eram portugueses, brasileiros, espanhóis, franceses e búlgaros, todos anarquistas” a ponto de ter ouvido certa vez “alguém chamar à sua casa de Consulado dos Anarquistas”⁴⁷⁸. A vida de Manoel Perez ou Manuel Pérez⁴⁷⁹, de família de origem espanhola, entrelaça-se decisivamente com os efeitos e vicissitudes da imigração. Manoel tinha sido obrigado a abandonar o Brasil em 1919, para fugir da repressão inaugurada pelos atos insurrecionais do ano anterior rumo a Espanha. Em 1939 foi encarcerado num campo de concentração e mesmo a contragosto – pois sua atual mulher e filha moravam em

⁴⁷⁵ 19/04/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁴⁷⁶ Atividades Anarquistas no dia 17 (Conferência Realizada) – Propaganda em Perspectiva, 23/04/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁴⁷⁷ RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros* - 4. Florianópolis: Insular, 1997, p. 54.

⁴⁷⁸ *Ibid*, p. 55.

⁴⁷⁹ Em solo espanhol, atuou como secretário geral do Sindicato da Madeira de Sevilla, até ser detido em 1920 e ser enviado ao desterro no povoado de *Cabezas Rubias*, na provincia de *Huelva*. Foi nomeado como contador do comitê nacional da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), entidade anarco-sindicalista que reunia diversos sindicatos. Sua prisão no final do ano de 1923 e as subseqüentes perseguições o obrigaram em abril de 1924 a viajar para Portugal, onde assumiu a função de redator do jornal *Tempos Novos* e o cargo de secretário de correspondência da Federação de Grupos Anarquistas de língua espanhola na França. Participou diretamente da fundação da FAI (Federação Anarquista Ibérica) e segundo Augustín Guillamón contribuiu como delegado da Federação de Grupos de Língua Espanhola na França, para a fundação da Confederação Geral do Trabalho (sindicalista revolucionária), a CGT-SR. Sua ligação com o Brasil jamais fora rompida. Em 1929, viúvo e com três filhas, trabalhou como carpinteiro na construção do Pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Amberes e assumira a direção do serviço de imprensa e propaganda do Brasil. Foi para Bélgica em 1930 para desempenhar esta mesma função. Retornou a Espanha em 1931 e ajudou a organizar o sindicato de ofícios vários da CNT e depois uma Federação local de sete sindicatos, onde fora nomeado secretário-geral. A pedido da CNT foi para ilhas Canárias reorganizar e impulsionar seus sindicatos. Fora preso em 1933 e depois desterrado de Canárias pelas autoridades. Participou dos congressos da CNT em 1936, junto a Buenaventura Durruti e Garcia Oliver. Atou durante todo o processo revolucionário de 1936 a 1939 na Espanha, assumindo posições de destaque na estrutura sindical da CNT. GUILLAMÓN, Augustin. Balance, Caderno número 36 (novembro de 2011). Disponível em <<http://www.red-libertaria.net/noticias/modules.php?name=News&file=article&sid=2591>> Acessado em 29/12/12.

solo espanhol – recebera uma ordem de expulsão para o Brasil em 1940. Sob risco de ser executado, foi decisiva a intervenção da SIA (Solidariedade Internacional Antifascista) que junto ao consulado brasileiro em Cádiz, conseguiu que a ordem de expulsão fosse cumprida. Chegou ao Brasil em 1941, junto a outros militantes que dispersos pelo mundo, inseriam-se em redes de solidariedade construídas por organizações de trabalhadores e grupos políticos.

Nosso entrevistado, também relata a presença de anarquistas de outros países, com certo destaque em sua fala, a presença dos espanhóis, mas também de *companheiros* de outras nacionalidades⁴⁸⁰. Por detrás do “consulado” anarquista havia um esforço de mobilização política que entrelaçava diferentes contextos e planos, impedindo a expulsão dos militantes de território nacional⁴⁸¹.

Isso de fato uma possibilidade. Em 08 de março de 1945, o Delegado de Ordem Política e Social, Venancio Ayres, enviou um documento para o chefe do gabinete de investigações, solicitando “ser fornecida a esta Delegacia, com a possível brevidade, uma cópia da portaria de expulsão expedida em 1919 contra o italiano ATILIO PEROBELLI”. Mesmo com o fim do Estado Novo, o processo de expulsão prosseguiu nos anos subseqüentes; em 13 de maio de 1949, o “delegado adjunto da secção de expulsandos” envia um documento para o delegado auxiliar pedindo o “que constar do estrangeiro ATILIO PEROBELLI [...] visto existir contra o mesmo uma Portaria de Expulsão de 22 de outubro de 1.919, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para ser cumprida”.

Ou seja, o delegado, em plena “redemocratização” pede antecedentes ideológicos do residente. A resposta é mais do que elucidativa. O delegado auxiliar responde ao ofício expedido pelo delegado adjunto, afirmando que “ATILIO PEROBELLI, é elemento – processado por este Departamento como anarquista”. O que se segue, é uma discussão sobre a quem caberia os custos da expulsão de Perobelli, o que provavelmente indica que a expulsão já era um fato consumado.

Este esforço de acolhimento dos estrangeiros, possibilitava um apoio decisivo para evitar a repressão estatal e também minimizar o que o sociólogo Abdelmalek Sayad chama de contradições constitutivas da condição de emigrante (Sayad, 1998, p. 227). Contradições que ele transporta com ele e projeta sobre todas as coisas (Ibid., p. 228), carregando um sistema de referência duplo e contraditório (Ibid., p. 230).⁴⁸² Se a questão central que a emigração coloca

⁴⁸⁰ Esse é o curioso caso da presença de um anarquista Angolano. Segundo Copelli “Eu conheci um preto, africano, da Angola. Um homem alto de cabelos brancos. Ele me deu uma bruta lição. Eu o encontrei numa livraria que existia numa passagem que um prédio que hoje é da secretaria de saúde, era do ministério da Justiça. Tinha até uma biblioteca... Conhece uma passagem que tem ali no México pra avenida Graça Aranha? Hoje é tudo secretaria. Ali tinha um restaurante, do Saps, onde eu almoçava quando eu trabalhava na ACM. Tinha uma livraria lá, eu conheci esse senhor. Porque eu fui procurar um livro, de um autor inglês e o título era: Como se fazer um escritor. Eu falei a expressão errada e ele me corrigiu. Nós começamos a conversar. Eu vi lá um livro do Bakunine. Eu disse, eu conheço e tal... E ele disse: ah, você se interessa tal. E disse que era anarquista. R.V. Ele era Angolano? A.C. Angolano. Inclusive ele falou algo interessante, que a PIDE de Portugal era muito atuante lá. E uma vez fizeram lá uma repressão contra os comunistas e os socialistas e o grupo anarquista dele de Angola, foi incomodado...” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011.

⁴⁸¹ Conjuntamente com estes documentos, há uma lista nominal de estrangeiros que se acham com “portaria de expulsão do território nacional”. 13/05/1949. Prontuário Atílio Perobelli, no 813, p. 01.

⁴⁸² Segundo o relato de Adélcio Copelli, “O pessoal que veio da Europa tava todo destrambelhado... Como o Perez né? O Perez veio com a família. O Manoel Perez. O Oiticica deu todo apoio a ele. Eu cheguei a freqüentar a casa do Peres. Então eu acredito que aquela falta de organização até mesmo de contato mais íntimo foi decorrente da falta de adaptação desse pessoal que veio de fora.” Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011. Esse conflitos normalmente descritos em termos psicológicos (como no caso de nosso entrevistado), são vistos aqui, de cara, em sua verdadeira dimensão sociológica: ao mesmo tempo em que são enunciadas as condições sociais de sua gênese: o *franquismo* (Sayad, 1998, p. 220). Sayad observa que um dos efeitos da imigração é justamente a *melancolia*,

é a da identidade social e sua ruptura⁴⁸³, a recepção aos anarquistas espanhóis emigrados, permite resgatar um eixo que estrutura fortemente suas existências, tendo na política anarquista, na solidariedade e *apoio mútuo* um “porto seguro” que “aliviaria” as fissuras de tal condição.

Este “consulado” era pacientemente mapeado por um inspetor de polícia lotado na “polícia marítima e aérea dos portos do Brasil”, chamado de J.J. da Cruz Secco. Este envia um ofício ao delegado auxiliar da 5ª divisão de policial de São Paulo. Segundo seu relato, produzido no dia 02 de maio de 1948 constata-se que:

PEDRO PERAL URBANO, morador desta Capital à rua Venancio Aires 194, na Vila Pompéia, e JUAN NAVARRO, também morador em São Paulo, à rua Ana Tenorio 9, no bairro do Brás, ambos espanhóis, são os cabeças de uma organização que se incube da propagação de idéias extremistas, por meio de material impresso e em todo nosso Estado. A par dessas atividades ilegais, acoitam eles anarquistas e comunistas originários do exterior, mantendo contacto com o funcionario da Escola de Policia, EDUARDO VICENTE GALO, o qual é amante da despachante credenciada junto às repartições policiais, ESTER DE CASTRO ROSA, com escritório à rua da Gloria, 922, que, por determinação do seu amante, se incube de obter a legalização da permanencia de tais individuos que ingressam no país clandestinamente.

PEDRO PERAL URBANO e JUAN NAVARRO fazem parte da FAI, (Federação Anarquista Internacional) e da CNT (Confederação Nacional de Trabalhadores), do Uruguai e do Mexico, e dessas capitais recebem material de propaganda. O primeiro possui em sua moradia uma maquina de rolo, para impressão.⁴⁸⁴

O funcionário policial alerta que

No momento está em São Paulo, onde chegou clandestinamente, um espanhol vindo de Montevidéu, ignorando-se os motivos que o trouxeram à Capital onde foi recebido por PERAL e NAVARRO que, inevitavelmente, procurarão legalizar a sua permanencia no país, como já p fizeram com outros.⁴⁸⁵

A preocupação da polícia avolumava-se principalmente com a possibilidade de articulação dos anarquistas com a corrente política de esquerda hegemônica, o Partido Comunista Brasileiro. Lembremos que o PCB era a grande força de esquerda do período. O governo Dutra assumira em 1946 e mantivera durante os anos seguintes uma postura repressiva frente ao PCB. As eleições estaduais e municipais de 1947 foram o último ato legal do partido antes da cassação de seu registro eleitoral, que ocorreu no dia 07 de maio pelo TSE⁴⁸⁶. A partir de janeiro de 1948 o PCB inauguraria uma “nova política” e modificaria sua

descrita por nosso entrevistado por outros termos.

⁴⁸³ Essa condição de imigrante/emigrante pode ser compreendida como “um dado estrutural de todos os países desenvolvidos, e, mais fundamentalmente, por se institucionalizar sob a forma da oposição intrínseca entre um mundo da emigração (que tende a se confundir com o mundo do subdesenvolvimento) e o mundo da imigração (mundo identificado com o mundo desenvolvido) e, dessa forma, por se universalizar, a imigração acabou por constituir-se em *sistema*.” SAYADA, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristiana Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 105.

⁴⁸⁴ Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública; Inspeção da Polícia Marítima e Aérea. 02/05/1948 In Folha 22-23, Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁴⁸⁵ *Idem*.

⁴⁸⁶ Cf. FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2012, pp. 92-93. A posição frente a cassação do PCB não será uníssona entre os anarquistas. Os anarquistas de *A Plebe* farão uma análise intitulada “Retorno ao

posição frente às políticas anteriores. Ao menos no plano do discurso há um processo de radicalização do Partido frente ao governo Dutra, que é considerado como um governo “de traição nacional, a serviço do imperialismo”⁴⁸⁷. Esta política como vimos anteriormente, trouxe novas preocupações aos setores de segurança do Estado.

Neste contexto, podemos afirmar que a preocupação dos agentes policiais com os anarquistas era desproporcional ao seu vulto e contingente militante? Afinal, num relatório produzido por um agente policial no Rio de Janeiro, este sublinhava que o “número de anarquistas no Brasil não atinge a duas centenas, mantendo ligação com correligionários de vários outros países, particularmente Espanha”⁴⁸⁸. Concluía sua análise, baseada em correspondências e documentos apreendidos antes do Congresso Anarquista de 1948, que “Trata-se, como verifica, de um movimento de âmbito assaz restrito e por isso mesmo incapaz de influir no ambiente nacional”⁴⁸⁹. Ainda assim, ficamos intrigados em verificar que em São Paulo, as atividades policiais em torno dos anarquistas prosseguiram de modo contínuo durante todo o ano de 1948 sob a vaga repressiva que se inaugurara no ano anterior com administração do governo Dutra. Se os anarquistas eram otimistas em relação ao seu crescimento, as forças policiais não descuidariam dos elementos potencialmente “subversivos”. O maior perigo não era propriamente a quantidade dos anarquistas, mas de fato, o enraizamento de seu projeto radical nas entidades classistas que os preocupava.

Neste sentido, não apenas o *Centro de Cultura Social* de São Paulo fora vigiado, mas os agentes policiais esforçaram-se para mapear os rastros dos anarquistas em quaisquer outros espaços da capital, tais como as conferências realizadas pelos anarquistas na *Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo*⁴⁹⁰ e outras no *Salão Hispano-Americano*⁴⁹¹. Seria uma precaução da polícia sobre a possível expressão política que os anarquistas pudessem ter ou haveria algum fator extraordinário que preocupava a agência policial?

Primeiro, é preciso ressaltar que o maior temor dos agentes estava ligado a suspeita de que “elementos marxistas comunistas estejam se infiltrando no meio [anarquista], dada a ilegalidade em que se encontram. [Pois] Já se tem notado alguns apartes francamente comunistas”⁴⁹². Apesar da preponderância anarquista no interior do CCS, o espaço não era

domínio da reação”, identificando os atentados contra a liberdade de imprensa e organização como “manifestações reacionárias”. Não somente as que ocorriam no “setor operário”, mas também em relação ao “cancelamento do registro do partido dos bolchevistas”, que também “constitui outra demonstração do retorno da reação na vida brasileira”. Retorno ao Domínio da Reação. **A Plebe**, São Paulo, 02/06/1947, nº 02, p. 01. Nos próximos números, os anarquistas de São Paulo receberão uma carta da Agrupação Libertária Os Ácratas, do Rio Grande do Sul, que será publicada no jornal *A Plebe* do mês de agosto do mesmo ano. Os anarquistas de *Os Ácratas* justificam sua carta, dizendo que esta “tem o objetivo de manifestar aos companheiros de ‘A Plebe’ que os militantes aqui radicados não concordam com os termos da nota editorial do segundo número desta nova fase, intitulada ‘Retorno ao domínio da reação’”. De sua leitura se desprende alguma ambiguidade que pode dar margem a confusão no seio dos trabalhadores e, principalmente, entre os militantes anarquistas, quando trata do fechamento do partido comunista. Não deve interessar aos anarquistas nem devemos lamentar o fechamento desse partido porque o seu desaparecimento do ambiente político em nada atinge o movimento social de emancipação humana.” Coisas nossas: conversando sobre princípios e atitudes. **A Plebe**, São Paulo, 01/07/1947, nº 05, p. 03.

⁴⁸⁷ PRESTES, Luís Carlos apud FALCÃO, 2012, p. 114.

⁴⁸⁸ MOVIMENTO ANARQUISTA NO BRASIL S/d. Rio de Janeiro. In Folha 13, Prontuário DFSP-RJ notação D-2237 – União Anarquista do Rio de Janeiro.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, Folha 15.

⁴⁹⁰ Segundo consta o prontuário. Prosseguem as Atividades Anarquistas nesta Capital, 19/08/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁴⁹¹ Espanhóis Anarquistas Clandestinos no País e Atualmente em Santos, 15/04/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

⁴⁹² Atividades Anarquistas no dia 17 (Conferência Realizada) – Propaganda em Perspectiva, 23/04/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

propriamente sua instância “ideológica”, mas servia de fachada “legal” para suas atividades. Participavam das atividades do centro, militantes de outras orientações ideológicas, ao que parece, uma ação operada pelos anarquistas para constituir alianças táticas em comum, numa conjuntura complexa. O agente policial constatava que “os anarquistas de São Paulo pretendem lançar agora uma grande campanha de propaganda, nos moldes da desenvolvida no início pelo Partido Comunista do Brasil”⁴⁹³ O agente policial sublinha que “Terão, não resta dúvida, o apoio dos elementos comunistas, motivo por que o movimento anarquista é, na hora presente, digno de constante observação da policia social e política”⁴⁹⁴. Ou seja, de que não era apenas a possibilidade de crescimento das atividades anarquistas que preocupava o agente em seu relatório, mas a possível bem-sucedida articulação entre comunistas e anarquistas. A questão era que tipo de comunismo o agente policial se referia, já que ao que tudo indica os comunistas presentes nas atividades do CCS-SP e mencionados por este, não eram propriamente do PCB.

Outrossim, o relevo da investigação do serviço reservado da polícia aos anarquistas aprofundava-se com os temores de movimentações de militantes *estrangeiros* no país, um *velho*⁴⁹⁵ fantasma para as forças de segurança. O agente policial chama atenção para a atividade de “uma organização que age secretamente para a introdução no País de clandestinos anarquistas espanhóis”. Segundo o policial

No ‘salão Hispano-Americano’ (G.D. Hispano-Americano), à rua do Gazometro 738, nesta Capital, existe, ainda, uma “comissão” com a mesma finalidade. De vez em quando, os componentes da mesma fazem correr uma lista para donativos destinados ao amparo de clandestinos anarquistas.⁴⁹⁶

As atividades culturais organizadas pelos militantes anarquistas em São Paulo seriam despidas de suas aparências pelo agente policial, que explicitaria uma articulação mais profunda e temerária aos promotores da *ordem* social. Justifica-se assim, a mobilização de maiores energias na vigilância aos anarquistas da capital paulista, vigilância que se não estava amparada apenas na avaliação da agência policial da capacidade de inserção dos anarquistas nas entidades de classe, mas afinava-se com atos considerados como potencialmente subversivos a ordem social. Tal vulto se consolidaria a partir de um prontuário mais próximo que apesar de exagerado, trazia evidências dessa rede de atuação. O relatório fora escrito no dia 02 de abril de 1948. O tema é o mesmo: a articulação dos anarquistas brasileiros com militantes estrangeiros. O relatório fora confeccionado em Montevidéu por um agente policial residente no Rio de Janeiro. No dia 15 do mês em que fora produzido o relatório, o policial afirma que “entreguei ao Delegado de Policia de Livramento uma informação que ele

⁴⁹³ *Idem*. Num prontuário, uma ficha de assinatura do jornal *A Plebe* apreendida pela autoridade policial numa atividade em São Paulo. Transcrevo parte dos objetivos desta *campanha*: “Afim de que seja assegurada definitivamente a vida econômica do jornal, e conseqüentemente a sua publicação regular, precisamos conseguir-lhe assinantes. Com 5.000 (sic) assinaturas, “A Plebe” terá sua vida garantida. Precisamos pois, conseguir CINCO MIL ASSINANTES. E não será difícil – se todos os amigos do jornal se dispuserem a trabalhar, conseguindo-se assinantes entre os militantes libertários, entre os simpatizantes do nosso movimento entre amigos do jornal, etc.” Para a Divulgação de A Plebe: Campanha das 5.000 assinaturas. S/d. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁴⁹⁴ *Idem*.

⁴⁹⁵ Se algumas questões da cultura política anarquista retornavam como um elemento residual, o temor ao imigrante também.

⁴⁹⁶ Espanhóis Anarquistas Clandestinos no País e Atualmente em Santos, 15/04/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

transmitiu por radio ao Rio via S. Paulo”⁴⁹⁷. O policial afirma que “O radio dizia isto mais ou menos”⁴⁹⁸.

Chegou ha um mes aproximadamente de França e embarcou em Marselha um individuo chamado JOSE SANTOS, espanhol, de uns 32 anos aproximadamente, anarquista que vem enviado pela F.A.I- C.N.T. de França, organizações ambas anarquistas. Este Jose Santos vive atualmente na casa de Alfredo Francisco Chaves Alonso, rua Jose Monteiro – São Paulo. Este ultimo forma parte do Comite Executivo Anarquista do Brasil e é que tem alojado Santos e uma mulher que se diz sua esposa, que na realidade é uma ativa do Partido Comunista Frances; pois os dias 5 e 6 deste mês eu mesmo assisti em São Paulo, na rua Gazometro no centro hispano-americano, organização chamada cultural que no fundo é notadamente marxista, segundo eu pude comprovar, a duas reuniões com uma assistencia de 300 a 400 sectarios de células do P.C. de todo o Brasil. Usou da palavra, entre outros muitos oradores, Santos e a mulher que o acompanha, demonstrando ambos uma cultura politica-social formidavel. Simultaneamente nesses mesmos dias a noite o Centro Cultural que tu poderá buscar e por em contacto em casa de Chaves este outro centro cultural é anarquista, e trataram de se haviam de trabalhar unidos comunistas e anarquistas e o resultado foi afirmativo.⁴⁹⁹

O agente policial ressalta que nesta ocasião onde se selou o acordo de trabalhar unidos comunistas e anarquistas nesse enlace internacional, estava presente na reunião “um delegado do Rio, muito culto, preto se chama Raul Vital, vivem em Niteroi, rua Paulo Souza 217, na casa desse individuo, se edita um jornal clandestino que se intitula ‘O Archote’”⁵⁰⁰.

Esquadrinhando como funcionava o contato entre comunistas e anarquistas, o agente prossegue dizendo:

O Partido Comunista do Brasil tem ligações diretas com o P.C. do Uruguai e este é o sistema de enlace para que os possa controlar da melhor forma possivel. Saem os enlaces de São Paulo por ferrocarril para Santa Maria, R.G. Sul, ali pernoitam em um hotel de um comunista que já enviei os seus nomes. No dia seguinte às 8,40 da manhã, saem para a fronteira e em Livramento se hospedam no ponto de apoio que teem ali chamado "Progresso Hotel". O dono pertence as celulas de Livramento, no dia seguinte este ponto de apoio lhe dá enlace com Manuel Maure, comunista, espanhol expropriario de um pequeno hotel perto da estação do ferrocarril. Ali ficam até que o chefe da escolta do trem direto a Montevideu lhe passa a um chefe de controle e seguem até Paso de Los Toros, ali descem e recolhem o onibus da ONDA. Fazem assim para que a Polícia Secreta não os possa apanhar, uma vez que sobem uma estação depois de Paso de Los Toros. Eu mesmo junto com quatro comunistas e um enlace do P.C. brasileiro fizemos esse intinerarios (sic) e vinha conosco um anarquista espanhol tambem chegado de França chamado Jaime Janer Rafal que vem abrir zona para Santos e sua quadrilha de ação direta para depois estes individuos dar os golpes economicos. Rafal já tem o caminho preparado no Uruguai.⁵⁰¹

O relatório segue com indicações sobre a chegada dos anarquistas espanhóis e desvela uma suposta rede de atuação que envolvia membros do Partido Comunista do Uruguai, da

⁴⁹⁷ Cópia de um Relatório confeccionado em Montevideo, por res. po Rio, s/d, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, folha 12.

⁴⁹⁸ *Idem.*

⁴⁹⁹ *Idem.*

⁵⁰⁰ *Idem.*

⁵⁰¹ Cópia de um Relatório confeccionado em Montevideo, por res. po Rio, s/d, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, folha 12.

França, do Brasil e militantes anarquistas espanhóis e brasileiros. Segundo o agente policial o propósito do enlace era enviar armas a militantes nacionais.⁵⁰² Tal afirmação, em nossa opinião é inverídica, pois não há nenhum vestígio que comprove qualquer tipo de atuação neste sentido. Parece-nos que o informante exagerara a força de seus vigiados com o objetivo mais evidente de conseguir dinheiro com a agência policial que o sustentava.

Sobre o propósito da vinda dos anarquistas espanhóis ao Brasil, o policial prossegue seu relatório dizendo que se “infiltrara no coração do P.C. uruguaio” e que os anarquistas espanhóis “querem formar e dar impulso ao movimento marxista anarquista no Brasil, e em São Paulo tem hoje seu quartel general”⁵⁰³. É correto afirmar que há uma coordenação entre os anarquistas que extrapola as fronteiras nacionais, mas é difícil acreditar no enredo que afirma haver em São Paulo 120 fuzis e 800 granadas de mão, com envolvimento direto dos anarquistas num contexto em que havia dificuldade mesmo, para reproduzir sua militância.

De qualquer modo, antes mesmo da confecção deste relatório, o trânsito dos anarquistas brasileiros para outros países não passara despercebido, ainda que os motivos desse trânsito não estivessem claros em seus mecanismos mais internos para a agência policial. Pedro Catallo, que ganhara prontuário próprio desde 1934, permanecia sob os olhos da polícia política durante todo o ano do Congresso. Em relatório policial, intitulado “Observação em torno dos anarquistas de São Paulo (Conferências, Palestras, etc.)” e datado de 14 de abril de 1948⁵⁰⁴, o militante, seria citado, por estar “atualmente trabalhando pelo anarquismo na República Argentina”⁵⁰⁵. Com a vigilância constante no ano de 1948, a associação *internacionalista* e em específico entre espanhóis e brasileiros parecia evidente para a agência policial. O contato do Centro de Cultura Social com o salão Hispano-

⁵⁰² A citação completa. “Santos enquanto preparam em São Paulo o terreno para dar os golpes economicos, traz a missao de dar o maior impulso as organizações anarquistas de São Paulo e de todo o Brasil seguindo as ordens que ele traz do Comite Executivo de França e tambem preparar uma reuniao nacional que se efetuará em São Paulo e tem fixada a data para o dia 29 de agosto, ai esta a ocasião para que controles essa reunião e possas fazer com todos. Já em caminho para Montevideu o enlace do P.C. me me (sic) disse como confidenci (sic) a que os vapores franceses “campana” e “Desidale” chegaram em intervalos de varias viagens, duas metralhadoras “Hotkins”, 60 metralhadoras levianas (individuais) cento e tantas pistolas de regulamento, 120 fuzis, 800 granadas de mão, 8.000 tiros para essas armas. Isto é enviado e embarcado em Marselha por intermedio de dois enlaces que existem em cada um desses vapores e se encarregam de faze-los desembarcar no porto do rio de Janeiro. Estas armas estão em São Paulo e estou preocupando-me para ver si rapidamente posso enviar-te, aonde tem esse deposito. Tambem tens que localisar em São Paulo a um individuo chamado Pascoal Palao que é o encarregado do enlace P.C.B e P.C. Argentino, pela fronteira de Paso de Los Libres, este sujeito é conhecido mais vulgarmente como “El Catalan”, por ser da região da Cataluña. É culto, e anda armado com pistola de regulamento e duas granadas italianas. Localisar tambem em São Paulo o seguinte: individuos (sic): JUAN MARTINEZ, na Gal. Garcelon 168 e demais uma busca no seguinte domicilio: rua Maria Domitila 160, aí provavelmente encontrarás propaganda clandestina. O delegado de Policia da cidade de Livramento se chama, Dr. Muniz Reis, foi a quem dei a informação que haverás recebido por radio. Me Suponho que Fernando, os haverá entregue a parte que lhe dei do Arsenal das Ilhas das Cobras creio que foi um trbalho (sic) bastante positivo, o que a mim se encomendou, ficou decifrado.” *Idem*.

⁵⁰³ A citação completa. “Eu agora me infiltrei decididamente no coração do P.C. uruguaio, e tenho relações estreitas com os anarquistas espanhois que são os que querem formar e dar impulso ao movimento marxista anarquista no Brasil, e em São Paulo tem hoje seu quartel general. [...] Necessito que da maneira mais rapida possivel me envie 1.000 pesos uruguaios pois estou sem meios ao meu alcance e como creio que convem que siga com o serviço, sobretudo para descobrir aonde estão localisadas as armas de São Paulo. Deixar morto o nome de Marcelino Lopez Lopez porque eu não tenho documentação legal para esse nome. Em espera da vossa resposta, que espero seja pronta e com minhas saudações para o Chefê.” *Idem*.

⁵⁰⁴ 14/04/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

⁵⁰⁵ *Idem*. Catallo fora enviado para representar os anarquistas de São Paulo no congresso da FORA (Federación Obrera Regional Argentina), entidade sindical que contava com a militância e influência anarquista. **A Plebe**, São Paulo, 24/03/1948, nº 13, p. 02.

Americano neste sentido, atestava uma relação que extrapolava as “meras atividades culturais”.

Segundo o agente policial: “O fato de festivais do Centro serem realizados no G.D. Hispano Americano é devido a que este tem u’a (sic) maioria de associados pertencentes á Federação Anarquista Internacional (F.A.I.)”⁵⁰⁶. A análise policial equivocava-se ao que diz respeito à constituição de uma Federação Anarquista Internacional, que se era decerto uma intenção internacional⁵⁰⁷, ainda não se concretizara no presente contexto. É provável que haja uma confusão com a sigla da Federação Anarquista Ibérica (F.A.I.)⁵⁰⁸. Confusão que fora reforçada pelos relatórios anteriores onde consta a participação de anarquistas espanhóis no estado de São Paulo e sua relação com militantes do Rio de Janeiro. Acrescentamos o fato, de que a eficiente articulação internacionalista dos militantes brasileiros durante esses anos contribuiu para reforçar no imaginário policial, a ideia de que tal organização internacional estivesse plenamente constituída e em funcionamento. Ironicamente, a concretização da utopia dos anarquistas neste sentido, era muito mais modesta que o temor e o imaginário da agência policial e de seus informantes. De qualquer modo, a ligação entre anarquistas ibéricos e brasileiros – aparando as fantasiosas possibilidades insurrecionais comentadas pelos informantes policiais – realmente existira. Apesar de não ter prosseguido com a investigação, a adesão do “grupo de exilados espanhóis do Rio Grande do Sul”⁵⁰⁹ ao congresso anarquista de 1953 e sua participação num encontro anarquista em 1962⁵¹⁰ com participação ativa dos anarquistas, evidencia linhas de comunicação e solidariedade entre esses dois mundos, que de fato, fundiam-se como se fossem apenas um.

5.2 - A linha justa e os críticos do PCB

Como diferem de nós os “comunistas” de Carlos Prestes!
Moacir Caminha⁵¹¹

A imprensa e a política anarquista do período que estudamos era extremamente crítica com as diretrizes do PCB. Na circulação do primeiro jornal anarquista em solo nacional, *Remodelações*, o “partidão” e seu secretário geral, Luís Carlos Prestes eram alvo frequentes de ácidas críticas dos anarquistas. Essas críticas eram dirigidas não apenas a política do partido, mas sua orientação sindical e posições que os anarquistas julgavam contraditórias, como por exemplo a tese da revolução democrático-burguesa, que defenderia que para se fazer uma revolução bem sucedida no país, este precisaria passar por uma revolução de caráter burguês (etapismo). Outra era a posição do PCB nos anos imediatos do pós-guerra, que defendia a política de “apertar o cinto”. Na prática isso significava sacrificar as exigências e demandas dos trabalhadores em detrimento de questões internacionais⁵¹². A convivência

⁵⁰⁶ Investigação em torno de atividades anarquistas em São Paulo, 20/10/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

⁵⁰⁷ Segundo informes publicados nos jornais anarquistas.

⁵⁰⁸ Organização anarquista que reunia militantes da Espanha e Portugal. Marcos Alcón, por exemplo, militante espanhol que assinava artigos geralmente publicados em Ação Direta, fora integrante da FAI.

⁵⁰⁹ Ata de Reunião do Congresso Anarquista de 1953, 03/12/1953 In. Rodrigues, 1993, p. 88.

⁵¹⁰ Apud Rodrigues, 1993, pp. 36-37. Cf. Proveitoso Encontro de Militantes Anarquistas. **O Libertário**, São Paulo, Junho de 1962, nº 8, p. 03.

⁵¹¹ Moacir Caminha. Nós e os comunistas de Prestes e de Estaline. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 18/06/1947, nº 17, p. 01.

⁵¹² Segundo *Remodelações*. “Por tais razões, o Partido Comunista, partido do proletariado e do povo, aconselha aos trabalhadores que apertem o cinto na barriga” E é esse o “partido do proletário e do povo”! Que traição vil! “O partido Comunista, partido do proletariado e do povo” não pode admitir hoje na sua linha, o desvio de um

entre anarquistas e comunistas do PCB era frequentemente tensa e repleta de ruídos. Mas a dificuldade de relação entre os comunistas do PCB e os anarquistas pode ser medida não apenas pela imprensa, mas pelos processos cotidianos que envolviam seus militantes.

Em São Paulo, o espaço da Praça do Patriarca foi eventualmente apropriado por diferentes forças políticas, que utilizavam o lugar público para debater problemas políticos e sociais. Os anarquistas seguindo o costume de participar desses atos reclamavam que “os comunistas como de costume, procuraram assegurar o predomínio dos seus oradores”⁵¹³. Segundo o depoimento do anarquista Pedro Catallo, “organizaram uma *brigada* de desordeiros, encarregados de gritar, assobiar, insultar e apostrofar todos os quantos em sua arengas, não observem os ditames absurdos da *linha justa* Prestiana.”⁵¹⁴ O orador reclama nas páginas de *Ação Direta* que “quando os oradores que sobem são anarquistas, a gritaria toma proporções atordoantes e aspecto nítido de sabotagem fascista”⁵¹⁵. Um informe da Juventude Libertária do Rio de Janeiro⁵¹⁶ também publicado nesse jornal relata uma atividade desta com o objetivo de “propagar o ideal anarquista e ao mesmo tempo o semanário *Ação Direta*”⁵¹⁷. Nesta atividade colaram jornais em diversos muros da cidade com os números atrasados desse jornal. Segundo membros da juventude libertária, “depois de tentarem rasgar nossos cartazes” os “rapazes do *Jornal da Juventude* (de orientação bolchevista) resolveram tapar-nos a propaganda”⁵¹⁸. No mesmo seminário o militante Raul Vital contava que ao colar os números de *Ação Direta* na galeria *Cruzeiro*, localizada na avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, foram “provocados por uma turma de uns vinte bolchevistas, tentando nos impedir a nossa propaganda”⁵¹⁹. Reagindo aos bolchevistas, Raul afirma que os anarquistas responderam que estavam “praticando um ato lícito e ninguém nos obstará. Eles então nos ameaçaram. Respondemos que não tínhamos medo de homens e que estávamos dispostos a enfrentá-los até fisicamente, se nos tocassem. Entrelharam-se e foram saindo, um atrás do outro.”⁵²⁰

Se as relações eram tensas em alguns espaços, podiam ser também cordiais e fraternas em outros, principalmente em lugares onde a questão política não determinava diretamente a convivência das duas correntes. A.C relata em suas memórias que foi “muito cantado pelos comunistas”⁵²¹. Membro da Associação Cristã de Moços, nosso entrevistado relata que

Associação Cristã dos Moços não era apenas um colégio, era uma sociedade destinada a orientar os moços. Aquela idéia dos protestantes, de tirar os moços dos vícios. Mas tem uma coisa interessante, como não podia deixar de ser, tinha lá os comunistas. Aliás vários deles ficaram muitos meus amigos.⁵²²

milímetro sequer para a esquerda”. Para a esquerda não, e sim para a direita, para o “queremismo”, para lamber as botas do ditador, para lacaio da burguezia progressista”. É isso mesmo: ‘Queremos angú, baeta e o bacalhau de três pontas.’”O objetivo do Partido Comunista do Brasil é completar a revolução democrática-burgueza, com a extinção das revivências feudais em nossa terra, não tendo pois, qualquer reivindicação de ordem socialista e, MUITO MENOS COMUNISTA”. Os Renegados. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 25/10/1945, nº 03, p. 03.

⁵¹³ CATALLO, Pedro. Infâmia Bolchevista. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 30/11/1946, nº 26, p. 01.

⁵¹⁴ *Idem*.

⁵¹⁵ *Idem*.

⁵¹⁶ Um sinônimo freqüentemente utilizado para referir-se a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro.

⁵¹⁷ Juventude Libertária do Rio de Janeiro. Totalitários. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 10/12/1946, nº 27, p. 03, grifos do autor.

⁵¹⁸ Juventude Libertária do Rio de Janeiro. Totalitários. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 10/12/1946, nº 27, p. 03, grifos do autor.

⁵¹⁹ Raul Vital. Propaganda. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1959, nº 136, p. 02.

⁵²⁰ Raul Vital. Propaganda. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1959, nº 136, p. 02.

⁵²¹ Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel em 02/11/2011.

⁵²² *Idem*.

Os críticos do PCB não se limitavam obviamente aos anarquistas. As subsequentes cisões e divergências internas que acompanharam o processo de formação do partido no país implicaram em caminhos por vezes heterodoxos ao stalinismo do “partidão”, divisões que podem ser registradas ainda em 1929. Por outros caminhos, leituras divergentes do marxismo conduziam eventualmente a criação de agrupamentos comunistas com orientações programáticas distintas as do PCB. Essas organizações não chegaram a ameaçar a hegemonia do PCB como força de esquerda, mas implicaram em alternativas que tinham programas e estratégias próprias.

O pesquisador Frederico José Falcão denomina essas correntes de críticos da tradição stalinista. Não inclui os anarquistas em seu levantamento, mas julgamos que os anarquistas podem ser incluídos nesse campo por inúmeros motivos⁵²³, afinal constituíam-se como um campo socialista⁵²⁴ e libertário, crítico desta tradição. Lembremos que muitos comunistas membros desta “tradição” de oposição ao stalinismo têm origem nas hostes do anarquismo⁵²⁵ e que apesar das diferenças ideológicas⁵²⁶, algumas aproximações táticas eram possíveis, pois o “trânsito” entre diferentes matizes da esquerda se imprimia suas diferenças estratégicas, também trazia consigo a marca de um tronco histórico e uma tradição em comum⁵²⁷. Deste modo, podemos compreender a atuação dos anarquistas como um dos “galhos” desta tradição crítica ao stalinismo, que se alimentava de interpretações das mais variadas. Entender o

⁵²³ O pesquisador Felipe Corrêa, debatendo a problemática metodológica e conceitual dos estudos de referência sobre o anarquismo, nos alerta sobre uma série de equívocos que podem ser cometidos pelo pesquisador ao tratar o anarquismo como objeto. Segundo Corrêa “*O anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e da defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão.* CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Bettine de Almeida. São Paulo, 2012, p.79, grifos do autor. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. da Universidade de São Paulo, 2012. Deste modo, compreender o anarquismo e suas práticas, apenas como *negação do estado* ignora o conteúdo socialista desta ideologia e o retira – mesmo a força de ignorar os dados históricos e a experiência de seus agentes – de um *campo* mais amplo de relações políticas.

⁵²⁴ Sobre o caráter socialista do anarquismo, segundo Lucca Gabriel: “Contudo, os movimentos sociais não pararam na religião. Embora influenciados por ela, os homens que queriam a transformação social olharam-na com desconfiança. Foram paulatinamente, ao mesmo tempo que se deixavam influenciar por idéias autoritárias uns, por idéias libertárias outros. Daqui resultou o socialismo em duas concepções distintas. [...] Combater todo centralismo, toda forma de autoridade é a missão da luta social em favor do socialismo. Fundar um partido socialista é o primeiro passo para a degeneração do socialismo, é abrir as portas à infiltração do germe de sua própria destruição. O socialismo tem que se constituir em federações libertárias, de modo a tornar impossível qualquer infiltração autoritária. O socialismo tem que ser livre. [...] Os anarquistas teem (sic) demonstrado em suas lutas e métodos de propaganda, que nenhum outro caminho se abre à humanidade para que essa atinja o objetivo da liberdade, senão aquele que conduz à abolição completa do princípio de autoridade.” GABRIEL, Lucca. *Política e Socialismo. A Plebe*, São Paulo, 15/07/1947, nº 04, p. 02.

⁵²⁵ Segundo o depoimento de Hilcar Leite, falando sobre a composição da direção da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos), diz que: Essa turma toda [de anarquistas] é que iria constituir o grosso da oposição sindical ao Partido Comunista, de onde saiu posteriormente a base dos operários trotskistas do Brasil.” GOMES, Angela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p 165.

⁵²⁶ É importante ressaltar, que por vezes, essas diferenças são aprofundadas por uma determinada História das ideias Políticas (tais como a realizada por George Woodcock) e que elas não correspondem totalmente aos elementos constitutivos dos objetos que se pretendem estudar. O anarquismo teve o seu princípio de negação do estado, **sobrevalorizado em relação aos outros elementos históricos** que constituíram esta ideologia. Sobre a insuficiência de se analisar as práticas e os teóricos anarquistas apenas pela *negação do estado*, Cf. SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: *Anarkismo.net*, 2011. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/20240>>. Acessado em 20/12/12.

⁵²⁷ A “árvore da liberdade” de que nos fala E.P. Thompson.

anarquismo desta forma é de certo modo, recolocá-lo do ponto de vista historiográfico, dentro de uma tradição mais ampla de socialismo.

Um desses grupos fora a União Democrática Socialista (UDS) oriunda do Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), que fora criado em 1942. Este grupo concentrava-se em São Paulo e tinha como lema “socialismo com democracia” (Falcão, 2012, p. 40); buscavam um novo rumo no caminho do socialismo revolucionário distante do stalinismo e do trotskismo (Ibidem). Participaram deste grupo, Antônio Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes, Paulo Zing e Germinal Feijó. Além destes, participara do GRAP, o operário europeu Eric Sachs⁵²⁸.

Outro grupo crítico ao PCB era a Esquerda Democrática (Falcão, 2012, pp. 40-41), composta principalmente por “socialistas reformistas” (Idem). Este agrupamento possuía núcleos em vários estados brasileiros e se transformaria no Partido Socialista Brasileiro em abril de 1947, após sua segunda convenção (Ibidem).

Dos agrupamentos dentro da tradição trotskista cabe mencionar o Partido Operário Leninista (POL), criado por alguns militantes em 1936, entre eles, Mário Pedrosa. Em março de 1937 o POL sofreu uma cisão que quase levou a seu desaparecimento (Ibidem). Uma cisão *pecebista*, intitulada Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda e liderada por Hermínio Sachetta, uniu-se ao grupo do POL que sobrevivera ao “racha”. Fundiram-se então, em agosto de 1939, criando o Partido Socialista Revolucionário (PSR) que se vinculara a IV Internacional em 1948.

Outro agrupamento de esquerda, surgido no estado do Rio de Janeiro fora a União Socialista Popular (Ibidem, p. 42). Este agrupamento é criado em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, que tinha Mário Pedrosa em sua direção. Reuniria basicamente antigos militantes trotskistas; mas, apesar da “caracterização dos historiadores que se ocuparam do grupo” (Idem), esta organização tentava fugir da “bipolaridade surgida no movimento comunista após a morte de Lênin”⁵²⁹ e, portanto, eram críticos tanto do stalinismo do PCB quanto do trotskismo. Apesar dos matizes ideológicos do campo de oposição pela esquerda ao PCB serem amplos, a pecha de trotskista poderia ser imputado a qualquer um que rompesse ou criticasse abertamente o PCB⁵³⁰, inclusive militantes libertários.

⁵²⁸ Que fundaria nos anos 60 a POLOP.

⁵²⁹ FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2012, pp. 42-43.

⁵³⁰ Por isso, em *Remodelações* um aviso: “não pertencemos ao partido comunista dirigido pelo camarada Prestes. A teoria social do comunismo não é privilégio de nenhum partido. Não somos nem nunca fomos trotskistas.” Nosso Programa. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 10/10/1945, nº 01, p. 01. Num relatório redigido por um agente policial, que vigiava as ações do Centro de Cultura Social de São Paulo, temos o seguinte exemplo em 1955: “As anotações existentes em nosso Arquivo a respeito do ‘CENTRO DE CULTURA SOCIAL de S. PAULO’, datam de 1949. A atual diretoria não registra antecedentes. Entretanto, esse Centro sempre foi um prolongamento do Partido Comunista, divergindo somente de sua ‘linha justa’, pois pendia para o ‘Trotskismo’ que, em linhas gerais, vinha a ser a política anarquista.” Doc 01. Prontuário DEOPS-SP no 1914 – Centro de Cultura Social. O caminho contrário também era uma possibilidade, classificar de anarquismo o trotskismo era uma maneira de desqualificar a oposição. Segundo o depoimento de Hilcar Leite, (filho de um anarquista, diga-se de passagem), no começo do seu isolamento e aproximação ao trotskismo, ainda no PCB: “Uma vez, até, o Danton Jobim me disse: ‘Você é simpatizante do Trotski porque nunca conseguiu se libertar do veneno anarquista que seu pai inoculou na sua infância’. GOMES, 1988, p 168.

A USP era composta por comunistas de tradição no Brasil, tais como Hilcar Leite⁵³¹, Aristides Lobo e Edmundo Moniz, este último candidatara-se a vereador nas eleições de janeiro de 1947. Em maio de 1948, o jornal *Vanguarda Socialista*, pertencente à União Socialista Popular, anunciava o ingresso de seus editores no recém-criado Partido Socialista Brasileiro (PSB). O jornal tornou-se o órgão oficial deste partido. A renúncia deste agrupamento político ao trotskismo e ao stalinismo os aproximou dos anarquistas e no campo tático, as afinidades se davam principalmente em torno da questão sindical⁵³².

Atividades realizadas pelos anarquistas contavam vez ou outra, com a participação dos comunistas do PSB. Estas eram notadas pela agência policial, que em seus relatórios (redigido em 12/04/1946) sobre as atividades do Centro de Cultura Social afirma:

na sede do ‘Centro de Cultura Social’ á rua José Bonifácio, 387, reuniram-se elementos da ‘esquerda Democrática’, ‘trotskystas’ e ‘anarquistas’, dirigidos por Edgar Lewenroth (sic), José de Freitas, Tito Vezio Batini e Herminio Sachhetta (sic). – O referido Centro era ligado à ‘Universidade Presidente Roosevelt’, com sede a Rua José Bonifacio, 387.⁵³³

A maior preocupação do agente policial era a de que:

Observa-se, pelos zuns-zuns, na sede do Centro de Cultura Social, que o comunismo pretende fundir-se com o anarquismo. Se isso acontecer, absorverá os anarquistas e, à sombra deste, iniciará nova campanha de agitação e propaganda.⁵³⁴

Pouco provável que o anarquismo pretendesse se fundir com o comunismo⁵³⁵, mas a aproximação tática entre esses dois polos mereceu atenção da agência policial.

Em outra atividade realizada neste espaço, no dia 06 de outubro de 1948, o agente policial relata que esta contara com a participação de cerca de 80 pessoas. Nesta, falou o socialista Aristides Lobo, que além de assumir que era membro do Partido Socialista Brasileiro, defendeu nas palavras do policial “a destruição do Estado”, que “só poderá ser eliminado por meio da revolução, armando o povo clandestinamente”⁵³⁶, palavras, que devem ter acionado o alerta sobre os temores, da improvável “fusão” entre anarquismo e comunismo, antecipadas pelo agente em sua vigilância permanente. O agente noticiara também que numa atividade realizada em 08 de julho de 1947, Pedro Catallo “anunciou que mais tarde serão

⁵³¹ Hilcar Leite, cursou o primário no colégio Pedro II e segundo consta em seu depoimento teve como professor José Oiticica. Esta relação deve ter influenciado na aproximação entre seu grupo e os anarquistas. Quando perguntado se os professores transmitiam sua ideias políticas aos alunos, Hilcar Leite, afirma que o “Oiticica, do segundo ano em diante, conversava sobre política conosco.” Ou seja, não fora apenas questões políticas que aproximaram o grupo de Hilcar Leite dos anarquistas, mas havia uma relação pessoal que extrapolava o campo político. GOMES, Angela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p 154.

⁵³² Que será debatida com maior profundidade adiante.

⁵³³ Prontuário DEOPS-SP no 1914 – Centro de Cultura Social.

⁵³⁴ Atividades Anarquistas – Conferência – Festival Programado para 1º de Maio. Dirigido a Dr. Delegado Especializado de Ordem Social, 29/04/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁵³⁵ A diferença entre o comunismo e o anarquismo parecia bem clara aos anarquistas, que afirmavam: “Há duas espécies de comunismo e, pois, também de comunistas. Um, estatal ou autoritário; o outro anarquista ou libertário. O primeiro é ditatorial, metafísico (ainda que se diga materialista e <<científico>>, pois mergulha as suas raízes filosóficas na abstrusa metafísica de Hegel), centralizador, dogmático, totalitário; o segundo é libertário, positivo, racional, descentralizador, federalista, exaltador da personalidade.” ALARMA. Dois Comunismos, **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 20/08/1946, nº 17, p. 03.

⁵³⁶ Conferência Anarquista Realizada a 2 do corrente no Centro de Cultura Social, 06/10/1948, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

fundados outros movimentos na Capital, que funcionarão no bairro do BRAZ e no centro da Cidade.” O policial ressalta que este, “Disse ainda, que talvez a séde do Centro funcionará no salão do Partido Socialista, em virtude do abalo que sofreu o prédio em que atualmente se acha instalado, conseqüente da construção do terreno vizinho”⁵³⁷, o que indica uma convivência pacífica e boa relação entre as duas correntes. As atividades descritas pela delegacia de polícia responsável por vigiar os anarquistas eram divulgadas em sua própria imprensa⁵³⁸.

A boa relação entre anarquistas e comunistas críticos ao stalinismo e ao trotskismo obedece segundo nossa análise duas questões. Uma mais ideológica⁵³⁹, que se orientava de acordo com a percepção dos anarquistas das maiores afinidades com este grupo. Esta percepção “credenciava” sua relação com estes setores, a ponto dos anarquistas classificarem-nos em certa medida, como *libertários*⁵⁴⁰. E a segunda, mais conjuntural, que fazia com que as propostas desta corrente – num momento onde essas forças eram minoritárias no espectro da esquerda – sobre a questão sindical aproximou os anarquistas destes no plano tático.

Longe do anarquismo ser caracterizado pelo “isolacionismo político” como supõe Martin Cézár Feijó (s/d, p. 151), vemos que seus militantes procuraram, ao menos no período de nossa pesquisa, estabelecer alianças e relações mais amplas no campo socialista.

⁵³⁷ 08/07/1947, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, folha 02.

⁵³⁸ “Não obstante isso, a série de palestras sobre o socialismo teve prosseguimento. Depois das que já noticiamos sobre a gênese e o desenvolvimento do Estado, foram realizadas outras que tiveram por temas – o Estado moderno e o Estado e o socialismo, e, por fim, se é possível dispensar o Estado na organização da sociedade. A primeira foi realizada pelo prof. Antonio Candido, a segunda pelo dr. Febus Gikovate e a terceira pelo companheiro Edgar Leuenroth. Nos debates travados no final dessas conferências participaram muitos elementos, destacadamente os companheiros dr. Mario F. Santos e Lucas Gabriel, e na última, o socialista Aristides Lobo.” As Conferências do Centro de Cultura Social. **A Plebe**, São Paulo, 13/10/1948, nº 19, p. 03. A relação entre Aristides Lobo e Edgar Leuenroth estendia-se a esfera sindical. Edgar Leuenroth e Aristides Lobo participaram ativamente da organização da categoria dos jornalistas.

⁵³⁹ Como por exemplo a caracterização da URSS pelo PSB como um “capitalismo de Estado”. Tal caracterização afinava-se com a dos anarquistas brasileiros e com a opinião do anarquismo internacionalmente. “A comissão estadual do Partido Socialista Brasileiro. Secção de São Paulo, reunida em Santos no dia 27 de Junho de 1948, considerando o problemada posição que os socialistas devem assumir em face da orientação seguida pelo Partido Comunista do Brasil, (...) considera os pontos seguintes: 1.o - O Partido Socialista Brasileiro é contrário tanto ao comunismo russo quanto à sua expressão local, o Partido Comunista do Brasil. 2.o - Entre o comunismo como doutrina, e o socialismo democrático, existe uma convergência de objetivos, visto que ambos lutam pela socialização da propriedade, com as conseqüências decorrentes daí, no campo da produção, da distribuição e da organização social - inclusive a supressão progressiva do arcabouça do Estado como forma suprema de controle. 3.o - A referida convergência não existe, todavia, em relação ao capitalismo de Estado que, na URSS esclerosou numa ditadura permanente o processo de socialização. (...)”. Repúdio á doutrina do capitalismo de Estado: o PSB saberá distinguir a massa proletária da elite comunista dirigente. **Folha Socialista**, São Paulo, Ano 1, 15/08/1948, nº 10, p. 01.

⁵⁴⁰ Pelo menos é o que indica um relato escrito por um anarquista (não identificado) sobre uma atividade sindical feita entre ambas as correntes. O critério de avaliação utilizado pelo militantes neste caso fora o da questão do Estado. Segundo este: “Diríamos, em virtude dos princípios que ali se pregavam, que a maioria dos componentes da mesa, era constituída de libertários. Na exposição, dêles, o Estado, quando aparecia, aparecia como a luz da mortíça de existência precária.” Gerou o Movimento Renovador? **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 12/02/1948, nº 44, p. 01. Mas havia também algumas questões táticas relativas ao sindicalismo que aproximaram paulatinamente as duas correntes.

CAPÍTULO VI – Práticas Militantes

Procurar um ponto de apoio para deslocar qualquer obstáculo
não é só imitar Arquimedes que disse
<< dai-me um ponto de apoio e eu removerei o mundo>>.
É também sinal de inteligência em qualquer operário,
para qualquer operário a quem não seja desconhecido
o poder de uma alavanca.
Necessário se torna contudo considerar que a alavanca,
o ponto de apoio e o obstáculo devem ser independentes entre si,
para que a força da primeira, multiplicada pelo segundo,
possa fazer se sentir no terceiro.
Por outras palavras, o ponto de apoio tem de ser inteiramente
estranho à pedra que se quer remover porque,
se estiver prêsso a ela, nada se conseguirá.
P. Ferreira da Silva⁵⁴¹

6.1 – A resistência sindical anarquista

Não é verossímil argumentar – diante os avanços da historiografia especializada – a favor da tese que afirma que a estrutura corporativista herdada do Estado Novo, nos anos de 45 a 64, impediu completamente o movimento dos trabalhadores e que este período fora completamente *letárgico* do ponto de vista de suas mobilizações. Apesar da herança corporativista, a classe trabalhadora jamais se submeteu totalmente às suas limitações.

Os avanços teóricos da história social nos anos 90, em específico da História Social do Trabalho⁵⁴², ampliaram não apenas os métodos de análise das pesquisas⁵⁴³ sobre o movimento operário, mas contribuíram com a dilatação do marco cronológico que orientava esses estudos⁵⁴⁴. A divisão “informal” entre historiadores e cientistas sociais nos estudos do pós-45 também fora diluída. Os historiadores passaram a se debruçar sobre este período formulando novas questões, que revigoraram o campo de pesquisas, inspirados entre outras questões, principalmente pelos trabalhos de E.P. Thompsom⁵⁴⁵ e seu conceito de **experiência**. Uma classe trabalhadora ativa e envolta em dilemas políticos profundos, ainda que, pressionando ou sendo pressionada por uma estrutura sindical corporativista, caracterizava de maneira geral o resultado dessas pesquisas. Os anarquistas no período estudado, também possuíam suas próprias análises dessas questões. Se por um lado faziam duras críticas a estrutura corporativista e ao que chamavam de sindicalismo *pelego*, jamais deixaram de valorizar as lutas sindicais de base, cuja experiência de classe, acabava por motivá-los a uma ação política permanente, acreditando assim, num possível despertar do *sindicalismo revolucionário*.

A despeito disto, do ponto de vista de nosso recorte histórico e temático, o anarquismo permaneceu no campo da pesquisa, numa condição semelhante à da caricatura da classe trabalhadora “letárgica” reforçada nos estudos do período de 1946 a 1964 anteriores a

⁵⁴¹ SILVA, P. Ferreira da. Um Ponto de Apoio. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 15/01/1947, nº 29, p. 01.

⁵⁴² Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *Os Desafios Atuais da História do Trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006

⁵⁴³ FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

⁵⁴⁴ FORTES, 1999.

⁵⁴⁵ Principalmente a polêmica de Thompsom com os círculos estruturalistas franceses (fortemente influenciados por Louis Althusser).

renovação da História Social. Apesar dos avanços e grandes contribuições das pesquisas sobre o anarquismo, a imensa dificuldade que sentimos em dialogar com uma historiografia quase que ausente⁵⁴⁶, sobre o anarquismo no período citado, nos fez refletir sobre quais eram de fato os alcances de sua prática. Mais do que isso, em nosso trabalho de campo, esbarramos com uma determinada *memória* sobre o anarquismo do período, que afirmava que este fora apenas um momento de refluxo, onde os anarquistas se limitaram a ações *culturais* pontuais, “preservação da memória”⁵⁴⁷ ou que “não se tinha muita coisa a estudar sobre este período”⁵⁴⁸, além de um ou dois jornais e depoimentos de “velhos militantes”. Parecia que o estudo do anarquismo do período, era constrangido mais por uma determinada *memória*⁵⁴⁹ militante do que propriamente pela contribuição histórica e seus dados, que revelava uma prática sindical frequente.

Apropriando-nos de uma metáfora thompsoniana⁵⁵⁰, neste sentido, o anarquismo do período, parecia eternamente ligado a uma gloriosa epopéia malograda nos anos anteriores (o vagão “glorioso” do trem atravessando o túnel) ou era considerado apenas como um momento de “transição” (que não pode reproduzir a “epopéia” sindical anterior e por isso limitou-se a atuação cultural), um período onde os anarquistas mantiveram a “chama” do anarquismo acesa ou apenas, um interstício onde se trabalhou para passar o “bastão” às gerações seguintes.

Esta memória de um anarquismo como um mero espectador de seu tempo, fora reforçada pela noção historiográfica – felizmente relativizada – de uma classe trabalhadora também coadjuvante de um período “inglório”. Faltava, em nossa compreensão, a análise das possibilidades, as esperanças e as atividades políticas realizadas por estes e que foram “derrotadas”, ou melhor, retomando a metáfora de E.P. Thompson; os vagões que ficaram perdidos no “túnel”. Pois entrando já na seara da historiografia, os vagões que o atravessaram são devidamente conhecidos: ou seja, as ações culturais do período e a imprensa anarquista, cuja continuidade para além do período estudado é inegável⁵⁵¹ e imprimiu sua marca na historiografia especializada. Mas em termos de ação sindical, no período que estudamos, entramos numa área nebulosa. Principalmente pela dificuldade de acesso aos vestígios. Mesmo nas fontes que tivemos acesso, as atividades sindicais – ao contrário dos posicionamentos sobre os sindicatos e o sindicalismo – são noticiadas com timidez e em termos numéricos são bem reduzidas⁵⁵². Isto se traduz na existência de uma imprensa

⁵⁴⁶ Tirando algumas exceções que serão debatidas e problematizadas aqui.

⁵⁴⁷ Anotações de nosso trabalho de campo. Sobre isso, cabe dizer que o militante Edgar Leuenroth realmente contribuiu para preservar a memória anarquista. Reuniu um grande volume de documentação do período, documentação esta que ajudou a formar o AEL-UNICAMP. Mas seria inadequado classificar toda a pujante ação do período, como um trabalho de preservação da memória.

⁵⁴⁸ Anotações de nosso trabalho de campo.

⁵⁴⁹ Mas o “pensamento histórico, por conseguinte, como científico é, por definição crítico da tradição – e de modo totalmente independente do eventual papel que a tradição possa ainda exercer no conjunto das idéias e normas em que ele se insira.” RÜSEN, 2001, p. 102.

⁵⁵⁰ Refiro-me a seguinte metáfora: “[...] a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção à planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. THOMPSON apud FORTES; NEGRO; FONTES, *Peculiaridades de E.P. Thompson*.

⁵⁵¹ A continuidade da imprensa anarquista, ainda que interrompida diante o regime autoritário inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964 é mostrada no trabalho de João Henrique de Oliveira. Cf. OLIVEIRA, João Henrique C. Oliveira. *Do underground brotam flores do mal: contracultura e anarquismo na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação de mestrado, IFCH/UFF, 2008.

⁵⁵² Neste sentido avaliamos com base no método indiciário de Carlo Ginzburg, que é possível mesmo assim, à despeito da exiguidade desses vestígios reconstituir determinada atuação de nossos agentes. Para Ginzburg “Se a

especificamente anarquista e de uma imprensa especificamente sindical, esta última sim, com informações abundantes da prática sindical hegemônica pelos anarquistas no período, mas que infelizmente é a mais incompleta do ponto de vista dos vestígios históricos.

Mas há também, um problema de perspectiva que pode agravar a escassez dos registros históricos e render conclusões equivocadas. Ao ignorar a dimensão sindical do anarquismo, muitos historiadores acabam ressaltando questões estritamente culturais (fundamentais, mas não as únicas) ou ignorando a ligação do anarquismo com seu vetor social.

Para alguns pesquisadores neste período, ocorre um “redimensionamento das práticas anarquistas que leva de uma luta com bases econômicas cujo grupo propulsor está no sindicato operário, para lutas de fundo subjetivo” (Avelino, 2004, p. 93). Segundo este argumento, sua “propulsão está nas diversas associações pelas quais os indivíduos constituem a si mesmos como sujeitos de uma conduta” (Ibidem).

Primeiramente, se de fato, os anarquistas, jamais ignoraram a constituição de um novo sujeito como um elemento fundamental para a transformação social, o que podemos chamar de uma ética libertária ou nas palavras dos próprios militantes, uma *moral* anarquista; não nos parece verossímil afirmar que o sindicato – segundo o que o argumento da análise anterior implica – **seja deslocado de seus horizontes**. Não negamos que as práticas culturais ou de “associação”, usando as palavras anteriores, tenham seu lugar estratégico nas ações políticas dos anarquistas no período, assim como a construção de novos **vetores sociais**. Mas achamos prematuro, supor que os anarquistas **tenham optado abertamente por trocar o sindicato pelos centros de cultura**⁵⁵³. Lembremos que essas formas de associação sempre estiveram imbricadas numa cultura política ligada de maneira mais ampla a uma experiência de classe. Pois o núcleo de *organizadores* do anarquismo no Rio de Janeiro e de São Paulo constituiu sua experiência política sobre as bases do sindicalismo, do anarquismo e as ações culturais no contexto da formação da classe na Primeira República. Experiência, que era retomada e afirmada nas suas práticas do presente período e incorporava também, elementos da experiência da classe no contexto das greves operárias que se multiplicaram durante o período.

Para os anarquistas o afastamento dos sindicatos não fora um produto do “redimensionamento de suas práticas” – o que induz a pensarmos que estes optaram **conscientemente** por se deslocarem dos sindicatos – mas em sua opinião, devido aos “fatores alheios à sua vontade”. Nas palavras dos militantes, culpa da “[...] reação sistemática e feroz que nos tem atingido e à obra deletéria de mistificadores com rótulos de esquerdistas metidos no movimento social brasileiro, e também em parte, à falta de uma ação mais sistemática no trabalho”⁵⁵⁴. Não entraremos no mérito dos elementos que causaram a crise dos espaços de inserção dos anarquistas, o que queremos dizer, baseando-nos numa análise sistemática de

realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (...) “Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. GINZBURG, 1989, pp. 177-178.

⁵⁵³ Para fundamentar nosso argumento com maior propriedade, utilizamos a metodologia de Fairclough (2001). Em sua análise tridimensional do discurso, o lingüista propõe uma metodologia que permite unir três tradições distintas de pesquisa. Nesta, se queremos compreender qual é a importância do sindicalismo para os anarquistas no período, devemos proceder uma análise em três dimensões: o texto (analisando como este elemento aparece nos textos dos anarquistas no período, qual seu grau de importância, o seu destaque, se há críticas ao sindicalismo como um todo, ou apenas constatação de seus limites), a prática discursiva (qual é o papel e o volume do debate sindical na imprensa anarquista?) e a prática social (qual é o dispêndio de energia dos anarquistas em relação ao sindicalismo? Que ações são travadas?). FAIRCLOUGH, 2001, p. 101.

⁵⁵⁴ Pela Organização dos Anarquistas. **A Plebe**, São Paulo, 02/06/1947, nº 02, p. 03.

nossas fontes⁵⁵⁵ é que **não há** o abandono do espaço sindical e principalmente da classe trabalhadora como o sujeito privilegiado de sua ação ideológica, mas uma abertura tática de determinados espaços⁵⁵⁶ (tais como o CCS-SP) com vistas a constituir e retomar a obra sindical ou falando numa linguagem mais ampla retomar uma obra de *classe*. Longe de apenas criar uma nova “ética de existência” os anarquistas de maneira geral, se nutriram de uma forte tradição classista que os formara no período anterior para sua atuação, que via a ação cultural não como sua substituta, mas como um complemento necessário da luta⁵⁵⁷. Podemos afirmar com grande margem de segurança que seu olhar jamais se deslocou totalmente da ação coletiva dos trabalhadores e em consequência disto, de seu meio sindical, ainda que sua atividade tenha se harmonizado de acordo com as mudanças conjunturais em direção a atividades culturais.

Segundo as palavras de José Oiticica:

E agora, como arrancar das mãos do Estado os sindicatos proletário? Estes não têm força alguma. Os trabalhadores, ou embridados pelo govêrno, ou ainda embeijados pelas lorotas dos stalinistas, não querem ouvir a voz anarquista; mas os anarquistas não cedem e teimam.⁵⁵⁸

Dez anos depois, o militante Edgar Leuenroth, reafirmando a opção classista dos anarquistas e sublinhando o papel estratégico dos sindicatos afirma:

Nessa obra estão empenhados os anarquistas, prestando sua decidida cooperação ao trabalho de orientação dos operários para que se possa dar nova vida aos sindicatos e ressurgir o verdadeiro movimento proletário brasileiro, tão cheio de gloriosas tradições.⁵⁵⁹

No jornal *Ação Direta*, os anarquistas brasileiros, questionando a pouca atenção dada ao sindicalismo na imprensa anarquista internacional, reclamam que é “sintomática a ausência de noticiário sindical nos periódicos anarquistas. Será que os anarquistas, nas Américas a na

⁵⁵⁵ Realizamos a leitura e o fichamento por índices de todos os jornais anarquistas que dispomos neste período, seguindo a precaução do historiador Jörn Rüsen, que diz que “As histórias que, quanto à sua relação com a experiência, são narradas de forma argumentada, isto é, que se baseiam em fontes, tornam transparentes os fundamentos de seus conteúdos empíricos.” RÜSEN, 2001, p. 102. Em termos de procedimento, optamos por realizar a análise do texto, das práticas discursivas (produção, distribuição e consumo) e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001). No primeiro elemento, o texto, a presença do sindicalismo e do sindicato como um fator importante para os anarquistas é constante. Em relação às práticas discursivas também. Os jornais anarquistas são produzidos por militantes que têm ampla experiência sindical, distribuídos em pontos-chaves para os trabalhadores e consumidos por estes. Em relação às práticas sociais, apesar do anarquismo não se limitar ao sindicalismo como plano de atuação, suas práticas sociais apontam para a constituição de grupos de oposição sindical. **Em todos os três níveis não há um redimensionamento da luta de base econômica, seja no plano do discurso, das práticas discursivas e mesmo de suas práticas sociais.**

⁵⁵⁶ Ou a reflexão sobre a possibilidade de abertura de um novo vetor social. Ainda assim, a questão de classe é fundamental.

⁵⁵⁷ Segundo carta enviada por anarquistas de Campinas: “Frente a essas mistificações, os trabalhadores devem organizar seus sindicatos livres, não admitindo em seu meio politiquês de quaisquer tendência, e adotando, como método de luta, a ação direta. Ao lado dessas organizações de resistência, formemos grupos de cultura social onde no domínio do pensamento, teremos perspectivas de novos horizontes, onde poderemos debater amplamente os problemas sociais esclarecendo cérebros e robustecendo consciências.” Um manifesto em Campinas. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 16/05/1946, nº 05, p. 03.

⁵⁵⁸ OITICICA, José. Uma Resposta. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 29/10/1949, nº 60, p. 01.

⁵⁵⁹ LEUENROTH, Edgar. O Movimento Operário de Ação Direta. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Março de 1959, nº 133, p. 04.

Europa, nenhuma atuação tenham nos sindicatos?”⁵⁶⁰. Num número anterior, os militantes publicam um trecho de um texto de Nestor Makhno e ressaltam que os anarquistas devem se aproximar do trabalhador, “procurá-lo onde estiver e abri-lhe os olhos”. Ressaltam que este deve organizar sindicatos livres⁵⁶¹.

Já o militante Manuel Vinhas ressalta que os anarquistas devem continuar a propagar “a obra, com toda a virilidade, dos verdadeiramente homens que, desprezando o superfluo a que tinham chegado, não titubearam um só momento em se lançar à obra de esclarecimento no seio dos trabalhadores”⁵⁶². O anarquista, Adelino Tavares de Pinho – que vivia em Poços de Caldas à época – analisa a sociedade capitalista num editorial do jornal *A Plebe*, sob o pseudônimo de Demócrito. Ressaltando sua composição de classes⁵⁶³ afirma que a civilização burguesa é um regime “odioso e violento que a todos comprime”, sendo um “sistema de classes, de castas, de hierarquias, de exploração do homem pelo homem” e de “escravização dos pobres pelos ricos”⁵⁶⁴.

Reforçando nosso argumento, se o sindicato fora abandonado como uma questão dos anarquistas, porque seus periódicos investiriam tantas energias para tratar de suas questões durante os anos dessas mobilizações?

E não foram poucas as mobilizações sindicais deste período, contrariando a visão de uma classe trabalhadora passiva. Para fins de recorte cronológico, podemos dividir o período destas em quatro fases, já que dizem respeito a conjunturas distintas: a primeira é a fase da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a segunda, de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a terceira, a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e nos primeiros anos do governo JK) e a quarta, uma conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960⁵⁶⁵.

Na primeira fase, que coincide – não por acaso⁵⁶⁶ – com o aparecimento dos primeiros jornais anarquistas no Rio de Janeiro já há sinais claros da “retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo”, não apenas no que diz respeito à sindicalização⁵⁶⁷, mas também em relação a movimentos grevistas.

Como bem alerta o historiador Hélio da Costa, as mobilizações grevistas datam do período anterior, ainda que durante o estado de sítio, estejam marcadas pela dispersão, o que segundo este pesquisador tenha sido “talvez a única possível naquele momento”⁵⁶⁸ frente ao

⁵⁶⁰ Movimento Sindical Exterior. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 25/05/1946, nº 06, p. 03.

⁵⁶¹ A citação completa. “Tais palavras devem ressoar hoje como ressoaram na Ucrânia. Cumpre a nós, anarquistas, aproximar-nos do Trabalhador, procurá-lo onde estiver e abrir-lhe os olhos mostrando-lhe os três inimigos que o desviam do seu método tradicional de defesa. Apontemos-lhe o Estado com seu Ministério do Trabalho, o político, o partido com seu chefe e seus chefetes, e a Igreja com seus padres e beatas e digamos-lhe: Cuida de ti, organiza-te como estavas organizado antes da ditadura, em sindicatos livres. Defende-te tu mesmo e corre com todos esses embusteiros e tiranos! Anarquistas! Ensinemos o que Makhno pregava: *a ação direta!!!*” Fala Mákhó. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 16/05/1946, nº 05, p. 02.

⁵⁶² VINHAIS, Antonio Manuel. Mais Firmesa! **A Plebe**, São Paulo, 03/09/1948, nº 18 p. 03.

⁵⁶³ O que nos faz pensar que a noção de luta de classes marca o anarquismo deste período à despeito de em alguns momentos, os militantes usarem o conceito mais vago de libertação humana. Mesmo utilizando este último termo a visão da sociedade capitalista como uma sociedade de classes é muito presente.

⁵⁶⁴ Demócrito. Até quando esta exploração Burguesa? **A Plebe**, São Paulo, 06/08/1949, nº 24 p. 01.

⁵⁶⁵ Esta periodização fora proposta pelo historiador Marcelo Badaró Matos. Cf. MATTOS, 2009, p. 78.

⁵⁶⁶ Devido a importância concedida pelos anarquistas a este tipo de movimentação, julgamos coerente pensar que somados aos motivos de certa liberdade da imprensa, as mobilizações grevistas motivavam o retorno sistemático da imprensa anarquista.

⁵⁶⁷ Segundo Badaró, 873 sindicatos foram criados até 1945, e em 1946, criaram-se mais 66. Os trabalhadores afiliados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 749.691 já em 1946. *Idem*.

constante aumento da exploração dos industriais sob o chamado “esforço de guerra”⁵⁶⁹. No final de dezembro de 1945 já se notam francas movimentações grevistas. A posse de Dutra, efetivada em primeiro de fevereiro de 1946⁵⁷⁰ é marcada por este cenário paredista, de uma onda de greves que agita o país, como por exemplo, a dos bancários e dos trabalhadores da Light, que se iniciara entre os dias 27 e 30 de dezembro de 1945. Esta última por sinal, motivada pela revogação patronal do abono de natal, repercutiu positivamente em diversas categorias. Mas será a greve dos bancários que terá maior repercussão no conjunto da sociedade. Esta se inicia na manhã de 24 de janeiro⁵⁷¹ e sua principal reivindicação era a da assinatura do “decreto que regulamentava o salário profissional, uma velha bandeira de luta iniciada em 1935”⁵⁷². A greve dos bancários mobilizou outras entidades de classe, que em solidariedade posicionaram-se a favor dos grevistas. Já os anarquistas, reafirmando a importância da greve, sublinhavam com destaque no topo da página do jornal de *Remodelações* que “os bancários compreenderam a situação de inferioridade do proletário na luta contra a burguesia, sempre favorecida pelo Estado, e declaram-se em greve.”⁵⁷³ Opinando sobre a importância da greve, afirmam que esta “é um gesto de rebeldia contra a exploração do trabalho”⁵⁷⁴. É “uma manifestação da ação direta, único método de ‘luta’ na questão sócio-econômica entre o proletariado e a burguesia.”⁵⁷⁵

No número posterior, ainda sob o movimento grevista dos bancários, o jornal *Remodelações* coloca um longo editorial em sua primeira página sob o título “A Gréve é necessária aos trabalhadores”. Neste artigo, denunciam não apenas a situação de classe da sociedade capitalista, onde de “um lado, a riqueza, o luxo ostensivo [...] e os cassinos provocadores”⁵⁷⁶ e de outro “a indiferença do governo... Enquanto se morre letamente (sic) de fome nos barracos dos morros da própria metrópole do Brasil”⁵⁷⁷. Defendendo uma antiga bandeira do *sindicalismo revolucionário*⁵⁷⁸ e do anarquismo⁵⁷⁹ avaliam que a “greve parcial de

⁵⁶⁸ COSTA, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Página Aberta, 1995, p. 15. Segundo um depoimento de um operário fabril, “Durante a Segunda Guerra Mundial, eles proibiram aqui no Brasil o problema de você fazer greve. Por exemplo, na indústria que eu trabalhava, a Varan, a maioria do tecido era gabardine para o exército. Então, nós já tava complicado ali. Então, eles aproveitaram disso, do problema da segunda guerra, para nos dificultar. Então, greve não podia fazer, faltar ao serviço você precisava dar satisfação, você precisava pedir licença para casar. Então, existiam todas essas coisas, essas medidas que os industriais tomaram foi a fase que eles mais ganharam dinheiro (...) Eu tenho que confessar isso, eu não entendia essas coisas, mas eu já lutava internamente nas fábricas em torno do direito. Eu me lembro que a greve era proibida e nós fizemos um movimento na Varan. Cf. Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 29/02/88 In COSTA, 1995, p. 18.

⁵⁶⁹ Segundo Hélio da Costa, o período de “Estado de Guerra” no Brasil iniciou em 1942. O pesquisador chama atenção para o fato de que, “através de inúmeros decretos presidenciais, foram sendo minados direitos trabalhistas: a jornada de trabalho foi estendida para dez horas; o sistema de férias foi alterado; a ausência no trabalho, a partir do oitavo dia, passou a ser considerada como abandono de emprego; a recusa do trabalhador em mudar de posto de trabalho ou sessão dentro da empresa tornou-se motivo de dispensa imediata; o trabalho noturno para mulheres e menores voltou a ser permitido”. COSTA, 1995, pp. 15-16.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 53.

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 60.

⁵⁷² *Idem*.

⁵⁷³ A gréve dos bancários é justa. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 26/01/1946, nº 13 p. 04.

⁵⁷⁴ *Idem*.

⁵⁷⁵ *Idem*.

⁵⁷⁶ A gréve é necessária aos trabalhadores. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 06/02/1946, nº 14 p. 01.

⁵⁷⁷ *Idem*.

⁵⁷⁸ A historiadora Edilene Toledo credita a ideia de greve geral a Georges Sorel, um sindicalista que influenciou diversas correntes políticas. Cf. TOLEDO, 2002, p. 58.

⁵⁷⁹ O historiador Alexandre Samis aponta que a ideia de greve geral, foram difundidas no Congresso de Toulouse, em 1897, onde foram adotadas as táticas de boicote e sabotagem pela Confederação Geral do Trabalho (CGT). Segundo este autor, “estes anarquistas de alguma forma buscavam resgatar a perspectiva de Bakunin.”

uma só profissão, de uma só classe de trabalhadores, precisa estar garantida pela possibilidade da greve geral de todas as classes operárias”⁵⁸⁰.

Apesar da movimentação em favor dos bancários, por outras entidades, sua greve durou 19 dias e não conseguiu obter a principal reivindicação. Não se pode dizer que tal movimentação grevista fora frustrada, pois “ela conseguiu canalizar as energias represadas do conjunto da classe trabalhadora”⁵⁸¹ e o “direito de greve foi conquistado na prática”⁵⁸². Junto com outras entidades políticas e sindicais, os anarquistas interferiam – neste momento, restritos ao campo de suas práticas discursivas – para reforçar a ideia de que este direito exercido pelos bancários justificava-se plenamente⁵⁸³. Mesmo não tendo sido plenamente debatidas as táticas políticas de atuação dos anarquistas, a própria dinâmica de produção/distribuição/consumo dos jornais anarquistas no período funcionava como visto anteriormente, como um elemento de construção identitária e ideacional dos anarquistas. Por outro lado, reforçava laços entre estes, um fator indispensável para qualquer ação em comum, mesmo a sindical⁵⁸⁴.

Cabe dizer, que os anos de 1945 e 1946 mostraram no que diz respeito às movimentações sindicais, um contexto pulsante. Esta iniciativa implicou num primeiro momento, num “impulso das entidades sindicais de combater qualquer iniciativa que se desse fora do seu controle”⁵⁸⁵, mas num segundo momento, diversos sindicatos foram apropriados ou pressionados pelas instâncias de base a assumir determinadas reivindicações. “As entidades assumem uma postura de franca condenação dos movimentos grevistas que vinham crescendo desde o início daquele ano [1945]”⁵⁸⁶. E em algumas categorias, “o fuso horário entre a direção do sindicato e a sua base tornava-se cada vez maior”⁵⁸⁷. Tal conjuntura fazia os anarquistas acreditarem num possível ascenso do movimento operário a partir de suas bases ou ruptura com os setores que as dirigiam, em específico o PCB e o PTB.

Sob essa efervescência sindical temos alguns indícios que confirmam a atuação dos anarquistas em direção a formação de grupos de oposição sindical ainda no ano de 1946 com vistas a tentar influenciar – ainda que minimamente – as bases sindicais. A primeira iniciativa relativamente bem organizada fora noticiada no jornal *Ação Direta*, os libertários falam sobre a formação em São Paulo de “uma *União Proletária Sindicalista*”. Segundo os anarquistas essa união

Visa a reunir o proletariado em agremiações livres, de resistência, cuja base é a ação direta. Essa união deve ter lançado no dia 1 de maio, um vibrante manifesto explicando aos trabalhadores o que significa essa data e concitando-os a repelirem dos seus centros todos os políticos de quaisquer partidos, digam-se amarelos, verdes ou vermelhos. Todo partido político é inimigo do proletariado.⁵⁸⁸

Cf. SAMIS, In LEVAL, 2007, p. 13.

⁵⁸⁰ *Idem*.

⁵⁸¹ COSTA, 1995, p. 61.

⁵⁸² *Idem*.

⁵⁸³ Pois segundo os anarquistas “O direito a vida é inalienável, é sagrado. E os bancários em greve exercem esse direito. Não cedam e vencerão.” Os bancários. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 06/02/1946, nº 14 p. 01.

⁵⁸⁴ Segundo Fairclough: “A força de parte de um texto (frequentemente, mas nem sempre, uma parte na extensão de uma frase) é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que ‘atos de fala’ desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.” FAIRCLOUGH, 2001, p. 111.

⁵⁸⁵ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página aberta, 1995, p. 30.

⁵⁸⁶ *Idem*.

⁵⁸⁷ *Idem*.

⁵⁸⁸ Um Manifesto em Campinas. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 16/05/1946, nº 05 p. 03.

É provável que a União Proletária Sindicalista tenha sido formada às pressas⁵⁸⁹, diante uma conjuntura recortada pelo movimento grevista. Tal agrupamento divulgado na imprensa anarquista da época, não fora mais noticiado nos números subsequentes. Uma atividade que pode ser mencionada, fora a publicação de um manifesto em 1^o de maio⁵⁹⁰, que afinada com a percepção dos setores sindicais e a realidade econômica dos trabalhadores que se mobilizavam no período, denunciava a “situação tormentosa criada pela guerra”. Onde “os exploradores da miséria do povo continuaram acumulando grandes fortunas”, mas as “condições de vida do povo trabalhador vão-se tornando, assim, de dia para dia, mais penosas”⁵⁹¹.

Aliás, a difusão de *propaganda* e os posicionamentos na imprensa anarquistas sobre as posições sindicais, parecem sempre por seus **indícios**, apontar para a **tentativa** de uma prática mais ampla de tentativa de inserção conectada com o mundo do trabalho.

No Rio de Janeiro o principal foco de atuação fora a categoria dos trabalhadores da Light. A imprensa anarquista do período como no caso da greve dos bancários, já noticiara francamente suas posições sobre a greve da Light. Mas apenas em 1951, ano em que Vargas assume a presidência da república – após um esforço planejado dos anarquistas neste espaço, que provavelmente tomou alguns anos – os anarquistas noticiam sua atuação na referida categoria. Nesta, os anarquistas formaram com outros trabalhadores um *Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light* que editaria um jornal específico para as questões sindicais da categoria, o jornal *UNIR*⁵⁹². Este jornal segundo seus militantes “vêm difundindo naquela empresa de transportes, os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho.”⁵⁹³

Difícil avaliar, segundo a ausência de fontes⁵⁹⁴ qual foi o grau exato de penetração da ideologia anarquista e dos preceitos do sindicalismo revolucionário defendido pelos militantes na categoria, mas os dados posteriores e mais amplos podem nos ajudar nesta questão. O trabalho dos anarquistas na categoria da Light fora a primeira experiência mais sistemática de prática sindical nesse período. Os militantes conseguiram constituir um grupo dentro dessa categoria⁵⁹⁵. Estiveram também envolvidos em atividades sindicais no Rio de Janeiro, o anarquista e professor Serafim Porto, assíduo⁵⁹⁶ participante das assembleias do Sindicato dos

⁵⁸⁹ Num manifesto assinado por esta união e distribuído no primeiro de maio, indicavam os anarquistas que esta estava em “organização”.

⁵⁹⁰ Sobre a reprodução do manifesto da União, Cf. RODRIGUES, 1992, p. 62.

⁵⁹¹ União Proletária Sindicalista (em organização). Manifesto alusivo ao 10 de maio apud RODRIGUES, 1992, pp. 62-64.

⁵⁹² Que infelizmente não conseguimos ter acesso em nosso inventário de fontes.

⁵⁹³ UNIR. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Março e Abril de 1951, nº 72 p. 02.

⁵⁹⁴ Segundo E.P. Thompsom “Os dados referentes a qualquer episódio particular podem ser imperfeitos: haverá muitas lacunas quando consideremos o acontecer em forma de fatos discretos seriados; mas sobrevivem os dados suficientes – pelo menos na história mais recente – para revelar a lógica deste processo, seu resultado, as formações sociais que lhe são próprias e o modo em que ABC deu lugar de fato a D.” THOMPSON, E.P. p. 522. “La Lógica de la Historia: de Miseria de La Teoria” In THOMPSON, Dorothy (compilação). *Edward Palmer Thompson*. Barcelona: Crítica Barcelona, 2002.

⁵⁹⁵ Segundo Edgar Rodrigues a relação “azedou”, pois “tempos depois os trabalhadores da Rio Light sumiram e levaram o mimeógrafo da União Anarquista. Rodrigues, 1993, p. 81.

⁵⁹⁶ Foi por meio da metodologia indiciária, buscando o nome dos anarquistas em jornais da grande imprensa que conseguimos perceber, que muito da atividade sindical anarquista neste período, se dava não apenas de maneira coletiva e portanto, de maior visibilidade ao historiador. Foi preciso aumentar nossa “lupa” e buscar as trajetórias individuais, que ainda assim, podem atestar decisivamente uma prática sindical. Fragmentados em diversas categorias profissionais, os anarquistas permaneceram inseridos e atuantes em diversos sindicatos, ainda que nem sempre com um peso “coletivo” em determinadas categorias (mais visível ao historiador), o que escapa aos olhos do historiador desatento a metodologia indiciária. Sobre a participação de Serafim Porto. Cf. **Diário de**

Professores do Rio de Janeiro. Serafim Porto, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias* denunciava que era “humilhante para a classe estarem os professôres com tanta contemporização. Desde há muito já deviam ter tomado medidas enérgicas, compatíveis com a dignidade da classe já que tem sido por demais humilhados⁵⁹⁷”. Serafim participou da comissão de professores que acompanhava o julgamento do dissídio coletivo da categoria e do grupo de professores que condenava entre outras questões, “a cobrança excessiva da matrícula”⁵⁹⁸, reivindicações estas, encaminhadas ao ministro da educação.

Em São Paulo podemos destacar algumas iniciativas. Lembremos que há despeito da crise do sindicalismo revolucionário, mantém-se certa continuidade nas atividades sindicais desempenhadas pelos anarquistas neste estado, ainda que em vários casos, dispersas por várias categorias. A historiadora Yara Aun Khoury e o pesquisador Freitas Nobre chamam atenção para a mobilização do anarquista Edgar Leuenroth⁵⁹⁹ nas tentativas de organização e atividades operárias junto aos jornalistas. A atividade de Edgar nesta categoria remonta desde a fundação de seu sindicato específico, em 1937⁶⁰⁰ e sua regularização junto ao Ministério do Trabalho. Cabe dizer que a militância de Edgar prosseguiu nos anos seguintes diante o crescimento da categoria e de sua importância no movimento sindical brasileiro. Edgar integrou diversos congressos jornalistas. No V Congresso participou da redação da Carta dos Jornalistas, que trazia além de reivindicações específicas, propostas éticas para regulamentar a atuação profissional. Foi indicado à presidência da Comissão de História da Imprensa, constituída neste encontro e também participou do VII Congresso de Jornalistas, pela delegação de São Paulo⁶⁰¹. Coube a ele também a publicação de um trabalho histórico sobre a organização dos jornalistas no Brasil. Edgar possuía bom trânsito no meio sindical fruto não apenas de sua trajetória pessoal, mas também pelo respeito de muitos militantes a sua dedicada atuação. Some-se a isto que Leuenroth fora gráfico e nesse momento trabalhava como jornalista. As duas categorias possuíam questões no mundo do trabalho em comum e sempre que possível, realizavam atividades articuladas⁶⁰².

Porém, a mais organizada tentativa de trabalho sindical se concretizara na categoria dos gráficos. Entre 1947 e 1951, fase do governo Dutra marcada pela repressão ao movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos ficou sob intervenção⁶⁰³ de uma junta governativa. Essa junta foi eleita numa assembleia realizada em 25 de maio de 1952⁶⁰⁴. Esses anos evidenciaram disputas entre os intervencionistas e seus opositores e certo esvaziamento

Notícias, Rio de Janeiro, 16/05/1950. Segunda Sessão, Quarta página; Expedito Quintas. Professor -- Vida de Sacrificios e Sem Compensações. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26/06/1951. Segunda Sessão, Segunda Página.

⁵⁹⁷ Expedito Quintas. Professor -- Vida de Sacrificios e Sem Compensações. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26/06/1951. Segunda Sessão, Segunda Página.

⁵⁹⁸ Manifestam-se os professôres contra a cobrança de jóia, pelos colégios. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10/08/1951. Segunda Sessão, Segunda Página.

⁵⁹⁹ Além disto Edgar Leuenroth sistematizou a história da categoria numa obra intitulada “A Organização dos jornalistas brasileiros: 1908-1951.

⁶⁰⁰ NOBRE, 1987, p. 28.

⁶⁰¹ Anais do VII Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro, 1957, p. 24. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

⁶⁰² Como a tentativa do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais de acabar com o descanso semanal dos jornalistas e gráficos. E que foi respondida prontamente pelos dois sindicatos. Unidos, Gráficos e Jornalistas, na Luta pela Causa Comum. **O Trabalhador Gráfico**, São Paulo, Agosto de 1950, nº 186, p. 01. Movimento Sindical.

⁶⁰³ THIAGO, Cristiane Muniz. *Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960-1980)* / Cristiane Muniz Thiago. - - Campinas, SP: [s. n.], 2011, p. 59.

⁶⁰⁴ Ata da Assembléa extraordinária realizada em 25 de maio de 1952 para eleição de uma Junta Governativa. Livro # 78. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

da participação direta dos sindicalizados nos espaços de deliberação⁶⁰⁵, fruto, de uma crise de legitimidade do sindicato dentro da categoria. Lembremos que de 1947 a 1952 a linha do PCB foi a de constituir organizações paralelas fora da estrutura sindical oficial. Mas mesmo sob a esta linha, a militância sindical de base ligada ao partido frequentemente ignorou⁶⁰⁶ sob indisciplina partidária suas diretrizes. Isso garantiu ao PCB, manter quase intactas, suas raízes sindicais. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948. Esta linha apontava para a formação de *Grupos de Resistência Sindical* ou *Grupos Sindicais de Ação Direta* com o objetivo de “intervir na vida orgânica dos sindicatos”⁶⁰⁷. Entretanto, entre a intenção e a aplicação de uma política sabemos que há uma distância considerável. O sucesso dessa política variava de acordo com as localidades em que os anarquistas estavam inseridos e cujas dificuldades eram variadas. Em algumas cidades, como Campinas, os anarquistas avaliavam não ser possível interferir diretamente nos sindicatos⁶⁰⁸. Em outras, como Curitiba⁶⁰⁹, a aplicação desta linha motivava-os a ser possível sua maior difusão. Os anos finais da década de 40 – apesar da complexa conjuntura – incentivavam os libertários a prosseguir com suas iniciativas sindicais, que não se esgotavam no espaço do sindicato, mas cobriam espaços do mundo do trabalho, como era o caso do Rio de Janeiro.

Ao longo desse período, os anarquistas iam paulatinamente se confrontando com a força da intervenção ministerialista e depois de variadas tentativas eram golpeados por dificuldades que lhe permitiam repensar e avaliar a perspectiva de sucesso⁶¹⁰. Cabe ressaltar que a despeito de seu grau de influência nas entidades sindicais, os anarquistas jamais abandonaram o universo dos trabalhadores e suas questões de classe e esperavam até onde possível, uma conjuntura mais favorável para aplicarem o que acreditavam ser mais correto do ponto de vista de sua política sindical. Se comparada a política do PCB de 1947 a 1952, os anarquistas foram menos “sectários”, mas com certeza, menos “efetivos”. Faltava-lhes um peso sindical massivo. A dispersão dos anarquistas em diferentes categorias, num contexto de certo modo, hostil às suas propostas, não lhes dava a exposição suficiente.

No período em que a intervenção ministerialista funcionava a todo vapor e contrariava as expectativas dos anarquistas, o contingente de sindicalizados na categoria dos gráficos diminuía profundamente⁶¹¹, enquanto que a participação nas assembleias também era alvo de

⁶⁰⁵ Para ratificar o que dissemos, basta afirmar que a junta governativa teve de reiteradamente fazer uma segunda convocação para as assembleias sindicais, já que nas primeiras convocações raramente atingia o quórum exigido para iniciar o debate. “Não ocorrendo número legal de sócios à primeira convocação, será realizada a Assembleia em segunda convocação, com qualquer número de sócios.” Ata da Assembleia extraordinária realizada em 27 de Setembro de 1952 para eleição de uma Junta Governativa. Livro # 78, p. 28. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

⁶⁰⁶ É o que consta na análise de Hélio Costa. Afonso Delellis, metalúrgico, por exemplo, disse que: “Eu sou meio indisciplinado e eu não cumpri essa resolução, eu continuei clandestino no sindicato oficial pagando minha mensalidade porque eu não estava convencido, isso foi uma vantagem danada porque quando veio aquele negócio, todo mundo de volta para o sindicato, e eu garanti o meu (risos), eu já não preciso voltar porque eu não sei”. DELELLIS, Afonso apud COSTA in FORTES, 1999, p. 109.

⁶⁰⁷ Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 157.

⁶⁰⁸ É o caso de Campinas onde os militantes anarquistas afirmam não ter “penetração nos sindicatos” e por isto, “procuram levar propaganda revolucionária entre os ferroviários”. Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 157.

⁶⁰⁹ Relatavam a atuação de dez elementos anarquistas nos sindicatos. *Ibid*, p. 160.

⁶¹⁰ Em resposta a um leitor que questiona a ausência dos anarquistas nos sindicatos, Oiticica em uma resposta longa, publicada em Ação Direta, afirma que “O momento não dá ensejo para luta frente a frente”. O que indica a dificuldade de aplicar a linha estabelecida no congresso de 1948. José Oiticica. Continuando uma Resposta. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 30/11/1949, nº 61, pp. 1-2.

⁶¹¹ Segundo Oliveira (1998, pp. 79-80) no sindicato dos bancários, por exemplo, foi com a volta das direções eleitas que há um crescimento expressivo da sindicalização.

críticas por parte dos interventores, que reclamavam da baixa adesão. Contraditoriamente a junta governativa quando atacada pelos adversários, procurava demonstrar a confiança que possuíam entre a categoria, citando as assembleias gerais onde sua gestão era ratificada. A categoria dos gráficos era alvo de disputas intensas que opunham diversos setores políticos aos intervencionistas. Prova disto é a edição de diversos jornais com textos voltados à crítica a junta governativa e pedidos de liberdade sindical.

Um deles era o jornal *Folha Socialista*; órgão do PSB que dedicou diversas páginas a analisar a situação dos gráficos e de seu sindicato. Recordemos que o PSB tinha diversos militantes na categoria e se articularam com os anarquistas no intuito de “disputarem” a categoria. O PSB parece ser a força política mais evidente de oposição nos gráficos e frequentemente, se tornava um “problema” político, com a qual a junta governativa tinha de lidar e responder nos jornais da categoria.

Em 1950 é fundado o boletim *O Gráfico Livre* que pertencia ao comitê Pró-Autonomia Sindical. Um boletim que tecia críticas muito incisivas aos diretores da junta governativa. Outras pressões se refletiam no interior do jornal da própria categoria. Apesar de hegemonizado pela junta governativa, esta abria espaço para alguns textos assinados, que não refletiam necessariamente a opinião dos diretores, mas em grande medida criticavam elementos que passavam pela gestão da junta. A pressão sobre a junta era grande. Respondendo à oposição política, esta frequentemente buscava maior base de apoio entre os gráficos, seja para aliviar as tensões inerentes das diferentes reações a sua gestão, seja para legitimar-se a partir de opiniões mais favoráveis⁶¹².

Com o fim da intervenção ministerialista, os anarquistas trabalharão mais ativamente para tentar retomar uma iniciativa dentro dos sindicatos. Tal empuxo, diríamos, um estado de ânimo interno do anarquismo e também incentivado pela conjuntura, iria, pelas iniciativas na categoria da Light e dos Gráficos, convergir para uma “tendência”⁶¹³ sindical mais ampla, chamada *Movimento de Orientação Sindical* (MOS). O MOS contou além dos anarquistas, com a participação de socialistas independentes, sindicalistas e “militantes de várias categorias profissionais”⁶¹⁴. Cabe dizer que independente dos matizes ideológicos no interior do MOS, o que parecia condensar a unidade deste, era justamente a posição sobre as questões sindicais e não um corte ideológico estrito.

O ano de constituição do MOS (1953) é emblemático e ficou marcado do ponto de vista sindical pela chamada “greve dos 300 mil em São Paulo”⁶¹⁵ e “pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho” e que representou “um marco na retomada das mobilizações operárias após o descenso iniciado no governo Dutra”. Cremos que numa conjuntura pulsante é natural que as organizações políticas invistam suas energias em tentar acompanhar o caldo dessas mobilizações e tentar garantir o acúmulo nas instâncias sociais correspondentes. E fora isso exatamente, o que os anarquistas tentaram fazer.

O MOS propugnava como principal objetivo “lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de Trabalhadores”. O MOS também deseja

⁶¹² Uma estratégia era apresentar-se como uma junta governativa que era uma exceção à regra e constituía-s como um problema temporário e que estava fazendo o melhor possível para a categoria. “Se é certo que muitos dos atuais interventores dos sindicatos estão satisfeitos com a presente situação pois que dela tiram boas casquinhas não é menos exato que algumas Juntas Governativas que constituem raras e não menos honrosas exceções sentem-se cansadas e desejosas de deixar o posto para o qual não foram eleitas pelos associados dos respectivos sindicatos, mas sim impostas pelo decreto inconstitucional de 7 de maio de 1947.” Pedro Viadero. *E as Eleições Sindicais? O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, Novembro de 1949, nº 183, p. 02.

⁶¹³ Usamos o termo tendência no sentido de uma fração/corrente sindical própria.

⁶¹⁴ Segundo manifesto do MOS apreendido pela polícia em novembro de 1953. Boletim Reservado nº 217. 24/11/1953. Rio de Janeiro. Prontuário DFSP-RJ notação 30072, setor 1.3.2.7.1.9, Dossiês, folha 02.

⁶¹⁵ MATTOS, 2009, p. 87.

combater o partidarismo político no seio dos sindicatos, isto é, combater aqueles que tendo conseguido alguma influência no meio sindical, pretende fazer com que o sindicato sirva aos seus objetivos político-partidários, o que tem causado sérios prejuízos à luta do proletariado em torno de suas reivindicações imediatas.⁶¹⁶

Uma ressalva para as condições de formação do MOS. Segundo seus militantes, o Movimento de Orientação Sindical “é o resultado necessário da luta que vem travando o proletariado na situação peculiar do Brasil”⁶¹⁷. Numa longa análise das condições que possibilitaram o surgimento do MOS, seus militantes explicitam a conjuntura que os formara. Apesar de longa, a citação é bastante pertinente.

Desde muito, alguns militantes operários, conscientes e independentes, vêm batalhando em prol da autonomia do movimento sindical brasileiro em face dos organismos governamentais e político-partidários, que têm disputado seu controle. Êste empreendimento tomou considerável impulso nestes últimos 3 anos. Respondendo à necessidade de melhorar as condições de trabalho e diminuir o desequilíbrio entre o salário e o custo de vida, os militantes mais esclarecidos e mais denodados da classe operária de S. Paulo encetaram movimentos esporádicos, que culminaram, em 1952, com a eleição, pela primeira vez desde 1937, de diretorias de sindicatos que representavam as categorias profissionais neles reunidas. Daqueles movimentos resultou a restituição de vários sindicatos aos trabalhadores com o afastamento de pessoas que, ligadas direta ou indiretamente ao Ministério do Trabalho, vinham ocupando os cargos de direção das associações operárias. Contudo não se verificou, como era desejável, a estruturação de um movimento amplo, destinado a levar a todos os setores da classe trabalhadora a consciência da necessidade da luta em prol da autonomia sindical, nem, tão pouco, foi alcançada aquela autonomia diante dos organismos político-partidários especializados no controle do movimento operário. As recentes greves eclodidas nesta Capital evidenciaram fartamente que ainda muito resta por fazer no sentido de continuar a interrompida e gloriosa tradição das lutas reivindicatórias da classe trabalhadora brasileira antes de 1930.⁶¹⁸

Cruzando essa análise realizada pelos militantes sindicais ligados ao anarquismo e ao socialismo “independente” no manifesto do MOS com alguns debates historiográficos sobre o sindicalismo do período, permitimo-nos inferir algumas questões. A primeira é que a greve de 1953, como bem aponta o historiador Hélio da Costa pode ser entendida como um marco de “renovação do movimento sindical com o aparecimento de novos militantes, que foram atraídos para os sindicatos, e o crescimento contínuo da participação do sindicalismo na vida política do país”⁶¹⁹. De fato, mesmo tendo em vista que existia uma intenção política como pano de fundo para a criação do MOS, este se forma sob uma conjuntura propícia ao aparecimento de grupos sindicais de oposição e misturava-se a experiência da classe naquele contexto que empurrava os sindicatos a posições mais combativas. Segundo, a greve dos 300 mil em 1953, expôs no interior das mobilizações “a permanência viva no seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho o centro gerador e impulsionador do movimento do início ao fim”⁶²⁰. Esta memória era

⁶¹⁶ **Folha Socialista**, São Paulo, 05/06/1953. Ano 4, nº 01.

⁶¹⁷ O manifesto foi reproduzido na íntegra em *Ação Direta*. Movimento de Orientação Sindical: um promissor movimento operário sindical contra os políticos e os pelegos. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Janeiro e Fevereiro de 1954, nº 91, p. 04. Movimento Sindical.

⁶¹⁸ **Ação Direta**, Rio de Janeiro, Janeiro e Fevereiro de 1954, nº 91, p. 04. Movimento Sindical.

⁶¹⁹ COSTA In: FORTES, 1999, p. 113.

⁶²⁰ *Ibidem*, p. 112.

trabalhada não apenas pelo MOS⁶²¹, mas pelos periódicos anarquistas em sua imprensa específica, tentando articular a ação daquele momento num quadro de significados anterior, ligado a militância sindicalista revolucionária no início do século. Cabe dizer que esses significados não eram apenas atributos da memória, mas se constituíam como uma prática e experiência de classe que atravessou o tempo.

O terceiro aspecto que merece atenção diz respeito às condições de sucesso do MOS nesse caminho de oposição. Pois o MOS não se opunha **apenas** aos sindicatos controlados pelos ministerialistas, mas também ao PCB, a maior força de esquerda do período. A grande dificuldade do MOS estava de certo modo, ligada a política do PCB. Lembremos que do ponto de vista de sua atuação sindical, o PCB jamais abandonou os sindicatos. Num segundo momento, que corresponde ao contexto inaugurado da greve de 1953, os militantes comunistas eram orientados a “criar conselhos sindicais nas empresas”⁶²². As comissões de fábrica foram importantes referências para os trabalhadores durante a greve de 1953. Sendo assim, a oposição do MOS à esquerda do PCB tinha de lidar com a tensão permanente de constituir-se como uma oposição sindical que não podia dispor do grande prestígio capitaneado pela militância *pecebista* nas lutas dentro dos sindicatos ministerialistas. O giro da política do PCB de certo modo, prejudicou o sucesso da política dos setores de oposição à sua esquerda, incluindo nesse campo ampliado, os anarquistas. Se de fato havia elementos nessas lutas que podem ser inscritos de maneira mais ampla numa tradição histórica e de classe que remonta às hostes do sindicalismo revolucionário da Primeira República⁶²³, acreditamos que tais elementos estavam inscritos num contexto de significados muito distinto do período anterior⁶²⁴. O resultado é que algumas práticas sindicais – com as quais os anarquistas sentiam-se “confortáveis” do ponto de vista estratégico – eram capitaneadas por outras forças políticas de esquerda⁶²⁵.

Foi no ano de 1953 que com maior margem de ação, a categoria gráfica fundara a *Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas* (FNTIG). A Federação foi fundada na sede do sindicato no Rio de Janeiro, em agosto de 1953, com o apoio de sindicatos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e outros estados⁶²⁶ e deste modo podiam intervir nacionalmente em questões relativas ao universo do trabalho ou que atingiam indiretamente os trabalhadores, como o aumento do custo de vida.

⁶²¹ Em alguns momentos, matérias dos jornais anarquistas eram transcritas ao informativo do MOS.

⁶²² *Ibidem*, p. 110.

⁶²³ Como por exemplo, as organizações nos locais de trabalho. Segundo Hélio da Costa “As organizações nos locais de trabalho não foram um impulso ocasional ditado pela conjuntura do pós-guerra e reproduzido de maneira efêmera em outros momentos. Elas fazem parte da experiência da classe trabalhadora desde as suas primeiras gerações e sobreviveram a formas diferenciadas de organização sindical e partidária.” COSTA, In: FORTES, Alexandre et al, 1999, p. 114.

⁶²⁴ Referimo-nos principalmente ao que Lucília de Almeida Neves chama de “proposições transformadoras da sociedade civil”, calcadas na sua “ênfase nacionalista e distributivista”, tornando-se um “fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica peculiar”. NEVES, In FERREIRA, 2001, p. 172.

⁶²⁵ Com isso não queremos dizer que os anarquistas não souberam se adaptar ao seu tempo, pelo contrário, as proposições políticas dos anarquistas se coadunavam com elementos da experiência da classe e tais proposições foram selecionadas por estes, mas dentro dessa escolha, selecionavam o que entendiam como coerente e recusavam outros elementos inaceitáveis às suas estratégias de transformação; fundamentalmente rejeitando o plano nacional e o reformismo (mas eram favoráveis às reformas). Segundo Alexandre Hecker (2007) o reformismo demarcou a atuação dos diferentes grupos políticos. seja pelos que se afirmavam “revolucionários” (PCB), ou mesmo pelos que defendiam abertamente em sua agenda, as reformas como horizonte (PTB). O comportamento político era, portanto, balizado por duas regras básicas de seu tempo: o país como espaço, a reforma como instrumento.

⁶²⁶ *Ibidem*, p.92.

A “carestia de vida” como era chamada, fora uma antiga bandeira dos trabalhadores, cuja luta pode ser remontada às décadas da Primeira República. Em janeiro de 1957, o jornal da categoria estampava um desenho de uma manifestação de trabalhadores. Estes carregavam faixas com reivindicações contra o aumento do custo de vida e em favor do aumento de salários. Uma faixa maior no desenho se destacava e dizia: “Abaixo a Carestia”. Acima da figura o título do jornal do STIG fazia referência a uma luta anterior: “07 de fevereiro de 1923. Marco de uma jornada que ainda não terminou”⁶²⁷.

Desde 1957, vários movimentos populares, dentre eles, entidades sindicais, realizaram a Convenção Popular de Combate à Carestia⁶²⁸ para enfrentar o aumento do custo de vida. Esta convenção teve um papel importante, na construção da greve dos 400 mil, em outubro de 1957. E em São Paulo, uma segunda convenção, desta vez estadual, reuniu no ano de 1959, 500 delegados para discutir a questão, sendo que 100 destes eram representantes de sindicatos.

Os anarquistas tiveram um importante papel dinamizador, na consolidação e exigência da luta contra a carestia na Primeira República, no interior de diversas categorias profissionais. Afinados com essas exigências materiais e também uma herança histórica – da classe e do anarquismo – que persistia no interior de muitas categorias, os militantes anarquistas integrados ao MOS não deixariam de acompanhar esse movimento de classe. Em sua imprensa específica realizariam debates em torno do que chamavam cooperativismo⁶²⁹. A discussão sobre a formação de cooperativas estava ligada a dois elementos, um interno e outro externo ao anarquismo. O elemento interno era a necessidade de dar um sentido prático a ideologia anarquista num contexto de pouco enraizamento no seu **vetor social**, o segundo, dizia respeito às discussões realizadas no próprio universo dos trabalhadores e das entidades sindicais. Era comum no período a formação de cooperativas dentro dos sindicatos. Na categoria dos bancários, como iniciativa de combate a carestia, formou-se uma cooperativa de consumo para os trabalhadores⁶³⁰ e que era divulgada frequentemente em seu jornal.

O objetivo da cooperativa era de fazer o trabalhador “consumir mercadorias mais baratas”⁶³¹ e o pano de fundo dessas iniciativas pode ser considerado, enquanto um movimento mais amplo, de combate ao aumento de custo de vida pelos setores populares que recorriam a diversos instrumentos. Nas fileiras anarquistas havia aqueles que debatiam profundamente o cooperativismo em seus jornais e ressaltavam a necessidade dos trabalhadores em enfrentar os altos custos de vida. O cooperativismo era considerado “um sistema econômico-social de função altamente educativa e [...] merece maior atenção dos anarquistas que não o sejam apenas de modo [...] platônico ou furiosamente arrasador”⁶³². Sendo assim afirmava que ao “servir-nos do cooperativismo, com propósitos anarquistas, para agrupar os indivíduos em coletividades autônomas, livres” poderiam os libertários contribuir

⁶²⁷ **O Trabalhador Gráfico**, São Paulo, Janeiro de 1957, p. 01.

⁶²⁸ LEAL, 2011, pp. 218-220.

⁶²⁹ No segundo encontro nacional, realizado em 1953 apesar do foco do debate se manter em torno da questão da organização anarquista e da organização operária, outras propostas de ação foram debatidas, em específico a de formação de uma cooperativa intitulada Auxílio Mútuo

⁶³⁰ Segundo gráfico apresentado por Velloso (2011, p. 4), que mapeia os tipos de cooperativas desenvolvidos no Brasil da década de 40 a 90 percebemos que comparativamente, as chamadas Cooperativas de Consumo foram mais abundantes na década de 40 e 50 do que em relação aos anos restantes.

⁶³¹ Cooperativa de Consumo dos Bancários de São Paulo. **Folha Bancária**, São Paulo, Junho de 1960, nº 89, p. 13.

⁶³² E segue o texto: “A ação das cooperativas sem lucros, no terreno industrial ou nas redes distribuidoras dos produtos leva à emancipação do trabalhador e ao fim do parasitismo comercial; faz converter maior número de braços às tarefas produtivas e semeia o espírito de ajuda, a união e o entendimento comum” P. Ferreira da Silva. Cooperativas de Consumo. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, 30/11/1949, nº 61, p. 3.

com a ideologia anarquista e ainda dar um sentido prático, de aproximação da realidade da classe com elementos históricos que o anarquismo se balizava.

A luta contra a carestia de vida foi um combustível fundamental para as grandes mobilizações que ocorreram em 1957. 40 anos depois das grandes mobilizações contra a carestia, em 1917, diversas categorias de trabalhadores se articulavam para a realização de um movimento paredista. O Sindicato dos Gráficos não ficou de fora dessa articulação e publicava em seus jornais notícias sobre a situação da carestia de vida.

Em São Paulo a atuação do MOS na categoria gráfica daria vida ao jornal *Ação Sindical*, organizado pela *Ação Sindical dos Gráficos*, que em seu primeiro número, no ano de 1958, estamparia matérias escritas pelos socialistas do PSB, anarquistas⁶³³ e sindicalistas independentes. O jornal *Ação Sindical* seria constituído segundo o esforço “de um grupo de trabalhadores de todos os ramos, que teve como pioneiros um punhado de gráficos”⁶³⁴. Este grupo atuaria interferindo no *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (STIG)⁶³⁵. Mesmo avaliando que os sindicatos, “associações de defesa dos interesses dos trabalhadores” não gozavam de liberdade dentro da estrutura sindical seus militantes avisam que “Nossa crítica será construtiva e de unidade, pois não achamos recomendável a criação de novos sindicatos, uma vez que os que existem podem e devem livrar-se de tôdas as tutelas e dos maus elementos que os Infestam”⁶³⁶. Ou seja, de que mesmo analisando a ligação do sindicato a uma estrutura corporativista, a experiência da classe e suas mobilizações de base foram decisivas para convencê-los que esta poderia ser tensionada e quem sabe, a ponto de permitir um retorno a um sindicalismo⁶³⁷ que consideravam como independente. Os anarquistas portanto, não viam o sindicalismo apenas como expressão dos sindicatos, mas uma prática mais ampla, de classe, que seria conformada também pela atuação das bases e pelos locais de trabalho.

Neste sentido é importante mencionar que os trabalhadores gráficos não ficaram passivos diante as múltiplas questões que afetavam a categoria nos diferentes estados. Uma destas era a regulamentação de leis das diferentes categorias profissionais. Segundo a pesquisadora Cristiane Muniz Thiago, neste período, os gráficos “buscavam não só

⁶³³ Em seu primeiro número, um texto do anarquista Pedro Catallo.

⁶³⁴ Nossa Campanha. *Ação Sindical*, São Paulo, Março de 1958, nº 01, p. 01.

⁶³⁵ O STIG tem origem na antiga União dos Trabalhadores Gráficos. A UTG contava com militância anarquista em seu interior e a partir da década de 20 sua esfera de influência é deslocada para a militância comunista do PCB. Em 1935 a UTG foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho como o único sindicato oficial que representava a categoria e se mudou de nome para *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo*. Cf. CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da Subversão. Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)*. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 130.

⁶³⁶ *Idem*.

⁶³⁷ Aqui cabe uma reflexão mais apurada. De maneira geral, os anarquistas avaliavam em seus periódicos que os sindicatos estavam num quadro de completa subordinação ao corporativismo, aos partidos e aos ministerialistas. Desta maneira, podemos dizer que os anarquistas consideravam este quadro como um modelo de **heteronomia** (Sobre o conceito de heteronomia, Cf. CASTORIADIS, 1982). No entanto, apesar disso, a experiência sindical de parte da classe trabalhadora no período, os fez acreditar nas possibilidades de superar as limitações dessa estrutura e permitir um retorno da “liberdade sindical”. Se acreditavam que havia uma “estrutura” constringendo os sindicatos e limitando seus alcances práticos, por outro lado, convenciam-se pela experiência direta, que as mobilizações de base assemelhavam-se ao modelo sindical do período anterior (da Primeira República). Neste sentido, optaram assim, por inserir-se num sindicato para tensionar essa estrutura. Acreditamos que neste sentido, o dilema vivido pelos anarquistas é semelhante aos debates históricos em torno do estruturalismo *althusseriano* e a crítica de E.P. Thompsom a este paradigma teórico. No fundo, há uma questão pertinente: qual é o poder de constringimento das estruturas e a liberdade de ação dos agentes? Uma questão que é retomada em muitos estudos históricos ligados a História Social.

compreender as leis, mas interferir no processo de interpretação e aplicação das mesmas”⁶³⁸. O grupo *Ação Sindical dos Gráficos*, compatibilizando seu programa político com as ações e a experiência da classe, inseria-se neste contexto denunciando que

Só aqui, entre os vários países onde existe legislação de previdência acontecem estas coisas. E' que, lá os sindicatos não estão amarrados a nenhum ministério nem os políticos têm a eles acesso. Há organizações de ordem particular que garantem uma velhice tranquila mediante contribuições que não vão além de 6% do salário médio. E há instituições oficiais, onde as reservas se acumulam e as pensões e as aposentadorias são uma realidade com contribuições de 6% per capita. Só aqui, no Brasil onde tudo é grande, há tanta fraude e tanta mesquinhez quando se trata da segurança dos trabalhadores.⁶³⁹

Interessante notar que os trabalhadores (e anarquistas, por conseguinte) aglutinados na ASG não condenavam em princípio a regulação de determinadas leis em benefício da categoria. Isto contraria a tese de que o anarquismo por negar a ação política estatal recusa quaisquer debates que envolvam essa esfera ou que o anarquismo – por uma análise puramente etimológica de sua doutrina e rejeitada nesse presente trabalho – seja uma ideologia que contrarie a luta pelas reformas. Tal afirmação não possui lastro na realidade.

Obviamente, os anarquistas defendiam objetivos mais amplos em suas respectivas organizações políticas – que intentavam transformar os sindicatos em associações com fins *revolucionários* – mas **não ignoravam as regulamentações vigentes e as conquistas imediatas**, pois viam a importância dessas regulamentações naquele contexto.

Para ilustrarmos ainda mais o que estamos dizendo, um bilhete apreendido pela polícia e intitulado “Associação Libertadora das Operárias em Casa de Família”⁶⁴⁰, distribuído pelo anarquista Nicanor de Barros, conclamava as operárias a se organizarem nessa associação, reivindicando: diminuição no horário de trabalho, folga semanal, assistência médica, dentária e maternidade. Nicanor era um padeiro anarquista que esboçara a ideia da associação. Mesmo fora do espaço clássico sindical, podemos afirmar que muitas energias foram gastas dentro do universo dos trabalhadores para a defesa de certos direitos. Isso contraria a posição que entende o sindicalismo apenas como a soma das instituições sindicais. É preciso ter uma visão mais ampla, compreendendo o sindicalismo como práticas sindicais que não se esgotam no aparato sindical, mas que constituem elementos da experiência da classe que conjuga e sintetiza reivindicações populares referentes ao mundo do trabalho. No caso de Nicanor, se de fato não está desenvolvendo seu trabalho no interior de um sindicato ou numa “fábrica”, seus objetivos são evidentemente sindicais e se destinam a uma categoria de trabalhadores. Neste caso, geralmente marginalizada e que carecia de quaisquer direitos trabalhistas.

O cerne da questão para esses militantes se dava no sentido de evitar que esta regulação desses direitos estivesse subordinada a quaisquer *atrelamentos* do sindicato ao Estado. O socialista João da Costa Pimenta⁶⁴¹, esposava sua opinião, que se harmonizava com

⁶³⁸ THIAGO, 2011, p. 90.

⁶³⁹ Sobre a nova Lei de Previdência Social. **Ação Sindical**, São Paulo, Março de 1958, Ano 1, nº 02, p. 01.

⁶⁴⁰ Investigações procedidas sobre a “Associação Libertadora das Operárias em Casa de Família”. A mesma foi idealizada pelo anarquista Nicanor de Barros, que fracassou completamente em sua organização. 23/05/1950. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo. Outra questão importante e que contribui ao debate historiográfico foi levantada por John French. Este afirma que a “classe trabalhadora e os sindicalistas depois de 1943, subverteriam na prática a ‘lei’ existente por meio da luta para fazer da lei (como um ideal imaginário) uma realidade”. FRENCH apud BADARÓ, 2003, p. 30.

⁶⁴¹ A participação de João da Costa Pimenta no sindicatos dos gráficos foi bem ativa. João da Costa Pimenta teve um passado anarquista e foi um dos fundadores do PCB em 1922. Expulso do partido, ele se converteu ao trotskismo e se aproximou dos setores mais críticos a política do PCB. Seu passado anarquista deve ter

a opinião dos anarquistas naquele momento sobre a questão do imposto sindical⁶⁴², pois em sua visão

o impôsto sindical é a causa direta da submissão dos organismos sindicais à engrenagem ministerial; e é, em grande parte, devido a êle, que os trabalhadores não puderam, até hoje, repelir a tutela exercida pelos órgãos governamentais, que os mantém acaudilhados aos seus designos políticos, por intermédio de prepostos - velhos pelegos e neo-pelegos - presimosos instrumentos dessa denominação aberrante, até mesmo da própria Constituição Federal, a qual declara livre a associação sindical, e impossibilita, inclusive, que os trabalhadores cuidem livremente de seus órgãos de classe e por êles lutem, a fim de os tornar poderosos e eficientes na defesaa (sic) de seus interêsses profissionais..⁶⁴³

Chamemos atenção ao fato, de que mesmo considerando o imposto sindical como um das armas de *subordinação* dos sindicatos, a **opinião** da ASG era a de que havia outros elementos, resultantes das disputas políticas do interior da classe trabalhadora – ou seja, em seu próprio *fazer* – que conseqüentemente mantinham os sindicatos *tutelados* pelos *órgãos governamentais*. Assim, a forma que o sindicato assumia, na opinião da ASG era em grande medida determinada pela conjugação atuação da classe (e suas disputas internas) e subordinação ao Ministério do Trabalho pela legislação herdada do Estado Novo.

Essa posição dos anarquistas, acreditamos, pode contribuir modestamente com um debate historiográfico já consolidado, que é o debate em relação ao sindicalismo e o **populismo**. Sem desejarmos tomar um espaço demasiado e nos desviarmos do nosso objeto, em resumo, pode-se dizer que os estudos históricos sobre a classe operária deste período, inicialmente se pautaram pelo modelo do **sindicalismo populista**. Tal paradigma, que teve como um de seus expoentes, Leôncio Rodrigues, definiria de modo negativo, a ação sindical da classe⁶⁴⁴ neste período. O resultado desse movimento é a caracterização das greves e mobilizações do período, como fruto apenas de lideranças políticas cooptadas e cuja estrutura do sindicalismo corporativista, de tão rígida, inviabilizaria os rumos de qualquer movimento contestatório. Essa posição, ainda que levante com justiça, a questão da estrutura corporativista implantada pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, ao caracterizar a classe como completamente subordinada a esta, acabaria por ignorar totalmente as mobilizações e a experiência da classe durante o período.

Com a revisão desses estudos um novo paradigma surgiria como opção. Trataria de substituir o termo **populismo** pela adoção de um modelo explicativo mais coerente, o **pacto trabalhista**⁶⁴⁵. A noção implícita contida no **pacto trabalhista** foi desenvolvida pela historiadora Ângela de Castro Gomes, que depois revisara este conceito apenas para **trabalhismo**. Este termo definiria a relação entre o Estado e trabalhadores por outra ótica, destacando também o protagonismo desses últimos nessa relação, rejeitando a noção de classe trabalhadora passiva e sem consciência e que era manipulada por políticos inescrupulosos que a enganavam⁶⁴⁶.

Concordamos neste ponto com o historiador Marcelo Badaró, cuja posição é que os desenvolvimentos posteriores do conceito de trabalhismo acabariam por substituir um reducionismo por outro. Este alerta que “sai a classe trabalhadora inconsciente e manipulada pelo Estado representado nas lideranças carismáticas”, para em seguida “entrarem em cena

contribuído para uma boa relação com os anarquistas dentro de Ação Sindical.

⁶⁴² Como consta nos jornais específicos anarquistas do período. Há muitos textos críticos do imposto sindical.

⁶⁴³ O Impôsto Sindical. **Ação Sindical**, São Paulo, Março de 1958, Ano 1, nº 02, p. 01.

⁶⁴⁴ BADARÓ, 2003, p. 20.

⁶⁴⁵ *Idem*.

⁶⁴⁶ *Ibid*, 2003, p. 27.

trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda”⁶⁴⁷. A relação assimétrica entre os trabalhadores e o Estado é ignorada e em seu lugar, surge “uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”⁶⁴⁸. Ou seja, se a primeira posição apagou a agência humana (dos trabalhadores), a segunda ignorou as estruturas que as constroem.

No estudo da presença sindical dos anarquistas no período, podemos ver que longe de haver uma completa unidade na busca de interesses nesse pacto trabalhista, ou trabalhismo, as rugas no interior da categoria dos gráficos – que envolvia não apenas os libertários, mas socialistas críticos do PCB – indicam matizes importantes na disputa por este canal de representação dos trabalhadores. Não havia, portanto, um sentimento “uníssono”, mas também divergências abertas, que punham em cheque o consenso sobre o domínio dos canais de representação e o entendimento sobre o sindicalismo do período. A conclusão que podemos chegar é que se não podemos caracterizar o sindicalismo daquele período como completamente manipulado pelas lideranças populistas, não podemos do mesmo modo, acreditar que havia um consenso entre os trabalhadores em aceitar as estruturas sindicais e as lideranças reformistas. As disputas estavam abertas e a prática dos anarquistas e de setores críticos tanto ao ministerialismo quanto ao PCB demonstram que as fissuras políticas corriam pelo universo dos trabalhadores. As estruturas sindicais excessivamente corporativas também não podem ser ignoradas nesta análise e eventualmente eram denunciadas pelos anarquistas, o que indica que os próprios agentes históricos (ou parte deles) apontavam seus limites.

Tais disputas sindicais, no caso dos gráficos se traduziram na formação de uma chapa de oposição no interior do sindicato. Os trabalhadores aglutinados na *Ação Sindical dos Gráficos* lançam uma chapa de oposição nas eleições da diretoria e no segundo número de seu jornal, seu programa. Além de elencarem neste boletim, os motivos da criação deste grupo sindical e definirem o que entendem como sindicalismo.

O sindicalismo segundo ASG é um

<< Movimento econômico-social que tem por fim substituir o regime capitalista por um sistema mais justo de economia, partindo da união de todos os trabalhadores em sindicatos profissionais, visando a abolição do salariado e do patronato. <<Assemelha-se ao socialismo no admitir a luta de classes, mas dêle se distancia porque sua ação visa só fins econômicos, estando separada de qualquer partido o programa totalmente político, o movimento é estritamente obreiro, seus interesses são limitados, exclusivamente corporativos>> (Do Dicionário Enciclopédico Brasileiro)

A Ação Sindical dos Gráficos conforma-se com esta definição embora reconhecendo que nada é imutável e que o sindicalismo pode estender sua ação além da órbita econômico-classista, contribuindo para o estabelecimento de um sistema social igualitário, de liberdade e fraternidade.⁶⁴⁹

Elencando seus objetivos e pontos de seu programa, ASG anuncia que:

A finalidade de Ação Sindical dos Gráficos é promover a sindicalização de todos os trabalhadores do ramo e esclarecê-los sobre os objetivos do sindicalismo. Sua ação é cultural e de unidade e sua crítica terá caráter nitidamente construtivo. Seu programa resume-se nos seguintes pontos:

1o - Imprimir orientação apolítica no sindicato da classe, combatendo todas as manifestações e manobras partidárias, declaradas ou disfarçadas;

⁶⁴⁷ *Idem.*

⁶⁴⁸ *Ibid.*, 2003, p. 28.

⁶⁴⁹ Ação Sindical dos Gráficos. **Ação Sindical**, São Paulo, Março de 1958, Ano 1, nº 02, p. 04

2o - Exigir dos poderes públicos a mais ampla liberdade de associação e a consequente revogação do indecoroso imposto sindical.

3o - Combater o carreirismo em prática estabelecendo o salutar princípio da rotatividade e o da não reeleição.

4o - Combater os desligamentos permanentes dos diretores, da produção, por ser prática corruptora e desfalcadora dos haveres sindicais.

5o - Apoiar tôdas as campanhas dos sindicatos que visem melhores condições de vida e de liberdade para os trabalhadores, desmascarando, entretanto, qualquer jôgo político-partidário envolvido nessas campanhas.

6o - Lutar para que tôdas as questões trabalhistas do setor sejam resolvidas o mais diretamente possível, a fim de evitar a ação morosa da justiça e a parcialidade dos intermediários.

7o - Promover a organização da Cooperativa de Consumo dos Gráficos, a fim de minorar a má situação econômica da classe, devido à alta constante dos preços.

8o - Lutar pela reforma dos estatutos sindicais, presidencialistas e obsoletos, de forma que expressem o verdadeiro sentir e as aspirações dos trabalhadores do nosso ramo.⁶⁵⁰

Deste modo, defendendo este programa, os militantes de ASG prosseguiram se articulando durante todo o ano de 1958 diante a “necessidade de renovar o ambiente no seu Sindicato”⁶⁵¹. A pressão realizada pelo MOS e pelos anarquistas surtira algum efeito, principalmente no período do pleito. Nas páginas do jornal *O Trabalhador Gráfico*, lançado antes das eleições no sindicato, o gráfico Silva num texto intitulado “Confusão Sindical” afirmava

Surgiu nos meios sindicais o jornal Ação Sindical, cuja orientação nada favorece aos trabalhadores em suas páginas; as críticas feitas aos dirigentes sindicais que hoje lutam por melhorias para os trabalhadores, são de má fê e cujo objetivo é incompatibilizá-los com os atuais dirigentes.⁶⁵²

Ao que tudo indica, a chapa de oposição foi derrotada nesse pleito e a diretoria anterior teve seu mandato prorrogado. Mas o apoio dos anarquistas a chapa do sindicato, indica que ao contrário do que vemos geralmente na literatura acadêmica sobre o anarquismo, estes possuíam uma noção clara da política e principalmente do poder⁶⁵³.

A atuação sindical dos anarquistas dependia também de renovação e para sua efetivação, uma coordenação política mais eficiente, propugnada pelo Congresso de 1948, mas que nos anos posteriores, tivera grandes dificuldades em se “reproduzir”⁶⁵⁴. Um caminho elencado pelos libertários, fora o de reforçar as trincheiras de outros espaços que ainda contavam como referência e que tinham nas ações culturais, seu grande combustível.

Independente disto pode-se afirmar que o anarquismo do período continuou com perspectivas sindicais muito bem definidas e que interferiu de acordo com sua força nos debates vigentes. Contrariando a falsa percepção que o anarquismo nesse período desvinculara-se totalmente do mundo do trabalho ou que foi completamente absorvido pela estrutura sindical, a prospecção nessas duas categorias revela uma prática frequente de inserção das ideias e estratégias ácratas no universo sindical brasileiro, seja interferindo no interior de determinados sindicatos, seja na aproximação da base de determinadas categorias. Não se pode dizer que os militantes anarquistas não tenham encontrado limites e esses limites

⁶⁵⁰ *Idem*.

⁶⁵¹ Ação Sindical dos Gráficos. **Ação Sindical**, São Paulo, Maio de 1958, Ano 1, nº 03, p. 02.

⁶⁵² Silva. Confusão Sindical. **O Trabalhador Gráfico**. São Paulo, Maio e Junho de 1958, Ano 35, nº 242, p. 4.

⁶⁵³ O anarquismo neste sentido não pode ser compreendido como a “negação do poder”.

⁶⁵⁴ Em 1953, os anarquistas numa reunião na Urca, Rio de Janeiro, falam sobre o processo de desarticulação que os atingira. Em 1953 os anarquistas fizeram outro congresso.

foram questionados abertamente sempre que possível. A crítica anarquista ao sindicalismo vigente era publicada regularmente em sua imprensa. Em específico denunciavam o imposto sindical, defendiam a necessidade de autonomia dos sindicatos e a pluralidade sindical. Não deixaram de opinar sobre estas questões e que eram debatidas por diferentes forças políticas.

A ligação entre anarquismo e sindicalismo era tão forte, que já em 1962, ano em que os anarquistas praticamente deixam de noticiar atividades sindicais em sua imprensa específica, militantes do Rio e de São Paulo debaterão a “situação dos sindicatos atuais e examinadas as possibilidades de interferência dos anarquistas nos meios operários”⁶⁵⁵. A novidade, de fato, era que os anarquistas nesse período, não descuidariam incansavelmente, de se organizar numa instância política própria, que atuaria sob uma perspectiva ideológica em comum, dentro de espaços da classe trabalhadora.

Apesar dos próprios anarquistas afirmarem que “faltavam anarquistas operários” a ligação entre o anarquismo e seu principal vetor social teimosamente resistia em não ser esquecida. Numa troca de correspondência realizada depois do Encontro anarquista de 1963 se ressentiam de não debater adequadamente o tema sindical à luz da conjuntura, dando mais atualidade a estratégia anarquista. Reclamavam das “lamurias quanto a um passado já morto e que os presentes frequentemente invocavam”⁶⁵⁶.

A conjuntura iniciada nos anos 60, entretanto, modificaria totalmente a correlação de forças e os significados políticos no interior do campo da esquerda⁶⁵⁷. Só então, que os libertários restringiriam sua atuação a determinados espaços e estratégias culturais.

6.2 - *Camouflages* anarquistas: as ações culturais libertárias

E.P. Thompsom alerta: é preciso prevenir os riscos de se realizar uma leitura histórica, feita “à luz da evolução posterior”⁶⁵⁸. Se os anarquistas do período realizaram atividades culturais importantíssimas para “manter a chama do movimento acesa”, não seria adequado afirmar que durante todo este período as atividades culturais ou de preservação da memória fossem – como visto anteriormente – as *únicas* estratégias políticas de seus militantes. O recurso à variadas fontes de pesquisa⁶⁵⁹ possibilitou que repensássemos a visão do anarquismo no período como meramente embasado em atividades culturais. Outrossim, concluímos preliminarmente durante nossa análise, que era preciso relativizar qualquer hipótese que amputava a ação cultural do anarquismo no período de sua dimensão classista.

Neste sentido é importante retomar a tradição de pesquisa da História Social para nos situarmos adequadamente no terreno em que “pisamos”. Desde os anos 60, podemos afirmar que a História Social reconheceu “a cultura como dimensão constitutiva da realidade”⁶⁶⁰ e em grande medida, como um elemento fundamental para a formação da classe trabalhadora. “Embora essa cultura esteja conectada a certas condições materiais da vida coletiva (...) é,

⁶⁵⁵ Apud Rodrigues, 1993, p. 245.

⁶⁵⁶ Ideal Peres. Carta. 14/01/1964, Rio de Janeiro, [para] Edgar. 1 página. **Acervo Pessoal Marcolino Jeremias**. Nesta carta Ideal proporia retomar o debate do Sindicalismo na Atualidade e também citaria a falta de discussão da Reforma Agrária como um problema a ser corrigido.

⁶⁵⁷ Como por exemplo, a influência da Revolução Cubana e do foquismo dentro das organizações de esquerda. Sobre essa influência, Cf. SALES, 2005.

⁶⁵⁸ THOMPSON apud FORTES; NEGRO; FONTES, *Peculiaridades de E.P. Thompsom*, p.23.

⁶⁵⁹ Como a prontuários do DOP’S, jornais sindicais e o recurso a memória oral.

⁶⁶⁰ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* / Murilo Leal. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p 367. Segundo a historiadora Dorothy Thompsom: “A descrição do conflito de classes em muitas sociedades foi um grande feito de Marx, mas hoje, muitos de nós não daríamos prioridade absoluta às relações econômicas, tal como ele indubitavelmente fez, nem pressuporíamos sua quase-universalidade.” THOMPSON, Dorothy. “Marxismo e História”. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p. 219.

também, uma arena de lutas e contradições e não um nicho ou repositório de formas peculiares”⁶⁶¹. O historiador Murilo Leal nos mostra que neste período, as “práticas culturais, os bailes também podiam ser usados para fortalecer as lutas ou a organização sindical”⁶⁶² e que neste sentido, tais práticas eram investidas por diferentes forças políticas. Não somente por entidades de classe, partidos e agremiações políticas, mas também por organizações ligadas ao patronato e ao Estado. Murilo Leal ressalta que o “Sesi, o empresariado e o Estado empenhavam-se em propiciar um lazer que afirmasse os valores próprios de um operário ordeiro, ligado à família, e os ideais de paz e harmonia entre empregados e empregadores”⁶⁶³.

Em São Paulo, a agência policial, tal como um pesquisador acadêmico⁶⁶⁴ que tem acesso a diferentes fontes, percebera que o Centro de Cultura Social possuía em seu interior a atividade de uma corrente política. Nas palavras de seu investigador o CCS era a “entidade que nesta Capital serve de ‘Camouflage’ às atividades anarquistas”⁶⁶⁵. A intenção das atividades organizadas pelo CCS não era apenas servir de *camouflage* ao anarquismo, destinava-se a ser ele próprio, um espaço que aglutinasse “trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por tôda a sorte de empecilhos”⁶⁶⁶.

Nesse sentido o CCS desenvolveria “conferências e palestras comentadas, em sua sede, ou em outros recintos de associações populares ou sindicatos operários” buscando interferir nessa “arena” de disputa. O espaço também organizaria “cursos de aperfeiçoamento cultural, artístico e profissional”; fundaria uma “biblioteca circulante, constituída principalmente de obras e publicações periódicas que tratem da questão social”. Promoveria “exposições artísticas, científicas e profissionais de alcance popular”; organizaria para “seus sócios, um serviço de livraria com o fim de adquirir [...] livros e publicações periódicas, cooperando para a divulgação das de caráter social nos meios populares”; promoveria “saraus lítero-artísticos, exibições cinematográficas e excursões com programas de acordo com as finalidades do Centro de Cultura Social; patrocinaria “a atividade do grupo de Teatro Social, cujo programa é promover espetáculos em centros populares”; promoveriam “outras iniciativas que se tornarem necessárias para o desenvolvimento da obra do Centro de Cultura Social e que estejam de acôrdo com seus princípios e orientação”; e por fim, decidiam “auxiliar a fundação de centros com igual finalidade em subúrbios de S. Paulo e em outras cidades estabelecendo com os mesmos e com as entidades similares já existentes, uma obra de conjunto”⁶⁶⁷.

Apesar de muitas atividades culturais organizadas no CCS não citarem abertamente o anarquismo, o investigador policial sempre que possível associa⁶⁶⁸ suas ações a esta corrente política. Um festival organizado pelo Centro de Cultura Social no dia 26 de junho, que utilizou o salão do *Gremio-Hispano Americano*, segundo o agente, contou “com a presença de cerca de 600 pessoas, tendo início às 20,30 horas”⁶⁶⁹. O agente policial alerta que “Diversas

⁶⁶¹ *Idem*.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 399.

⁶⁶³ LEAL, 2011, p. 399.

⁶⁶⁴ Devemos esta reflexão ao excelente estudo de André Souza Brito. Cf. BRITO, André Souza. *Fermento da Massa: Ecumenismo em Tempos de Ditadura Militar no Brasil, 1962-1982*. Orientadora: Caetana Maria Damasceno. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2010.

⁶⁶⁵ Atividades Anarquistas no dia 17 (Conferência Realizada). Propaganda em Perspectiva. 23/04/1948. Prontuário DEOPS-SP no. 05 – Anarquismo.

⁶⁶⁶ Centro de Cultura Social. Estatutos, 1945, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, p. 01.

⁶⁶⁷ Centro de Cultura Social. Estatutos, 1945, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, pp. 02-03.

⁶⁶⁸ Em alguns momentos, de fato a associação era estreita, tal como o suporte financeiro do Grupo de Teatro Social do CCS dado ao jornal *A Plebe*.

⁶⁶⁹ Prosseguem as atividades anarquistas nesta capital, promovidas pelo Centro de Cultura Social. 12/07/1948. Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

peças teatrais de fundo anarquista foram levada á cena, realizando-se após um animadíssimo baile”⁶⁷⁰. Essas peças de teatro encenadas na sede do CCS, não possuíam temas necessariamente ligados ao anarquismo. Em alguns casos serviam para atrair novos frequentadores, em outros, estavam claramente ligadas a esta corrente política. Como, por exemplo, o caso deste festival organizado pelo CCS. Que se não teve o anarquismo como seu tema, segundo agente, “foram oferecidas prendas e cartões de rifa, tudo com o objetivo de angariar numerario para um anarquista que se encontra em Campos de Jordão, internado”⁶⁷¹.

Essas peças teatrais podiam ser encenadas no próprio CCS, mas também realizadas em associações de classe, como as peças “Ao Relento” de Afonso Schimdt e “O herói e o Viandante” de Pedro Catallo⁶⁷². Estas foram encenadas no contexto de um festival organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Santos. Além da peça de teatro que fora organizada pelo CCS, este levou também “um nucleo musical” para este festival. Esta atividade fora realizada no dia Primeiro de Maio, uma data repleta de significados para os anarquistas, mas também disputada por inúmeras forças. Baseando-nos em Leal (2011) podemos afirmar que o Primeiro de Maio⁶⁷³ foi alvo de uma disputa intensa de significados entre os trabalhadores e o Ministério do Trabalho e que o (re) lançamento do primeiro número de *A Plebe* sob um festival cultural dentro de um sindicato resumia os objetivos da proposta cultural anarquista.

Além das apresentações teatrais, outras atividades também eram realizadas, tais como conferências e palestras de temas variados, como o curso de “Higiene Mental e Política”, organizado “por iniciativa da Universidade Popular – Presidente Roosevelt, em cooperação com o Centro de Cultura Social”⁶⁷⁴ ou “festas campestres”, como a que foi realizada no dia 25 de maio de 1947 na *Nossa Chácara*. Esta contou com um “ato litero-musical, com numeros musicais, canto, recitativos, palestras, etc., partidas de pingue-pongue, cestobol, além de brinquedos para as crianças”. Participaram desta, “dois nucleos musicais”⁶⁷⁵. No Rio de Janeiro, até a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), não havia um espaço como o CCS para os anarquistas realizarem suas atividades culturais. Talvez seja por isso que estas, comparativamente a São Paulo, tenham deixado menores vestígios. Parece correto supor que as atividades culturais tocadas pelos anarquistas no Rio de Janeiro, ganharam força apenas com o esvaziamento de sua ação sindical e de suas organizações específicas. Em São Paulo, ao contrário, a atividade cultural permanece atuante – paralela a atuação sindical –, desde os primeiros anos de reorganização dos anarquistas, ainda em 1947.

As atividades anarquistas no CEPJO, fundado em 07 de março de 1958⁶⁷⁶, eram eventualmente publicadas na grande imprensa; seus objetivos eram atrair um possível público militante. Num contexto de arrefecimento não apenas da imprensa anarquista, mas também da organicidade de seus militantes, a atividade cultural parecia substituir, neste momento, outras atividades. Em 1960, noticia-se na grande imprensa, o “Curso de Psicanálise”⁶⁷⁷ no CEPJO e

⁶⁷⁰ *Idem*.

⁶⁷¹ *Idem*. O anarquista mencionado pelo prontuário é Raul Vital, que estava com tuberculose.

⁶⁷² EM SANTOS. Proveitosa atividade do sindicato dos trabalhadores do ramo da construção civil. **A Plebe**, São Paulo, 01/01/1947, nº 01, p. 06.

⁶⁷³ Um artigo fundamental para compreender a relação dos anarquista com essa data é o escrito pelo pesquisador Milton Lopes. LOPES, Milton. “Anarquismo e Primeiro de Maio no Brasil”. In Instituto de Teoria e História Anarquista. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/02/milton-lopes-anarquismo-e-primeiro-de-maio-no-brasil/>>. Acessado em 10/11/2013.

⁶⁷⁴ Curso de Higiene Mental. **A Plebe**, São Paulo, 15/09/1947, nº 08, p. 04.

⁶⁷⁵ Festa Campestre em benefício de “A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, 01/01/1947, nº 01, p. 06.

⁶⁷⁶ RODRIGUES Apud CORRÊA In ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 75.

⁶⁷⁷ Associações. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16/03/1960, p. 02. Segundo Caderno, Vida Cultural.

a conferência “Os conflitos familiares e as neuroses” no mesmo ano⁶⁷⁸. Em 1962, a imprensa noticia os cursos ministrados pelo CEPJO, “Freud e a Análise dos Sonhos”⁶⁷⁹ e em 1963 a conferência “Jung e os tipos psicológicos”⁶⁸⁰.

Essas atividades culturais de maneira geral seguiam uma lógica, que pode ser compreendida por uma frase impressa no verso de um programa (de uma atividade cultural organizada pelo CCS), que dizia: “Procuremos divertir-nos instruindo-nos e educando-nos ao mesmo tempo”⁶⁸¹.

Tais atividades culturais tocadas pelos anarquistas, não ficaram restritas ao seu universo político, pois suas práticas culturais associaram-se sempre que possível a entidades de classe e espaços populares. Seguindo o objetivo de ampliar a ideologia em contato com as “classes populares”, intenção que encontrou barreiras consideráveis nos anos finais da década de 50.

Um problema que julgamos relevante comentar e que queremos aprofundar é compreender como o anarquismo de uma ideologia política classista ligada a mobilizações populares vai aparecendo na grande imprensa de outro modo e paulatinamente ganha uma representação específica por esta. Precisamos estar atentos para não naturalizarmos nosso olhar. Neste sentido, deslocamos nosso foco para a disputa de significados que estava em jogo em torno do anarquismo e de modo mais ampliado para as diferentes forças políticas que incidiam na organização dos trabalhadores. Ainda que nesse contexto, o anarquismo não representasse uma ameaça política de vulto, seus significados e valores opunham-se ao que podemos chamar de **cultura dominante**⁶⁸².

Com base em dois jornais de grande circulação no estado do Rio de Janeiro e São Paulo sistematizamos mediante o uso de recursos da internet, o quantitativo do termo anarquismo e anarquista/s na grande imprensa destes dois Estados⁶⁸³ para comentarmos o que afirmamos anteriormente. Das 38 ocorrências do termo anarquismo e anarquista na grande imprensa do Rio e São Paulo, pelo menos 23 dessas associam o anarquismo a uma obra, estilo literário ou personalidade artística e cultural. O anarquismo aparece assim, como uma doutrina individual e ligada estritamente ao campo das artes, associada aos nomes de Herbert Read, Albert Camus, Renoir, Jean Vigo, Tomaz da Fonseca, Ugo Betti, León Tolstói e Lima Barreto⁶⁸⁴ etc. Termos como *anarquismo lírico*⁶⁸⁵, *anarquismo cósmico*, *anarquismo*

⁶⁷⁸ Notas Médicas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01/07/1960, p. 02. Segundo Caderno.

⁶⁷⁹ Cursos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23/11/1962, p. 06. Segundo Caderno.

⁶⁸⁰ Conferências. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11/07/1963, p. 02. Segundo Caderno, Vida Cultural.

⁶⁸¹ Programa. Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo.

⁶⁸² Entendemos a cultura dominante não como um sistema estático e onipotente, mas sim um processo “substancial e flexível” e que depende em grande medida do processo de incorporação de diferentes significados e práticas Cf. WILLIAMS, pp. 53-54.

⁶⁸³ Utilizamos dois jornais de grande circulação, ambos publicados diariamente. O primeiro é o jornal *Estado de São Paulo* e o segundo o jornal *Correio da Manhã*. Nosso método foi à partir da ferramenta online disponível pesquisas palavras-chaves que pudessem auxiliar em nossa pesquisa no período de 1945 a 1964. Utilizamos prioritariamente as seguintes palavras-chaves (como o número de ocorrência entre parênteses e excluindo os falsos positivos): anarquismo/anarquistas (38), sindicalismo revolucionário (6). Em menor grau, buscamos nos jornais a presença de militantes anarquistas do período, tais como: Pedro Catalo (0), José Oiticica (2), Edgar Leuenroth (2), Raul Vital (0), Roberto das Neves (3), Moacir Caminha (2). Buscamos também palavras chaves que referenciassem suas práticas: Movimento de Orientação Sindical (0), Centro de Estudos Professor José Oiticica, Trabalhadores da Light (4), Centro de Cultura Social (1), Ação Direta (jornal).

⁶⁸⁴ “Revolucionário nas letras, seria pelas mesmas causas profundas revolucionário na sociedade, muito embora não fosse um militante inscrito no grupo dos anarquistas que lhes era simpático e cujas idéias defendeu sempre com ardor.” Sérgio Milliet. Lima Barreto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 17/09/1952, p. 06.

⁶⁸⁵ “eclipsando com a lógica do seu raciocínio e das suas ações o anarquismo lírico da sobrinha”. Gilda de Mello e Souza. O “Antígona” de Anouilh e o problema da escolha. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22/08/1952, p. 08.

modernista ou anarquismo descritivo aparecerão nas matérias. As maiores ocorrências do termo anarquismo e anarquista aparecem no caderno literário e cultural de ambos os jornais, associado em esmagadora maioria a obras literárias, peças teatrais e filmes.

As ocorrências restantes associam minoritariamente o anarquismo a uma filosofia violenta, individualista. Mas essas representações não se relacionam com o presente e sim com um passado longínquo, que não ousa retornar. O anarquismo no passado seria uma filosofia de *dinamiteiros*⁶⁸⁶, afeito a *atentados*, que levaria a alguma espécie de *totalitarismo* ou seria uma filosofia *individualista* ligada a setores *juvenis e rebeldes*. O anarquismo do presente um modelo cultural que influenciou periféricamente determinados estilos artísticos e culturais. O anarquismo quando citado do ponto de vista político, aparece segundo esta grande imprensa como algo já superado pelo *comunismo* ou que faz parte – ainda que de maneira distante – da história do socialismo e do movimento operário. A forma com que a grande imprensa do período tratou o anarquismo não nos parece acidental. É evidente que há uma espécie de deslocamento de sentido realizado pela grande imprensa do termo anarquismo e anarquista para acepções estritamente culturais e que em nossa percepção isto indica uma mudança importante que ocorria na esfera pública, que era o afastamento do anarquismo das entidades classistas.

Nas palavras de Raymond Williams “em qualquer sociedade [...] há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz”⁶⁸⁷ e a **seleção** é basicamente a “forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos”⁶⁸⁸. Desenvolvendo este aporte, podemos afirmar que o modo da imprensa dominante lidar com o anarquismo se distinguia evidentemente do período anterior e que sem nenhuma sombra de dúvida, isto teria implicações no próprio anarquismo, ainda que inicialmente, de maneira imperceptível.

O anarquismo se constituiu ao longo de sua trajetória de práticas, experiências, significados e valores que não são parte da cultura dominante efetiva⁶⁸⁹ e com as quais esta tem de lidar. Sua trajetória interliga-se em grande medida, com valores que se opõe a muitos aspectos dessa cultura dominante⁶⁹⁰. Para isso, os anarquistas utilizavam diversos mecanismos culturais: bailes, teatros, folhetos, peças literárias e piqueniques constituíam ferramentas privilegiadas desses militantes no início do século para se oporem ao sistema político e econômico dominante. Porém esses mecanismos, só faziam sentido, quando conectados ao universo da classe trabalhadora e, portanto, quando incidia com maior grau nos conflitos de

⁶⁸⁶ Falando sobre a história das ideias socialistas em Sorocaba o jornalista afirma que “houve assembléias regulares em vários pontos da cidade, a idéia nova caminhava para o triunfo neste centro propício, já colmeia dos trabalhadores de fabrica, quando a imprensa não sectaria denunciou o desvirtuamento da empreitada devido a intromissão do anarquismo, adepto da violência, apoiada até na dinamite destruidora.” *Socialistas em Sorocaba. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15/11/1953, p. 37. Segundo Caderno, Interior.

⁶⁸⁷ WILLIAMS, p. 53.

⁶⁸⁸ *Ibid*, p. 54

⁶⁸⁹ *Ibid*, p. 55.

⁶⁹⁰ “Podemos expressar isso de dois modos. Há claramente algo que podemos chamar de alternativo à cultura dominante, e há outra coisa que podemos chamar de opositora em seu verdadeiro sentido. O grau de existência dessas formas alternativas e opositoras é ele mesmo uma questão da variação histórica constante em circunstâncias reais. Em certas sociedades, é possível encontrar áreas da vida social em que as alternativas bastante reais são, no mínimo, deixadas de lado. (Se elas estiverem disponíveis, fazem parte obviamente da organização corporativa). A existência da possibilidade de oposição e de sua articulação, o seu grau de abertura, e assim por diante, mais uma vez depende de forças sociais e políticas bastante precisas. As formas alternativas de oposição à vida social e à cultura devem então ser reconhecidas como sujeitas a variações históricas, cujas fontes são muito significativas como um dado sobre a cultura dominante.” WILLIAMS, pp. 55-56

classe. Quando nesses contextos de radicalização política e de classe, a posição da grande imprensa era apresentar anarquismo como utópico, terrorista.

Com a perda do principal vetor social do anarquismo ao que parece, a imprensa não se concentrará em atacar esta ideologia política com a alcunha de terrorista – salvo quando se referirem a um passado em que esta alcunha era utilizada– mas sim, em incorporar certos elementos e significados nos termos da cultura dominante⁶⁹¹. Ou seja, o que há é um deslocamento do sentido do termo anarquismo para termos culturais, ligando-o a modos específicos de produção literária ou artística (geralmente individual), o que em grande medida esvazia em grande medida seu sentido de ação política coletiva e desloca esta ideologia a um círculo cultural restrito.

acha que esses aspectos técnicos são a exteriorização do estado de espírito dos artistas dominados por uma concepção estética - e essa estética decorre de uma concepção social da vida. Criticando a filosofia do anarquismo o artista sente-se levado em parte, a criticar a técnica modernista.⁶⁹²

Anatole de France, em 1909, está no apogeu de sua glória. Seu anarquismo de bom tom inquieta e tranqüiliza, ao mesmo tempo, a burguesia francesa que, como diz em algum lugar Siegfried tem “o coração à esquerda e a carteira à direita”.⁶⁹³

Enquanto isso, o escritor continuava na sua profissão de juiz, alcançando aos poucos os mais altos graus da magistratura. Esta experiência humana constitui a base fundamental de investigação do destino do homem; inicialmente pessimista, radicada numa espécie de anarquismo cósmico, depois humanitarista, vagamente socialista;⁶⁹⁴

Um exemplo deste movimento é o ilustrado por uma matéria no jornal *Correio da Manhã* sobre o anarquismo do escritor Herbert Read

Sir Herbert Read não tem aparecido ao público brasileiro: sob o seu aspecto anarquista É estranho falar-se em pessoa agraciada com a honraria nobiliárquica de um “Sir” e que, ao mesmo tempo, nutre ideais anarquistas. [...] Em segundo lugar, qualquer anarquista nos dirá que anarquia, em grego, quer dizer, apenas ausência de govêrno, isto é, do Estado organizado e poderoso, mas não quer dizer niilismo ou terrorismo. Em geral, o anarquismo que vem logo à mente de todos é o de Bakunin e Netchaïev, o anarquismo das bombas, dos assassinios, da “propaganda” por meio de violências extremas. Êsses anarquistas, que não faziam graça para ninguém rir, assassinaram o Czar Alexandre, o rei Humberto da Itália, o presidente Carnal da França, a imperatriz Elizabeth da Áustria e o presidente MacKinley dos Estados Unidos. Só de pirraça. Só para começar a atrair a atenção das massas para a causa anarquista. Nós tivemos “revolucionários” assim, antes de 1930. Um deles, hoje funcionário do Itamarati, fazia bombas de primeira ordem. O anarquismo de Herbert Read é civilizado e puro e vem tocado da idéia de que só pela desambição, só se a humanidade se reunir em pequenos núcleos de trabalho, será possível libertar a vida

⁶⁹¹ Segundo Williams “é preciso reconhecer que, em atividades culturais reais, a cultura residual pode ser incorporada à dominante. Isto porque alguma parte dela, alguma versão dela – sobretudo se o residuo é proveniente de alguma área importante do passado – terá de ser, em muitos casos, incorporada se a cultura dominante quiser fazer sentido nessas áreas. Também porque, em certos aspectos, uma cultura dominante não pode permitir que muitas dessas práticas e experiências fiquem fora de seu domínio sem correr certo risco. WILLIAMS, pp. 56-57.

⁶⁹² Di Cavalcanti, o Abstracionismo e o Realismo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19/09/1954, p. 14. Primeiro Caderno, Artes Plásticas.

⁶⁹³ Ruy e Monsieur Bergeret. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22/04/1951, p. 01. Quarto Caderno, Suplemento de Literatura e Arte.

⁶⁹⁴ “A Rainha e os Rebeldes” *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20/02/1957, p. 06. Palcos e Circos.

do homem do monstro Estado. Perguntei a Hebert Read se via alguma possibilidade de florescerem sociedades anarquistas hoje e ele me disse que existem tais sociedades, algumas de certa importância.⁶⁹⁵

Percebe-se que o anarquismo do passado é o anarquismo das bombas, dos assassinatos e da propaganda pelo fato (violenta) enquanto o anarquismo do presente é o anarquismo ligado estritamente a pequenos grupos, que podem chegar a constituir uma sociedade anarquista – dentro da sociedade existente e pacificamente – ou seja, o anarquismo não é compreendido no sentido de uma ruptura de uma ordem social determinada, mas de convívio pacífico com esta mesma ordem, segundo a imagem da imprensa dominante. O anarquismo aparece assim, não como uma tarefa coletiva e de classe, mas segundo a visão dos grandes jornais de circulação, mas como uma peculiaridade cultural, restrita a personalidades ou pequenos grupos.

Se os jornais de grande circulação vão conformando esta noção de anarquismo, os jornais anarquistas do período tentam aproveitar este debate cultural no intuito de propaganda da própria doutrina. Publicam no jornal *Ação Direta*, entrevistas e crônicas literárias de determinados intelectuais, tais como o escritor Herbert Read⁶⁹⁶ e Tomás da Fonseca⁶⁹⁷. Nos anos que se seguem ao golpe militar inaugurado em 64, a marca cultural desse anarquismo é muito intensa⁶⁹⁸ e há pouca menção às práticas sindicais, já que há grande dificuldade dos anarquistas em se inserirem nesse universo. Isso terá consequências no interior do próprio anarquismo. Se por um lado, no contexto de “manutenção mínima” do anarquismo, na primeira metade da década de 60, tem nas suas atividades culturais um polo de atração de militantes, o efeito colateral é desconectar o anarquismo das questões mais visíveis da luta de classes do período. O perigo deste movimento, era transformar o que inicialmente supunha ser, uma tática, de uma ideologia revolucionária, em algo que passaria a se constituir como um fim em si mesmo e que se reatualizaria.

Com o golpe de 1964, muita coisa mudará. O CEPJO chega a funcionar por mais 04 anos até seu fechamento definitivo, por agentes da aeronáutica em 1968⁶⁹⁹ e o CCS é fechado após a promulgação do AI-5, interrompendo suas atividades no dia 21 de abril de 1969, que permanecerão daí em diante, clandestinas.

Independente dos desdobramentos operados pelo golpe, não se pode afirmar que esse período fora um período letárgico ou sem resultados ao anarquismo. Contrariando a “profecia” que os condenara à extinção em 1922 ou em 1939, a trajetória dos anarquistas de 1946 a 1964, fora fundamental para manter os laços das distintas gerações do conectados. A presença dos libertários neste período; revigorou minimamente o anarquismo sob um contexto adverso, se comparado às décadas anteriores. Seguindo as escolhas que fizemos nessa pesquisa e também a própria experiência dos anarquistas no período, cabe dizer que a atividade cultural destes foi paulatinamente deslocada do sentido político mais incisivo, que era a conjugação dessas atividades com a ação classista. Sentido este, que poderia ter sido dado, pelo funcionamento regular de uma organização política anarquista, que sintetizasse e conformasse um eixo de atuação mais evidente. Este era o desejo dos anarquistas do período, mas que por diversos motivos anteriormente elencados, não se concretizou. Somado aos

⁶⁹⁵ *Idem*.

⁶⁹⁶ Entrevista com o escritor e sociólogo Herbert Read. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Outubro de 1959, nº 136, p. 03. Intelectuais no Anarquismo.

⁶⁹⁷ Tomás da Fonseca – Fátima – Editôra Germinal – Rio – 1955. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Maio de 1956, nº 106, p. 02. Crônica Literária.

⁶⁹⁸ Cf. Como por exemplo, *Dealbar*, São Paulo, Setembro de 1965, n 01.

⁶⁹⁹ O que ocasionou a prisão do militante Ideal Peres e de integrantes do Movimento Estudantil Libertário (MEL).

impactos do golpe, os anarquistas teriam de diminuir suas expectativas e lutar para manter a chama do anarquismo acesa em atividades culturais. A experiência sindical dos anarquistas no período de 1946 a 1964, como atesta a mudança de orientação nos anos seguintes ao golpe, seria paulatinamente “ignorada” nos círculos anarquistas em detrimento de uma valorização de iniciativas mais modestas, iniciativas culturais que deixaram sua marca no início da década de 60. Isso se deu, em nossa compreensão por vários motivos. Era mais fácil para a geração posterior, recordar do sindicalismo revolucionário (“glorioso”) das três primeiras décadas do século XX e não das experiências sindicais “derrotadas” da década de 40 e 50. Essas experiências, ao contrário das expectativas, não lançaram suas raízes, de maneira suficientemente profunda e não puderam sobreviver aos anos posteriores. As ações culturais permaneceriam com dificuldades, alimentadas não apenas pela conjuntura delicada inaugurada pelo golpe, mas reforçadas, pelo clima intelectual e cultural dos anos 60. A perda geracional também provocou sérios impactos e é possível inferir que a falta de anarquistas nos sindicatos, contribuíra com o desapontamento dos anarquistas da próxima geração com a luta sindical.

Mesmo assim, é oportuno dizer que a reflexão e o legado dos anarquistas durante todo o período permitiu que a experiência de suas organizações específicas, ainda que de forma residual, atravessasse os anos posteriores. Isto contribuiu decisivamente, para sua sobrevivência ideológica no período inglório do regime militar, cuja semente, como no retrato literário de Zola (1979) , “[...] germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do [...] futuro.”

CONCLUSÃO

Podemos elucidar o que pensamos,
o que somos.
Percorreremos, por partes,
o nosso Labirinto,
após tê-lo criado.

Cornelius Castoriadis

Concluimos preliminarmente que o anarquismo longe de desaparecer da cena política, prosseguiu no seu trabalho de organização e militância durante o período de 1946 a 1964. Longe da imagem letárgica que poderíamos falsamente atribuir ao período, o contexto dos anarquistas acompanhou a mobilização dos trabalhadores e seus dilemas. Aproveitando os laços políticos estabelecidos durante as décadas anteriores os anarquistas, mesmo sob a clandestinidade do Estado-Novo conseguiram se articular tendo em vista a nova conjuntura que se anunciava. A crise do sindicalismo revolucionário reforçou dentro das fileiras anarquistas a necessidade de fundar organizações políticas anarquistas.

O projeto *organizacionista* neste sentido foi fundamental para a articulação e a aglutinação dos militantes anteriormente dispersos, principalmente no eixo Rio-São Paulo, conformando uma cultura política que tinha como um dos pilares a organização específica anarquista e que afinava-se com o compasso do anarquismo internacional. Contraria assim, o senso comum normalmente atribuído a esta ideologia, de que os anarquistas seriam fundamentalmente contrários a organização política.

Suas organizações fomentadas por esta cultura política e também sua imprensa atuante permitiram que estes reforçassem laços, difundissem sua ideologia e construísse uma identidade comum baseada no resgate de seus pressupostos mais fundamentais. Podemos afirmar que os anarquistas possuíam uma leitura racional da realidade em que estavam inseridos e difundiram suas posições políticas através de seus periódicos, em meio a classe trabalhadora.

Suas práticas não se resumiam, portanto, apenas à imprensa, mas se ampliaram para ações de solidariedade internacional aos exilados políticos da Espanha e Portugal (internacionalismo), práticas de intervenção sindical e atividades culturais. Participaram também os anarquistas de uma rede internacional que envolvia organizações e militantes dos cinco continentes e que foi estabelecida à partir da ligação política formalizada em congressos anarquistas americanos e internacionais.

Na presente dissertação, acreditamos que foi possível verificar com sucesso, a hipótese de que a formação de organizações especificamente anarquistas indicava uma mudança na cultura política do anarquismo e que teve como principal núcleo articulador, o grupo *organizacionista* do Rio de Janeiro e São Paulo. A constituição de grupos ou organizações específicas almejou como indicamos a formação de uma Federação Anarquista Brasileira. A oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas estratégias no interior da classe trabalhadora. Não é a toa que a dificuldade em manter as organizações anarquistas acompanhe *pari passu* a dificuldade de inserção militante e que ao longo desse período a Federação Anarquista Nacional não tenha saído do papel dando lugar, no âmbito prático a grupos mais modestos, de propaganda diríamos.

À partir dos indícios e do trabalho de prospecção em determinadas categorias de trabalhadores, acreditamos que conseguimos demonstrar igualmente, a presença e prioridade das práticas anarquistas no universo dos trabalhadores (classismo) e que estas foram traçadas à partir de elementos estratégicos (de longo prazo) e táticos (de curto prazo). Fora ressaltado no presente trabalho a defesa que os anarquistas fizeram em todo o período do chamado *sindicalismo revolucionário*, ajudando a desconstruir a tese historiográfica que dissocia esta estratégia do anarquismo. A formação de uma tendência sindical (MOS) e a atuação constante dos anarquistas (durante quase todo o período) em direção aos sindicatos permite concluir que longe de trocar os sindicatos pelos centros de cultura, os anarquistas jogaram forças no meio sindical e paralelamente buscaram a criação de um novo vetor social que pudesse dialogar com a experiência da classe. Essa mudança tática, provocada pela dificuldade da inserção sindical dos anarquistas não comprometeu sua orientação estratégica, que era de potencializar o anarquismo no universo dos trabalhadores e de recriar um vetor social. Tal iniciativa esbarrou em elementos dos mais variados. Um deles dizia respeito não somente ao ideário socialista do pós-guerra, mas atingia de maneira mais ampla, outros atores políticos, cujo alcance e estrutura sindical, dificultava a ação anarquista. Estiveram no entanto, apesar das diferenças, em contato permanente com outras correntes e forças políticas, com as quais, compartilhavam princípios políticos do socialismo ou apenas, elementos táticos.

Sobre a atividade sindical, os libertários trabalharam para interferir na pulsante conjuntura de mobilizações e greves que atravessou a experiência da classe no período. Longe de rejeitarem as reformas e a regulação jurídica de leis que pudessem beneficiar a categoria, os anarquistas trabalharam no sentido de conquistarem tal regulação à partir da mobilização da classe e com um método militante próprio. Sendo assim, concluímos que o anarquismo no período, distinguia-se de outras correntes, pelo método proposto para alcançar tais conquistas e não pela negação das reformas. As ações culturais somente “substituíram” as ações sindicais, no final deste período, quando os grupos de resistência sindical, preconizados pelos libertários, passaram a não mais, fornecer ganho militante.

Acreditamos que este trabalho pode ajudar modestamente a pensarmos a trajetória e presença dos anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo. Cremos que esse estudo poderá contribuir igualmente em repensar afirmações generalizadas sobre esta ideologia política e que na maior parte dos casos não correspondem a realidade factual, assim como igualmente, alargar as balizas temporais utilizadas para o estudo do anarquismo. Se o projeto da organização anarquista nacional e suas estratégias não foram implementadas de fato, a experiência dos anarquistas nesse período, não pode ser vista como um momento letárgico e sombrio de sua história, mas deve ser compreendida como uma experiência política, que com sucessos e fracassos, deixou suas marcas, seus sulcos na terra e pode apoiar a investigação histórica sobre essa ideologia. Damos razão às palavras do escritor argelino Albert Camus, este nos diz que o passado, no qual refletimos sem cessar, “tinha apenas o gosto do arrependimento.” O filósofo vai mais longe quando afirma que o sofrimento dos prisioneiros e dos exilados é gostar “de poder acrescentar-lhe tudo quanto lamentavam não ter feito”⁷⁰⁰, um comportamento que pode comprometer o trabalho dos historiadores. Se não nos permitimos no presente trabalho nos enredarmos nesse labirinto, essencialmente político, optamos por deixar as saídas desse labirinto, a ação do tempo presente, aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo.

⁷⁰⁰ CAMUS, Albert. *A Peste*. p. 43.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teoria e Metodologia

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: APERJ, 1994.

BECKER, Howard. “A História de Vida e o Mosaico Científico” In *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. “Compreender” In *Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. “O mistério do ministério: das vontades particulares à ‘vontade geral’” In CANÊDO, Letícia Bicalho (org). *O Sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *As Encruzilhadas do Labirinto*. Vol.II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.c

_____. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CELLARD, André. A análise documental In *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes, Petrópolis.

CERUTTI, Simona. Microhistory: social relations versus cultural models. In: CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (Eds). *Between sociology and history*. Helsinki: SKS/Finnish Literature Society, 2004.

CLASTRES, Pierre. Copérnico e os selvagens. In: *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naife, 2003, pp. 23-41.

_____. O dever da palavra. In: *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naife, 2003, pp. 167-172.

DAUMARD, Adeline. A história da sociedade Francesa contemporânea: fontes e métodos. In: *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, pp. 75-104.

_____. O que é a burguesia? In: *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985, pp. 9-29.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- _____. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FORTES, Alexandre. “Miriades por toda a Eternidade: A atualidade de E. P. Thompsom”. *Tempo Social*, Vol 18, n. 1. junho de 2006. pp. 197-215
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- HESPANHA, Antonio Manuel. “Apresentação” In: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: Da biografia à história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, pp.3-15. 1989.
- _____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, CPDOC, pp.200-212. 1992.
- POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico* / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- REMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SALINS, Marshall. *A Antropologia da História In Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 60-105.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos*. Estudos Históricos, 1997-19.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Dorothy. *Edward Palmer Thompson*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- _____. “Marxismo e História”. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004. Pp. 214-219.
- THOMPSON, Edward Palmer. “As peculiaridades dos ingleses”. In: Sergio Silva e Antonio Luigi Negro (org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros textos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- VOLKER, Paulo; CORDEIRO, Renato Caporalli; PURRI, Victor José Bicalho et al. *Revolução e Autonomia: um perfil político de C. Castoriadis*. Belo Horizonte: COPEC, 1981.

Obras sobre o movimento operário, imigração, esquerdas, sindicalismo e anarquismo

- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1986.
- _____; DEMINICIS, Rafael Borges. *História do Anarquismo no Brasil – Volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- ARCHINOV, Piotr. *Historia Del Movimiento Makhnovista*. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 2008.
- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- AVELINO, Nildo. *Anarquistas: ética e antologia de existências*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- AVRICH, Paul. *Kronstadt: 1921*. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 2006.
- AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- BORGES, Paulo E. B. *Jaime Cubero e o Movimento Anarquista em S. Paulo. 1945-1954*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1996.
- BRITO, André Souza. *Fermento da Massa: Ecumenismo em Tempos de Ditadura Militar no Brasil, 1962-1982*. 2010. Dissertação (Mestrado), Instituto de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.
- CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio; SILVA, Raul Mendes (org). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Bndes, s/d.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difusão Editorial, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASA, Juan Gómez Apud CLASTRES, “Organização Anarquista: a história da FAI”, 1986. Disponível em <http://jlimarocha.sites.uol.com.br/textos/espanha_lenda_esquerda.htm>. Acessado em 10/08/2012.
- CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da Subversão. Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)*. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CAVALCANTI, Jardel Dias. *Os Anarquistas e a Questão da Moral*. São Paulo: Cone Sul, 1997.
- COSTA, Sérgio Amad. *Estado e Controle Sindical no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.
- COLOMBO, Eduardo; et AL. *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Coelho. 1ª ed., São Caetano do Sul: Imaginário, 2004.
- CORRÊA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien Van der Walt e Alexandre Samis*. Disponível na Internet no endereço: <http://www.anarkismo.net/article/16164>. Acessado em 05/04/2010
- _____. *Anarquismo Social no Rio de Janeiro: Breve história da FARJ e de suas origens*. Cadernos d' A BATALHA, 2008.
- _____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Bettine de Almeida. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. da Universidade de São Paulo, 2012

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página aberta, 1995.

COSTA, Hélio da. *Trabalhadores, Sindicatos e suas Lutas em São Paulo (1943-1953)*. In *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. 2º ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUNOIS, Amédée. *Anarquismo e Organização*. Disponível na Internet no endereço: <http://www.anarkismo.net/article/16943>. Acessado em 15/05/2010.

FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2012.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1983.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FILHO, Michel Zaidan. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. Rio de Janeiro: Global Universitária, 1985.

FORTES, Alexandre et al. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GERALDO, Endrica. *Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)*. Caderno AEL, n. 89, 1998.

GIANNOTI, Vito. *A Liberdade Sindical no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

_____ (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GUÉRIN, Cédric. *Pensée et action des anarchistes en France*. 2000. Disponível em: http://public.federation-anarchiste.org/IMG/pdf/Cedric_Guerin_Histoire_du_mvt_libertaire_1950_1970.pdf Acesso em 18/07/11.

GUILLAMÓN, Augustin. *Balance*, Caderno número 36 (novembro de 2011). Disponível em <http://www.red-libertaria.net/noticias/modules.php?name=News&file=article&sid=2591>. Acessado em 29/12/12.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HECKER, Alexandre. “Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós- guerra.” In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (organizadores). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

_____. *História do Marxismo II: O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. e SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados” In *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pp. 149-189

LEUENROTH, Edgar. *A Organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951*. São Paulo: COM-ARTE, 1987.

LOPES, Milton. “Anarquismo e Primeiro de Maio no Brasil”. In Instituto de Teoria e História Anarquista. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/02/milton-lopes-anarquismo-e-primeiro-de-maio-no-brasil/>>. Acessado em 10/11/2013.

_____. *Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MANFRÉDONIA, Gaetano; BERTHIER, René; LEVAL, Gaston. *Espanha Libertária: a revolução social contra o fascismo*. São Paulo, Editora Imaginário, 2002.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização: Brasil 1945/1950*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró et al. *Greves e Repressão Policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MÉNDEZ, Nelson. “Anarquismo en América Latina: consideraciones en torno a sua historia, rasgos y perspectivas.” In Revista *Estudios* nº 02, 2012. Disponível em <<http://estudios.cnt.es/estudios-2>>. Acessado em 23/12/2012.

MINTZ, Frank. *O Anarquismo Social*. São Paulo, Editora Imaginário, 2006.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. *Sindicato e Sindicalismo Bancário*. Seropédica, RJ: EDUR, 1998.

OLIVEIRA, João Henrique C. Oliveira. *Do underground brotam flores do mal: contracultura e anarquismo na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação de mestrado, IFCH/UFF, 2008.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS / SP (1924-1945)* / Lucia Silva Parra; prefácio de Margareth Rago. – São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PINTO, João Alberto da Costa. “O Sequestro do Santa Maria / resenha do livro de Ludenbergue Góes, *O Sequestro do Santa Maria: um sonho de liberdade*. São Paulo: Cia dos Livros, 2011, 272p.” In Revista UFG, Julho de 2012, Ano XIII, nº 12.

PRESTES, Anita Leocadia. *Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael (org). *História do Anarquismo Volume I*. Niterói, EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

_____. FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Volume I*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2013.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Dezembro de 2005. 251f. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005

SALLES, Iza. *Um Cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre, 2009.

_____. “Sindicalismo e Anarquismo no Brasil: (1903-1934).” In Instituto de Teoria e História Anarquista. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/>> Acessado em 15/01/13.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristiana Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHMIDT, Michael. *Anarquismo Búlgaro em Armas: a linha de massas anarco-comunista – parte I*. Rio de Janeiro, Editora Faisca, 2009.

_____. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland, Edinburgh, Baltimore: Ak Press, 2013.

_____; WALT, Lucien Van Der. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland, Ak Press, 2009.

SILVA, Jorge E. *O Anarquismo Hoje: Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias*. Rio de Janeiro, Achiamé, s/d.

SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo Contra o Anarquismo”. In: Anarkismo.net, 2011. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/20240>>. Acessado em 20/12/12.

_____. “A Práxis Anarquista: Superação da Alienação e a Busca Pela Autonomia.” In PassaPalavra, 2011. Disponível em <1ª Parte - <http://passapalavra.info/?p=36985>, 2ª Parte - <http://passapalavra.info/?p=37026>> Acessado em 20/11/12.

_____. “O Congresso Anarquista de 1948 e o Anarquismo no Rio de Janeiro após a ditadura do Estado Novo.” Rio de Janeiro: NPMC, Ano III, Nº 09, Outubro, 2008.

_____. “Os Revolucionários Ineficazes de Eric Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo.” In Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. Disponível em <<http://ithanarquista.wordpress.com>> Acessado em 18/03/2013.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*, Campinas, SP: [s.n], 2005, p. 44.

SIMÃO, Azis. “Os Anarquistas: duas gerações distanciadas.” Tempo Social; Rev. Sociol., USP, S. Paulo, 1 (1): 1º sem. 1989.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* vols. I, II e III. Rio de Janeiro, 3 ed., Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Edilene T. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993.

TOUCHARD, Jean. *História das Ideias Políticas*. Presses Universitaire de France. Publicações Europa-América, 1959

TRAGTENBERG, Mauricio. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo, Editora Moderna, 2ª Ed, 1986.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Faisca, 2007.

VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e Anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

VASSILEV, Pano. *A Idéia dos Sovietes*. São Paulo, Editora Imaginário, 2008.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1983.

ZOLA, Emile. *Germinal*. Abril.S.A Cultural e Industrial, São Paulo, 1979.

Obras Anarquistas, Marxistas e Literatura em geral

BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin por Bakunin: cartas*. Brasília, Novos Tempos Editora, 1987.

- _____. *Escritos Contra Marx*. São Paulo, Imaginário, 2001.
- _____. *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Hedra, 2008.
- BLOCH, Gérard; TROTSKY, Leon. *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo, Editora Kairós, 1981.
- CAMUS, Albert. *A Peste*. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e_livros/clle000026.pdf>
- _____. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- FABBRI, Luigi. *Bourgeois Influences on Anarchism*. Tucson, See Sharp Press, 2001.
- GOLDMAN, Emma. *O Indivíduo, a Sociedade e o Estado, e Outros Ensaios*. São Paulo, Hedra, 2007.
- GORELIK, Anatol. *El Anarquismo y La Revolución Rusa*. Buenos Aires, Utopia Libertaria, 2007.
- JEREMIAS, Marcolino (coord. Editorial). *Três Depoimentos Libertários*. Rio de Janeiro, Achiamé, s/d.
- KROPOTKIN, Piotr. *A Anarquia – sua filosofia, seu ideal*. São Paulo, Imaginário, 2000.
- _____. *O Princípio Anarquista e Outros Ensaios*. São Paulo, Hedra, 2007.
- LEUENROTH, Edgard. (Org.) *Anarquismo - Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro, Editora Mundo Livre, 1963.
- MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Editora Hedra, 2007.
- _____. *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- NEVES, Roberto das. *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952.
- OITICICA, José. *Ação Direta*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, s. d.
- _____. *A doutrina Anarquista ao alcance de todos*. Lisboa. A Batalha, 1976.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Limitada, 1962.
- PROUDHON, Pierre Joseph. *El Principio Federativo*. Buenos Aires, Libros de Anarres, 2008.
- RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1992.
- _____. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.
- _____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993b.
- _____. *Os Companheiros - 1*. Rio de Janeiro, VJR - Editores Associados, 1994.
- _____. *Os Companheiros - 2*. Rio de Janeiro, VJR - Editores Associados, 1995.
- _____. *Os Companheiros - 3*. Rio de Janeiro, VJR - Editores Associados, 1995.
- _____. *Os Companheiros - 4*. Florianópolis, Editora Insular, 1997.
- RICHARDS, Vernon (compilador). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios..* – 1ª ed. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.
- SKIRDA, Alexandre. Anarquistas Russos exilados na Alemanha. *A repressão ao anarquismo na Rússia soviética* em VERVE, 2007, pp. 95-108.

_____ ; BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo, Imaginário, 2001.

Instituições e Fontes

Instituições de Pesquisa, Arquivos e Centros de Documentação pesquisados

Acervo Pessoal Marcolino Jeremias (APMJ)
Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-UNICAMP)
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)
Biblioteca Social Fábio Luz – Rio de Janeiro. (BSFL)
Biblioteca Anarquista Terra Livre – São Paulo (BATL)
Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP)
Centro de Documentação e Informação Científica – São Paulo (CEDIC-PUC/SP)
Centro de Documentação e Memória da UNESP – São Paulo (CEDEM)
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica (STIG)

Prontuários DEOPS-SP - APESP

122 – Edgard Leuenroth (2 volumes)
377 – Pedro Catallo
813 – Atilio Perobelli
860 – José Oiticica
1262 – Benedito Romano (2 volumes)
1914 – Centro de Cultura Social
70757 – Comitê das Relações dos Grupos Anarquistas
Dossiês DEOPS-SP – APESP

05 – Anarquismo

Fundo consultados – APERJ

Divisão de Polícia Política e Social (1944-1962)

Jornais consultados

Ação Direta, Rio de Janeiro.
A Plebe, São Paulo.
A Revolta, Rio de Janeiro.
Ação Sindical, São Paulo.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro.
Dealbar, São Paulo.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro.
Estado de São Paulo, São Paulo.
Folha Socialista, São Paulo
O Archote, Niterói.

O Gráfico Livre, São Paulo.
O Libertário, São Paulo.
O Trabalhador Gráfico, São Paulo.
Remodelações, Rio de Janeiro.

Cartas - APMJ

Ideal Peres. Carta, 10/06/1965, Rio de Janeiro, [para] Pedro Catallo, São Paulo. 2 páginas, p. 01. **Acervo Pessoal Marcolino Jeremias.**

Pedro Catallo. Carta, 11/06/1965, São Paulo, [para] Ideal Peres, Rio de Janeiro. 1 páginas, p. 01. **Acervo Pessoal Marcolino Jeremias.**

Entrevistas

Entrevista com Adélcio Copelli, concedida a SILVA, Rafael Viana da; AMORIM, Gabriel de Avellar em 02/11/2011. Biblioteca Social Fábio Luz.

Entrevista com Jaime Cubero In JEREMIAS, Marcolino (coord. Editorial). *Três Depoimentos Libertários*. Rio de Janeiro, Achiamé, s/d.